



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCIIm
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – MESTRADO

MICHELY DA SILVA ALVES

A DOR TAMBÉM TEM NOME DE MULHER:

Um Olhar sobre Identidade, Desafios e Enfrentamentos das Jornalistas Negras no Brasil

IMPERATRIZ
2025

MICHELY DA SILVA ALVES

A DOR TAMBÉM TEM NOME DE MULHER:

Um Olhar sobre Identidade, Desafios e Enfrentamentos das Jornalistas Negras no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação Contemporânea.

Linha de pesquisa: Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos

Orientadora: Profa. Dra. Thaísa Cristina Bueno

IMPERATRIZ
2025

ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA DO SIGAA

MICHELY DA SILVA ALVES

A DOR TAMBÉM TEM NOME DE MULHER:

Um Olhar sobre Identidade, Desafios e Enfrentamentos das Jornalistas Negras no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Thaísa Cristina Bueno
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
(Orientadora)

Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
(Membro interno)

Profa. Dra. Nealla Valentim Machado
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
(Membro Externo)

IMPERATRIZ
2025

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil.

À minha mãe, mulher negra que exala luta, força e
comprometimento, e que me ensina todos os dias a ter fé
na vida.

Às mulheres negras que seguem buscando o melhor,
inspirando resistências e conquistas.

E à todas as jornalistas que participaram desta pesquisa,
com coragem e generosidade, tornando este trabalho
possível.

AGRADECIMENTOS

É comum que ao final de todo ciclo nos dedicamos em listar todas as coisas boas e agradecer o percurso que nos trouxe até aqui. Por isso, não me canso de agradecer por esses dois anos de mestrado, todos os aprendizados, as descobertas e a virtude de ter conhecido tantas histórias inesquecíveis que, de alguma forma, me tocaram muito. Mas dizem por aí que os melhores momentos da nossa vida vêm acompanhados dos piores também. É verdade! Acredito que todas as pessoas aqui mencionadas estiveram comigo nos melhores momentos e me acolheram nos piores. Como sou grata por cada um de vocês, mas vamos ao que interessa dizer.

Primeiramente obrigada Deus, Orixás, Divindades. Obrigada Nossa Senhora Aparecida e São Bento – ao qual dedico toda a minha devoção – e todas as fontes de luz que pedi recursos espirituais para continuar.

A todas as jornalistas negras que aceitaram participar desta pesquisa. Conhecer vocês e ter a oportunidade de contar suas histórias fez-me acreditar na resistência da nossa cor. Eu vejo que o mais difícil no mestrado não foram as grades curriculares, a produtividade acadêmica, as participações infinitas em congressos, mas ter de lidar com os episódios de racismo e sexismo vivenciados e narrados por cada uma de vocês. Aquilo que transformamos em dados pode ser brutal quando se tem a mesma formação, a mesma cor e o mesmo gênero. Por isso, agradeço com todo o meu coração a disponibilidade em aceitarem participar, porque sei o quão difícil foi ver cada uma de vocês revisitarem memórias dolorosas. Vocês exalam luta e comprometimento e tudo isso só me leva a entender como o simples fato de existir, sendo negra, já é uma ferramenta política.

Agradeço à minha orientadora, Thaisa Bueno: você é extraordinária. Thaísa, eu poderia te descrever de tantas formas e todas elas não seriam suficientes para a pessoa que você é. Lembra do Pierre Bourdieu, sim, o sociólogo francês (hehe), que certa vez afirmou que os jornalistas têm “óculos especiais”, porque só assim conseguem enxergar o sentido das coisas? Acredito que os orientadores também usam esses mesmos óculos, porque você me enxergou. Para além da metáfora, eu vejo que você utilizou os seus óculos e confiou em mim nesse processo. Hoje, mais do que nunca, entendo que só poderia ser você para estar ao meu lado. Eu não tenho palavras para descrever seu acolhimento, sua afetividade e paciência. Torço muito por você e mil vezes queria ser sua orientanda de novo, dói um

pouco saber que ao finalizar o mestrado vai acabar alguns dos ensinamentos que você me proporcionou. Obrigada por tanto!

À minha mãe, Maria de Fátima, que sempre esteve comigo e que a vida toda trabalhou muito para eu ser alguém na vida. Concluir essa dissertação só foi possível porque eu tenho você ao meu lado. Espero um dia conseguir retribuir todos os seus esforços para que eu continuasse a estudar. Por isso, pego emprestado as palavras de Kafka: “Se eu sou alguém, é porque você me faz ser. Se não te tenho, tudo se apaga”. Obrigada por sermos nós, eu te amo. Juntas somos imensidão e até em outra vida gostaria de ser sua filha.

À minha irmã, Kelly Cristina, que diante de tantas mudanças me fez enxergar que posso contar com ela para absolutamente tudo. Eu caí diversas vezes e você estava lá para me segurar. Nos meus piores momentos, em que achei que não valeria a pena a minha existência no mundo, você me fez ser resiliente com o tempo e com a vida. Tirando as piadas ácidas e, por vezes, as palavras brutas, cheguei à conclusão de que você é melhor que todas as pessoas que conheço. Você consegue perdoar as pessoas e enfrentar as situações com a cabeça erguida, ainda tenho muito o que aprender. Só você será capaz de entender que: “a terça-feira se foi, veja, eu estou mandando minha tristeza embora” (*Tuesday's Gone*).

À Pérola, Pandora, Loreta, Marley e Ravena, meus cachorrinhos. Com vocês aprendo que não existe idade para voltar a ser criança e que o simples fato de os ter já é suficiente para mim.

À Mariana Muniz Gonçalves, minha amiga, que não desistiu de mim nem por um segundo, mesmo nos meus piores momentos. Mari, eu perdi tantas coisas nesses últimos anos e acho que não consegui lidar com isso muito bem. Olhando para trás vejo que não suportaria perder essa amizade, você é diferente de todas as pessoas que passaram pela minha vida. Você conversa, expõe seus sentimentos, fala o que está certo ou errado e não tem medo de dizer “eu te amo”, mesmo chateada, e isso é admirável. Por isso muito obrigada por insistir em mim e me acolher até quando eu não merecia. Não me canso de repetir que a gente se completa. *Ainda somos nós!*

Agradeço à minha amiga Roseane Arcanjo, ex-orientadora, mulher admirável e uma pessoa sensível, que tentou – e em muitos momentos conseguiu – me incluir em alguns dos seus ciclos de amizades. Roseane, você de alguma forma conseguiu perceber que algo não estava indo bem comigo. Você me apresentou os seus amigos para que fossem

também os meus amigos. Obrigada pelas mensagens perguntando se estava tudo bem comigo e pela insistência em mandar convites que, diante das minhas limitações, não consegui participar de todos – diria que de muitos. Não sei como, mas ao conversar com você eu sinto que tudo vai ficar bem. Basta acreditar!

Agradeço aos meus Grupos de Pesquisa em que fui muito feliz: Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp); Grupo de Estudos e Pesquisas Maria Firmina dos Reis; e meu mais novo grupo ESPELHO – Estudos em Gênero, Jornalismo e Moda. Esses espaços me possibilitaram ter pensamento crítico e experienciar a vida acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por me proporcionar dar continuidade ao meu trabalho e conseguir ter acesso aos livros, Congressos, Simpósios, etc.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz), minha casa, meu lar. Como vai ser difícil deixar de ter vínculo.

Por fim, agradeço imensamente aos meus eternos poetas, Hilda Hilst, bell hooks, Manoel de Barros, que me receberam todas as noites em seus livros quando eu achava que não tinha mais jeito para nada na vida. Eu gosto de ler poesia porque arde na carne e alimenta a alma. Para o futuro apenas deixo registrado que quero voltar a ter fé na vida.

Obrigada, obrigada e obrigada!

Uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer no planeta. É a cor, é o suor, é a dose mais forte e lenta de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta. [...], mas é preciso ter força, é preciso ter raça. É preciso ter gana sempre. Quem traz no corpo uma marca, mistura a dor e a alegria. Quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida.

(Milton Nascimento, cantor e compositor brasileiro)

RESUMO

ALVES, Michely da Silva. **A dor também tem nome de mulher: um olhar sobre identidade, desafios e enfrentamentos das jornalistas negras no Brasil.** 2025. 211f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

Ao refletirmos sobre a identidade de um(a) jornalista, raramente trazemos à mente a imagem de uma pessoa negra. Ser jornalista negra no Brasil envolve compreender os obstáculos raciais e as nuances de gênero que permeiam o mercado de trabalho. A partir disso, esta dissertação se propõe a investigar como as jornalistas negras se veem no espaço de trabalho jornalístico em diferentes regiões do Brasil, considerando os desafios enfrentados diante do contexto de gênero, raça e, por ora, a questão identitária. Como recorte, optamos em entrevistar duas jornalistas negras por região (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) com limite mínimo de cinco anos ou mais atuando nos espaços midiáticos tradicionais (rádio, TV, assessoria, digital etc.). Esta pesquisa fundamenta-se nos estudos interdisciplinares da Comunicação e do Jornalismo, por meio das concepções de França (2001a; 2001b; 2006) e Braga (2005). No desenvolvimento da pesquisa, adotamos o conceito de “estigma”, a partir de Goffman (1977; 1979, 1981a; 1981b; 2002), como chave de reinterpretação analítica, evidenciando o reforço de estereótipos sobre corpos marginalizados; também utilizamos como aporte teórico o conceito de interseccionalidade apontadas pelos Estudos de Gênero e Raça, de acordo com as orientações de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002); bell hooks (2015; 2018; 2019; 2023); Patricia Hill Collins (2016; 2020), Lélia Gonzalez (1982; 2020) e Nilma Lino Gomes (2002; 2005; 2019; 2020) que nos convidam a entender diferentes vertentes feministas e debates plurais, principalmente se levarmos tais aspectos emergentes para o mercado de trabalho, como bem apontam Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013). Em relação ao conceito de identidade, recorremos aos Estudos Decoloniais e o Pensamento Afrodiaspórico, apoiado nas provocações de Prado, Pellegrino (2022); Joaze Bernardino-Costa (2020; 2023); Maldonado-Torres (2020); Grosfoguel (2019; 2020); e Muniz Sodré (1999; 2007; 2023). Outrossim, apoiamos-nos nos relatórios que destacam as condições de gênero e raça no exercício da profissão, bem como o Perfil do Jornalista Brasileiro (UFSC-2021) e o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021). Como método de pesquisa, utilizamos a Teoria Fundamentada Construtivista, sob a ótica de Charmaz (2009), que propõe que o conhecimento é construído em interação social, ou seja, as interpretações dos dados emergem do diálogo entre pesquisador e participantes. Ela enfatiza a co-criação dos significados, em que o pesquisador adota uma postura reflexiva, reconhecendo seu papel ativo na análise dos dados e na construção da teoria. Como ferramenta de coleta, empregamos a estratégia Bola de Neve (*Snowball*), direcionada por Vinuto (2014), sendo a abordagem inicial para encontrar as sujeitas da pesquisa; a técnica é a Entrevista Semiestruturada, de Duarte (2005), que direciona os caminhos para se obter os dados. A pesquisa identificou diferentes formas de opressões interseccionais sofridas por jornalistas negras nas cinco regiões do Brasil e, dessa forma, propõe a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo, que busca compreender como esses estigmas reforçam desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Estigmatização; Jornalistas Negras; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

ALVES, Michely da Silva. **Pain also bears a Women's name:** na examination of identity, challenges, and struggles of black women journalists in Brazil. 2025. 211f. Dissertation. (Master in Communication) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

When reflecting on the identity of a journalist, we rarely envision a Black person. Being a Black woman journalist in Brazil involves understanding racial obstacles and the gendered nuances that permeate the labor market. This dissertation aims to investigate how Black women journalists perceive themselves in journalistic workspaces across different regions of Brazil, considering the challenges they face in relation to gender, race, and identity. As a scope, we interviewed two Black women journalists per region (North, Northeast, South, Southeast, and Central-West), with a minimum of five years of experience in traditional media spaces (radio, TV, press offices, digital media, etc.). This research is grounded in interdisciplinary studies of Communication and Journalism, following the theoretical frameworks of França (2001a; 2001b; 2006) and Braga (2005). In the development of the study, we adopted the concept of “stigma” from Goffman (1977; 1979; 1981a; 1981b; 2002) as a key analytical lens, highlighting the reinforcement of stereotypes on marginalized bodies. Additionally, the study draws on the concept of intersectionality as discussed in Gender and Race Studies, following the works of Kimberlé Crenshaw (1991; 2002), bell hooks (2015; 2018; 2019; 2023), Patricia Hill Collins (2016; 2020), Lélia Gonzalez (1982; 2020), and Nilma Lino Gomes (2002; 2005; 2019; 2020), which invite us to understand diverse feminist perspectives and plural debates, especially when applied to the labor market, as noted by Márcia Lima, Flávia Rios, and Danilo França (2013). Regarding the concept of identity, we drew on Decolonial Studies and Afro-diasporic Thought, informed by Prado and Pellegrino (2022), Joaze Bernardino-Costa (2020; 2023), Maldonado-Torres (2020), Grosfoguel (2019; 2020), and Muniz Sodré (1999; 2007; 2023). Furthermore, we relied on reports highlighting gender and racial conditions in professional practice, including the Brazilian Journalist Profile (UFSC-2021) and the Racial Profile of the Brazilian Press (2021). As a research method, we used Constructivist Grounded Theory, following Charmaz (2009), which proposes that knowledge is constructed through social interaction, meaning that data interpretations emerge from the dialogue between researcher and participants. This approach emphasizes the co-creation of meaning, where the researcher adopts a reflexive stance, recognizing their active role in data analysis and theory building. Data collection employed the Snowball strategy, guided by Vinuto (2014), as an initial approach to identify research participants, while semi-structured interviews (Duarte, 2005) guided data gathering. The research identified different forms of intersectional oppression experienced by Black women journalists across the five regions of Brazil and, based on this, proposes the Intersectional Stigmatization Theory in Journalism, which seeks to understand how these stigmas reinforce structural inequalities in the labor market.

Keywords: Gender; Race; Stigmatization; Black Women Journalists; Labor Market

RESUMEN

ALVES, Michely da Silva. **El dolor también tiene nombre de mujer:** uma mirada sobre la identidad, los desafíos y las luchas de las periodistas negras em Brasil. 2025. 211f. Disertación (Maestría em Comunicación) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025;

Al reflexionar sobre la identidad de un periodista, rara vez se imagina a una persona negra. Ser periodista negra en Brasil implica comprender los obstáculos raciales y las particularidades de género que atraviesan el mercado laboral. Esta disertación se propone investigar cómo las periodistas negras se perciben a sí mismas en los espacios de trabajo periodístico en diferentes regiones de Brasil, considerando los desafíos enfrentados en relación con el género, la raza y, por el momento, la cuestión identitaria. Como alcance del estudio, se entrevistaron dos periodistas negras por región (Norte, Nordeste, Sur, Sudeste y Centro-Oeste), con un mínimo de cinco años de experiencia en medios tradicionales (radio, televisión, oficinas de prensa, medios digitales, etc.). Esta investigación se fundamenta en estudios interdisciplinarios de Comunicación y Periodismo, siguiendo los marcos teóricos de França (2001a; 2001b; 2006) y Braga (2005). En el desarrollo del estudio, se adoptó el concepto de “estigma” de Goffman (1977; 1979; 1981a; 1981b; 2002) como clave de reinterpretación analítica, destacando el refuerzo de estereotipos sobre cuerpos marginados. Además, se utilizó el concepto de interseccionalidad, según los Estudios de Género y Raza, siguiendo los aportes de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002), bell hooks (2015; 2018; 2019; 2023), Patricia Hill Collins (2016; 2020), Lélia Gonzalez (1982; 2020) y Nilma Lino Gomes (2002; 2005; 2019; 2020), quienes invitan a comprender diversas perspectivas feministas y debates plurales, especialmente al aplicarlos al mercado laboral, como señalan Márcia Lima, Flávia Rios y Danilo França (2013). En relación con el concepto de identidad, se recurrió a los Estudios Decoloniales y al Pensamiento Afrodiásporico, apoyados en los trabajos de Prado y Pellegrino (2022), Joaze Bernardino-Costa (2020; 2023), Maldonado-Torres (2020), Grosfoguel (2019; 2020) y Muniz Sodré (1999; 2007; 2023). Asimismo, se consideraron informes que destacan las condiciones de género y raza en el ejercicio profesional, incluyendo el Perfil del Periodista Brasileño (UFSC-2021) y el Perfil Racial de la Prensa Brasileña (2021). Como método de investigación, se utilizó la Teoría Fundamentada Constructivista, según Charmaz (2009), que plantea que el conocimiento se construye mediante la interacción social, es decir, que las interpretaciones de los datos emergen del diálogo entre el investigador y los participantes. Este enfoque enfatiza la co-creación de significados, en la que el investigador adopta una postura reflexiva, reconociendo su papel activo en el análisis de los datos y en la construcción de la teoría. Para la recolección de datos se empleó la estrategia de Bola de Nieve (Snowball), guiada por Vinuto (2014), como aproximación inicial para localizar a las participantes de la investigación, mientras que las entrevistas semiestructuradas (Duarte, 2005) orientaron la obtención de los datos. La investigación identificó diferentes formas de opresión interseccional sufridas por las periodistas negras en las cinco regiones de Brasil y, a partir de esto, propone la Teoría de la Estigmatización Interseccional en el Periodismo, que busca comprender cómo estos estigmas refuerzan las desigualdades estructurales en el mercado laboral.

Palabras clave: Género; Raza; Estigmatización; Periodistas Negras; Mercado Laboral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interpretação Analítica da Teoria Fundamentada Construtivista.....	36
Figura 2 – Processo de Desenvolvimento da Teoria Fundamentada Construtivista	37
Figura 3 – Entendendo as codificações na prática	38
Figura 4 – Reconhecendo os Códigos In Vivo.....	39
Figura 5 – Contextualização da pesquisa e procedimentos metodológicos	40
Figura 6 – Teia de referência: dialogando com as jornalistas negras.....	41
Figura 7 – Panorama das jornalistas: Identidade Étnico-Racial.....	43
Figura 8 – Engrenagem técnica na TF Construtivista	45
Figura 9 – Estrutura do roteiro-base para Entrevista Semiestruturada.....	48
Figura 10 – Finalidade metodológica da TF Construtivista	52
Figura 11 – Marginalização da mulher negra na propaganda de cerveja Devassa.....	69
Figura 12 – Perfil do Jornalista de Redação no Brasil: cor/raça	90
Figura 13 – Distribuição das jornalistas negras por Região do Brasil	98
Figura 14 – Densidade Analítica dos conceitos sensibilizantes.....	104
Figura 15 – Categorização dos temas emergentes a partir das narrativas das jornalistas negras	105
Figura 16 – Nuvem de palavras mais recorrentes na categoria “beleza”, a partir dos relatos das jornalistas	139
Figura 17 – Distribuição comparativa dos temas centrais nas narrativas das entrevistadas	141
Figura 18 – Traços fenotípicos mais atingidos pelo racismo, conforme relato das jornalistas	142
Figura 19 – Na corda bamba da aparência: controle da imagem de jornalistas negras na mídia	145
Figura 20 – O cabelo como marcador estético-político no jornalismo	148
Figura 21 – O cabelo como elemento de afirmação da identidade de jornalistas negras	150
Figura 22 – Nuvem de palavras mais recorrentes a partir da categoria “Cicatrizes”	152
Figura 23 – Preconceitos mais recorrentes entre as jornalistas (n: 10)	153
Figura 24 – Mapa interseccional das “cicatrizes”: as opressões que marcam as experiências de Jornalistas Negras.....	164
Figura 25 – O que se vê e o que está por trás das “cicatrizes”: etarismo, xenofobia, lesbofobia e outras violências	165
Figura 26 – Apelidos pejorativos direcionados às jornalistas negras.....	172
Figura 27 – Espiral da estigmatização interseccional: categorias em movimento contínuo	175
Figura 28 – Esquema visual dos conceitos de Goffman (1981), mostrando a relação entre atributo, estereótipo e estigma no contexto das jornalistas negras	177
Figura 29 – Agrupamento teórico a partir dos gerúndios no cotidiano das jornalistas negras.	178
Figura 30 – Processo analítico dos dados brutos à teoria: reputação e rejeição na estigmatização de jornalistas negras	179
Figura 31 – Refinamento teórico teorização construída a partir das narrativas de jornalistas negras	180
Figura 32 – Teorização geral das categorias emergentes	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Breve perfil: Jornalistas Negras	44
Quadro 2 – Formação acadêmica das jornalistas negras participantes	100
Quadro 3 – Tempo de carreira e cargos das jornalistas participantes	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil Etário das Jornalistas Negras Participantes	99
Gráfico 2 – Nível de Escolaridade das Jornalistas Negras Participantes.....	100

SUMÁRIO

PARTE I – RAIZ	20
INTRODUÇÃO: REPENSANDO O “SER” E O “EXISTIR” NA MÍDIA BRASILEIRA	21
1 PERCURSO METODOLÓGICO: TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA	34
1.1 Implicações e contextos: como podemos definir a “teoria”?	35
<i>1.1.1 Teoria Fundamentada Construtivista: desenhando o processo</i>	36
1.2 Primeiro passo: situando os caminhos da pesquisa através do mapeamento do campo	40
1.3 Direcionamentos da pesquisa: combinando método e técnica	44
<i>1.3.1 Entrevista Semiestruturada: ponto de partida</i>	47
<i>1.3.2 Teoria Fundamentada Construtivista como cotidiano: finalidade metodológica</i>	51
PARTE II – VOZ	54
2 RE(EXISTÊNCIA) NEGRA E SABERES EPISTEMOLÓGICOS: DISCUTINDO GÊNERO E RAÇA NOS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO ..	55
2.1 O corpo negro nos espaços midiáticos: construção de imagem e geração de conflitos	61
<i>2.1.1 Feminismos e perspectivas decoloniais: reflexões sobre a marginalização da mulher negra na Comunicação</i>	64
2.2 É necessário ter nome: por um jornalismo antirracista e afro-latino-americano	72
3 QUEM FALA E QUEM É OUVIDA: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSOLIDAÇÃO DE NARRATIVAS RACISTAS E SEXISTAS	74
3.1 O jornalismo como agente transformador: exercícios de poder e identidade ..	83
<i>3.1.1 O retrato racial e de gênero na imprensa brasileira: alguns apontamentos</i>	89
PARTE III – ECO	95
4 REMINISCÊNCIAS E DISPARIDADES DE GÊNERO-RAÇA NO JORNALISMO: DISCUTINDO OS DADOS	96
4.1 O jornalismo enquanto forma de estar no mundo: Quem somos? Onde estamos?	106
<i>4.1.1 Se a gente não tiver em grupo, a gente não consegue sobreviver: Antonieta de Barros</i>	111
<i>4.1.2 Quem decide quem eu vou ser ou não, sou eu: Dandara dos Palmares</i>	113
<i>4.1.3 “você nem é preta, você é clarinha”, o limbo do pardo, afinal de contas, sou indígena? Sou negra? O que sou: Esperança Garcia</i>	115
<i>4.1.4 Nós somos negros e pronto, acabou: Hilária Batista de Almeida</i>	117

4.1.5	<i>Somos marginalizadas, por isso temos que resistir: Laudelina de Campos</i>	119
4.1.6	<i>É uma luta solitária, de nós para nós: Luísa Mahin</i>	122
4.1.7	<i>Na trajetória da população negra, em diáspora, é preciso abrir caminhos. Nos deixe entrar: Maria Felipa de Oliveira</i>	124
4.1.8	<i>“Se eu parar para chorar o ontem e o amanhã, eu morro hoje. Vivo, sigo”: Maria Firmina dos Reis</i>	128
4.1.9	<i>As pessoas da nossa cor sabem como é, a vida nos empodera: Maria Odília Teixeira (Centro-Oeste)</i>	130
4.1.10	<i>A gente sabe o que a gente é e o que a gente representa: Tereza de Benguela</i>	133
4.2	O não-lugar de jornalistas negras na mídia brasileira: fragmentos de gênero-raça a partir da “beleza”	136
4.2.1	<i>O cabelo como local de conflito: narrativas e incidências</i>	143
4.3	O corpo é descartável? etarismo, xenofobia, lesbofobia e outras “cicatrices”	151
4.3.1	<i>Etarismo e invisibilidade do corpo negro feminino no mercado de trabalho</i>	154
4.3.2	<i>Racismo e xenofobia na prática jornalística: “a cota do Norte e Nordeste</i>	158
4.3.3	<i>Lesbofobia e negação da legitimidade: intersecções e memórias de dor</i>	160
4.3.4	<i>Outras cicatrizes: múltiplas violências nos espaços midiáticos</i>	163
4.4	Muito além do estereótipo: a realidade de jornalistas negras na mídia	166
4.4.1	<i>“Tá, mas cadê a repórter?”: a dúvida como forma de violência simbólica</i>	169
4.4.2	<i>Quando o estereótipo deslegitima: apelidos que apagam corpos negros</i>	171
4.5	Da análise à teoria: propondo a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo	174
5	APONTAMENTOS PARA O FUTURO: A TÍTULO DE CONCLUSÃO	182
	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICE A – ROTEIRO-BASE (ENTREVISTAS)	204
	APÊNDICE B – LISTA GERAL DAS JORNALISTAS	205
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTOS	206
	APÊNDICE D – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA “BELEZA”	207
	APÊNDICE E – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA “CICATRIZES”	208
	APÊNDICE F – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA “ESTEREOTIPAGEM”	209
	APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO	211



Parte I – Raiz

(Sobre o ser, o existir, o território da pesquisa)



Na Língua Bantu: Parte I – NGANGA
(sabedoria ancestral, aquele que conhece)

PARTE I – RAIZ

Esta dissertação está estruturada em três partes. A escolha por organizar a pesquisa em partes, assim como a distribuição dos capítulos em cada uma delas, tem como objetivo orientar o(a) leitor(a) e evidenciar a relevância de cada capítulo para a compreensão da investigação. Cada parte recebeu um nome em língua Bantu¹, simbolizando memória, ancestralidade e resistência, elementos centrais desta pesquisa. Dessa forma, cada bloco conceitual funciona como uma provocação ao pensamento crítico e às etapas de reflexão em torno do fenômeno observado (Jornalistas Negras).

A Parte 1, intitulada “Raiz” (Nganga, em Bantu), propõe um olhar sobre a condição do “ser” e do “existir”. Denominamos esta parte como “Raiz” por representar o início de tudo, servindo de fundamento para a compreensão e análise dos capítulos seguintes. Além disso, discorremos esta dissertação em cinco capítulos, para além da Introdução. Na primeira parte tem a “Introdução: repensando o “Ser” e o “Existir” na Mídia Brasileira”, que apresenta a problemática, os objetivos (geral e específicos) e a justificativa da pesquisa; e o primeiro capítulo, intitulado “Percurso Metodológico: Trilhando os Caminhos da Pesquisa”, que apresenta as razões que nos levaram a escolher essa temática, o delineamento do método e das técnicas adotadas, além de um breve perfil étnico-racial e geográfico das sujeitas de estudo (Jornalistas Negras).

¹ A palavra “bantu” significa “povos”, expressando uma noção coletiva de identidade. O termo designa de uma das maiores famílias linguísticas do continente africano “banto”, abrangendo países como Angola, Congo, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, África do Sul, entre outros, onde há povos falantes de línguas bantas. De forma ontológica e, até mesmo, epistêmica, a língua bantu vai muito além do aspecto linguístico. A língua representa formas de pensar e de estar no mundo não eurocentradas. Diríamos, por assim dizer, que se trata de uma cosmovisão africana que recupera modos de conhecimento silenciados por estruturas coloniais, sendo uma verdadeira chave de reexistência. Nos estudos decoloniais, a língua bantu carrega o peso das estruturas simbólicas que fundamentam a filosofia *ubuntu*, transformando-a em uma base epistêmica: “*eu sou porque nós somos*”. Nesta dissertação, optamos por abrir cada parte com palavras que atribuem significado ao desenvolvimento da pesquisa tanto na língua tradicional quanto na língua bantu. Sendo assim, ao investigar fenômenos sociais a partir do contexto de pessoas negras, compreendemos que só existimos porque há outros de nós espalhados pelo mundo.

INTRODUÇÃO: REPENSANDO O “SER” E O “EXISTIR” NA MÍDIA BRASILEIRA

*Somos e estamos umas com as outras. E, quando o vazio
no peito nos atormenta, não nos entregamos ao desespero,
compartilhamos a dor ancestral que existe em cada uma
de nós.*

*[...] Pois o parecer ser, quando ninguém ainda percebe, é
o ser.*

(Conceição Evaristo, escritora e intelectual negra)

Dos antigos gregos aos filósofos contemporâneos nos perguntamos sobre a natureza das coisas: Quem somos? Por que somos? Onde estamos e para onde vamos? (Lucrécio, 2021; Domingues, 2020; Frantz Fanon, 2022)², imaginando que, talvez um dia, tenhamos todas as respostas para as suscetibilidades cotidianas e que, para tal ato, consigamos, enquanto seres pensantes, entender as diferentes camadas identitárias situadas nos contextos sociais e sobrepostas na contemporaneidade da tríade de opressão (gênero, raça e classe), fonte de intensas discriminações.

De fato, o ato de questionar a própria existência é um passo importante para a descoberta de uma identidade social consolidada. Para assimilar categorias como: “ser alguém” e “existir no mundo”. Neste ponto, e já mais próximo à discussão proposta nesta pesquisa, permite-se perguntar como é ser uma profissional negra na Comunicação, reiterando todas as problemáticas de gênero e raça no mercado de trabalho, e como se faz a existência nos espaços jornalísticos em que o corpo negro, até os dias atuais, está enraizado na discriminação violenta veiculada nos noticiários e na “*totenização*”³ dos jornalistas negros(as) na mídia brasileira (Muniz Sodré, 2007; Jesilene Corrêa, 2023).

² Traçado como um aforismo no universo filosófico, o dito popular grego “conhece-te a ti mesmo” (*Know thyself*) opera da necessidade de extrair, debater e concernir o que provém do termo identidade e quais são as suas ramificações sociais, ao passo que filósofos gregos e romanos da antiguidade se dedicaram, boa parte do tempo, em compreender a essência (social, cultural e dialógica) de si mesmo. Da mesma forma, a proposta filosófica mais recente ofertada por Frantz Fanon em “Os condenados da Terra” desmonta a “descolonização do ser” através da conjuntura de insubmissão político-racial e identitária (incluindo gênero, raça e classe) na ocidentalização do mundo.

³ O termo está atrelado à palavra “totem” que significa emblema e/ou símbolo para representar uma pessoa ou um objeto. Para além do significado, o termo foi discutido na dissertação de Jesilene Corrêa e Silva Coêlho, intitulado “A cor da mídia: análise da visibilidade dos telejornalistas negros em São Luís/MA e produção de podcast acerca da temática”, defendido no ano de 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional – (PPGCOM (PRO) - UFMA), desvendando a presença dos mesmos (e poucos) profissionais negros no telejornalismo e a falsa representatividade racial midiática.

Quando a ativista negra Luiza Bairros (1953-2016) declarou: “nós carregamos a marca”, sabemos, ou deveríamos saber, exatamente sobre o que ela estava querendo dizer. A marca de ser perseguida e violentada, a marca de ver corpos pretos serem ironizados, a marca de não ser escolhida ou acolhida, aquelas marcas que pesam uma história, uma vida, uma existência. É exatamente assim que mulheres negras são, forçadamente, apresentadas para o mundo: entre a coerção diante da própria identidade negra e a invisibilidade intelectual, profissional e humana. É seguro afirmar então que, sim, “nossos passos vêm de longe”, mas que as nossas experiências, enquanto mulheres negras, são compartilhadas através da dor, da raiva e do medo em ser tratada como um problema (Jurema Werneck, 2010).

Por esse motivo, o **problema** desta pesquisa nasceu, primordialmente, do questionamento: como é ser jornalista negra no Brasil? Trazendo novamente a atenção para as categorias “ser” e “existir” no debate comunicacional, repensando, assim, a categoria de gênero e raça a partir das seguintes taxonomias: as experiências adquiridas no mercado de trabalho; os desafios e/ou dificuldades enfrentados(as) no exercício da profissão e, por ora, a vivência de ser mulher negra jornalista (organizadas logo abaixo nos objetivos). A pergunta é, em si, um elemento de discussão que contribui para uma leitura plural da realidade e, no estágio atual, serve de suporte para entender a heterogeneidade profissional nos espaços midiáticos do Brasil.

Apoiada nestas imbricações e em possíveis traduções sociais, incluindo os sentidos e significados acerca desta temática, esta dissertação está respaldada, antes de tudo, na investigação epistêmica de jornalistas negras nos espaços midiáticos. Nas fendas da sociedade, percebe-se a existência de profissionais negras, muitas vezes silenciadas, que recorrem às próprias experiências para se inserir no mercado de trabalho. Este estudo aborda temas sensíveis, especialmente para pessoas negras, como racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, etarismo, lesbofobia e outras formas de opressão. Busca-se contextualizar as narrativas dessas mulheres, frequentemente invisibilizadas, e apresentar as motivações que orientam as escolhas desta pesquisa.

Dando seguimento a este raciocínio, a proposta está organizada através das delimitações e recortes inseridos nos objetivos (geral e específicos), aliás, está apoiada em algumas hipóteses que, de alguma forma, posiciona o cenário atual⁴. Assim, o **objetivo geral** desta dissertação

⁴ Alguns estudiosos questionam sobre a presença indispensável das hipóteses em pesquisas qualitativas, principalmente na área da comunicação. Na obra “*Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*”, por exemplo, discute-se o processo da construção da pesquisa no país (forma, conteúdo e implicações), sendo dividida em três gerações: Pioneira, Renovadora e Inovadora. As chamadas Geração Pioneira e Geração Renovadora apoiam o uso substancial das hipóteses como suporte de investigação, enquanto a Geração Inovadora trata como opcional o uso das hipóteses na construção de qualquer projeto de pesquisa em comunicação social nos espaços contemporâneos (Hohlfeldt; Gobbi, 2007). Assim como Braga (2005, p. 288) que caracteriza

concentra-se em compreender como jornalistas negras se veem no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, a partir dos desafios enfrentados diante do contexto de gênero e raça. Foi com o olhar atento aos aspectos de gênero, raça e, portanto, o que entendemos por identidade na composição da mídia brasileira (tradicional e/ou mainstream) que buscamos traçar os **objetivos específicos** em três conjunturas – (1) experiências e/ou percepções; (2) desafios e/ou enfrentamentos; (3) estratégias e/ou iniciativas, sendo pois:

- a) Identificar as experiências e percepções de jornalistas negras em relação às oportunidades de emprego no mercado de trabalho jornalístico, levando em consideração diferentes regiões do país;
- b) Caracterizar os desafios específicos enfrentados pelas jornalistas negras no contexto de gênero e raça, incluindo questões de discriminação, estereótipos, acesso a cargos de liderança e promoção profissional;
- c) Sintetizar as estratégias adotadas pelas jornalistas negras para lidar com os obstáculos enfrentados no mercado de trabalho jornalístico, como redes de apoio, grupo de afinidade, formação acadêmica e iniciativas de empoderamento.

Partindo desse pressuposto, situamos duas **hipóteses** que sinalizam uma reconhecimento de possíveis intercorrências diante da exclusão e/ou apagamento de jornalistas negras na mídia brasileira e, mais profundamente, no objetivo proposto que visa entender como as próprias mulheres negras se enxergam na profissão jornalística, tal como: H1) a negritude feminina, para muitas jornalistas negras do país, ainda é uma grande barreira no mercado de trabalho, isso porque raça e gênero se entrecruzam e sobrepõem-se inerentemente e, mais adiante, a H2) sob a perspectiva geográfica, revelando como os lugares que as jornalistas negras atuam, dentre as cinco regiões brasileiras, podem influenciar determinadas barreiras incluindo os aspectos de gênero e as relações raciais.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, ou seja, ambientar-se através da interpretação dos fenômenos sociais que têm como foco a subjetividade das sujeitas de estudo (sentimentos e experiências das participantes), a presente dissertação está orientada nas bases do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIm), tendo como

as hipóteses na área da Comunicação, baseada em pressupostos qualitativos, como “ponto de partida para investigação”, seguindo da “pretendida necessidade de retorno” e, por último, “esforço do pesquisador para com a proposta da devida temática”. Neste trabalho, decidimos apresentar as hipóteses como forma de manter nossas suposições iniciais acerca da temática e olhar para esse campo de modo transparente, alinhando, ao longo da análise, um elemento qualitativo de discussão por meio das respostas coletadas nas entrevistas para que pesquisas futuras utilizem como “suporte investigativo”, direcionando possíveis novos caminhos.

objetivo defender a integridade física e moral e garantir a proteção das sujeitas de estudo (jornalistas negras) que de modo voluntário se dispuseram a participar⁵.

Esta dissertação adota uma estrutura em que os achados empíricos são mobilizados ao longo do texto, inclusive nos capítulos teóricos. Tal escolha se justifica pela natureza da investigação, que demanda constante diálogo entre os dados de campo e os referenciais conceituais, de modo a construir o conhecimento de forma integrada e contextualizada. Neste ponto, busca-se articular as falas das participantes da pesquisa com as teorias apresentadas ao longo dos capítulos, demonstrando que o campo teórico e o empírico caminham de mãos dadas e se enriquecem mutuamente. Ressaltamos que os trechos das entrevistas serão apresentados não apenas no capítulo de análise e interpretação dos dados, mas também nos capítulos teóricos.

Optou-se por apresentar as falas das participantes já nos capítulos teóricos porque elas ajudam na fundamentação conceitual, oferecendo exemplos concretos que dialogam com a teoria. Todos esses registros permitem oferecer uma compreensão aprofundada da realidade, ao inserirmos os relatos das sujeitas participantes, para além do capítulo de análise e discussão, teremos como base não limitar os nossos achados e não restringir os conteúdos emergentes, evidenciando a relação estreita entre as experiências das participantes e os conceitos discutidos.

Quebrando um pouco o protocolo linguístico que o tradicionalismo acadêmico-científico costuma nos separar. Vale salientar que autora desta dissertação, enquanto mulher, negra, nordestina, filha de mãe preta com pai branco, feminista negra-marxista e jornalista, observa que somos e precisamos de nós para ser e existir no mundo em que vivemos e, como bem argumenta Jefferson Tenório (2022), as experiências negras precisam ultrapassar as lacunas fictícias da literatura e formar-se no ambiente acadêmico como um mosaico afetoso de inspirações.

Nesse caminho, o pontapé inicial que motivou o interesse pelo tema, surgiu, *a priori*, das pesquisas anteriores realizadas pela autora desta dissertação, desenvolvidas entre os anos de 2020 e 2022, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-FAPEMA), no Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz) que pautavam as estratégias comunicacionais das

⁵ Embora esta dissertação trate de uma temática tangencial e não constitua o foco central da pesquisa-mãe “*Assédio a professoras no Ensino Superior: um estudo sobre a realidade nos Programas de Pós-Graduação no Nordeste*”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CCIm) e desenvolvida sob a coordenação da Profa. Dra. Thaísa Bueno, também orientadora deste trabalho, ela integra as ações do grupo de pesquisa e suas atividades. Por esse motivo, a presente investigação não foi novamente submetida ao Comitê, considerando que o colegiado da Ufma em Imperatriz ainda se encontrava em fase de implementação. De todo modo, este estudo seguiu rigorosamente todos os protocolos éticos definidos no projeto aprovado, incluindo a utilização de termos de consentimento e assentimento, medidas de segurança de dados e demais procedimentos amplamente discutidos e estabelecidos no âmbito do grupo de pesquisa.

mulheres de luta em comunidades afetadas pelas indústrias siderúrgicas na região maranhense, abordando gênero, raça e os estudos em Comunicação comunitária e popular.

Em paralelo a isso, a motivação nasceu, decerto, da percepção feita pela orientadora desta dissertação, argumentando a relação da sujeita-pesquisadora com as sujeitas-de-estudo, isto é, a conexão e aproximação acerca da temática e, posteriormente, o incentivo em dar continuidade aquilo que pode trazer certa representatividade a todas nós, mulheres negras, espalhadas em programas de pós-graduação do país, ou na triste escassez contida no mercado de trabalho e, até mesmo, no simples ato de sempre buscar o melhor em nome da nossa ancestralidade.

O fato é que, conforme a extrema desigualdade racial do país, a imprensa brasileira é formada, predominantemente, por profissionais brancos (Agência Brasil, 2023). Por sua vez, estudos recentes apontam que o sexo/gênero do jornalista no Brasil são majoritariamente mulheres (58%), revelando que 68,4% são jornalistas brancas, mesmo que “a presença de pessoas negras entre jornalistas no Brasil tenha crescido de 23% em 2012 para 30% em 2021”, reafirmando um “provável reflexo das políticas de ação afirmativa no acesso ao ensino superior”, sinalizando que há, sim, uma extensa precariedade e transgressão de mulheres negras no mercado de trabalho jornalístico (Perfil do Jornalista Brasileiro - UFSC, 2021).

Não é exagero afirmar que os estudos em jornalismo, em sua grande maioria, destinam seus objetos e, sequencialmente, seus objetivos de pesquisa na produção restrita do “fazer jornalismo”, isto é, no conjunto de atividades exercidas no que concerne à função do jornalista, por meio da checagem das informações, da apuração das notícias, e por fim, o que se refere à finalidade do jornalismo em si (Reginato, 2019; Schmitz, 2011; Meditsch, 2007; Barbosa, 2005; Gonçalves, 2005). Desse modo, o que rege nesse momento é o avanço, epistemológico, em pesquisas que contribuam, antes de qualquer coisa, na representação sobre “quem faz jornalismo”, encarando o perfil do profissional na Comunicação brasileira como uma pessoa que ocupa categorias e espaços sociais (gênero, raça, classe) e que é através dessa tomada que identidades são construídas (Muniz Sodré, 2007; Lopes, 2013).

Preponderamos, através destas observações, que o campo da Comunicação, por exemplo, área de grande valia para a compreensão das dimensões empíricas por entre os sujeitos sociais, atribui os processos interdisciplinares, posto na pesquisa científica, como parapeitos, circunstanciais, que interagem com os “objetos, ações, indivíduos – trata-se de prática, de uma ação humana” (França, 2001b, p. 155) e que a realização, quase que imediata, de estudos sobre mulheres negras na mídia desponta da necessidade de investigar a discrepância racial na

composição do jornalismo brasileiro e os graves problemas de gênero que impactam a identidade negra nos espaços midiáticos.

Isto posto, Alves e Bueno (2024) ajuda a entender esse universo. As autoras analisam o cenário das pesquisas científicas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia, agrupando o contexto de gênero e raça nos espaços midiáticos e, efetuam um Estado da Arte, com objetivo principal de delinear o as pesquisas desenvolvidas em teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e Jornalismo (PPGJor), entre os anos de 2015 e 2023 no Brasil. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁶.

Constata-se, a partir do estudo de Alves e Bueno (2024), a presença de quatro (4) teses e dezesseis (16) dissertações que se aproximam do objetivo proposto. Em suma, verificou-se que pesquisas sobre jornalistas mulheres ainda estão ratificadas em torno do objeto analítico mais fortemente do gênero, outrossim, nota-se que pesquisas sobre raça na Comunicação são investigadas sob a ótica da identidade profissional dos jornalistas, englobando homens e mulheres. Ao final do levantamento, adverte-se que apenas uma pesquisa, defendida no mestrado profissional em jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), defendida em 2022, analisa, de fato, jornalistas negras na mídia, sem a conjuntura somente do gênero ou apenas da raça. Emerge, por assim dizer, a diligência acerca deste objeto nas pesquisas de pós-graduação no Brasil.

Em função disso, a pesquisa sobre a temática tem ganhado novos espaços, mas ainda é cômodo, para alguns pesquisadores, continuar se aprofundando, cientificamente, dos mesmos objetos de estudo, pois, compreender as ““raças”, dentro de novos modelos explicativos das diferenças humanas, [como no caso do mercado jornalístico] podem suscitar estigmas talvez mais profundos”, bem como a compreensão do gênero, isto é, a categoria mulher, demandando mais autonomia e tempo de investigação por parte do(a) pesquisador(a) (Muniz Sodré, 2007, p. 141).

Na concepção de Muniz Sodré (2007), sob referência do seu estudo intitulado “A abominação do outro”, os meios de Comunicação retratam a “visibilidade do negro essencialmente como negativa”, seja pela violência racial banalizada repetidas vezes nas notícias midiáticas em que o autor destaca como “filosofia da diferença”, sendo, pois, as

⁶ O Estado da Arte teve como base de enquadramento quatro (4) categorias de análise, sendo: 1) número de trabalhos sobre jornalistas negras e jornalistas mulheres na mídia, essa distinção se deve pelo fato de que muitos trabalhos utilizam apenas as vertentes teóricas de gênero; 2) classificação geográfica dos PPGs; 3) palavras-chave presentes nas teses e dissertações e 4) técnicas de pesquisas utilizadas.

amarras da identidade à sombra da cor da pele; ou pelos estigmas da alteridade guiado pelas poucas representações raciais na composição dos espaços midiáticos, chamando de “identidade da diferença”, objetificando a exclusão social destes grupos (Muniz Sodré, 2007, p. 139; Veloso; Batista, 2017)⁷.

Em relação a categoria mulher, o conceito de “Colonialidade do Gênero”, desenvolvido por Lugones (2014), exemplifica essa invisibilidade social e midiática desvelando as estruturas de opressão de gênero racializada em que mulheres negras, indígenas das américas e escravizadas africanas, historicamente, sempre foram vistas como não-humanas. Sob influências europeias e tendo como “meta colonial” o desaparecimento de mulheres negras nas relações sociais e cotidianas, a perspectiva decolonial, discutida no capítulo 2 desta dissertação, surge como um fenômeno epistêmico nas ciências sociais da América Latina como possibilidade de “aprender sobre corpos negros femininos”, não nos limitando apenas nos aspectos raciais (Lugones, 2014, p. 941).

Com efeito, os sujeitos de estudo são atravessados por um “panorama sociocultural de uma sociedade”, digamos que, por um certo motivo, são fontes de conhecimento e ressignificação nos paradigmas da Comunicação em que abordam vidas de diferentes localidades (França, 2001a, p. 15; França, 2001b), bem como a identidade de jornalistas negras no país e o complexo desafio de exercer tal identidade na sociedade civil, tais como: acesso à educação, saúde de qualidade e empregos dignos, sendo este último um dos mais conflitantes na construção do imaginário social.

Sabemos, tal como aponta Eco (1977, p. 47), que “organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora”, ainda que, “[...] uma certa intuição também seja necessária”. Por essa razão que nas primeiras reuniões de orientação de mestrado, ainda no processo de delimitação e ajuste do tema, a autora desta dissertação foi orientada a elaborar um perfil metodológico com o nome de todos os autores(as) que participariam da construção teórico-metodológica ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

A ideia central foi buscar os principais autores e suas atribuições teóricas para que pudéssemos, de alguma forma, construir um arcabouço cognitivo sobre a temática a ser trabalhada. Logo, afirmamos que há, majoritariamente, autores(as) negros (pretos e pardos) na construção teórica e metodológica desta pesquisa, isso porque é uma pesquisa política, isto é, se posiciona cientificamente contra o apagamento e a exclusão do pensamento negro e/ou

⁷ Não obstante, a forma como a sociedade se enxerga está, portanto, calcada nas violências simbólicas diante das estruturas sociais e das relações de representação.

latino-americano na construção do saber e na efetivação do conhecimento científico e, sobretudo, é contra o silenciamento do corpo negro feminino nos espaços midiáticos.

Nessa linha, como **aporte teórico** recorremos ao conceito de identidade presente nos Estudos Decoloniais e no Pensamento Afrodiaspórico, apoiado nas provocações de Prado, Pellegrino (2022); Ochy Curiel (2020); Joaze Bernardino-Costa (2020; 2023); Maldonado-Torres (2020); Grosfoguel (2020); Lugones (2014; 2020) e Muniz Sodré (1999; 2006; 2007; 2014; 2023) em cruzamento com os Estudos em Comunicação, sendo, portanto, uma (re)leitura dos valores e conceitos sociais latino-americanos a partir da pluralidade de vozes, rompendo com os saberes coloniais e eurocêntricos que influenciam, até os dias de hoje, o nosso modo de pensar coletivamente afetando as estruturas sociais e corroborando, hermeneuticamente, na compreensão das categorias de gênero, raça e identidade no mercado de trabalho e do que vem ser a própria construção jornalística.

Utilizamos como chave de **reinterpretação analítica** o conceito de “estigma”, a partir dos estudos de Goffman (1977; 1979; 1981a; 1981b; 2002). O autor discute como o “estigma”, articulando à “representação do eu” na sociedade, constitui uma categoria social negativa vinculada a relações de poder. Para o autor, existe uma noção de “identidade social deteriorada” que evidencia o reforço de estereótipos sobre corpos já marginalizados. Além disso, Goffman (1981a) contribui para pensar a relação entre atributo (um traço visível em uma pessoa), estereótipo (a interpretação social desse traço) e estigma (o efeito negativo na vida da pessoa estereotipada), mostrando como esses elementos podem intensificar o preconceito. No caso das jornalistas negras, o conceito de “estigma” permite compreender que a representação não se trata de uma escolha individual, mas de uma negociação constante atravessada por desigualdades.

Da mesma forma, apoiamos nossa **construção teórica e analítica** junto as abordagens Interseccionais, apontadas pelos Estudos de Gênero e Raça, de acordo com as orientações de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002); Lélia Gonzalez (1982; 2020; 2002); bell hooks (2015; 2017; 2019; 2020; 2022; 2023); Carla Akotirene (2019); Patrícia Hill Collins (2016; 2021); Sueli Carneiro (1995; 2011; 2023); Cida Bento (1995; 2022); Nilma Lino Gomes (2019) e Frantz Fanon (2020; 2022), que discutem sobreposições em torno da identidade negra na sociedade e a condição do sujeito(a) negro(a), atravessando as seguintes agendas temáticas: pensamento feminista negro, branquitude e embranquecimento narrativo, negritude, mito da democracia racial e efeitos sociais na “política da boa aparência”, principalmente se levarmos tais aspectos emergentes para dentro do mercado de trabalho, como bem apontam Marcia Lima; Flávia Rios; Danilo França (2013).

Para tal propósito, ressaltamos que quando Lélia Gonzalez (2020) teorizava em seus escritos sobre os obstáculos da “boa aparência”, principalmente em relação ao corpo negro feminino, regimentados pelo mercado de trabalho, a autora trazia um texto-denúncia sobre a relutância dos negros em se autodeclararem pessoas pretas, pois se estava documentado como deve ser as características de uma pessoa para se ocupar um emprego e ser autointitulado um cidadão civilizado, prontamente negar este fato já se faz uma verdadeira estratégia de sobrevivência. Aliás, Lélia Gonzalez (2020) alertava sobre nossos comportamentos, enquanto cidadãos civis e, por que não, pesquisadores sociais, em nunca nos posicionarmos para com o apagamento racial e de gênero dentro das instituições (universidade, escola, casa, trabalho etc.).

Nesse contexto, operamos, como recurso **teórico-metodológico**, junto à **Teoria Fundamentada Construtivista** (TFC), baseando-nos em Charmaz (2009), que contribui na investigação de dados teóricos de caráter descritivos por meio da análise qualitativa, potencialmente aplicada em pesquisas com abordagens qualitativas em Pós-Graduações (mestrado e doutorado). A conceituada *Grounded Theory* consiste em investigar “os dados por meio das observações, das interações e dos materiais que reunimos. [...] junto as experiências e os eventos empíricos,” surgindo, por assim dizer, “uma teoria fundamentada que explica o processo estudado em novos termos teóricos, explica as propriedades das categorias teóricas e, muitas vezes, aponta as suas consequências” (Charmaz, 2009, p. 15 e 21).

A Teoria Fundamentada Construtivista, conforme Charmaz (2009), propõe que a reflexão emerge da interação entre pesquisador e participantes, destacando o processo interpretativo como uma construção compartilhada. Charmaz (2009) defende que o pesquisador não é um observador neutro, mas alguém envolvido ativamente na cocriação dos dados e na interpretação dos significados. A teoria final, portanto, configura-se como uma interpretação reflexiva e situada, que considera contextos e subjetividades no processo analítico. A aplicação desta metodologia, tendo como fenômeno de investigação as jornalistas negras, busca compreender o sentido de “ser” a partir das marcas de gênero e raça. Nas entrevistas, emergiu um cenário de acolhimento em que as participantes revisitavam memórias, redescobriam o passado e refletiam sobre sua condição de “ser”.

Acreditamos que este modelo metodológico é especialmente adequado para estudos de gênero e raça a partir das narrativas, porque valoriza as vozes e perspectivas das participantes, permitindo que suas experiências sejam centrais no processo de análise. Como essa abordagem reconhece que os significados são construídos socialmente e influenciados por contextos culturais, ela facilita a interpretação das realidades complexas e interseccionais de gênero e raça. Além disso, o caráter reflexivo do pesquisador, que considera sua própria posição social,

reduz a possibilidade de imposições ou simplificações sobre as experiências dos entrevistados, promovendo uma análise que respeita e realça as especificidades e subjetividades das vivências individuais e coletivas.

A partir dessa perspectiva, optou-se por investigar duas jornalistas negras em cada uma das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), totalizando dez participantes. Esse recorte foi definido por três razões principais. Em primeiro lugar, assegura uma representação geográfica diversa e equitativa, permitindo a inclusão de vozes situadas em diferentes contextos sociais, políticos e culturais. Em segundo lugar, o número de duas jornalistas por região equilibra especificidade e viabilidade analítica, ao possibilitar tanto comparações regionais quanto a identificação de padrões comuns entre experiências distintas. Por fim, o número total de dez participantes mostra-se metodologicamente adequado à abordagem qualitativa adotada, em especial à Teoria Fundamentada Construtivista, que privilegia a profundidade da análise e a compreensão dos significados construídos pelas participantes, em detrimento de generalizações estatísticas (Charmaz, 2009).

Nesse sentido, o desenho da amostra não se pauta pela representatividade numérica, mas pela busca de variação teórica (Strauss; Corbin, 2008), o que possibilita captar dimensões diversas do fenômeno investigado e sustentar a construção de categorias analíticas consistentes. Além disso, como observa Minayo (2017), em pesquisas qualitativas “a amostra é sempre pequena, intencional e teórica”, sendo definida pela relevância e profundidade dos dados em relação ao objeto de estudo. Assim, considera-se que a quantidade de participantes foi suficiente para atingir os objetivos da pesquisa, garantindo diversidade regional e riqueza interpretativa compatível com os princípios da investigação qualitativa.

Com isso, é possível explorar as nuances regionais e particularidades das trajetórias dessas jornalistas, oferecendo uma visão rica e variada que reflete as interseccionalidades de raça, gênero e localização no campo jornalístico brasileiro. Antes de tudo, vale ponderar que para alcançar os nomes de cada jornalista foi necessário utilizar a Estratégia Bola de Neve (*snowball sampling*), técnica de amostragem não probabilística, em que os(as) sujeitos(as) selecionados são potencialmente indicados por outras pessoas, formando, portanto, “uma rede de referência” ou “cadeias de referência” para pesquisas qualitativas (Vinuto, 2014).

Portamos três blocos de análise, explicados com maior precisão no capítulo 1 desta dissertação, enquadradas nas seguintes circunstâncias, a saber: “retomando o passado”, “ser mulher negra na Comunicação” e “perspectivas para o futuro”. O estudo buscou abranger determinados tópicos, tais como: a) identidade das jornalistas negras: autodeclaração étnico-racial e os desafios da identidade racial no mercado de trabalho; b) cidade/região que trabalham:

perspectiva geográfica quanto as categorias de gênero e raça; c) cargos que ocupam: qualificação de nível superior e oportunidades de emprego; e d) experiências e vivências no mercado de trabalho: trajetórias pessoais e profissionais

Como **coleta de dados**, utilizamos a técnica da **Entrevista Semiestruturada**, segundo os ensinamentos de Duarte (2005), que nos direciona a examinar, qualitativamente, a intensidade das respostas; especificamente para pesquisas com enfoque nas interseccionalidades, bem como o cruzamento de gênero-raça-identidade. Outro detalhe relevante desta técnica é a vivacidade do relato individual na compreensão das relações sociais e, por que não, raciais. Sustentamos a ideia de que estudos de caráter qualitativo com abordagens étnico-raciais devem recorrer, interseccionalmente, aos pilares fundamentais do “ser” e “existir”, visando autenticar as narrativas e perspectivas negras brasileiras.

Partindo dessa necessidade, evocamos, por assim dizer, duas requisições importantes que compõem esta dissertação. Primeiramente, todos os autores(as) negros(as) que nos contribuíram, exemplarmente, com suas obras, serão citados ou mencionados no decorrer desta pesquisa pelo nome completo, sem abreviações e sem o paradoxo apenas do sobrenome, até mesmo no caso das citações diretas que estão engessadas pelo cognome por entre os parênteses. O objetivo aqui não é, de forma alguma, contrariar as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas fortalecer a visibilidade, muitas vezes interrupta, de autores(as) negros(as) nos embasamentos científicos, em virtude disso, “tem que ter nome e sobrenome, se não o racismo põe o nome que quiser” (Luiza de Bairros, 2016).

Para preservar a identidade das jornalistas desta pesquisa, optamos por codinomes de personalidades negras brasileiras que marcaram a história do país. Com intuito de justificar a escolha dos codinomes, apresentamos brevemente as trajetórias dessas personalidades, destacando os motivos que as tornam representativas para esta pesquisa: Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra parlamentar eleita, professora e jornalista; Dandara dos Palmares foi líder do Quilombo dos Palmares e símbolo de resistência à escravidão; Esperança Garcia foi a primeira advogada negra do Brasil e referência na luta por direitos; Hilária Batista, conhecida como Tia Ciata, foi uma ativista cultural e símbolo de resistência afro-brasileira; Laudelina de Campos foi militante pelos direitos das trabalhadoras negras e igualdade racial; e Luísa Mahin participou das lutas abolicionistas.

Na sequência, Maria Felipa foi a heroína que liderou ações de resistência para proteger seu povo; Maria Firmina dos Reis foi a primeira romancista brasileira e defensora da educação libertadora; Maria Odília Teixeira foi intelectual e militante que rompeu barreiras acadêmicas; e Tereza de Benguela foi líder quilombola que lutou pela liberdade de mulheres negras e

indígenas. Esses codinomes permitem apresentar as jornalistas de forma segura, conectando suas histórias pessoais a trajetórias históricas de resistência, luta e afirmação da identidade negra. Ao longo desta dissertação, as dez jornalistas serão referidas por esses codinomes, permitindo que suas narrativas sobre desafios, dores e resistências no jornalismo sejam apresentadas com respeito e conexão histórica.

Outro fator importante, que integra a segunda requisição, é a linguagem trabalhada nesta dissertação. Na tentativa de estabelecer uma escrita afetuosa que encontre, sim, pares acadêmicos, através de formações científicas melhores, mas, para além disso, para que alcance vários tipos de leitores e interessados em áreas interdisciplinares as nossas, no campo da Comunicação, como mulheres, homens, etc. (negros, indígenas, brancos) que buscam se reiterar dos contextos sociais através dos aprofundamentos acadêmicos, adotamos os pronomes retos narrativos, situados na primeira pessoa do plural, de modo mais impessoal, porém rompendo com algumas barreiras linguísticas erguidas pelos muros da universidade.

Nas palavras de Meditsch (2007, p. 282), “a linguagem formal dos cientistas justifica-se pela universalidade ideal do seu auditório [...], mas esta linguagem só circula por determinadas redes e cria uma incomunicação crescente entre os dialetos das diversas especialidades”. Em outras palavras, “quanto mais as ciências produzem conhecimento, mais tornam opaco este conhecimento” (Meditsch, 2007, p. 282). Pois bem, reiteramos, tranquilamente, o desenvolvimento da norma culta e academicamente eficiente, mas sem desmerecer a afetividade no processo e a simplicidade investigativa para com as nossas sujeitas de estudo.

Ressaltamos que esta dissertação está organizada em três partes e é composta por cinco capítulos, cada capítulo assume um papel fundamental na construção do argumento. Dessa forma, os capítulos que integram cada parte serão apresentados e contextualizados em seu respectivo bloco. Como resultado desta pesquisa, propomos a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo, construída a partir das experiências de jornalistas negras que relataram sentimentos de dor, raiva e medo em sua atuação profissional. Mas que tipo de dor ou raiva estamos tratando? Para Shirley Anne Tate (2020, p. 184), o ato de ser excluída simbolicamente da sociedade, marginalizada por questões econômicas e apagada daquilo que nos traz dignidade social, como a inserção no mercado de trabalho, pode ocasionar “a raiva, como dor psicológica institucional, pode ser também produtiva e agenciadora quando percebemos que ela está enraizada em resposta às injustiças sociais”.

De forma legítima, “a dor é pura experiência física de negação” (Scarry, 1985, p. 52) e para muitas das jornalistas, inseridas neste estudo, foi e/ou é a forma como elas se enxergam no

exercício da profissão. Como impulsionamento, “as pesquisas em Comunicação devem acolher a alteridade, habilitando-nos a pensar, ver e dizer diferentes mundos outramente, permitindo-nos um tempo para encontrar um lugar em meio à modelagem representativa e à experimentação afetiva” (Martino; Marques, 2018, p. 231). Ao pesquisar sobre uma temática que conversa com a sujeita-pesquisadora, observamos que o “o envolvimento afetivo é um dos elementos responsáveis por instigar a vontade de saber, a disposição em aprender e, muitas vezes, rever também como uma certa visão de mundo” (Martino; Marques, 2018, p. 221). Nos concentramos nisso agora, reconhecer a caminhada e apontar novos direcionamentos.

1 PERCURSO METODOLÓGICO: TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

[...] Vejo que cada traço meu é um reparo celestial da minha pessoa e, mais, sou a constelação de todos os nomes dentro de mim, de todos os nomes que já habitei. Como uma mulher não branca percebo que minha vida foi escrita para mim no momento em que meu nome foi me dado.

(Jenny Tinghui Zhang)

Sem dúvida, a construção de toda pesquisa científica é fundamentada por meio de procedimentos metodológicos. Considerando este um caminho primordial para o desenvolvimento de toda e qualquer base científica, Carla Akotirene, autora e pesquisadora negra brasileira, publicou um ensaio intitulado “Você é escravo intelectual de qual corrente [metodológica]?”, afirmando que:

Se a gente não usa a interseccionalidade como instrumento analítico pensado pelo feminismo negro, as categorias acima não conversam entre si e sequer visibilizam a experiência das mulheres negras, grupo multifacetado pelas estruturas do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado. [...] Não adianta citar autoras negras e metodologicamente aplicar categorias de análise branco-hegemônicas. [Mesmo que não consigamos nos desvincular freneticamente destas vanguardas metodológicas] não é pra ninar a Casa Grande, é pra incomodá-la de seus sonos injustos (Carla Akotirene, 2024, n.p. reprodução Instagram).

A autora e pensadora negra nos provoca enquanto pesquisadores (iniciantes ou experientes) a adotar uma epistemologia metodológica preta, mesmo que essa proposta ainda esteja em fase de ajustamento, orientando que “se a academia é a casa grande moderna, precisamos fazer revolução epistêmica na tese, monografia e dissertação de mestrado em que metodologias de pesquisa precisam ser revisadas” (Carla Akotirene, 2024, s/p [online]). Apesar desta dissertação não adotar exclusivamente autores(as) negros(as), buscamos fazer uma aproximação interseccional e combinar vertentes teóricas de autores(as) negros(as) e brancos(as), privilegiando, assim, alguns pontos de vista sobre gênero e raça.

Diante desta perspectiva, este capítulo se propõe a apresentar as escolhas metodológicas adotadas na pesquisa. Objetivamente este estudo abraça o arcabouço da Teoria Fundamentada Construtivista, de Charmaz (2009), com o intuito de potencializar o fenômeno investigado. Como ferramenta de coleta de dados, apoiamo-nos na estratégia Bola de Neve (*Snowball*), direcionada por Vinuto (2014), sendo a abordagem inicial para encontrar as sujeitas da pesquisa. Após isso, as Entrevistas aplicadas foram as semiestruturadas (Duarte, 2005) na

tentativa de obter materiais mais aprofundados, mas sem perder o direcionamento da proposta em questão.

1.1 Implicações e contextos: como podemos definir a “teoria”?

De modo geral, a teoria pode ser definida como a construção do conhecimento, sobretudo, o conhecimento científico, que, por sua vez, está canalizada na descoberta dos fenômenos sociais e na teorização do raciocínio lógico. Na obra “O Que é Teoria” de Pereira (1990), o autor argumenta a necessidade de voltarmos nossas atenções ao conhecimento empírico e analisar, efetivamente, o “fenômeno observado”, isso porque “[...] o ato de teorizar se torna mais amplo e mais complexo e é por causa de tudo isso que não teoriza só porque pensa. Teoriza também porque sente, porque age” (Pereira, 1990, p. 14).

Na construção de uma abordagem teórico-epistemológica, Pereira (1990, p. 41) elenca quatro etapas para extrair uma ciência epistemológica consolidada, sendo, pois: a) momento de observação; b) hipóteses; c) experimentação; e, por fim, d) a garantia da lei. Nesse caminho que Patricia Hill Collins (2020, p. 141) utiliza “a interseccionalidade para explicar fenômenos sociais”, especialmente quando integramos corpos negros no centro de análise.

Mais precisamente, Ochy Curiel (2019, p. 36) analisa que é preciso repensar e reivindicar certas “teorias, categorias e conceitos europeus e norte-americanos que são transportados para nossa região sem uma contextualização para analisar as realidades de muitas mulheres”, a autora destaca a importância de efetuarmos uma série de aplicações metodológicas para transformar socialmente o cenário atual e, assim, não debater e/ou analisar se grupos minoritários são humanos ou não. Nesse contexto, podemos caracterizar o conceito de teoria como um conjunto de conhecimentos adquiridos através de hipóteses, experimentos, observações e análises.

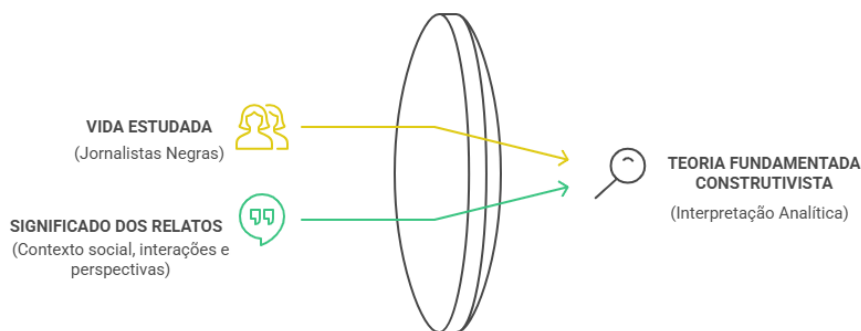
Convém dizer que na produção da Teoria Fundamentada Construtivista há, por exemplo, o tratamento dos dados empíricos através das opiniões, sentimentos, ações e contextos transformando-os em códigos, categorias e teorias emergentes (Francisco Leite, 2023). Por conta disso, “a teoria não é descoberta; em vez disso, a teoria é construída pelo pesquisador que vê o mundo através de suas próprias lentes” (Chun Tie; Birks; Francis, 2019, p. 3). No mais, a Teoria Fundamentada recebe esse nome por “gerar explicações teóricas de processos sociais enraizadas nos dados” (Francisco Leite, 2023, p. 166). A partir disso, as seções seguintes dedicam-se em aprofundar os processos da Teoria Fundamentada Construtivista através do mapeamento do campo e, respectivamente, os rumos da pesquisa.

1.1.1 Teoria Fundamentada Construtivista: desenhando o processo

Na busca por responder como as jornalistas negras se veem no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, a partir dos desafios enfrentados diante do contexto de gênero e raça, a pesquisa adotou o método da Teoria Fundamentada Construtivista (TFC) como suporte principal de investigação, a partir das concepções de Charmaz (2009), potencialmente conceituada entre pesquisadores e estudantes que abordam métodos qualitativos.

A Teoria Fundamentada Construtivista consiste em investigar “os dados por meio das observações, das interações e dos materiais que reunimos. [...] junto as experiências e os eventos empíricos, seguindo as ideias analíticas sobre eles”, surgindo, por assim dizer, “uma teoria fundamentada que explica o processo estudado em novos termos teóricos e, muitas vezes, aponta as suas consequências” (Charmaz, 2009, p. 15 e 21). Autores que adotam a Teoria Fundamentada Construtivista optam por defini-la como uma “Interpretação Analítica” utilizando como metáfora a “lente do pesquisador” e o “contexto social investigado” (ver Francisco Leite, 2023; Chun Tie; Birks; Francis, 2019). A figura 1 ilustra, de modo simples, os interesses da metodologia:

Figura 1 – Interpretação Analítica da Teoria Fundamentada Construtivista



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos ensinamentos metodológicos de Charmaz (2009), 2025.

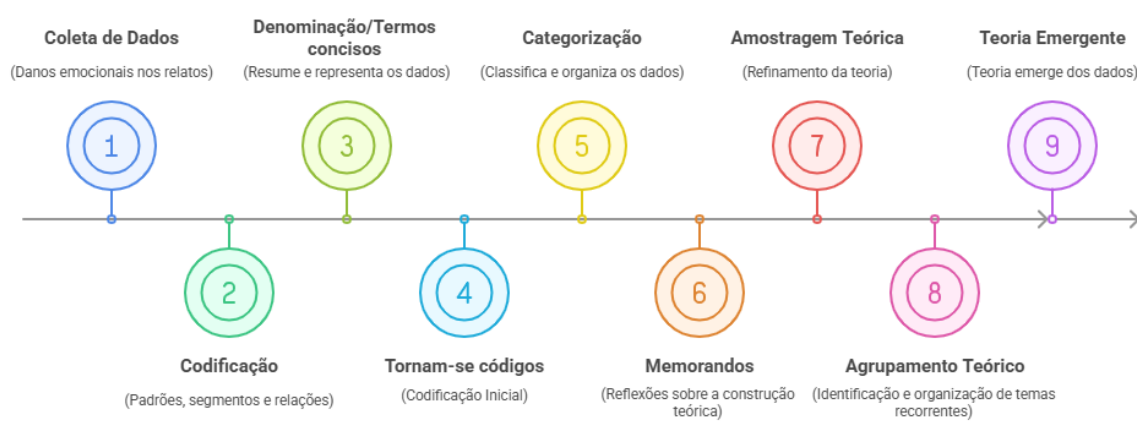
Originalmente denominada de *Grounded Theory*, o método surgiu “a partir da exitosa colaboração dos sociólogos Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss” aos quais “propuseram que a análise qualitativa sistemática tivesse sua própria lógica e pudesse gerar teoria” (Charmaz, 2009, p. 17 e 19). Por entre esses desdobramentos, a iniciativa analítica nasceu, justamente, da observação e da construção de novos olhares que pudesse captar os “processos básicos” do “o que está acontecendo aqui?”, pergunta que direciona o método, determinando categorias e

criando novos conceitos a partir do cenário estudado. Por isso, a escolha corrobora com os questionamentos desta pesquisa que busca compreender o que está acontecendo na construção de carreira e, propositalmente, no mercado jornalístico em que atuam essas jornalistas negras.

Na obra *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, originalmente publicada em 1967, Glaser e Strauss avaliam que a ideia central da Teoria Fundamentada (clássica ou possíveis outras vertentes) é fornecer “previsões, explicações, interpretações e aplicações relevantes”, isso porque “a posição básica é gerar uma teoria adequada aos seus supostos usos” (Glaser; Strauss, 1999, p. 1 e 3) e compreender os sentidos e/ou os significados do grupo investigado.

Como desfecho, a proposta teórica construtivista busca propriamente “[...] explorar questões novas, os fragmentos da experiência” e os significados implícitos cedidos pelos(as) sujeitos(as) de estudo a partir das trajetórias pessoais do indivíduo, na tentativa de teorizar as relações humanas (Charmaz, 2009, p. 201). Por sua vez, Charmaz (2009) estabeleceu alguns pontos essenciais como suporte de análise que geram a classificação/categorização do contexto social investigado. O processo é dividido em: a) coletando dados importantes; b) codificação na prática (redação do memorando); c) amostragem teórica; e d) teoria emergente. Nesta pesquisa propriamente, optamos por desenvolver a TF Construtivista em nove etapas bem mais detalhadas como salienta a figura 2:

Figura 2 – Processo de Desenvolvimento da Teoria Fundamentada Construtivista



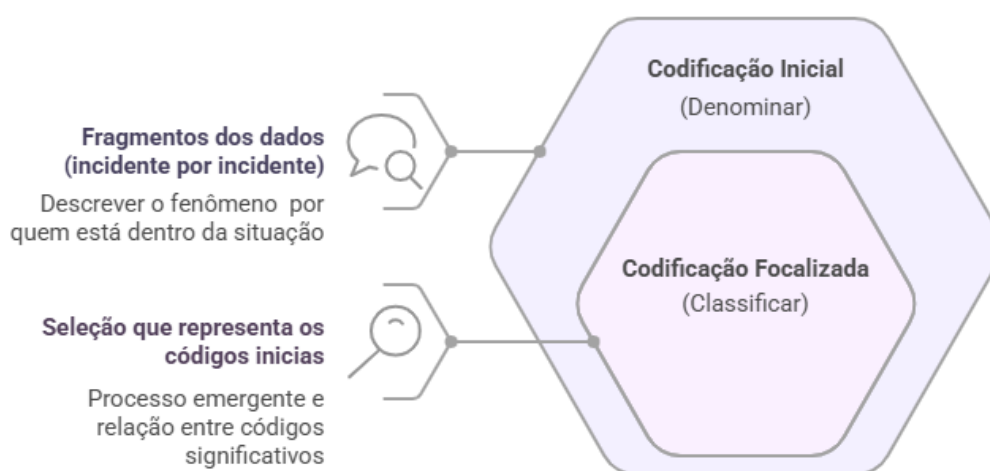
Fonte: Elaborada pela autora a partir dos ensinamentos metodológicos de Charmaz (2009), 2025.

Diante dessas colocações, a Teoria Fundamentada Construtivista expõe as propriedades de uma pesquisa qualitativa. Cada etapa guia o(a) pesquisador(a) para a construção de uma Teoria Fundamentada relevante, sinalizando padrões de conexões e realidades emergentes. Por

mais que esteja na codificação dos dados os principais reveladores da construção teórica fundamentada não podemos saltar as etapas, uma vez que é a partir das redações (memorandos) que as experiências são bem tratadas e interpretadas.

De acordo com Chun Tie *et al* (2019, p. 4), as codificações (iniciais e focalizadas) são “processos analíticos utilizados para identificar conceitos, semelhanças e recorrências conceituais em dados”, contudo, “as redações dos memorandos são cruciais pois estimulam os pesquisadores a analisar e codificar dados e desenvolver códigos em categorias no início do processo de codificação”. Para efetuar tal análise, precisamos observar os detalhes de cada acontecimento que, automaticamente, emerge da fala. Tomemos como exemplo a figura 3 que esclarece a importância das codificações (inicial e focalizada):

Figura 3 – Entendendo as codificações na prática



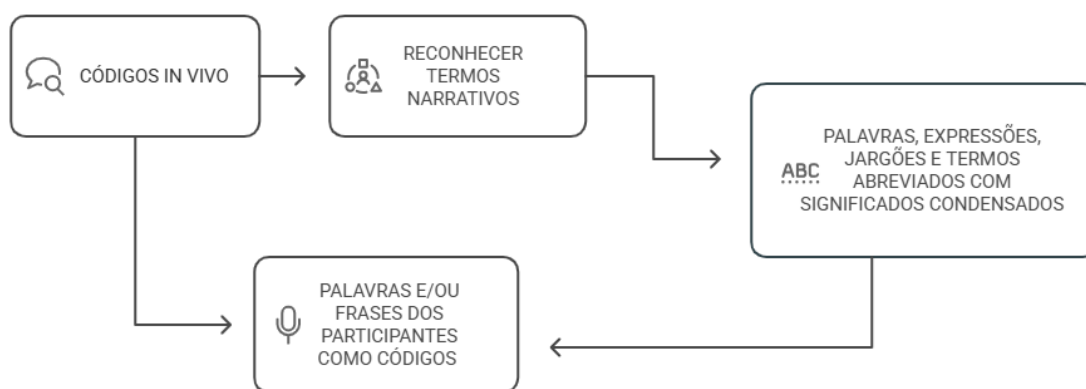
Fonte: Elaborada pela autora a partir dos ensinamentos de Charmaz (2009), 2025.

Vale ressaltar que no momento das codificações (inicial e focalizada) utilizamos grupos de gerúndios, isto é, verbos que indicam uma sensação de ação e sequência. Na concepção de Charmaz (2009), o uso dos gerúndios ajuda a interpretar melhor os dados e descrever os processos com clareza. No momento das codificações nos deparamos, muitas vezes, com palavras e/ou expressões ditas pelas próprias participantes que legitimam os seus comportamentos e ações, ao qual Charmaz (2009) denomina de “Códigos In Vivo”.

Os “Códigos In Vivo” podem ser manifestados pela autenticidade do que é dito a partir da linguagem utilizada pela participante em que, muitas vezes, exprime seus verdadeiros sentimentos diante de uma situação ou um caso bem específico. Como o nosso objetivo nesta

seção é desenhar o processo da Teoria Fundamental Construtivista, apoiamo-nos em representações visuais que facilite melhor a compreensão do método. O mesmo ocorrerá no capítulo de análise e discussão dos dados, visto que as composições visuais permitem transmitir melhor os achados. Nesse contexto, a figura 4 expõe alguns padrões narrativos que auxiliam no reconhecimento dos “Códigos In Vivo” e os elementos tácitos que os conectam:

Figura 4 – Reconhecendo os Códigos In Vivo



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos ensinamentos de Charmaz (2009), 2025.

Outro ponto importante é o fato de optarmos por comparar e analisar os dados através da conduta “incidente por incidente”, visto que alguns pesquisadores utilizam como método de comparação a alternativa “palavra por palavra” ou “linha por linha”. Acreditamos que ao analisarmos “incidente por incidente”, isto é, as semelhanças e diferenças que relacionam os fragmentos dos dados e representam um contexto mais específico, podemos entender as experiências das sujeitas de estudo com uma melhor precisão do que está sendo observado e, assim, denominarmos nossos códigos e classificarmos nossas categorias de forma i(n)terativa.

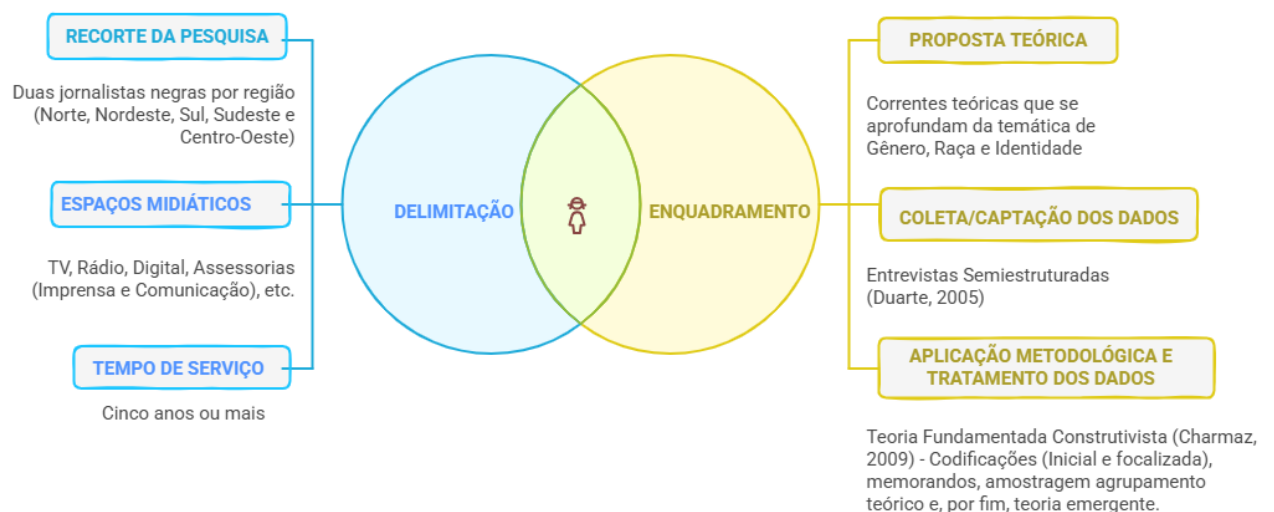
A partir do que já foi exposto, consideramos importante trilhar os caminhos da pesquisa. Significa dizer que pretendemos na seção seguinte nos debruçar sobre o mapeamento do campo e, assim sendo, na contextualização sistemática ao qual se encontra nossas sujeitas de estudo. Nossa intenção está para além de estudar “apenas” o contexto social sobre um grupo de jornalistas negras, almejamos reconhecer, reconsiderar e refletir sobre a importância desse fenômeno social (fatores sociais, raciais, políticos, econômicos e culturais) que, a partir disso, afeta também a subjetividade dessas jornalistas negras.

1.2 Primeiro passo: situando os caminhos da pesquisa através do mapeamento do campo

Sob esse título, esta pesquisa coloca-se a nível nacional, isto é, contemplando as cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) – em que tal contexto demonstra a emergência de se debater os aspectos de gênero e raça no mercado de trabalho jornalístico em diferentes locais do país – e, por ora, enveredar como jornalistas negras (pretas e pardas) se veem nos espaços midiáticos em que atuam. Como ato e efeito, esta pesquisa classifica-se como explicativa, tendo por finalidade a interpretação das razões e/ou causas a partir dos fenômenos em questão. Já em relação a determinação da amostra, entendida como delimitação do campo, utilizamos a amostragem não-probabilística que consiste em compreender a tipicidade das sujeitas de estudo (Marconi; Lakatos, 2003).

Para alcançar a proposta, traçamos as fases da metodologia em torno do objeto (sujeitas de estudo), divididas em duas grandes etapas (Delimitação e Enquadramento) em que apontam a construção teórico-metodológica desta pesquisa. A figura 5 ilustra essa contextualização da pesquisa (recortes detalhados) e a escolha dos procedimentos metodológicos (proposta, aplicação do método e técnica de pesquisa):

Figura 5 – Contextualização da pesquisa e procedimentos metodológicos



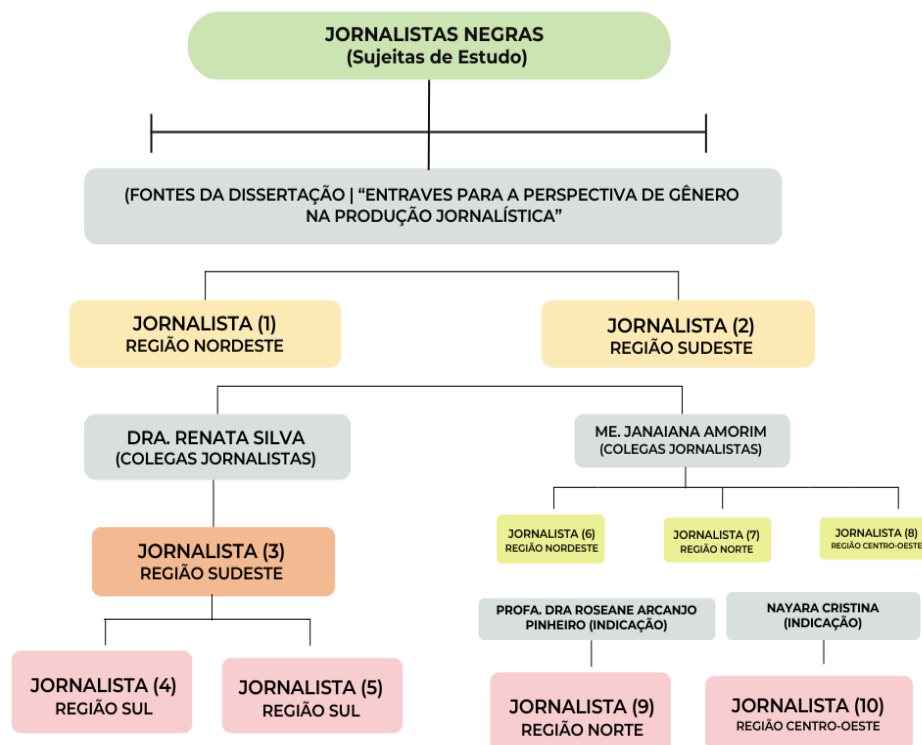
Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Em geral, as primazias que levaram aos recortes e delineamentos endereçadas as sujeitas de estudo, deu-se, resumidamente, por três motivos: **a)** Regiões brasileiras: a complexidade em

caracterizar o que entendemos por identidade, através dos diversos contextos históricos e culturais dos povos brasileiros e seus pertencimentos étnico-raciais, visto que a narrativa da democracia racial ultrapassa as fronteiras; **b)** Recorte de duas jornalistas negras por região: o cuidado em possivelmente ter um “ponto” e “contraponto” em nossas sujeitas de estudo sob os mesmos aspectos (gênero e raça no jornalismo), avaliando que pesquisas qualitativas não mensuram apenas números, mas os comportamentos dos indivíduos no contexto em que estão inseridos, totalizando dez jornalistas negras; **c)** Tempo médio de mercado e espaços midiáticos: limitamos entre no mínimo cinco anos ou mais de atuação no mercado de trabalho jornalístico, atuando em diferentes espaços midiáticos, como: TV, Rádio, Assessorias, Digital, etc.

Ao nos debruçarmos sobre este universo, vale destacar os caminhos percorridos para chegarmos aos nomes das nossas sujeitas de estudo. Como abordagem inicial, aplicamos a estratégia Bola de Neve (*Snowball*), como mencionado anteriormente, sendo, portanto, uma técnica não-probabilística que visa formar uma “rede de referência” ou “cadeia de referência” utilizadas em pesquisas qualitativas (Vinuto, 2014). Temos como exemplo a figura 6:

Figura 6 – Teia de referência: dialogando com as jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A figura acima exemplifica os caminhos percorridos para estruturar um grupo de dez jornalistas negras (sendo duas por região) na composição desta pesquisa. Um dos passos iniciais da estratégia Bola de Neve (*Snowball*) é acessar públicos-alvo de difícil acesso através de uma rede de contatos (pessoais ou profissionais) que podem atender aos critérios do estudo e, a partir disso, criar-se um mosaico de indicações (Vinuto, 2014). Não por acaso, o ato de recrutar potenciais participantes de pesquisa e selecionar as possíveis sujeitas de estudo já nos coloca frente a frente com o que pretendemos investigar. Para além disso, a figura 6 apresenta os nomes de cinco pesquisadoras da área da Comunicação que indicaram algumas das jornalistas negras presentes, sendo, portanto, a versão final da nossa “teia de referência”, aquela que utilizamos para investigar o fenômeno a partir dos critérios estabelecidos.

Antes de apresentarmos como foi o processo final para chegarmos as sujeitas de estudo, ilustrado na figura 6 e, posteriormente, apresentado no quadro 1, salientamos que ao todo conseguimos reunir dezenove nomes de jornalistas negras de diferentes regiões do país, ou seja, nove profissionais a mais do que dispomos a investigar. Convém ainda ressaltar que, muitas vezes, determinada jornalista, já indicada por outra pessoa, também apontava o contato de duas ou três colegas negras que poderiam aceitar participar da pesquisa. Na sequência, identificamos se cada uma das jornalistas se enquadrava na delimitação da pesquisa (recorte, espaços midiáticos e tempo de serviço), apontado na figura 5, e utilizamos como primeiro contato as duas principais plataformas de Comunicação que permite trocas de mensagens digitais, como: WhatsApp e Gmail.

Incute-se dizer que das dezenove jornalistas, quatro não faziam parte de alguns critérios estabelecidos, como por exemplo, ter mais de cinco anos no mercado de trabalho. Ainda nesse primeiro contato por mensagens, elaboramos cinco perguntas iniciais como o nome, cidade/região, autodeclaração étnico-racial, disponibilidade para participar e, para além disso, um breve relato sobre suas trajetórias – consideradas significativas – no mercado de trabalho jornalístico enquanto profissional negra. Como ainda tínhamos que escolher dez jornalistas entre as quatorze potenciais participantes, formulamos um breve quadro que comparava os objetivos específicos desta pesquisa com o que foi brevemente descrito por elas e relacionamos que havia muitas semelhanças em suas trajetórias profissionais.

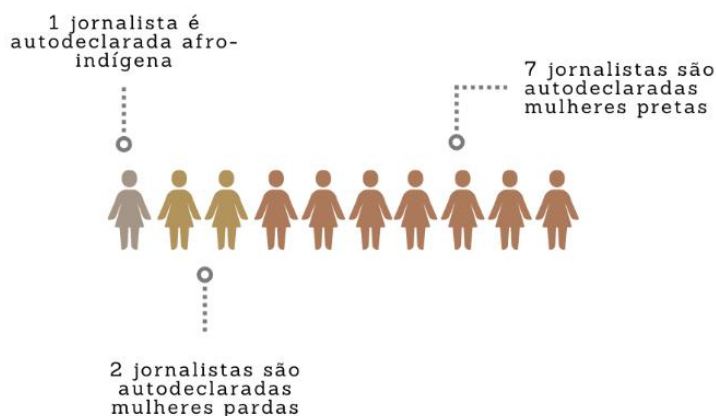
O fato é que a partir desse primeiro contato e a relação com mercado de trabalho enquanto mulher negra, trazidas ainda nas trocas de mensagens, decidimos por categoria selecionar as dez jornalistas que tinham mais proximidade com os nossos objetivos propostos, salientados detalhadamente na introdução desta pesquisa, tais como: (1) experiências e/ou

percepções; (2) desafios e/ou enfrentamentos; (3) estratégias e/ou iniciativas. A partir disso, nos aprofundamos nessas temáticas mais adiante no momento das entrevistas semiestruturadas.

Voltamos então a figura 6, nomeada de “Teia de referência” e os nomes das pesquisadoras que ajudaram na criação do mosaico de indicações. Em relação a mestre Janaína Amorim, atualmente doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que desenvolve estudos sobre gênero e mercado de trabalho na Comunicação, tivemos a indicação de três jornalistas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste; a mestre Nayara Cristina Nascimento, que desenvolve pesquisas sobre gênero, Comunicação e política, sugeriu uma jornalista da região Centro-Oeste; a doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Renata Silva, que pesquisa temas sobre as questões raciais, indicou uma jornalista da região Sudeste que, por sua vez, propôs duas jornalistas da região Sul e; por fim, a professora doutora Roseane Arcanjo Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz) nos indicou mais uma jornalista da região Norte.

Fora a contribuição da pesquisa de mestrado de Nayara Nascimento, intitulada *Entraves para perspectiva de gênero da produção jornalística a partir da feminização do jornalismo* (2021), ao qual apontou mais participantes para esta pesquisa, a partir das fontes da sua dissertação. Outro fator importante de ser pontuado no processo metodológico está no breve panorama da identidade étnico-racial das nossas sujeitas de estudo, visando identificar, ainda no primeiro contato, a autodeclaração das jornalistas e os perfis das profissionais que aceitaram participar. A figura 7 ilustra o panorama:

Figura 7 – Panorama das jornalistas: Identidade Étnico-Racial



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A figura 7 apresenta sete jornalistas que se autodeclararam mulheres pretas, duas que se autodeclararam mulheres pardas, e apenas uma jornalista da região Norte, situada especificamente na Amazônia Paraense, que se autodeclara afro-indígena, sendo, portanto, uma categoria identitária que combina os povos indígenas junto à diáspora africana – referindo-se como pessoas negras, como aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em função disso, a seção seguinte apresenta os direcionamentos da pesquisa diante do método e da técnica que utilizamos no decorrer das nossas ações, sobretudo, na busca explicativa-interpretativa “do que está acontecendo aqui, primeira questão a ser feita na Teoria Fundamentada” (Charmaz, 2009, p. 38).

1.3 Direcionamentos da pesquisa: combinando método e técnica

Esta seção se dedica em apresentar, objetivamente, as propostas de aplicação através da exposição do método e da técnica que contribuem para o desenvolvimento desta dissertação. Para tanto, separamos em duas seções terciárias o embasamento prático-metodológico ao qual recorreremos e que nos auxiliaram nas partes investigativas e analíticas dos dados, sendo: a) Entrevista Semiestruturada; e b) Finalidade Metodológica da Teoria Fundamentada Construtivista.

Dito isto, optamos por apresentar brevemente o perfil das jornalistas negras inseridas neste estudo. Ressaltamos as nossas motivações por substituir o nome de cada jornalista por figuras proeminentes do cenário negro brasileiro, ao qual explicamos a escolha dos codinomes na introdução desta dissertação, na tentativa de preservar a identidade das sujeitas de estudo, considerando a profundidade dos relatos, optou-se pela adoção estratégica de anonimização e sigilo, atendendo também às orientações e exigências do Comitê de Ética em Pesquisa, que recomenda a proteção integral da privacidade das participantes. Por esse motivo, o Quadro 1 apresenta o codinome das dez jornalistas, região e cidade e, novamente, a autodeclaração étnico-racial de cada uma:

Quadro 1 – Breve perfil: Jornalistas Negras⁸

Jornalistas	Região	Cidade	Autodeclaração
Antonieta de Barros	Sudeste	Niterói-RJ	Preta
Dandara dos Palmares	Sudeste	Rio de Janeiro-RJ	Preta
Esperança Garcia	Sul	Florianópolis-SC	Parda
Hilária Batista de Almeida	Sul	São Leopoldo-RS	Preta
Laudelina de Campos M.	Nordeste	Salvador-BA	Preta

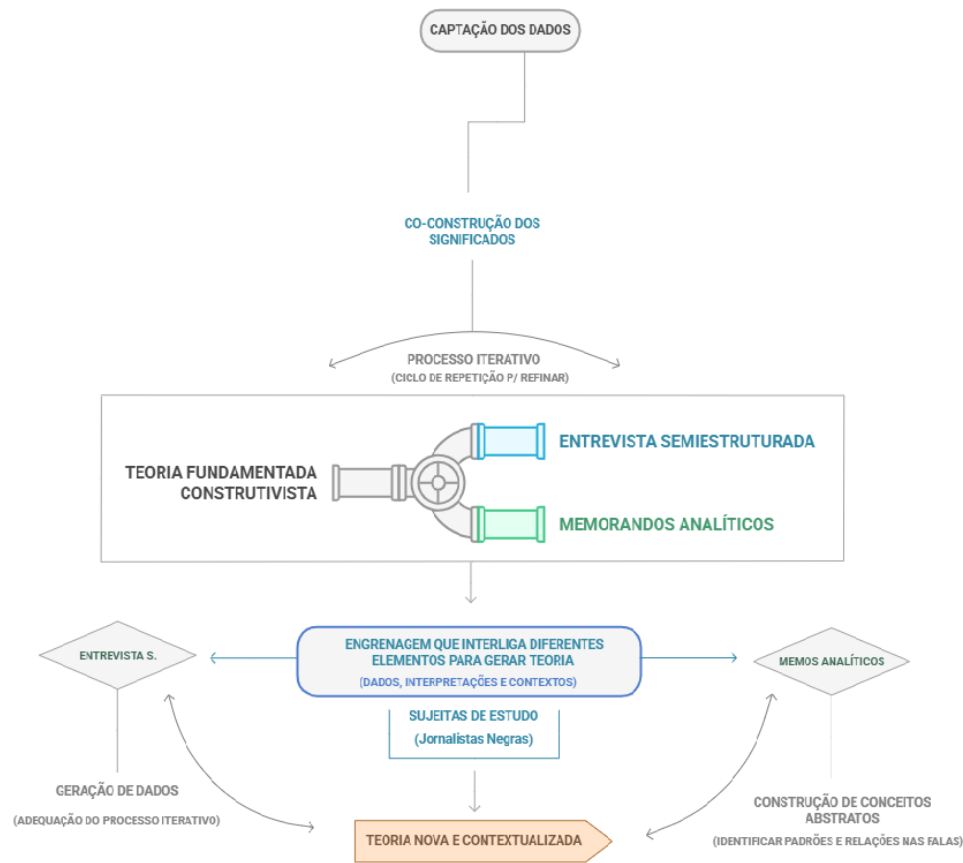
⁸ Vale lembrar que os nomes das jornalistas aqui citadas correspondem a codinomes atribuídos a personalidades referência, conforme previamente explicado na Introdução desta pesquisa.

Luísa Mahin	Nordeste	Fortaleza-CE	Parda
Maria Felipa de Oliveira	Norte	Manaus-AM	Preta
Maria Firmina dos Reis	Norte	Belém-PA	Afro-indígena
Maria Odília Teixeira	Centro-Oeste	Goiânia-GO	Preta
Tereza de Benguela	Centro-Oeste	Campo Grande-MS	Preta

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Sob esta perspectiva e a partir do delineamento do objeto (Sujeitas de Estudo), a Teoria Fundamentada Construtivista busca continuamente reorganizar os dados e estabelecer novos padrões de interpretação. Na concepção de Charmaz (2009), por exemplo, a realização das entrevistas estimula a sensibilidade do(a) pesquisador(a) e aproxima o entrevistado para reconstrução da realidade. A autora utiliza a palavra “engrenagem” como metáfora para combinar método e técnica, isto é, a aplicação da Teoria Fundamentada Construtivista a partir da “contextual e negociada entrevista”. Para materialidade, a figura 8 ilustra essa “engrenagem” e o processo i(n)terativo, ou seja, a relação repetitiva entre a Entrevista (captação dos dados) e os Memos Analíticos (tratamento dos dados):

Figura 8 – Engrenagem técnica na TF Construtivista



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos ensinamentos de Charmaz (2009), 2025.

A figura 8 revela que a tal “engrenagem”, metaforizada por Charmaz (2009), está na capacidade de construir e ajustar os dados, categorias e, possíveis, conceitos em torno do fenômeno investigado. Também é verdade que o processo de coleta de dados, bem como as entrevistas e as constantes observações que as antecedem, já nos diz como devemos direcioná-las. Nas palavras de Charmaz (2009, p. 46), a “entrevista é uma conversa orientada” que “quando ambos, entrevistador e participante, são mulheres, as diferenças de classe, idade e/ou raça e etnia podem ainda influenciar a forma como a entrevista prossegue”. Ainda de acordo com autora, o(a) pesquisador(a) pode e, em muitos casos, deve ter certa proximidade com o tema para entender com maior profundidade o fenômeno a ser investigado.

Para citar alguns casos, Charmaz (2009, p. 49) descobriu que “as diferenças entre entrevistador e entrevistado de pesquisa, no que diz respeito à raça, classe, gênero, idade e ideologias, podem afetar diretamente o que ocorre durante a entrevista” e, cumpriu acrescentar, que “alguns homens interpretam e dramatizam as relações de gênero” de forma banalizada, seja por uma simplória condição ou deixando escapar alguns detalhes que, por sua vez, poderiam ser esclarecedores. Importa frisar que as experiências e/ou os marcadores sociais de um(a) pesquisador(a) podem, sim, influenciar a forma como a entrevista deverá ser conduzida.

Convenhamos destacar que se um grupo de pesquisadores adeptos à Teoria Fundamentada Construtivista tem uma maior afinidade com o recorte de uma pesquisa é bem mais provável conseguir criar uma articulação vantajosa e participativa do que outros que não o possuem, mas cabe afirmar que isso não é uma regra. Diríamos, portanto, que a autora desta dissertação enquanto uma mulher negra, jornalista por formação e ciente das intersecções de gênero e raça, ou melhor, das opressões cruzadas e interligadas na sociedade utilizou-se de algumas inquietações pessoais e experiências muito características para esta organização metodológica e, conseqüentemente, para a construção do roteiro-base da entrevista.

Vale destacar que, embora a TF Construtivista utilize também como técnica a entrevista para efetuar a coleta dos dados, utilizamos nesta dissertação uma classificação de entrevista diferente daquela que Charmaz (2009) menciona e/ou emprega em seus estudos. De acordo com a conjuntura apresentada pela autora, o tipo de entrevista mais comum utilizado na TF Construtivista é a Entrevista Intensiva, ou seja, não estruturada e mais livre sem possuir um roteiro predefinido. Optamos por seguir com a Entrevista Semiestruturada, de acordo com Duarte (2005). Assim como outros autores adeptos à Teoria Fundamentada Construtivista que se direcionam dos fatores extraídos do método, mas com outras classificações de entrevistas (Estruturadas, Semiestruturadas ou Não Estruturadas).

De modo algum, a escolha do tipo de entrevista afeta a forma com instruímos nossos achados e gerenciamos nossas descobertas na TF Construtivista, mas como nosso objetivo neste capítulo é trilhar os caminhos percorridos até então, decidimos por destrinchar nossas etapas analíticas desde o recolhimento dos dados à finalidade metodológica da TF Construtivista. Tendo isso em vista, no subtópico seguinte destacaremos o processo das Entrevistas Semiestruturadas utilizadas para compreender as sujeitas de estudo; desde a construção do roteiro-base às etapas subsequentes, como por exemplo, o processo de decupagem das entrevistas.

1.3.1 Entrevista Semiestruturada: ponto de partida

Como ponto de partida, usamos o recurso técnico-metodológico da Entrevista Semiestruturada, baseada nos estudos de Duarte (2005), que aborda temas complexos na pesquisa social e que nos direciona a examinar, categoricamente, a intensidade das respostas. Para além disso, a Entrevista Semiestruturada é aplicada em pesquisas qualitativas cujo enfoque categoriza-se através do roteiro-base que tem a função de recolher respostas indeterminadas e não respostas já previstas e, ainda assim, seguir uma estrutura baseada em tópicos de interesses relevantes com maior controle (ver Apêndice A).

Após as primeiras atividades destinadas a identificarem o perfil das sujeitas de estudo, apresentado no Quadro 1, o roteiro-base foi elaborado a partir de cada leitura e interpretação do que realmente queríamos extrair nas entrevistas a partir dele, ao qual passou por duas modificações até chegar à versão final. A escolha da técnica de entrevista é defendida por Patrícia Hill Collins (2020, p. 141), observando que os “padrões de utilização de técnicas variam entre os diferentes grupos”, especificando que pesquisadoras negras costumam recorrer “as entrevistas individuais”, pois “os métodos podem ser empregados para uma variedade de propósitos” e contextualizados, caso haja uma possível hesitação acadêmica sobre os dados obtidos.

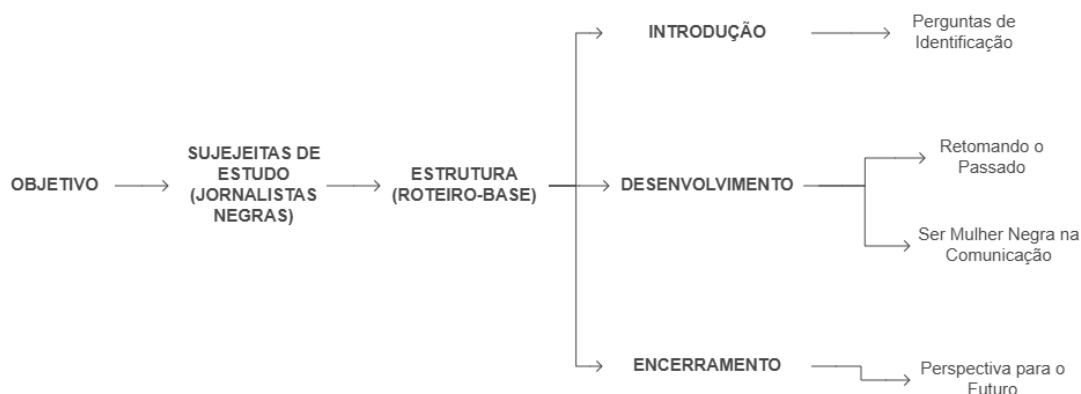
Nesse sentido, definimos os nossos principais objetivos (geral e específicos) para prosseguir com as entrevistas e com os possíveis temas que queríamos trabalhar, tais como: gênero, raça, identidade, formação acadêmica, mercado de trabalho, jornalismo, oportunidades, etc. Sugerimos que entender amplamente o que poderá ser abordado antes das entrevistas é o primeiro passo para dissecar algumas perguntas mais abertas, isso explica nossa motivação em trabalhar três principais blocos (passado, presente e futuro). Já com isso em mente, objetivamos que as “perguntas de aprofundamento” seriam aquelas sondadas ainda nas perguntas iniciais,

ou seja, nas perguntas abertas, para que pudéssemos explorar profundamente o assunto e entender o problema em torno dele.

Nesse contraste, ao invés de rotularmos todas as perguntas com “como”, “por que”, “o que”, “quem”, “qual”, em determinado momento das entrevistas – quando uma resposta não era bem aprofundada, mas que tinha certo potencial – empregamos termos como “fale”, “explique”, “conte sobre”, “descreva”, etc. Pode parecer irrelevante ou não possuir muita diferença, mas a Entrevista Semiestruturada trabalha intensamente com a linguagem ao seu favor e com aspectos de flexibilização que não, necessariamente, estão no roteiro. Por isso, muitas das perguntas aprofundadas não aparecem no “roteiro-base” e/ou “roteiro-guia”, pois alguma questão bem específica ficava em aberto e no momento da entrevista explorávamos o discurso da entrevistada na busca pela qualidade das respostas.

Para fins elucidativos, a figura 9 esboça a estrutura do roteiro-base e a forma como a construímos, pois se é bem verdade que existe várias formas de contar sobre algo ou alguém; devemos recorrer, enquanto pesquisadores(as), a uma estrutura que incentive essas “prerrogativas de conversação”, já impulsionado por Duarte (2005) e, posteriormente, salientado por Charmaz (2009):

Figura 9 – Estrutura do roteiro-base para Entrevista Semiestruturada



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Ocorre que antes de efetuarmos as entrevistas, formulamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, posteriormente, replicamos para cada sujeita de estudo a necessidade da sua assinatura (ver Apêndice B). Nesse termo, destacamos alguns pontos importantes para a viabilização dessas entrevistas, como: a) objetivos da pesquisa para

compreensão social do fenômeno; b) vinculação institucional da pesquisadora; c) condução do método e da técnica; d) suporte e ferramentas utilizados (vídeo, áudio e roteiro-base), e por fim; e) contato para possíveis outras dúvidas. Para execução das entrevistas, utilizamos como instrumento de coleta a plataforma Google-Meet, sendo, substancialmente, uma ferramenta desenvolvida pela empresa Google que garante videoconferências seguras e conexões instantâneas.

O período das entrevistas ocorreu entre 5 de abril de 2024 e 2 de outubro de 2024, de acordo com as agendas de cada sujeita de estudo. Não podemos deixar de mencionar que, a partir da disponibilidade de cada jornalista, algumas entrevistas tiveram mudanças nas datas estendendo-se por seis meses até a conclusão total das dez entrevistas. A média de duração das entrevistas está entre uma e duas horas, a depender da entrevistada. Por mais que os temas abordados sejam, de certa forma, sensíveis por tratarmos de questões de gênero e raça, a ferramenta do Google-Meet ajudou a construir o diálogo e aproximar a sujeita-pesquisadora com as sujeitas de estudo.

No momento das entrevistas, observamos que determinados assuntos exigiam uma descrição sutil. Muitas das jornalistas confiaram em detalhar os nomes das empresas, colegas de trabalho, funcionamento organizacional, mas pediram certa restrição, principalmente no que consideraram como “gatilhos”, para o material final. Essas intercorrências eram abertamente faladas da seguinte maneira: “peço, por favor, que retire essa parte da pesquisa”; “estou falando sobre isso, mas gostaria que você não citasse os nomes”; “para não dar problemas para mim, poderia remover essa parte” ou, até mesmo, “se puder substituir os nomes, agradeceria”. Sem qualquer dúvida, atendemos a vontade das nossas sujeitas de estudo e, sublinhamos, que realmente eram temas de natureza delicada demais e bastante controversa.

Nas condições estipuladas, evidenciamos que algumas jornalistas diziam estar “fazendo terapia” com relação as entrevistas. Mesmo tratando-se de tópicos sensíveis, nos esforçamos em deixar o ambiente confortável e, com isso, respeitamos o espaço de cada jornalista que se dispunha a nos envolver com suas experiências e trajetórias profissionais. Alguns relatos sobre sentir-se segura durante a entrevista nos chama atenção como, por exemplo, quando a jornalista Esperança Garcia, 51 anos, nos disse: “Eu tava pensando que hoje era o dia da nossa entrevista e tal e tava com um pouco de receio, [...], mas Meu Deus do céu! É até uma terapia essa entrevista contigo”. Igualmente quando a jornalista Maria Firmina, 36 anos, declarou: “Estou me arrepiando todinha falando sobre isso”.

Prestamos bastante atenção que ao fazer da entrevista um ambiente seguro, tínhamos comentários como da jornalista Luísa Mahin, 31 anos, em que determinado momento nos diz:

“Por incrível que pareça, eu nunca tinha tido essa reflexão. Agradeço muito pela sua pergunta”. Até em situações marcadas pela emoção, notamos a confiança depositada na sujeita-pesquisadora e na forma como as jornalistas confidenciavam sobre determinado assunto, como ocorreu com a jornalista Antonieta de Barros, 66 anos, em que deliberado momento chorou durante a entrevista, pediu um tempo para se recuperar, enxugou as lágrimas e solicitou que retomássemos as perguntas.

Essas observações merecem destaque, principalmente neste capítulo metodológico, pois exibem o percurso, os detalhes de antes, durante e depois das entrevistas e a verdadeira demonstração de interesse genuíno diante dos relatos das sujeitas de estudo. Na elaboração feita por Benjamin (1993), a entrevista de ajuda pode ser uma abordagem da Entrevista Semiestruturada, a qual, trata o(a) entrevistado(a) com profundo respeito e cultiva um ambiente empático e acolhedor. O autor (1993, p. 22) reitera que “embora nem sempre ele seja capaz de formulá-lo, provavelmente levará da entrevista – se nada mais concreto – o sentimento de que pode confiar em nós como pessoa e a convicção de que o respeitamos como tal”.

Outra característica importante se deve ao pós-entrevista, observamos, até o momento, que método e técnica conversam entre si e buscam oferecer interações sociais na construção consolidada de um fenômeno, mas a maneira que prosseguimos com os dados após as entrevistas destaca alguns pontos importantes. Sabemos que existem vários *softwares* para transcrição automática das entrevistas, apesar disso Charmaz (2009, p. 235) avalia que “escrever é um processo social” e, em comum acordo com Duarte (2005), salienta a importância da decupagem linha por linha, ou melhor, palavra por palavra de cada entrevistada.

Nessa argumentação, Charmaz (2009, p. 56) acrescenta: “os métodos da Teoria Fundamentada funcionam melhor quando o pesquisador adepto à teoria se encarrega tanto da coleta quanto da análise dos dados, mas essencialmente da transcrição das entrevistas” é “por meio da análise das gravações de áudio das entrevistas, por exemplo, que você observará de maneira rigorosa emoções e opiniões de seus respondentes” que nem um software reportará no produto final. Na mesma linha de raciocínio, Duarte (2005, p. 64) avalia que depois da entrevista é necessário buscar “descrever os processos complexos nos quais o(a) pesquisador(a) esteve envolvido”. Como no caso dos exemplos citados acima, visto que só foi possível descrevê-los após as decupagens, na íntegra, de cada entrevistada.

Ao contrário do que se possa imaginar de uma metodologia comum que neutraliza o(a) pesquisador(a), a Teoria Fundamentada Construtivista reconhece o papel ativo entre sujeito-pesquisador e sujeitas de estudo e salienta como as experiências cotidianas influenciam subjetivamente a construção de uma realidade, de modo que o próprio conhecimento seja

interativo e que apresente movimentos de trocas entre os dois lados (pesquisador e participantes). O último subtópico deste capítulo apresentará, brevemente, essa finalidade metodológica e suas dimensões empíricas que geram teorias em contextos sociais complexos.

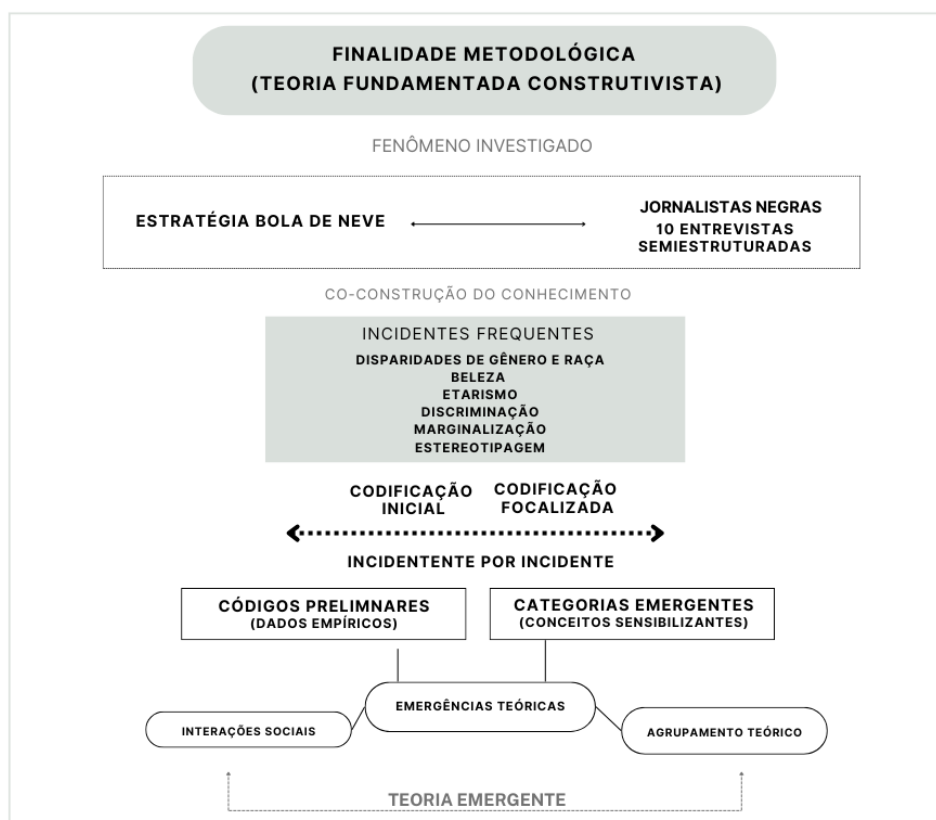
1.3.2 Teoria Fundamentada Construtivista como cotidiano: finalidade metodológica

Na concepção metodológica da Teoria Fundamentada Construtivista, o ato de “teorizar as dimensões e os significados acerca das interações comunicativas” é, potencialmente, utilizado para compreender contextos multifacetados (Francisco Leite, 2023, p. 180). A situação de investigação revela várias dimensões empíricas, ou seja, tece uma explicação teórica que se repetem nos acontecimentos cotidianos. O ato de observar, conversar através das entrevistas, refletir e, a partir disso, teorizar sobre um determinado contexto já mostra como o método encara as realidades emergentes.

Apesar de buscarmos uma teoria que explique o fenômeno observado, salientamos que o construtivismo ressalta algo que ocorra com frequência – assim como o cotidiano –, ou seja, a ideia de transformação que vai acontecendo no nosso dia a dia. Para Charmaz (2009, p. 250), a teoria construtivista pode ser relacionada com o cotidiano pois “tem início com a experiência e questiona como os membros a constroem” e, mais, se fundamenta justamente a partir das experiências compartilhadas. É preciso parar para observar, formar as ideias, respeitar os contextos, coletar os dados, codificá-los, refinar a teoria e ir se permitindo estar dentro desses mecanismos de busca e atenção.

Como vimos anteriormente, especificamente na figura 1, a perspectiva construtivista da Teoria Fundamentada é vista através das “lentes do(a) pesquisador(a)” em torno do cotidiano. Com isso, Charmaz (2009) visa explicar como a realidade é construída socialmente e, mais uma vez, reitera que o conhecimento é co-construído. Cabe apenas acrescentar que a realidade não é descoberta e, sim, construída; pois a teoria emerge da fala do(a) entrevistado(a), mas também das interações e interpretações com o(a) sujeito(a)-pesquisador(a) a partir de um determinado contexto social.

Nas pesquisas do campo da Comunicação no Brasil, como destaca Francisco Leite (2023, p. 180), seria preciso entender “essa rede interpretativa e cooperativa que se formaria na sociedade integrando, entre outros objetos: o mercado, os profissionais de Comunicação e as pessoas receptoras das materialidades midiáticas”. Nesse viés, desenhemos a finalidade metodológica da Teoria Fundamentada Construtivista e seus aspectos no cotidiano, baseado no nosso recorte de pesquisa, apontamos alguns dos frequentes incidentes que serão apresentados no capítulo de análise e discussão dos dados, como exibido na figura 10:

Figura 10 – Finalidade metodológica da TF Construtivista

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Não é um processo linear, mas a TF Construtivista busca gerar teoria regularmente e reconhece suas emergências; até porque nem todo conhecimento é um dado adquirido. Um aspecto relevante diz respeito à organização dos capítulos desta pesquisa. Decidimos começar com o percurso metodológico, para além da introdução, com o intuito de contextualizar as nossas decisões de pesquisa.

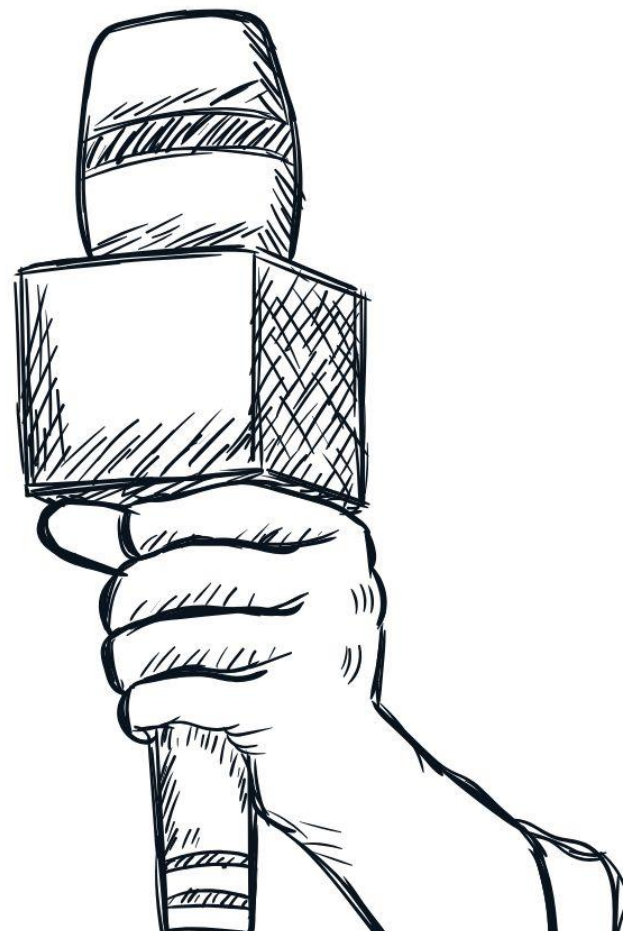
A abordagem metodológica adotada parte do pressuposto de que a entrada no campo precede a formulação de categorias teóricas mais fechadas. Dessa forma, os dados empíricos emergem como disparadores de reflexão e são articulados aos aportes teóricos ao longo de toda a dissertação. Essa lógica é coerente com a perspectiva desta pesquisa, na qual a teoria e o campo se constituem mutuamente, permitindo interpretações mais orgânicas e conectadas à realidade investigada. A principal vantagem dessa abordagem é valorizar a integração entre teoria e campo, embora exija uma justificativa clara para que não seja percebida como desorganização.

Parte II – Voz

(Sobre a resistência, a teoria e o embate narrativo)

***Na Língua Bantu: Parte II –
KIBANGU***

*(visão, revelação, consciência
crítica)*



PARTE II – VOZ

Classificamos a segunda parte de “Voz” (Kibangu, em língua Bantu), que agrupa os dois capítulos teóricos desta dissertação. A escolha do termo “Voz” tem um significado que vai além da fala literal ou do som emitido, remete à capacidade de indivíduos e grupos expressarem suas perspectivas, serem ouvidos e participarem de forma significativa nas decisões que os afetam. Neste sentido, “Voz” está diretamente associada ao poder, à agência e à representatividade social.

O **capítulo 2**, “Re(existência) negra e saberes epistemológicos: discutindo gênero e raça nos estudos em Comunicação e Jornalismo”, apresenta um panorama mais amplo e necessário para compreender o fenômeno investigado, explorando como as categorias de gênero e raça são tratadas nos estudos em Comunicação e Jornalismo. A partir dos aportes teóricos, busca-se compreender as premissas dos estudos decoloniais, refletindo sobre a marginalização da mulher negra na Comunicação e sobre como fortalecer a inserção de jornalistas negras nos espaços midiáticos diante dos conflitos identitários presentes na profissão.

Já o **capítulo 3**, “Quem fala e quem é ouvida: o papel da mídia na consolidação de narrativas racistas e sexistas”, concentra-se no papel da mídia enquanto espaço de construção e reprodução de discursos. Trata-se de entender o jornalismo como organização social que, em certos momentos, atua como agente transformador, mas que, ideologicamente, também reproduz racismo e sexismo, perpetuando pensamentos retrógrados e ultrapassados. Neste capítulo, destacamos as divisões raciais e de gênero presentes no mercado de trabalho, os apontamentos de pesquisas recentes, como o Perfil do Jornalista no Brasil (UFSC, 2021) e o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), além dos enfrentamentos narrados pelas jornalistas negras participantes desta pesquisa, combinando base teórica e campo empírico.

Dessa forma, a segunda parte funciona como um embasamento teórico e analítico, no qual a crítica acadêmica se entrelaça com as vozes das participantes. Assim, teoria e campo caminham juntos para evidenciar as ferramentas conceituais que sustentam e, ao mesmo tempo, confrontam as narrativas discriminatórias contra mulheres negras na mídia.

2 RE(EXISTÊNCIA) NEGRA E SABERES EPISTEMOLÓGICOS: DISCUTINDO GÊNERO E RAÇA NOS ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

Eu sou porque nós somos.

(Mungi Ngomane, filosofia Ubuntu)

[...] existo porque pertenço. Preciso de outros seres humanos para ser humano. Posso ser eu só porque você é completamente você. Somos feitos para a complementaridade.

(Desmond Tutu, filosofia Ubuntu)

Indignação, repulsa e sensação de impotência. Seria necessário incluir outros sentimentos para descrever o racismo presenciado pela jornalista negra Jackeline Oliveira na Oitava Edição da Roda de Samba Pede Teresa, localizada na Praça Tiradentes, Centro do Rio de Janeiro. Em 19 de julho de 2024, o que era para ser mais um encontro ancestral e uma celebração de corpos pretos, definição do evento, tornou-se um imagético episódio de racismo escancarado cometido por duas pessoas brancas, um homem brasileiro de pele branca e uma mulher argentina de pele branca, ao qual imitavam gestos, sons e movimentos de primatas, conhecido popularmente como macacos, sem nenhum pudor ou qualquer resquício de constrangimento diante do ato.

Ao Portal de Notícias G1⁹, a autora do vídeo, Jackeline Oliveira, (enfatizamos, novamente, jornalista e mulher preta retinta), declarou que “o racismo é uma violência que atravessa as pessoas pretas de diversas formas” (Portal G1, 2024) e que apenas pessoas negras sentem e reconhecem umas nas outras essa dor. Diante do caso, a jornalista se viu na obrigação de denunciar os atos racistas na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI-RJ), com o intuito de romper o silêncio e preservar “a luta, a história e a identidade do povo negro” (Portal G1, 2024, s/p).

⁹ Criado no dia 18 de setembro de 2006, o Portal de Notícias do Grupo Globo reúne diversos formatos jornalísticos da Central Globo de Jornalismo. O G1 tem como objetivo principal checar, apurar e interpretar todas as notícias de interesse público, especificamente aquelas que são fortalecidas no ambiente digital. O caso de racismo na Roda de Samba Pede Teresa ganhou bastante repercussão com o vídeo divulgado pela jornalista, Jackeline Oliveira, e teve notoriedade nacional a partir da matéria jornalística completa sobre o caso publicado no Portal de Notícias G1.

O que chama atenção é a similaridade do caso com a jornalista Esperança Garcia¹⁰, sujeita de estudo desta pesquisa que será apresentada em outro momento, ao relatar que “na escola diziam que eu tinha nariz e boca de macacos, por conta dos meus lábios negros” (Informação verbal)¹¹, igualando, de forma perversa, traços étnicos de origem negra com animais selvagens. De acordo com Bruno de Castro Brito (No prelo, p. 5), “o preconceito racial não se configura só nas manifestações orais e escritas explícitas - que, pelo verbo, desumanizam pessoas negras ao denominarem-nas de macacas, por exemplo”, mas alinha-se também as condições distópicas em que se encontra a categoria de gênero. Mas sobre que gênero estamos falando, afinal?

Iniciando a discussão, Harding (1986) discutia, há quase quarenta anos, a necessidade de inserir as questões de gênero na ciência, em especial nos estudos feministas, denominando como “instabilidade das categorias analíticas” em torno do que vem a ser gênero. De modo intimista, a autora salientava na sua época a exclusão de mulheres negras e não-brancas na literatura feminista e o distanciamento de um conceito sólido para os dispositivos de gênero e racialidade:

[...] podemos agora discernir os efeitos destas marcas culturais nas discrepâncias entre os métodos de conhecimento e as interpretações dos mundos fornecidas pelos criadores da cultura ocidental moderna e aquelas características do resto de nós. [...] os estudos sobre os usos e abusos da biologia, das ciências sociais e das suas tecnologias revelaram as formas como a ciência é utilizada ao serviço de projetos sociais sexistas, racistas, homofóbicos e classistas. [...] as críticas feministas enfrentam imensos obstáculos na tentativa de construir uma teoria do gênero como uma categoria analítica que seja relevante para as ciências naturais. Estes obstáculos têm a sua origem não apenas em noções familiares, mas inadequadas de gênero e também em certas visões dogmáticas, muitas vezes insuficientemente críticas já que não integram todos os diferentes grupos de mulheres (Harding, 1986, p. 15, 21 e 30).

Um ano depois da publicação sobre os dispositivos de gênero e a ausência da racialidade dentro da ciência e dos escritos feministas na visão de Harding (1986), a pesquisadora italiana e teórica feminista Lauretis (1987) publicava um dos seus textos mais conhecidos, referência na literatura internacional: “A tecnologia do Gênero”. Tais ponderações descortinam o modo como o conceito de gênero introduz mulheres brancas de classe média como uma categoria universal e recusa-se a inserir mulheres negras e não-brancas ou de classes menos abastadas na mesma categorização, diferenciando-as através da “representação cultural” ou “representação do gênero”:

¹⁰ Ressaltamos novamente a substituição dos nomes originais das jornalistas negras que aceitaram participar desta pesquisa na tentativa de preservar tais identidades. A partir disso e tomando consciência da potencialidade dos fatos, vamos retratá-las com nomes de ativistas, militantes e personalidades negras históricas para que, assim, também não sucumbamos a armadilha de caracterizá-las como “Jornalista 1” ou “Jornalista 2”.

¹¹ Entrevista realizada com a jornalista “Esperança Garcia” (nome fictício) no dia 16 de agosto de 2024, via Google-Meet.

O conceito de gênero como diferença sexual tem servido de base e sustentação para as intervenções feministas na arena do conhecimento formal e abstrato, nas epistemologias e campos cognitivos definidos pelas ciências físicas e sociais e pelas ciências humanas ou humanidades. [...] os códigos linguísticos e representações culturais; como um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe marca o gênero como uma representação. A representação do gênero é uma construção que também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo (Lauretis, 1987, p. 206 e 208).

Como impacto, a gênese feminista evidencia quem pode ser chamada de “mulher” e, principalmente, como referir-se às mulheres negras na sociedade, insultando-as a partir das suas características físicas e culturais, e como a categoria de gênero ocidental foi engendrada “[...] sem prestar igual atenção às experiências e histórias particulares do racismo” (Ang-Lykat, 2012, p. 296). Outra concepção importante, de acordo com Oyèrónké Oyěwùmí (2020, p. 172 -173), é que “[...] gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes do trabalho acadêmico para a descrição do mundo e a prescrição de soluções para as políticas públicas”, salientando o seguinte questionamento: “até que ponto uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão?”

Por essas circunstâncias que os dois episódios de racismo, citados anteriormente, exemplificam na prática a condição do ser negro(a) na sociedade brasileira, revelando as vulnerabilidades da população afro-latino-americana (Sueli Carneiro, 1995; 2011; Prado; Pellegrino, 2014; Lélia Gonzalez, 2020; Cida Bento, 2022; Márcia Lima, 2023) e a ausência do corpo negro feminino nos espaços de discussões feministas. Vejamos que mulheres negras são constantemente alvo de injúria e opressão, uma vez que gênero e a raça se entrecruzam e transformam-se em cicatrizes quando o tema é a própria identidade (bell hooks, 2015; Rosália Lemos, 2016; Danubia Andrade, 2016).

Vale sublinhar que grupos de mulheres negras são, historicamente, mais vulneráveis às desigualdades (social, econômica, política, racial e de gênero) e estão dentro do espectro de “pessoas-problema” (Lewis R. Gordon, 2020)¹². No cerne da discussão, Osmundo Pinho (2020, p. 345 e 347) nos convida a emancipar e descolonizar os corpos historicamente negligenciados, alegando que a “[...] a historicidade dos contextos define a historicidade dos sujeitos” e adverte que “o mesmo poder que odiamos e que nos oprime faz de nós aquilo que nós somos”.

¹² Apoiado nos estudos de Willian Edward Burghardt Du Bois (1898), Lewis R. Gordon (2020, p. 117), pesquisador negro jamaicano, define o conceito de “pessoas-problema” como “[...] pessoas negras que “aparecem” na sociedade como um problema precisamente porque são negros(as), tornando-se invisíveis como seres humanos e considerados estranhos à sociedade”. O estudo aborda como a inferioridade da população negra foi e continua sendo financiada econômica, religiosa e politicamente pelo Estado-Nação, inclusive denomina como “Teodiceia de pessoas-problema” – sendo, portanto, uma justificativa para a “Justiça de Deus”.

Antagonista a qualquer modelo de opressão, o ser negro(a) se constrói através das re(existências) cotidianas, cingidas por novas epistemes, e a lógica por entre os seus significados (Morin, 2015; Grosfoguel, 2020; Maldonado-Torres, 2020). Dentro dessa realidade, Joaze Bernadino-Costa (2023, p. 102) afirma que “a resistência, insurgência e re-existência decolonial consiste em pensar a partir de e com outras experiências históricas”. Situações como essas servem de prelúdio para aplicar o “saber-fazer”, sendo a capacidade de discernir o conhecimento sobre si através das próprias experiências, ou o “pensar-fazer”, proposta de Yuderkys Espinosa Miñoso (2020), sendo, então, novas apostas teórico-epistêmicas, traduzindo a ótica de Beatriz Nascimento (2022), em que o “o negro precisa ser visto por ele mesmo” e que, no fim das contas, se resume a “tudo que nós tem é nós” (Emicida, 2019, Online)¹³.

Na concepção de Alcoff (2016, p. 142), o “nós” “incluiria todos os grupos que são alvo de formas de opressão baseadas na identidade”. Apesar dos intensos debates, os estudos em Comunicação e Jornalismo estão começando a problematizar a construção do conhecimento através das epistemes feministas (ocidental e/ou negras) que abordam a identidade de gênero na contemporaneidade e os fenômenos disruptivos por influência da raça (Rosane Borges, 2020; Kuhn, 2013; Bonin, 2008; Bachelard, 2006; Azeredo, 1994). Com efeito, o “[...] saber-fazer na área da comunicação tem gerado necessidades de conhecimento” (Maldonado, 2006, p. 9) e exige, de forma visceral, o que Grada Kilomba (2016) qualifica como “Descolonizando o conhecimento”¹⁴.

Neste campo, Maldonado-Torres (2020, p. 36) justifica que o termo “descolonização” não pode ser confundido com “decolonialidade”, visto que descolonizar consiste em emancipar-se do colonialismo – processo de dominação territorial, econômica, política, cultural e na produção dos saberes (científicos e históricos) – sendo, muitas vezes, “um projeto inacabado”. Já em relação ao pensamento decolonial, “refere-se à luta contra a lógica da colonialidade¹⁵ e

¹³ O trecho citado é referente a música “Principia”, interpretada pelo cantor e compositor Emicida, e faz parte do Álbum “AmarElo” (2019) – ganhador do Grammy Latino: Melhor Álbum de Rock ou Música Alternativa em Língua Portuguesa. A composição reflete sobre a resistência negra e a conexão direta com a filosofia Ubuntu, ao qual abrimos este capítulo através da epígrafe.

¹⁴ O conceito pode ser definido como uma reinterpretação do conhecimento ocidental-colonial e se legitima através das epistemologias, metodologias e antologias alternativas dentro do pensamento decolonial, questionando a colonialidade e com ela a produção de violência diante da falácia da “modernidade” no sistema-mundo (Grada Kilomba, 2016). Tal-qualmente, Grosfoguel (2020) trabalha a descolonização do saber e articula sobre os desafios da aplicação no sistema-mundo ou colonial-moderno.

¹⁵ A palavra “Colonialidade” foi introduzida nos estudos das Ciências Sociais entre os anos de 1980-1990 pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e ganhou maior destaque com o artigo intitulado “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, publicado em 2005 pelo CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). Apesar de fundamentar em seus estudos o conceito originado por Quijano, Grosfoguel (2020; 2007) criticou o autor por não referenciar autores negros/latino-americanos em seus escritos mesmo sabendo que o termo, embora não houvesse denominação exata, já tinha sido debatido ao longo dos anos.

seus efeitos”, transformando-se em um movimento teórico-político de resistência aos corpos subalternizados, especificamente os corpos das mulheres negras.

De um ponto de vista histórico, Angela Gillian e Onika Gillian (1995, p. 527) advertem que “por isso em qualquer antiga economia de plantação colonial raça está engolfada por gênero e gênero está confinado por raça”. Como interface, os estudos em Comunicação enfrentam alguns obstáculos epistemológicos ao abordar as questões de gênero e raça (Amaral, 2021; Muniz Sodré, 1999). Para Rosane Borges (2019, p. 18 e 26), “[...] o problema da Comunicação é um problema de episteme”, isso se atribui, sobretudo, a ausência do “ser” nas teorias da Comunicação que integram essa falta da “troca transferencial” do sujeito, da “noção radical de vínculo” com os estudos de gênero-raça e do diálogo com a “condição originária do ser”.

Indo além, Rosane Borges (2019), a partir das observações de Muniz Sodré (1999), salienta que os saberes produzidos pela área da Comunicação, bem como do Jornalismo em si, estão configurados na relação “Eu-Tu” de Buber (2006) e que “é preciso que cada um perca a si mesmo, pois ser é *ser com*”, sendo uma vertente epistemológica do pensamento afrodiaspórico e, sobretudo, da teoria feminista negra. A realidade também é percebida por Sylvia Wynter (2003, p. 321), autora negra cubana-jamaicana, que tratou como “desrespeito epistemológico” a ausência do “processo de ser” diante das insurgências epistêmicas e discutiu “novos modos de ser” na produção de conhecimento para uma “validação empírica” que ultrapasse as fronteiras disciplinares (Sylvia Wynter, 2003; Gagné, 2018).

Como resultado, Zizza (2024, Online) apontou desigualdades significativas nos “estudos da Comunicação que marginalizam os países do Sul Global”, ao passo que o conceito de descolonização se apresenta como “motivador para tais mudanças”, principalmente, o impulsionamento contra a invisibilidade da produção de conhecimento na Comunicação junto a intersecção de gênero-raça. Uma contribuição decisiva para esse enquadramento foi a dos autores moçambicanos Severino Ngoenha e José P. Castiano (2011), ao qual identificaram os saberes negros e, por ora, africanos e/ou latino-americanos como uma produção meticulosamente qualificada para a construção do pensamento engajado.

Os estudos de Cassirer (1993, p. 11 e 39), no campo da filosofia, apontam que “o conhecimento, concebido ingenuamente, é um processo pelo qual elevamos à consciência, reprodutivamente, uma realidade já existente, ordenada e estruturada. [...] que prevalece acima de todos os eventos especiais e de todos os pensamentos dos indivíduos”, destaca-se, por

entremeio, a necessidade de introduzir o pensamento afrodiaspórico¹⁶, a partir de “novas formas de ser, agir e pensar” (Valter Roberto Silvério, 2020, p. 270), e toda questão identitária com perspectivas étnico-raciais e de gênero, explorada gradativamente na área da Comunicação e, sobretudo, no “campo jornalístico”.

Sabemos da importância social que o Jornalismo desempenha, seja no exercício da cidadania e/ou no fortalecimento da democracia, mas a quem interessa esse poder quando corpos subalternizados não são inseridos na própria construção de conhecimento do campo? Sob crítica, Norris (2014) ao debater sobre os princípios democráticos do Jornalismo e a ação fiscalizadora diante do interesse público, percebe que o mesmo sequer reconhece a influência de sua narrativa o que impede um amadurecimento em direção a uma descolonização que valorize o outro. Sob esse aspecto, o Jornalismo está concentrado na necessidade do outro em existir e isso ocorre a partir do fenômeno discursivo (Benetti, 2008; Muniz Sodré, 2007).

Em diálogo, Wilson Gomes (2003, p. 28) caracteriza que “o Jornalismo, como todas as instituições, possui um discurso cujo propósito é afirmar a sua legitimidade social” e que ao reforçar os mesmos estereótipos e as condições subalternas dos corpos negros, a mídia hegemônica contribui, regularmente, para a formação de discursos opressores e discriminatórios ao banalizar a “(re)produção de narrativas através da construção de imaginários que separam e representam “eles” e “nós”” (Noronha, p. 1). No entanto, Deuze e Witschge (2016, p. 8) revelam que “para o Jornalismo se adaptar, seus praticantes são empurrados para desenvolver novas táticas, novas estruturas organizacionais e uma nova autoconcepção, enquanto ainda persistem em velhas estruturas, rotinas e definições”.

Os desdobramentos apontam que “os meios de Comunicação de massa ocidentais projetam (deliberadamente) ou autorizam (inconscientemente) as representações racistas e orientalistas (Banaji, 2019, p. 42)” e embora “o Jornalismo tenha se transformado, parece ainda ser um dilema associar as palavras “Jornalismo” e “ser negro”. (Maria Márcia Cruz; Edilene Lopes, 2019, p. 94). Como proposta, Nilma Lino Gomes (2020, p. 244) reforça o uso da “[...] perspectiva negra decolonial brasileira”, sendo “aquela que produz pensamento engajado”.

Na mesma margem, bell hooks (2015; 2018; 2019) convoca uma “teoria feminista” que suscita um “engajamento intelectual” nos cruzamentos de gênero e raça em qualquer base epistemológica e, paralelamente, na libertação global que “subordina multidões de mulheres e homens negros do terceiro mundo” (bell hooks, 2018, p. 73), tal como na construção e

¹⁶ Trata-se de uma categoria útil de análise para se compreender a “localidade epistêmica do negro” e “[...] formular um conhecimento científico legítimo daqueles que não o podem” (Joaze Bernadino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020, p. 11).

representação midiática, pois o “[...] fazer Jornalismo é falar sobre o mundo, e esse falar pode ser mais ou menos complexo, tendo em vista a pluralidade das vozes que o compõem” (Maria Márcia Cruz; Edilene Lopes, 2019, p. 99), assinalando a urgência de uma epistemologia feminista negra nos estudos em Comunicação e, por ora, no próprio jornalismo.

Não é fácil definir o conceito das epistemologias negras decoloniais e/ou pensamento feminista negro, embora tenham avançado na área das ciências sociais, visto que se a sabedoria é resultado da experiência humana, como bem argumenta Wallertein (2012), a definição ainda está presa como uma “luta político-cognitiva” ou como “categoria política” (Bernadino-Costa, 2020). Nesse esforço, Angela Figueiredo (2023) denomina a teoria/epistemologia feminista negra a partir do discurso de Sojourner Truth, abolicionista afro-estadunidense, em que diz: “de que mulheres vocês estão falando?”

O que definimos mais recentemente como feminismo negro é de fato uma experiência que se inicia muito antes da formulação do conceito. Trata-se de um conjunto de experiências trazidas pelas mulheres africanas que mobilizam um repertório cultural, religioso, linguístico, político e social para fazer frente às injustiças e à lógica escravista colonial, que considera africanos e africanas como não humanas. Sojourner Truth representa uma reação histórica ao fato de as mulheres negras não se enquadrarem nos padrões comportamentais estabelecidos para as mulheres, tais como: fragilidade, docilidade, subjugação e proteção. [...] Ela também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (Angela Figueiredo, 2023, p. 148-149).

Ao mesmo tempo, como pode o conhecimento negro e feminino ter sido renegado por tantos anos, principalmente em estudos que, valorativamente, retratam a condição da mulher negra de forma tão simplória? Na deliberada inquietação por representações acerca do corpo negro nos espaços midiáticos, este capítulo tem como objetivo debater as dinâmicas sobre gênero e raça na Comunicação e o cruzamento decolonial com os estudos em jornalismo. As seções seguintes indicam, teoricamente, os estereótipos e a baixa representatividade de gênero-raça na Comunicação e reitera novas propostas para pensar um jornalismo antirracista, latino-americano e plural através da “luta político-cognitiva”, abordando temas como: formação de identidades na mídia, diferentes formas de (re)existências negras na Comunicação e a relação de pertencimento.

2.1 O corpo negro nos espaços midiáticos: construção de imagem e geração de conflitos

Para explicar melhor como o estereótipo negativo da mulher negra é legitimado pelo corpo social, Alice Walker (1989) denominou de “prisões de imagens”, sendo, portanto, a construção e desumanização da mulher negra, que a depender de que corpo negro está sendo encarcerado pode ser definido como não humanas e detentoras dos piores tipos de trabalhos. Sob o mesmo ângulo,

Muniz Sodré (1999, p. 17) caracteriza como “controle de rostos”, a prática do *Gesichtskontrolle* de origem alemã, “[...] ou seja, a decisão cotidiana sobre quem pode entrar em clubes, boates, restaurantes de luxo ou ser aceito para seguros de automóveis em que sua incidência é transnacional” e, antes de tudo, quem pode estar inserido no mercado de trabalho a partir da lógica racista da “boa aparência” profissional.

Em função semiótica ao corpo negro, Patricia Hill Collins (2019, 36, 77 e 151) cunhou o termo “imagens de controle”, discutida com maior ênfase no Pensamento Feminista Negro, em que “[...] são aplicadas às mulheres negras e atestam a dimensão ideológica da opressão” ao qual sustentam as discriminações e a condição da mulher negra em qualquer espaço que ela esteja inserida e, mais do que isso, “são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”, também apontado por Muniz Sodré (1999), sendo o próprio cotidiano o difusor dos “controles” racistas.

Outra característica importante, assinalada por bell hooks (2023), que potencializa o racismo e a coisificação das mulheres negras entre o passado e a contemporaneidade é, de modo geral, o “controle social” que engaiola pretas e pardas e, renitentemente, subordina-as para que a desvalorização da mulheridade negra esteja controlada. Como regra, mulheres negras sempre estiveram em situação de controle através de quaisquer fossem os sistemas dominantes. Winnie Bueno (2019, p. 70), argumenta como esses controles são distribuídos por meio da tríade da opressão (raça, gênero e classe):

A forma com que esses controles irão operar é que estão articulados a partir da matriz de dominação. [...] As imagens de controle são centrais para que os sistemas interconectados de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe perpetuem um simbólico estrutural que controla o comportamento de mulheres negras e sustenta as falácias da superioridade racial a partir da opressão de gênero (Winnie Bueno, 2019 p. 70).

Em seu monólogo: “Peles Negras, Máscaras Brancas”, Frantz Fanon (2020) conscientiza sobre a questão da inferioridade instaurada no corpo negro e argumenta que o discurso do sistema colonial retrata as vulnerabilidades da “relação negro-branco” e, intuitivamente, o desamparo feminino diante da psique com sua própria imagem. Repensando como foi construído os arquétipos das mulheres negras, Carmo e Laura Guimarães Corrêa (2021, p. 12) observam que os corpos racializados caem nessa “imagem-armadilha”, sendo esse “mecanismo de captura diante do tratamento dado ao corpo negro, por meio de imagens que, sim, inescapavelmente estabelecem uma retórica” fazendo com que corpos negros produzam imagens negativas sobre si.

No início deste capítulo, discutimos dois casos de racismo e repressão, em torno de duas jornalistas negras, sendo uma delas a sujeita de estudo desta pesquisa Esperança Garcia (*nome fictício*), 51 anos, e a violência racial contra a identidade negra (geográfica, cultural e plural) na Roda de Samba, movimento que (re)existe a memória dos nossos ancestrais. Acontece que esse repúdio aos negros em um país que se auto-intitula miscigenado e, historicamente, se recusa a falar sobre o sistema de escravidão sustentando o mito da “democracia racial”, tem como herança o processo de dominação a partir da colonialidade, termo cunhado pelo sociólogo peruano Quijano (2005), relacionando os padrões de poder colonial e seu vínculo entre o passado e o presente.

Os rótulos racistas direcionado a aparência das mulheres negras também é debatido por Quijano (2005, p. 129) ao qual adverte: “[...] a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos e [...] como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida”. Para a jornalista negra Esperança Garcia, sujeita de estudo desta pesquisa, a demora em aceitar a própria imagem está relacionada ao duplo período escravista sofrido por seus antepassados, com descendência negra e indígena, em que diz:

A minha avó, mãe da minha mãe, é **descendente de escravizado**. Foi fugido lá para o interior do Amazonas. O meu avô, pai da minha mãe, é indígena do Seringal, **escravizado do Seringal** [escravidão indígena que durou cerca de cem anos no Acre], tá tudo em mim. [...] Eu demorei um tempo para entender que **minha boca era bonita** e comecei a passar batom vermelho, mas demorou muito. Hoje eu passo batom vermelho, batom azul, preto só para **agredir** mesmo. Para dizer: é grande mesmo. [...] Quem sofreu mais foi minha mãe, até hoje minha mãe **se diminui** e não esquece o que viveu. Não superou (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, entrevista 2024).

Vejamos que o relato de Esperança Garcia pode, muitas vezes, ocasionar efeitos distorcidos diante da própria imagem, especificamente no contexto do mercado de trabalho jornalístico em que atua, isso porque a mulher negra enquanto profissional na Comunicação, “não se reconhece como tal e nem se identifica com seus elementos culturais, ou seja, não afirma sua estética corporal e não se vê em elementos identificatórios na sociedade (mídia televisiva, propagandas, dentre outros)” (Barros; Barreto, 2018, p. 303). É como se a inclusão e o reconhecimento nos espaços midiáticos, como nos fala Rosane Borges (2012, p. 188), exigissem um “[...] padrão que define o lugar do negro no sistema de representação” e, por esse motivo, os conflitos em torno da imagem negra persistem até os dias de hoje.

A questão permanece quando refletimos sobre essa marginalização da mulher negra no mercado da Comunicação e/ou do próprio Jornalismo, como por exemplo, nos discursos da mídia (retroalimentação do racismo), nos estigmas raciais (tons de pele, aparência, cabelos afro

ou alisados, etc.) e estereótipos de gênero envolto do corpo feminino negro (sinônimo de promiscuidade). Nos estudos de Goffman (1977; 1979) sobre as condições de gênero na sociedade, o autor revela como os “estigmas”, termo originado por ele, e as consequências dos estereótipos, quando entrelaçados à raça, tornam-se “arranjos sociais”, isto é, formas pelas quais a sociedade institucionaliza as diferenças e os papéis de gênero e raça nas práticas culturais.

Na obra *The Arrangement between the sexes* (1977, p. 307), Goffman discute como as imagens das mulheres são socialmente construídas, especialmente no caso das mulheres negras, que se inserem em “uma escala de tratamento desigual, sendo sistematicamente desfavorecidas no trabalho” e em outras práticas ocupacionais. O subtópico seguinte vai suscitar o debate diante dos elementos apontados a partir de uma ótica decolonial.

2.1.1 Feminismos e perspectivas decoloniais: reflexões sobre a marginalização da mulher negra na Comunicação

Mais de um século se passou desde que William Edward Burghardt Du Bois (1898) publicou a obra “*The study of the negro problems*” e questionou: “Como é a sensação de ser um problema?”. Desde então passamos a compreender a gênese a partir do termo “problema do negro”, referindo-se como problemas sociais, em que a existência do negro seria um atraso para o desenvolvimento e/ou crescimento da sociedade. Não importa a condição genética, isto é, a miscigenação entre a raça branca e negra, o ser negro(a) já é um fator determinante para “dizer que a massa desta raça não atinge os padrões sociais da nação” (William E. B. Du Bois, 1898, p. 17).

Quando nos voltamos à condição de gênero e raça, Yuderkys Espinosa Miñoso (2009) refere-se a essa questão como “problema das mulheres negras e indígenas” e aponta certa dificuldade de mulheres negras (pretas e pardas) e não-brancas (amarelas e indígenas) em assumir o significado em ser “mulher”, que intuitivamente lhes foram negados no período colonial e, mais do que nunca, nos primeiros movimentos feministas. Ligando as narrativas, Dijk (2008) denominou negros e indígenas como “populações-problema” – em que as diferentes formas de existência são agentes responsáveis pela exclusão sistemática na sociedade. Se aplica aqui a teorização de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002) e a importância em mapear as margens, por meio do conceito de interseccionalidade, em que o cruzamento de raça, gênero e classe seriam o “problema do problema” à mercê da marginalização social, cultural e econômica.

Pode-se argumentar que William E. B. Du Bois (1898, p. 17) definiu em três aspectos o processo de marginalização de “pessoas do sangue negro”, tal como: a) Condição econômica: desvantagem econômica por parte de gerações; b) Treinamento mental: deficiência cognitiva e

ignorância; e c) Eficiência social: incapacidade e falta de civilização. Apesar do foco em entender que a totalidade desses “problemas” são desencadeados pela influência discriminatória por parte dos brancos, o autor observou que o “o problema do século XX é o problema da linha de cor e da relação entre as raças mais escuras e as raças mais claras” (William E. B. Du Bois, 1969, p. 15) e, dando continuidade, teorizava sobre os “possíveis” problemas, evidenciados na sociedade contemporânea, a partir das interações entre gênero, raça e classe.

Em outro estudo, William E. B. Du Bois (1998, p. 2) debate a importância de percebermos “então que a história do mundo é a história, não de indivíduos, mas de grupos, não de nações, mas das raças, e aquele que ignora ou procura substituir a ideia de raça na história humana ignora e substitui o pensamento central de toda a história”. Anos depois, o filósofo negro Lewis Ricardo-Gordon (2020, p. 120) retorna às observações de Du Bois (1898) e refuta o ato de “*existir*”, enquanto negro(a) na sociedade, junto à relação de poder e o privilégio branco a partir do termo “pessoas-problema”, sendo, então, uma “[...] lógica circular da inferioridade negra: alguém é inferior porque é negro e é negro porque é inferior”.

Em poucas palavras, Lander (2005, p. 9) responsabiliza esse fenômeno da inferiorização racial e, por ora, de gênero através “da organização colonial do mundo e, simultaneamente, da constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário”. Ao refletirmos sobre a origem da palavra “existência”, que provém do latim *existentia*, veremos que possui “sentido de ser” ou “provar-se ser” (Oxford Latin Dictionary, 1982, p. 632). Com isso em mente, Lewis Ricardo-Gordon (2020, p. 127) argumenta que a lógica existencial é entendida como algo que precisa de justificativa, pois as pessoas brancas são vistas como padrão, cuja existência não precisa de explicação, enquanto o negro(a) requer de uma “existência justificada desde os dias da escravidão racializada”.

De modo ontológico e quase ensaístico, a existência tem sua essencialidade no “ser” (condição e/ou situação) e está intrinsecamente ligada ao estado de pertencer, “assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Neusa Santos Sousa, 2021, p. 115). Observamos que a mulher racializada e/ou invisibilizada sente os efeitos em ter que “provar-se ser”, como bem acentua Neusa Santos Sousa (2021), em que o “corpo-próprio” precisa tornar-se, antes de tudo, gente. Para compreender o processo de marginalização da mulher negra na Comunicação, por exemplo, é preciso interpretar a noção de sujeito (individual e coletivo) e os conflitos identitários que atravessam o campo comunicacional.

Na concepção de França (2006, p. 67), “[...] os sujeitos são vistos enquanto classe (classes dominantes, classes populares), são marcados por variáveis socioeconômicas como renda, escolaridade, gênero, faixa etária, religião, tipo de ocupação” e raça e, por essas

circunstâncias, são elementos que constituem a ideia de colonialidade. Nas palavras de Antonieta de Barros, 66 anos, jornalista negra e sujeita de estudo desta pesquisa, é preciso nos fortalecer enquanto sujeitos(as) negros(as) e questionar como o “nós”, profissionais negras na comunicação”, opera:

O Brasil ainda dorme sob o **domínio do colonizador**, dos escravocratas, dos fazendeiros, do coronelismo, dos religiosos eletrônicos. [...] Acredito que se **fortalecermos os sujeitos** numa perspectiva holística com **respeito** às diferenças, **respeito** às individualidades, **respeito** à heterogeneidade, **respeito** a quem veio antes que lutou pelos seus e pelos que ainda viriam, **respeito** às memórias e aos fazeres anteriores conseguiremos transformar o jornalismo (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Se assim é “o surgimento e a luta dos novos sujeitos sociais colocaram nas últimas duas décadas uma nova pauta em discussão, em torno dos processos identitários e do próprio conceito de identidade” no qual simboliza o fato de que a noção de sujeito é construída pela forma como está representada na sociedade e, acima disso, o modo como “esses sujeitos estão inseridos nas estruturas” da Comunicação (França, 2006, p. 69). Na formulação descrita por Maldonado-Torres (2020, p. 43), a partir da sociogênese de Fanon (2020), “o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, [...] além de ser possuidor de uma completa visão de mundo”.

No entendimento de Maldonado-Torres (2020, p. 43), a partir dos delírios coloniais, “o sujeito, portanto, é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável”, por esse motivo que sustentamos a problemática desta pesquisa sob o viés: como é ser jornalista negra na mídia, especificamente em um país como o Brasil? Entendemos a sub-representação de jornalistas negras na mídia como uma das inúmeras consequências do colonialismo, ao qual reforça uma visão eurocêntrica e ignora uma pluralidade de vozes negras e não-brancas. Consideramos apto reforçar a descentralização do conhecimento nos estudos em Comunicação e/ou Jornalismo, visto que é a partir dessas estruturas de poder que permanece as intensas discriminações no mercado de trabalho.

No decorrer das entrevistas, nos deparamos com uma questão que compreende este fato – duas sujeitas de estudo, em dias distintos, comentaram sobre a ausência da literatura negra na formação em jornalismo – em que a jornalista Maria Felipa, 42 anos, em certo momento, indagou-se da seguinte maneira: “como vou saber quem sou eu, enquanto jornalista negra na mídia, se não tive acesso ao básico de autores negros na minha formação superior?”. É preciso pensar na Comunicação e no Jornalismo como uma área de estudo que, durante muitos anos,

foi construída sob influência do colonialismo e das estruturas da colonialidade, como nos lembra Maldonado-Torres (2020), diante dessa “visão de mundo estável”.

Convidamos, então, a rever o problema a partir da epistemologia que o compreende, sendo, portanto, uma das nossas motivações para construir este capítulo em torno das gradativas, e ainda poucas, discussões sobre gênero e raça na Comunicação. Alguns dos excertos das jornalistas escancaram a realidade epistêmica e a falta de um espaço completo para formarmos um pensamento crítico diante dessas problemáticas:

A gente vê que as **leituras** do **curso**, os **autores** utilizados realmente não eram **autores negros** e a gente sabe que agora isso tá sendo mais cobrado nas **universidades**. Naquela época não se falava nisso e, assim, eu tava até conversando com um colega que o autor que eu li durante a **graduação**, **Muniz Sodré**, mas eu não sabia que ele era uma **pessoa negra** e, assim, foi por curiosidade minha. Eu vi os **livros** dele, tive a oportunidade de comprar e li..., mas não foi algo indicado por nenhum **professor** (Maria Felipa, 42 anos, Norte, Entrevista 2024).

Eu acho eu fui **descobrir raça** por conta da internet e de trocar muita ideia e participar de grupos de **discussão**, ou seja, **indicação de leitura**, porque na minha **formação** eu nunca tive essas **leituras**, tipo, **Carolina de Jesus ou Abdias Nascimento**. Nunca ouvi falar dessas pessoas e eu fui ouvir falar depois de adulta que fui conhecer **Sueli Carneiro, Angela Davis**. Nunca na minha vida eu sabia dessas pessoas, pois os **intelectuais** que a gente **estudava** eram **filósofos** e **pessoas europeias, americano**, né? E eu não conhecia esses **autores** que tratavam da gente mesmo, do **negro**, do **povo preto brasileiro** e fui descobrir bem depois (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

Na tentativa de fundamentar essa discussão, Maldonado-Torres (2020) elabora algumas dimensões básicas colocando o(a) sujeito(a) como centro de análise. Como pressuposto, o autor (2020, p. 38) afirma que a “colonialidade é um paradigma de guerra que se coloca como justo e que faz o contexto colonial sempre violento, uma situação que normaliza a violência bem além das fronteiras das colônias e ex-colônias, também normaliza a ausência de representação” e que é preciso rever as grandes áreas do conhecimento humano para não cairmos na perpetuação de desigualdades (sociais, raciais, de gênero, etc.). Nosso objetivo aqui não é fazer um resumo da obra, mas suscitar que existem caminhos para se pensar em diferentes áreas do conhecimento e futuros estudos que reúnam, de maneira íntegra, a descolonização dos saberes e o impacto das subjetividades.

Sob influência colonial, “diferentes corpos e diferentes práticas, dependendo do gênero específico, do sexo, da raça” são marcados por “objetivos e efeitos”, valendo-se, nesse ínterim, da exploração, dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte, tortura e estupro (Maldonado-Torres, 2020, p. 33). Ao inserirmos como é ser jornalista negra a partir dessas práticas, perceberemos múltiplas discriminações em que o próprio modelo de jornalismo perpetua uma visão de mundo ocidental/moderno – e desempenha um papel segregador –

“fundamentado em estruturas racistas, sexistas, classistas, heterossexistas, entre outras.” (Silva; Aguiar, 2023, p. 102).

É possível identificar a ausência de interesse nas epistemologias negras e, principalmente, a relativização cultural na produção do conhecimento acerca da raça e do gênero, sob argumento da “objetividade” e “metodologia”, ao qual pode ser denominado de racismo científico¹⁷. Consideramos que o campo de estudo deveria instigar ainda mais a inserção de profissionais negras na Comunicação e a busca por sentido no exercício da profissão, com isso reputamos a ideia de pensar as articulações entre gênero e raça como algo que está presente em todos os lugares e, ainda assim, não se fortalece “[...] no questionamento das estruturas de opressão” (Cláudia Pons Cardosos, 2018, p. 320).

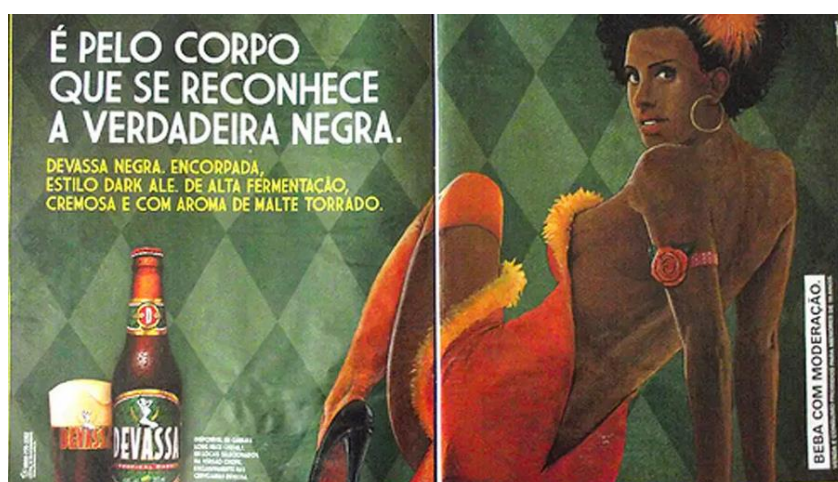
Suponhamos que para entender as categorias de gênero e raça seja preciso focar na forma como o fenômeno vem sendo observado, por isso mesmo que a maior falha das universidades latino-americanas – como bem salienta Lugones (2014) – é promover a discussão apenas em projetos de pesquisa e extensão; a autora reforça a necessidade de construirmos disciplinas para leituras e produção do conhecimento acerca das temáticas. Como enfoque, Lugones (2014) teceu o conceito de Colonialidade de Gênero. Para explicar melhor o pensamento de Lugones (2014), os autores Gonçalves e Ribeiro (2018, p. 4) afirmam que a autora “começa a refletir sobre raça e gênero elaborando um feminismo de resistência”, isto é, uma teorização de resistência em que denomina de “feminismo decolonial”.

O feminismo decolonial tem como ponto norteador romper com a ideologia dominante, propagada há séculos pelos discursos eurocêntricos do movimento feminista branco, em que a única ideia possível para se pensar gênero era a categoria da mulher universal (branca e de classe média). Além disso, leva em conta uma ordem antipatriarcalista, anticapitalista e antirracista se aliando às mulheres etnicamente oprimidas (negras, indígenas e não brancas), à sombra disso, estabelece conexões com outras agendas feministas ou com outros modos de se pensar feminismo, como: feminismos subalternos, feminismos contra-hegemônicos e, como suscitamos no início deste capítulo, o feminismo negro.

¹⁷ Para comprovar tal fenômeno, no dia 17 de outubro de 2024 foi encontrado registros na Human Diversity Foundation (HDF) [Fundação para Diversidade Humana] de financiamentos secretos por parte de multimilionários supremacistas brancos com ideologias baseadas na extrema-direita para propagar falsas teorias sobre raça e, mais do que isso, defender a superioridade genética do branco e minimizar acontecimentos como o período de escravidão e as violências cotidianas contra pessoas negras. De acordo com o Portal Mundo Negro (2024), a Organização foi formada há dois anos e tinha como principal subsidiador um empresário estadunidense que operava no setor de tecnologia e reproduziam a chamada “ciência racial” através de vídeos, podcasts, revistas online e artigos de pesquisa.

Uma abordagem feminista decolonial na Comunicação e, categoricamente, no jornalismo, na publicidade, rádio, tv e internet, demarca a representação do corpo político e, sobretudo, denuncia o racismo de gênero. Nas peças publicitárias, elemento da Comunicação comercial por exemplo, a mulher negra é ilustrada grotescamente como promíscua e vulgar em campanhas que, majoritariamente, tem como público-alvo o gênero masculino (anúncios de cervejas, automobilístico, etc.). O comportamento racista e sexista é percebido na propaganda publicitária da marca de cerveja Devassa da empresa Brasil Kirin, como exemplifica a figura 11:

Figura 11 – Marginalização da mulher negra na propaganda de cerveja Devassa



Fonte: Portal Geledés, 2012.

A erotização da mulher negra, principalmente com traços étnicos bem destacados, como pele retinta, cabelo-afro e seminudez, nas peças e propagandas publicitárias é o imperativo colonial de como “[...] a mulher está sendo usada como apelação para a venda de um produto de consumo, como se a mesma também fosse um produto de consumo, agregando os seus valores à cerveja” (Vassoler, 2013). O slogan “é pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra: devassa negra, encorpada, cremosa e com aroma de malte torrado” brinca com o duplo sentido das palavras e define a ideia de beber uma mulher, revelando a narrativa defendida por Freyre (2003) em que a mulata, quando não é pensada apenas para fornicar, invade o imaginário do senso comum e desperta, metaforicamente, o sinônimo da impureza e tentação.

O mesmo ocorre no jornalismo por ser um ambiente branco (instituição e organização jornalística, profissionais, pautas), ao se deparar com uma profissional negra que tenha como ofício o peso em provar-se ser uma jornalista de excelência e que, mesmo sendo minoria em cargos de chefia, conquista espaços como apresentadora, repórter, radialista, assessora, entre tantas outras funções, o mercado visualiza-a como a “negra única” – ou, como discutido por

Jesilene Corrêa (2023) – a *totenização* do corpo negro, ao qual reforçamos, significa a única pessoa negra no ambiente de trabalho. Como cenário brasileiro, temos como sinônimo de competência e pioneirismo a jornalista negra Glória Maria¹⁸ que, ainda hoje, é referência para muitos(as) profissionais negros(as) que buscam oportunidade no mercado jornalístico.

Há ainda outra questão, quando associamos um trabalho de excelência, principalmente na comunicação, apenas a um corpo negro como o de Glória Maria, caímos na armadilha de personificar a estética negra ao da profissional “consagrada” e “inigualável”, inclusive, coloca esse mesmo profissional negro(a) para falar exclusivamente sobre um único tema: racismo. Hilária Batista de Almeida, jornalista negra e sujeita de estudo desta pesquisa, diz:

Eu sempre notei isso, sempre notei que por ser **mulher preta** o meu trabalho era sempre **nichado**: “tu vai falar sobre isso, ponto. Meu apelido era **Glória Maria**, quando eu chego as pessoas falam: “chegou a **Glória Maria**” por causa da formação em jornalismo. Na faculdade eu escutava muito: “nossa, tu vai ser a próxima **Glória Maria**”. Eu dizia: “não, eu vou ser a (nome original da jornalista), eu não vou ser a próxima **Glória Maria**” (Hilária Batista de Almeida, 34 anos, Sul, Entrevista 2024)¹⁹

Em retrospecto, Laudelina de Campos Melo, 29 anos, jornalista negra e sujeita de estudo desta pesquisa, também se sente pressionada por atuar a partir da “síndrome da negra única” no trabalho e complementa a discussão reivindicando a atitude das empresas de Comunicação do país:

Tem uma outra coisa que acontece muito nesse sentido que é, por exemplo, as pessoas chegam assim: “hoje a gente vai falar na **empresa** sobre **racismo** de não sei o que lá. A *Laudelina* tá completamente qualificada para isso”. Não, não estou. Eu não sou a Angela Davis, eu não sou a Djamila Ribeiro. Não quero e não vou falar da minha **vivência** e a minha **vivência** não é um mercado, sabe? A minha vivência não é tranquila, não tô falando aqui de flores, de viagens e de conquistas maravilhosas. Não é isso, é de **dor** e de **problemas** da comunidade que eu vivo, das pessoas que estão ao meu redor. Então, esse é um outro ponto que a gente precisa integrar aí quando for levar a **pauta racial** para dentro das **empresas de comunicação** e do **mercado** no **jornalismo** (Laudelina de Campos Melo, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024)²⁰.

Esses excertos exemplificam a discussão teórica desenvolvida neste capítulo em que, para além, dos obstáculos entre conseguir e manter-se nesse emprego que, cotidianamente, te massacra, ainda precisa atuar conforme as políticas do mercado de trabalho em que a “minorias negra no jornalismo brasileiro expõe racismo como herança preservada” (Jornal da USP, 2023). Não é coincidência que cerca de “86% das trabalhadoras negras relatam caso de racismo no mercado de

¹⁸ Glória Maria foi âncora de alguns programas jornalísticos da Rede Globo de Televisão, tal como: “Jornal Hoje”, “Bom Dia Rio”, “RJTV”, destacando-se principalmente no Fantástico apresentado aos domingos entre 1998 e 2007. A jornalista faleceu o dia 2 de fevereiro de 2023 vítima de câncer de pulmão, ao qual deixou um legado inestimável, especialmente para profissionais (homens e mulheres) negros(as).

¹⁹ Entrevista realizada no dia 15 de julho de 2024, via Google-Meet.

²⁰ Entrevista realizada no dia 11 de julho de 2024, via Google-meet.

trabalho” e “68% das profissionais disseram ter sido confundidas, em algum momento, com a faxineira ou moça da limpeza da empresa” (Portal Geledés, 2023, Online), bem como 63% das mulheres negras sofrem discriminação racial nas seleções de emprego (Portal G1, 2022).

Para reverter este cenário baseado na colonialidade, Maldonado-Torres (2020) propõe o projeto M/C ou o Grupo Modernidade/Colonialidade ao qual desenvolve o “giro decolonial”, sendo, de acordo com Ballestrin (2013, p. 105), “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico” com autores latino-americanos que renovam alguns conceitos como sexo/gênero, raça/racismo, feminismos/mulherismo e buscam romper com os falsos ideais sustentados pela modernidade/colonialidade. Dentre os participantes, Lugones (2014, p. 935) exerce a “crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo e centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade”.

Outro ponto a ser discutido por Lugones (2014, p. 940) é que, mais do que nunca, a perspectiva decolonial “deve incluir “aprender” sobre povos” e salienta que “ser mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostramos a ausência das mulheres negras – e não sua presença”, por isso que é viável perceber a problemática “como é ser jornalista negra?” seja sob um viés feminista, epistemológico ou, até mesmo, uma visão decolonial do “sistema-mundo” – a saber que é preciso descolonizar o pensamento comunicacional.

Por reconhecermos a necessidade de uma estrutura pensada no gênero, raça e quaisquer sejam os marcadores sociais de vulnerabilidade extrema na área da Comunicação, chamamos atenção aos modos de “questionar”, ‘pensar” e “teorizar” diante dos nossos objetos de estudo, ou, como bem colocado desde o início desta pesquisa: nossas sujeitas de estudo. Faz-se necessário elaborar alternativas para que as áreas de conhecimento sejam antirracistas; desconstruindo, até mesmo, as narrativas hegemônicas, como salientado no capítulo 3 desta dissertação. Antes de mais nada, é preciso redefinir o lugar dos(as) condenados(as) através das literaturas que apoiam-se os estudos em Comunicação e, sobretudo, em Jornalismo e Mídia.

No que se refere as políticas da interseccionalidade, entendemos que ao valorizar as epistemologias negras – que emergem das experiências, vivências e outras perspectivas – cultivaremos a representação dos corpos subalternos e/ou invisibilizados no campo da Comunicação (Dorlin, 2005). Como ponto de partida, precisamos reestabelecer a função social e representativa do jornalismo para a sociedade e, a partir disso, definir algumas motivações

que sustentam a prática antirracista e redistribuir novos sentidos. Com bem nos lembra Gonçalves e Ribeiro (2018, p. 6): “é necessário resistir!”.

2.2 É necessário ter nome: por um jornalismo antirracista e afro-latino-americano

“Não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir desse lugar”, diz a teórica feminista e antirracista estadunidense bell hooks (2017, p. 103) sobre a dor do sexismo e da opressão racista na políticas identitárias em torno do gênero e da raça. Concordamos com o ponto de vista de bell hooks (2017), principalmente quando mulheres não brancas da América Latina precisam se auto-organizar através de lutas e emancipações que pautam discussões baseadas na identidade negra, e, por isso, são alvos das exclusões tanto nominativas quanto simbólicas que envolvem essa identidade.

Tanto bell hooks (2017; 2023) quanto Angela Davis (2016) defendem a emancipação das mulheres negras em diversas regiões do planeta, no entanto, não é recente que a sociedade estadunidense limita a noção de “ser negro(a)” apenas aos povos de origem afro-estadunidense. Foi a partir do conceito de Amefricanidade, cunhado por Lélia Gonzalez na década de 1980, que o termo “afro-latino-americano” começou a incluir pessoas latino-americanas que são etnicamente negras, evidenciando a identidade de homens e mulheres na diáspora negra –, na mesma década Lélia afirmou em um evento realizado na Bolívia: “negras e indígenas são testemunhas vivas da exclusão” e como iniciativa de inclusão epistêmica também cunhou o termo pretuguês – palavras de origem africana faladas no Brasil, salientando a cultura do país.

É imprescindível utilizar as noções antirracistas, proposta por Lélia Gonzalez (1982; 2020) e outros teóricos, no exercício do jornalismo e, como base de sustentação, nos estudos em Comunicação e/ou Jornalismo. Para fundamentar tal pensamento, iniciamos com Chomsky (2013, p. 17) a respeito do condicionamento da mídia, sinalizando que “se quisermos compreender nossa própria sociedade, precisaremos refletir sobre esses fatos” junto aos elementos de manipulação e domesticação que encontramos, neste caso, na prática jornalística. Como característica do jornalismo, é possível identificar casos de racismo e aniquilação de gênero introduzidas nos modos de fazer e pensar o campo (Muniz Sodré, 2007).

Valendo-se dessas prerrogativas, a partir das observações de Márcia Maria Cruz e Edilene Lopes (2019, p. 95), cabe questionar: “se o jornalismo é um dos modos de dizer sobre o mundo, como a experiência de ser negro e negra pode trazer elementos a esse dizer?”. Várias circunstâncias contribuem para esse fator determinante, elencamos a seguir algumas motivações que podem sustentar os estudos em Comunicação e as práticas jornalísticas antirracistas:

- a) Produções com perspectivas de gênero e raça: recorte aprofundado na cobertura jornalística e mobilizações identitárias que seja transversal ao interesse público e interesse do público;
- b) Desconstrução de estereótipos: reapropriação dos discursos da mídia e rompimento estrutural com a “síndrome de negro único”;
- c) Temas emancipatórios: inserção de palavras que condicionam o(a) negro(a) na mídia como protagonista da própria identidade;
- d) Debates plurais: representatividade de gênero, raça e classe nos discursos e ações da mídia brasileira;
- e) Epistemologia da resistência: transgredir nas categorias de dominação e impulsionar uma política de pertencimento (Dorlin, 2005).

Se a resistência é a capacidade de não sucumbir ou se defender dos ataques e expropriações contra os corpos subalternizados, os elementos destacados acima são fenômenos que contribuem para uma re(existência) negra – estratégia utilizada por seres, propriamente, invisibilizados – que buscam compreender quem são e onde estão sem perder a própria identidade, historicamente negada, através das narrativas negras. Re(existir) é o diálogo com as oportunidades no público e privado, são as representações do corpo preto na sociedade, está nas possibilidades de vida e, por que não, nas condições de um bem-viver. Como contribuição teórica, re(existir) é ir atrás do reconhecimento e é enxergar um mundo em que as experiências pretas (individual e coletiva) estão intrinsecamente ligadas a dignidade social em “ser humano”, tal como a filosofia Ubuntu: “eu só existo, porque nós existimos”.

Esses fatores são determinantes para o capítulo três, intitulado “Quem fala e quem é ouvida: o papel da mídia na consolidação de narrativas racistas e sexistas”, que busca dialogar sobre as narrativas hegemônicas exercidas pela *mídia mainstream* – sendo, portanto, veículos de Comunicação de grande alcance que influenciam a opinião pública através das correntes de dominação e que, muitas vezes, perpetuam o racismo e sexismo na/para sociedade. Mais adiante, discutiremos sobre o Perfil do Jornalista no Brasil abrangendo os contextos de gênero e raça no exercício da profissão, na tentativa de compreender as divisões de sexo/gênero e raça/racismo no mercado de trabalho jornalístico.

3 QUEM FALA E QUEM É OUVIDA: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSOLIDAÇÃO DE NARRATIVAS RACISTAS E SEXISTAS

*A vida é feita de palavras, elas explicam e fazem nascer e morrer.
Se ninguém pronuncia um nome este ser está morto, mesmo que respire e leve
um coração batendo no peito. Estar vivo é ser palavra na boca de alguém.
Não lembrar delas me condenou ao abismo, não saber o nome das pessoas, do
meu lugar, a narrativa da minha vida, tudo o que somos é história e história se
conta com palavras. Por isso bastou um bilhete. Lembrei-me da missa, mas
dizei uma só palavra e serei salvo. Fui salva por apenas duas: o nome da
cidade de onde vim e o meu nome.*

(Socorro Acioli, jornalista e escritora brasileira)

Nos últimos anos, observamos um crescimento nos casos de racismo e sexismo dentro da mídia brasileira (Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 2021; Nonato; Santiago, 2023; Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023). Inquieta-nos pensar que o mesmo jornalismo que se autodetermina como “Quarto Poder”²¹ – ao qual exerce grande influência nos fatores sociais vigentes e que possui diferentes papéis na formação da opinião pública – ou, mais categoricamente, sendo um espaço que contribui para a organização da sociedade através de ferramentas e maquinários de denúncia (Albuquerque, 2010; Gomes, 2003) pode, no entanto, replicar discursos assim: “*Não vou nem falar, porque eu sei quem é... é preto. É coisa de preto!*”, proferido pelo então jornalista da Rede Globo de Televisão Willian Waack, minutos antes do Jornal da Globo entrar no ar (Folha de São Paulo, 2017)²².

Um novo episódio teve lugar quando a ex-apresentadora da Rede Globo, Carla Vilhena, uma mulher branca, publicou um comentário na rede social X, antigo *Twitter*, criticando a cobertura feita por Maria Júlia Coutinho – também conhecida como Maju Coutinho –, então

²¹ A partir dos registros de Boortein (1971) e Traquina (2005), o pesquisador Mainenti (2014) constatou que a expressão “Quarto Poder” surgiu no ano de 1828 em referência à Imprensa. Como observação complementar, Mainenti (2014, p. 49) explica que o termo teve início quando “um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: “Fourth Estate!” (Quarto Poder)”. Além disso, o autor acrescenta que a ideia surgiu com a Revolução Francesa em que a Imprensa desempenhava um papel importante na opinião pública e influenciava a agenda política e social do país. Nas palavras de Mainenti (2014, p. 49), “McCaulay fazia menção ao *quarto état* (termo francês também usado em referência a poder), tendo como quadro de referência: clero, nobreza e *troisième état* – que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de “poder controla poder”, a Imprensa seria o “quarto” poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário”. De acordo com estudos sobre o desenvolvimento da Imprensa entre os séculos XVIII e XIX, McCaulay (1800-1859) foi reconhecido como o “pai do Quarto Poder” (Cadena, 2009).

²² O vídeo foi registrado pelo ex-operador de VT da Rede Globo, Diego Rocha Pereira, funcionário negro que denunciou o apresentador por racismo para a Direção Geral de Jornalismo da emissora. A decisão do então diretor-geral de Jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, resultou na demissão do jornalista Willian Waack em 22 de dezembro de 2017.

âncora do Jornal Hoje, sobre a morte do diretor Jorge Fernando. A publicação falava sobre a “postura” da jornalista e trazia trechos como: “não precisa berrar tanto”, passando a ser um dos assuntos mais comentados na internet²³. Com a repercussão do caso, Carla Vilhena se desculpou com Maju Coutinho, uma jornalista negra, apagou o comentário e descreveu a situação como um “erro de avaliação”. É interessante olhar para as métricas impostas por uma jornalista branca à uma jornalista negra, pois quando ela cometeu uma gafe ao vivo na escalada do Jornal Nacional, publicou algumas horas depois na mesma rede social ter sido um “erro menos grave” por apenas “trocar a data de hoje” (Folha de São Paulo, 2019).

No jornalismo, o que pode ser considerado “permissivo”? Não é possível dizer que episódios como estes são casos isolados na mídia brasileira. Situação semelhante ocorreu quando um grupo de jornalistas da Rede Record referiu-se em *chats* de conversa sobre uma colega de trabalho negra como “Patolina” – em alusão ao pato preto ficcional de animação dos estúdios *Warner Bros*, e comparando-a com “carvão”, sendo posteriormente demitidos por tratar-se de um escândalo racista na emissora (Portal Mundo Negro, 2020). Esse tipo de comportamento revela o que Goffman (1981b) descreve como um sistema de interação social que institucionaliza o estigma, definindo quem pode ou não falar em determinados espaços, mesmo que seja para se defender de episódios de racismo.

No ensaio *Forms of Talk*, Goffman (1981b) aborda a fala como uma ação social, ou seja, falar é performar papéis dentro das relações sociais, assim como ocorre nas interações de gênero. Outra questão trazida pelo autor é a problematização do conceito de “fala” quando associada ao de “estigma”, em um sentido político e existencial, o que implica reconhecer que toda pessoa nasce com a própria voz. No entanto, nem todas exercem o direito de falar ou serem ouvidas dentro das estruturas sociais. Nesse sentido, Goffman (1981b) relaciona ainda a fala com outras marcações sociais por meio do conceito de “silenciamento institucional”, mostrando como as estruturas de dominação podem condicionar quem tem direito de se expressar.

No caso das jornalistas negras, a ausência dessa “fala” e a imposição do silenciamento funcionam como um mecanismo de exclusão, negando sua visibilidade e existência social. Diante deste cenário, não é prematuro afirmar que certos acontecimentos são legitimados pela própria narrativa da Grande Mídia – *Mainstream* – que, em muitos casos, retrata grupos minoritários (negros(as), mulheres, povos originários, LGBTQIAPN+) com certo nível de

²³ O caso ocorreu no final do mês de outubro em 2019 e foi parar nos *Trending Topics* do Twitter, sendo, portanto, tweets e retweets com hashtags específicas sobre determinado assunto. No mesmo ano, a jornalista negra Maju Coutinho venceu o Troféu Domingão na Categoria Jornalista do Ano.

desinteresse e da forma mais genérica possível ao “não compactuar com nenhum tipo de discriminação e/ou preconceito” regidos pela própria política da instituição/organização (Ricardo Alexino Ferreira, 2004).

Tal afirmativa mostra-se, muitas vezes, incoerente quando um dos maiores conglomerados de mídia e Comunicação, sendo o maior do Brasil e da América Latina, como o Grupo Globo, foi condenado por danos morais por ser um ambiente misógino, etarista e adotar tamanha “imposição de padrões estéticos” à jornalista Veruska Donato por não se adequar a linha editorial da Globo (Folha de São Paulo, 2024). O “Padrão de Beleza da Globo” também é manifestado pela jornalista Tereza de Benguela, sujeita de estudo desta pesquisa, ao descrever como a estética da Rede Globo a afetou, enquanto jornalista negra, categorizando a “questão da aparência” e o impacto do cabelo crespo no ambiente de trabalho com o verbo “sentir”, ou seja, ter a nítida percepção física e/ou moral da discriminação estética dentro da mídia ao qual salienta certa comoção em torno das poucas mudanças no cenário jornalístico:

As repórteres que tinham **cabelo crespo** tinham dificuldades, tem uma colega minha que não alisou o cabelo, mas foi “**convidada**” a alisar. [...] Eu **sentí** a questão da **aparência** no vídeo que era o **Padrão Globo**, porque eu trabalhei na filiada da **Rede Globo** e era muito alinhada e que está mudando hoje, né? Eles estão contratando pessoas negras e que está usando [cabelo] **dread**, pessoas de **cabelo branco**... a Rita Batista [jornalista negra da Bahia] é um exemplo. Ela usa trança, ela usa cabelo branco e ela é ela. Isso o **jornalismo** não podia nunca e eu nunca pensei que iria ver isso no **jornalismo**, porque quando eu estudava **jornalismo** era um **padrão plástico e estético** (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro Oeste, Entrevista 2024)²⁴.

A título de contextualização, Muniz Sodré (2014) aponta que o problema da Comunicação e, mais precisamente, do Jornalismo, está assegurado no “racismo midiático”. Isso indica que quando uma área de atuação profissional, bem como a organização jornalística, circunscreve-se a partir de pontos de vista hegemônicos carregados de estereótipos e preconceitos acabam por resultar na invisibilização de negros e negras na mídia brasileira e, mais seguramente, provocar uma “ausência de episteme” por não compreender sua magnitude na esfera social. Revela-se, portanto, que a identidade do jornalismo e do(a) jornalista permanece em crise. Em consonância, Cláudia Nonato e Santiago (2023, p. 90) sugerem que as questões raciais e de gênero estão limitadas no campo midiático “em quatro fatores: a negação, o recalçamento, a estigmatização e indiferença profissional”.

O ponto crítico é que o modelo de dominação ocasionado pela “Grande Narrativa” e/ou “Metanarrativa” ao qual também são propagados pela Grande Mídia – *mainstream* – com apoio da “midiatização generalizada”, termo de Muniz Sodré (2014) para contextualizar a

²⁴ Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2024, via Google-Meet.

disseminação de informações que pautam a sociedade contemporânea através dos “dispositivos digitais”²⁵, tendem a justificar seus padrões de comportamentos na difusão do racismo, sexismo, classismo, escravismo e xenofobismo. Na mesma direção, Muniz Sodré (2014, p. 19) caracteriza como os “efeitos da mídia” tem o poder de “transformar os modos como as pessoas obtêm informações, mudar o que pensamos e a capacidade de nos tornar violentos” pelo simples fato de não rompermos, sistematicamente, com a narrativa dominante.

O conceito de “Grande Narrativa” e/ou “Metanarrativa” se estende, excepcionalmente, no campo da filosofia onde está lograda na potência dos discursos – dominantes – capaz de representar não apenas uma “verdade absoluta” inexistente, mas fundamentar uma narrativa “em nome de todos” a partir dos acontecimentos históricos. Como entrave, Lyotard (1984) originou os dois termos que se entrelaçam e justificam-se a partir do mesmo significado, sendo, portanto, um discurso abrangente dos valores universais em que afirma explicar os fenômenos sociais legitimados pela pós-modernidade e estabelece a manutenção do racismo, sexismo e das diferentes formas de opressão relativizadas pela narrativa do sistema branco hegemônico.

Quando atribuímos a noção da “Grande Narrativa” aos fatos cotidianos ou aplicamos tal conceito à Grande Mídia (*mainstream*) observamos certa regularidade em não apenas replicar ideologicamente as subordinações que oprimem de forma simbólica corpos subalternizados e invisibilizados, mas que financiam através da argumentação e propagação de grande alcance a inferiorização destes grupos. Sem minimizar tais argumentos, Kabengele Munanga (2020, p. 24) salienta que esse processo de dominação, neste caso na combinação da mídia brasileira, ocorre-se “[...] oportunamente aos estereótipos e preconceitos através de uma produção discursiva. [...] trata-se de um discurso monopolista, da razão, da virtude, do ser, etc.”.

De forma responsiva e numa tentativa quase que descomunal em entender a “Grande Narrativa” diante das “exterioridades do ser” em contraposição aos “paradigmas do Outro”, Sueli Carneiro (2023) convida Foucault, sim, o filósofo francês, para uma conversa sobre o termo “dispositivo”, sendo este um mecanismo de poder que condiciona e potencializa o exercício de dominação e controle em relação a sujeição social e/ou política, ou melhor, o convida para um diálogo sobre os privilégios dos brancos junto aos discursos dominantes ao utilizarem-se de contranarrativas que problematizam pessoas negras, com maior indicativo de mulheres negras, na/para sociedade.

Esses desdobramentos nos levam a refletir sobre um dinamismo desigual em que passa a ser melhor compreendido a partir do termo “dispositivo de racialidade”, suscitado por Sueli

²⁵ O autor utiliza o termo “dispositivo”, originado por Foucault (1996), para se referir ao poder do discurso consolidado na esfera digital e seus efeitos na sociedade.

Carneiro (2023), e que nos permite entender os pressupostos teóricos em torno das contingências eurocentradas e a busca por emancipação diante dos marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade, etc. em que a chamada “grande narrativa” e/ou “metarrativa” se posiciona a partir de uma razão universal e globalizante. Para Sueli Carneiro (2023, p. 13 e 28), o conceito pode ser diretamente elucidado a partir da construção de imaginário da mídia ao contribuir para formação social que “naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos” ao qual constata-se “[...] a diferença com que a sociedade reage a casos de violência contra brancos das classes hegemônicas, em que se mostra consternada, e quando assiste indiferente ao genocídio dos negros e dos outros não brancos”.

Por esses caminhos que a jornalista Dandara dos Palmares, sujeita de estudo desta pesquisa, discorre sobre a forma violenta em que a mídia brasileira, majoritariamente branca (Perfil do Jornalista Brasileiro - UFSC, 2021; Perfil Racial da Imprensa, 2021), preserva seus privilégios ao não discutir sobre a formação da Imprensa no Brasil diante das categorias de gênero e raça e, tampouco, proteger profissionais negros(as) que estão nesses espaços sociais. Chama-nos atenção o fato da jornalista, levando em consideração a própria experiência enquanto mulher negra, convocar a autora Sueli Carneiro para discutir sobre a percepção de si e do outro nos meios de Comunicação, fomentando que teoria e empiria caminham lado a lado:

A gente leva **questionamento**, a gente **incomoda**. Quando entro dentro desses **espaços**... eu gero **incômodo**! Eu banco esse **incômodo**, eu sou a pessoa que banca as escolhas. As **empresas** falam que são **diversas**, mas elas não sabem ser. Por que eu acho que tem tanta discussão, tanto debate e tanta **violência** acerca disso? Porque quando você tá disposto a refletir, você percebe que vai abrir mão dos seus **privilégios**. Entender quantas vezes você foi **violento** com outra pessoa, se para gente é ruim entender essa **consciência racial** e toda **violência** que a gente já passou... imagina para quem é **violento**. [...] É muito o que a **Sueli Carneiro** faz na tese dela... como ela fala? Em “**Dispositivo de racialidade**”, ela chama **Foucault** para conversar no início do texto é muito isso: “vamos sentar para **conversar** para falar sobre os **privilégios**, sabe?”. Então eu acho assim... eles não estão preparados para conversar e nem tem leitura para isso. A gente sabe os nossos e os deles (Dandara dos Palmares, 39 anos, Sudeste, Entrevista, 2024)²⁶.

Ao tentar questionar o contexto em que está inserida, a jornalista Dandara dos Palmares se preocupa em entender, assim como todas as outras nove jornalistas negras participantes desta pesquisa, “como” e, mais seguramente, o “por que” a narrativa dominante é tão cruel com pessoas negras. O poder na produção do discurso, como elabora Foucault (2006), dita o “regime de comportamentos” e é por isso que o fato do jornalismo está, intrinsecamente, ligado com a dimensão ideológica da mídia diante do seu papel social na “construção da verdade” permite,

²⁶ Entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2024, via Google-Meet.

em paralelo, garantir uma visão de mundo que pode, sim, influenciar, a opinião pública. Algumas teorias da Comunicação e do Jornalismo sinalizam esse viés da narrativa única que com o passar dos anos foi ganhando outros rumos e sentidos no campo (Tuchman, 2009; Lippmann, 2010; Traquina, 2014).

Como reflexão crítica, autores como Samuel Pantoja Lima e Ferreira (2023, p. 135) partem da “[...] necessidade de repensar a forma pela qual os estudos em jornalismo têm olhado para o trabalho na mídia, que os autores consideram “redaçãocêntrica””, e nos convida a entender, de antemão, o cenário a partir de uma categoria feminilizada e racializada que contribua analiticamente nas dissoluções sobre a intimidação e violência de gênero, misoginia e, por ora, a desigualdade racial dentro da mídia brasileira. Essa indignidade em “falar pelo outro”, como bem define Sueli Carneiro (2023, p. 22), molda as relações raciais imbuídas as noções de gênero e sustentam os “discursos e práticas produzidos no Brasil em torno da racialidade” com maior ênfase nos “fatos cotidianos registrados pela grande imprensa sobre a problemática racial e registros de histórias de vida de personagens negros(as)”.

De modo emblemático e tomando como base a afirmativa de Foucault (2006, p. 12) sobre a lógica da narrativa, é preciso “converter o olhar”, ou melhor, “[...] dirigir o olhar para coisas imediatas”, bem como a reconfiguração do gênero e da raça nos espaços midiáticos. Para isso, propomos retomar onde tudo começou, e que está sendo debatido desde o primeiro parágrafo do capítulo introdutório desta dissertação, sendo, portanto, os questionamentos. Como sequela, entendemos como a mídia brasileira está precarizada por diversos fatores dominantes, desde as condições de trabalho ou contexto político mediatizado ao combate a desinformação em massa, mas vejamos que a discussão sobre a condição racial e de gênero é emergente (Nonato; Santiago, 2023; Nicoletti; Figaro, 2023).

Para tal compreensão, tomaremos como apoio os seguintes questionamentos, já evocados por outros autores da área, que nos auxiliam a interrogar a consolidação de narrativas racistas e sexistas na mídia: “quem é, para mim, este outro com quem eu falo e vice-versa?” (Muniz Sodré, 2006) e, mais precisamente, “quem fala e quem escreve a respeito da identidade negra afrodescendente?” (Kabengele Munanga, 2020) ou, até mesmo, “a precariedade tem gênero no jornalismo?” (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023). Nos sujeitamos, portanto, entender como os discursos não racializados relacionando-os com a identidade de gênero que, pelo esquecimento, podem contribuir para subsistência das narrativas dominantes se normatizam na mídia. Como bem descrevem Costa *et al* (2022, p. 38 e 50):

Por que pensar sobre narrativas? O ‘que’ e o ‘como’ narrar? De onde se narra? Quem narra e para quem se narra? Como humanos temos certeza de que mesmo antes de

nascermos já estamos inclusos em sistemas narrativos. Por exemplo, nosso nome próprio, ao ser escolhido por nossos pais e/ou familiares, já nos instala como espécies de personagens da grande narrativa que é a vida. [...] ou nos personagens que iremos, na fase adulta, ajudar a configurar com outras narrações/narrativas de que devemos ser protagonistas. [...] As formas narrativas utilizadas nas notícias constituem também um recurso importante do qual os jornalistas se valem para legitimar a sua própria autoridade descritiva e interpretativa acerca da realidade.

Da forma mais recôndita possível, conforme colocam Costa *et al* (2022, p. 40), “de novo a narrativa nos denomina”. Seja como for, é preciso compreender o nosso lugar de fala e esta estratificação na profissão pode ser vista dentro do próprio jornalismo. A inferiorização do negro, do sexo/gênero e das sexualidades se deve, intuitivamente, como forma de anulá-las como ser que existe e coexiste no mundo social. Vejamos alguns excertos de algumas das jornalistas negras, sujeitas participantes desta pesquisa, que evidenciam o pensamento proposto e percepção outros agravantes presentes na mídia brasileira em relação aos marcadores de raça e gênero que se faz ausente no debate jornalístico:

Eu lembro de uma **discussão** com uma **colega** sobre isso, ela falou assim para mim: “**ah, mas tu só pauta racismo**”, daí eu falei assim para ela: “olha, vocês tiveram papel, microfone, caneta o tempo todo e **não falaram** nada para mim. Agora, que eu tenho um microfone para os **meus**, né?” (Hilária Batista de Almeida, 34 anos, Sul, Entrevista 2024).

O **debate racial** é algo, assim, **urgente**. [...] Todos os problemas do país perpassam pela questão **racial**, então não dá para desvincular e isso tem que ser debatido sim, como te falei, sempre foi algo que levantei a **voz** aqui [Manaus] dessa questão de você não ver **pessoas negras** nos **programas jornalísticos**. Isso era algo que me incomodava muito, porque assim no **jornal impresso** você não tinha ali, muitas vezes, a foto do repórter e você não sabia que ele tava ali, mas na TV é onde as pessoas se veem (Maria Filipa de Oliveira, 42 anos, Norte, Entrevista 2024).

As **discussões raciais** e de **gênero** ajudam muito, não é simples e não é confortável. Não é bem visto na maioria dos espaços, porque elas quebram alguns **privilégios**. Mas essa é a grande questão: ela ajuda a quem? Vai contribuir com quem? Eu como **mulher negra** acredito que ajuda porque eles estão dentro das nossas demandas, das nossas **experiências históricas** (Luísa Mahin, 31 anos, Nordeste, Entrevista, 2024)²⁷.

Como constatado na tese de doutorado do jornalista, professor e pesquisador negro Ricardo Alexino Ferreira (2001, p. 27), intitulada “Olhares negros: estudo da percepção crítica de afrodescendentes sobre a imprensa e outros meios de Comunicação”, posteriormente publicada em formato de artigo: “os profissionais negros da área da comunicação reprovam a maneira como os veículos retratam os afrodescendentes e outros segmentos [como os aspectos de gênero]. Mas, constatei também que eles ainda não sabem qual seria o melhor modelo de

²⁷ Entrevista realizada no dia 02 de outubro de 2024, via Google-Meet.

abordagem dessa temática pela imprensa” por conta da falta de apoio dos colegas brancos na redação e a falta de espaço na Organização/Instituição jornalística.

Vale salientar que toda e qualquer experiência compartilhada através dos relatos das jornalistas negras nos ajudam a compreender melhor o recorte teórico trabalhado até o momento nesta dissertação, isso porque teoria e empiria se entrelaçam e constroem uma interpretação crítica e situada da realidade investigada. Nosso ponto aqui não é apenas descrever o que os teóricos dizem, mas articular a fala das participantes, obtidas através das Entrevistas Semiestruturadas, junto a argumentação dos teóricos sobre a compreensão do fenômeno. De forma clara, percebe-se o alinhamento com nossa proposta de pesquisa em consonância com nossa escolha metodológica, visto que a Teoria Fundamentada Construtivista não enxerga a teoria como dados esperados e, sim, como uma interpretação contínua do contexto social.

Ao colocarmos ambos em diálogos, no intuito de fomentar o cenário analisado, estamos construindo uma interface entre os conceitos já existentes com as experiências das sujeitas de estudo, de modo que sistematiza os dados qualitativos. Para sustentar tal constatação, cabe apresentar um episódio que ocorreu com a jornalista Dandara dos Palmares em que expõe a forma como profissionais negras(os) são tratadas(os) dentro da mídia brasileira sem o apoio dos colegas, muitas vezes homens, brancos, cis, héteros, etc. – e, além disso, como são discriminadas(os) e moralmente assediadas(os) pelos próprios chefes²⁸ em que colaboram com a narrativa hegemônica a partir de situações como esta:

O caso do meu **ex-chefe** que chegou para mim e disse que eu tinha colocado meus **primos** no site. Tem coisas que até hoje eu escuto, tipo: “**você é jornalista? Mas você é jornalista?**”, **sabe?** Essas situações eu passei dentro do trabalho. [...] No meio da minha chefia eu tentava usar banco de imagens com **pessoas negras** e **indígenas** para poder sustentar as matérias e um dia ele me chamou [chefe] e falou: “**o que é esse tanto de primo seu aqui no site?**”, porque tinha várias **pessoas negras** no site e esse foi um dos únicos dias que eu **chorei** dentro do trabalho. Eu banquei, mas quando cheguei na minha sala eu **desabei**. É difícil e no trabalho eu passei por essas **questões**, o fato de ter conseguido **entrar nesses espaços** não significa que não tive que lidar com essas **questões** (Dandara dos Palmares, 39 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Do nosso ponto de vista, não existe, então, um meio termo dentro da mídia brasileira. Muitos colaboradores e colegas de profissão não estão dispostos a encarar a problemática e, assim, como bem define Mungioli (2002, p. 54), “analisar as estruturas e discursos das narrativas” que, como já foi dito, é preciso compreender o “cenário cultural das nossas próprias

²⁸ Cabe salientar que dentro do jornalismo cada setor é coordenado por um chefe responsável, isso implica dizer que “editor-chefe”, “chefe de reportagem”, “diretor de jornalismo”, etc. são responsáveis não apenas pelas etapas de produção do conteúdo em si, mas representam a política editorial da empresa jornalística. Logo, muitos dos discursos replicados pelo indivíduo que supervisiona uma equipe podem refletir na política comportamental daquela empresa.

ações, pois é isso que nos força a sermos narradores”. No texto “O narrador”, elaborado por Benjamin (1994, p. 197), o autor salienta a necessidade de cedermos ao “ângulo de observação”, sendo um fenômeno característico em que “a experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores”, bem como as experiências de vida das jornalistas negras presente nesta dissertação e seus interesses, ora relativizados, de pertencer as narrativas jornalísticas.

Se é bem verdade que o jornalismo fomenta o debate, como assinalado por Neveu (2006), como reinscrever a narrativa jornalística nas discussões sobre gênero e raça? Nathan Nguangu Kabuenge (2022), a partir das contribuições de Motta (2013) em torno da análise crítica da narrativa, sustenta em seis procedimentos a ideia de uma “análise compreensiva da narrativa jornalística” remodelando-as através das cosmovisões e da construção de imaginários na mídia em que a experiência dos próprios profissionais (negros(as) e/ou mulheres) influenciam, de todo modo, as representações de si no desvelamento jornalístico, sendo tais:

- a) Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico: narrar de forma singular e significativa as histórias que pautam grupos subalternos, considerando os valores-notícia e a reconstrução do(a) sujeito(a) no desfecho cotidiano;
- b) Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios: perceber a situação que causa impacto moral e social para determinados grupos (negros(as), mulheres, povos originários, etc.) a depender dos incidentes relatados e reforçar o tratamento dado na conclusão da história;
- c) Construção de personagens jornalísticos: reconhecer os personagens e/ou atores sociais e seu papel na construção do texto jornalístico;
- d) Estratégia comunicativa: utilizar-se de discursos que capturam a essência do que quer ser dito e buscar interpretar a dimensão do fenômeno observado;
- e) Relação comunicativa e o “contrato cognitivo”: validar o ponto de vista de quem está no centro de discussão da narrativa e seus aspectos que evidenciam a realidade vivida;
- f) Metanarrativas e/ou a “Grande Narrativa”: agir de modo ético e inclusivo diante das representações, muitas vezes, noticiadas de forma generalizada.

Vale dizer que os meios de Comunicação têm um papel importante na construção de sentido e, como sucede no presente, o jornalismo é uma organização da sociedade. Os diálogos interpretativos sobre gênero e raça construídos até o momento nesta dissertação corroboram, significativamente, para refletirmos sobre a propagação de atitudes racistas e sexistas dentro da mídia, em especial da mídia brasileira. Cabe ressaltar que os seis

procedimentos destacados acima são baseados na nossa interpretação diante dos possíveis usos e sentidos para se pensar um jornalismo íntegro, inclusivo e antirracista no que se refere a construção de narrativas insurgentes que, sim, precisam de mais atenção nos estudos em Comunicação e Jornalismo.

Além disso, é preciso questionar-se sobre os fins e os meios para que haja certa referencialidade (jornalistas negros(as), trans, PCDs, LGBTQIAPN+) frente aos estereótipos veiculados cotidianamente. Diz Nathan Nguangu Kabuenge (2022) acerca das narrativas jornalísticas e seus efeitos na reconfiguração da realidade cotidiana:

O texto jornalístico ou narrativa jornalística, precisa-se do contexto, portanto, de heranças do passado, das experiências vividas que, em geral, são ‘recheadas’ de valores éticos, tabus, imagens, representações, narrativas, mitos, ou seja, de imaginários. [...] A partir da importância que têm as narrativas jornalísticas, no contemporâneo, no sentido de agenciar o estar junto de pessoas na sociedade, a interpretação do texto jornalístico que visa somente o desvendamento do “mundo” proposta por este texto, ou seja, buscar compreender somente os sentidos, saberes e “metanarrativas culturais pré-jornalísticas”, nele contido sem uma perspectiva de se chegar ao entendimento de si, parece insuficiente no contexto em que a nossa sociedade atual se encontra. Um contexto onde os fatos são “torturados” para falarem o que eles não sabem dizer, mas que seus “torturadores” acham que eles, fatos, deveriam dizer. [...] Deste fato, a análise da narrativa jornalística deve partir do texto para chegar à compreensão de si (Nathan Nguangu Kabuenge, 2022, p. 133, 139 e 141)

Visto por esse lado, Nathan Nguangu Kabuenge (2022, p. 118) nos possibilita enxergar uma narrativa jornalística que é transcendente e que não está subjacente apenas pelo formato do “fazer jornalístico” de forma técnica, mas a partir da “condição ontológica do ser-no-mundo”, também acrescentaríamos os modos de estar nesse mundo responsável por “agenciar o agir humano”. Por esse viés que no decorrer deste capítulo, pretende-se discorrer sobre a importância do jornalismo (narrativa, comportamentos e influência), bem como a formação da mídia brasileira, e seu papel na sociedade. De maneira mais confiante, retornaremos alguns conceitos apresentados no capítulo anterior para apoiarmos nossas concepções diante das jornalistas negras e sujeitas participantes desta pesquisa apresentando, assim, possibilidades na mídia brasileira.

3.1 O jornalismo como agente transformador: exercícios de poder e identidade

É preciso reconhecer: o jornalismo atua como agente transformador, seja pelo desempenho categórico de transformação da sociedade, bem como veicular notícias, fortalecer a democracia e, ainda, promover mudanças políticas e sociais. Um exemplo foi sua ação na conscientização sanitária em relação a grande cobertura sobre Covid-19 no Brasil e no mundo

entre outros fatores; seja pelo compromisso profissional com a “narração da história do presente”, assegurado pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2014), e a responsabilidade social com o interesse público ao qual corrobora para o desenvolvimento, mesmo que gradativamente, dos “jornalismos” no plural (Pedroso, 2004; Montipó; Ijuim, 2021; Martins, 2021; Bassi; Peruzzo, 2025).

Por influência da globalização, muitos autores da área dedicaram-se a conceituar o jornalismo e o papel do jornalista na sociedade contemporânea. Baseando-se numa perspectiva estadunidense, por exemplo, Schudson (2008; 2020) define o jornalismo como um modelo de negócio que dissemina informações e tem grande interação com o público em geral e, a partir disso, opera na defesa da democracia. Já no que concerne o “campo jornalístico”, conceito originado por Bourdieu (1997), pode ser descrito como um espaço social estruturado por dominantes e dominados, ao qual os agentes e/ou atores sociais atuam em diversas posições. Diante desses conceitos amplos que Lage (2014), tendo em conta o cenário brasileiro, define o jornalismo como uma prática social compromissada com a evolução da sociedade.

Em termos curtos, Deuze e Witschge (2016, p. 11 e 17) avaliam que devemos romper “significativamente com a maneira como conceituamos o jornalismo”, isso porque ao atrelarmos o campo apenas com a idealização da democracia estamos nos perdendo enquanto sujeitos sociais e afetando, assim, “[...] as carreiras de mulheres (e minorias étnicas) em profissões dominadas por trabalhadores homens e brancos”. Os autores pontuam que “para entender o jornalismo, é importante apreender quem o povoa (e também quem não), para obter uma visão” importante sobre a mídia e a formação dela.

Vejamos que tanto Bourdieu (1997) quanto Deuze e Witschge (2016), postulam o campo e a prática jornalística através do sistema de dominação (dominante) e das relações de poder perante a sociedade (dominado), isso implicar dizer que o mesmo cenário que estabiliza as injustiças sociais pode, de todo modo, concentrar boa parte das ideologias, das representações e dos discursos hegemônicos para, assim, manter a ordem social. O mesmo vale para os profissionais que atuam dentro do jornalismo, uma vez que a inserção de determinados grupos e o distanciamento de outros podem ocasionar no mercado “[...] um misto de iniquidade com incompetência em resposta que a indústria *mainstream* buscou dar à crise” até a precarização do jornalismo (Samuel Pantoja Lima *et al*, 2021, p. 18).

Dois anos depois do estudo anterior, Deuze e Witschge (2018, p. 168) publicam uma pesquisa sobre a discussão do jornalismo enquanto conceito teórico e a possibilidade de transformação no campo, visto que os “padrões profissionais, no caso do jornalismo, ainda exclui vozes, práticas e formas de jornalismo marginalizadas e minoritárias”. Nesta

argumentação, os autores sinalizam para a construção de uma “ontologia do jornalismo” em que é preciso encarar uma reflexão sobre o campo a partir do “tornar-se” em vez de uma “ideologia do ser”. Concordamos com o ponto de vista dos autores, pois o mesmo jornalismo que assume a sua relevância midiática na construção e preservação da democracia, pode, sim, oprimir as discussões de gênero, perpetuar a escravidão e financiar “golpes midiáticos” (Neveu, 2006).

No Brasil, o golpe civil-militar de 1964, por exemplo, foi celebrado pela Grande Imprensa e/ou Grande Mídia²⁹. Em 2 de abril de 1964, o Jornal O Globo “apoiou editorialmente e naquele contexto adotou o termo “revolução” para o golpe de [19]64” (O Globo, 2013), novamente em nome da “democracia”. Sob influência, o período ganhou efeitos catalisadores na mídia e na sociedade e se destacou em três momentos, sendo respectivamente: 1) impulsionamento da mídia no apoio aos governos ditatoriais; 2) o poder ideológico e simbólico que a mídia hegemônica obtinha/obtem na construção das narrativas e, posteriormente, 3) a diluição da liberdade de imprensa e a autocensura nos meios de Comunicação.

Na perspectiva de Neveu (2006, p. 188), “[...] o Brasil atravessou o século XX, predominantemente, sob regimes ditatoriais ou vivendo crises institucionais. Isto, naturalmente, influenciou, e muito, a evolução profissional do jornalismo”. Após a Ditadura Civil-Militar, a mídia – sabendo do poder que produzia – passou a influenciar ainda mais a opinião pública. Recordemos do debate histórico que colocou à frente os candidatos Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) na eleição presidencial de 1989, ao qual anos depois o ex-diretor da Globo, José Bonifácio de Oliveira, revelou com precisão certa manipulação através de cortes e edições que favoreciam o então candidato e, posteriormente, presidente eleito Fernando Collor (UOL, 2022).

Desde a legitimação de eventuais golpes, como no caso da ditadura civil-militar no Brasil e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, à manipulação das coberturas midiáticas em casos criminais que influenciam o comportamento da sociedade, como por exemplo a falta de responsabilidade da mídia na disseminação de informações desconstruídas em relação ao “Caso Eloá”³⁰, estima-se que o interdiscurso da mídia afeta a

²⁹ O período foi marcado por repressões, atos e governos ditatoriais, ao qual passou a ser sustentado pela Grande Mídia e por grupos de empresários que, por sua vez, eram os proprietários da mídia hegemônica no Brasil. Entre 1 de abril de 1964 e 15 de março de 1985, o país foi governado por cinco presidentes entre marechais e generais do exército brasileiro.

³⁰ No dia 13 de outubro de 2008, a jovem Eloá Cristina foi mantida em cárcere privado na cidade de Santo André-SP pelo ex-namorado, Lindemberg Alves, que não aceitou o fim do relacionamento. A espetacularização do caso durou cinco dias, resultando no evento trágico do assassinato da jovem. Quinze anos depois, alguns estudiosos e

narrativa jornalística e, em paralelo, influencia a opinião pública (Chomsky, 2013). Nas últimas décadas, nos deparamos com uma linguagem utilizada pela mídia jornalística que tendem a distorcer e, em muitos casos, ridicularizar todos os tipos de violência, bem como o discurso sobre as mulheres, as noções de raça e, até mesmo, a questão identitária (Pereira; Kato, 2018).

De modo ostensivo, reiteramos que a construção midiática –, sendo, no entanto, o poder, a influência, e, sobretudo, a identidade social, corrobora para a manutenção do poder simbólico e, como indaga Bourdieu (2020, p. 152), produz as violências simbólicas – aquelas que mesmo invisíveis podem ser percebidas nas “posições dominantes, que elas ocupam em número cada vez maior, isto é, do domínio da produção e da circulação de bens simbólicos (com a edição, o jornalismo e a mídia)”. A tradição do interacionismo simbólico, por sua vez, revela a forma como os indivíduos interpretam os sentidos e significados acerca das relações sociais e o modo como comportam-se coletivamente diante das opressões de gênero, raça, classe, etc.³¹. A própria natureza do jornalismo, guiado pela esfera social, condiciona esse “ponto de vista interdiscursivo, interacional e historicamente situado” (Pereira, 2009, p. 232).

Não podemos deixar de salientar que os discursos são atravessados pelas ideologias, especificamente a ideologia dominante, sustentados pelo sistema capitalista e neoliberalista. Esses padrões de dominação na mídia são reforçados pelo discurso hegemônico, como destacado, mas também a partir das desigualdades (sociais, raciais, de gênero, culturais, econômicas) que, sob determinada perspectiva, está relacionado a “ausência” de pluralidade de vozes, entre os quais destacamos: mulheres (condição de gênero), negros(as) (condição de gênero e raça), pessoas periféricas (podendo abranger gênero, raça e classe), isto é, quanto mais marcadores sociais, mais distante de um jornalismo construído através da diversidade (Goffman, 1981b; 2002).

Nos desafia a pensar de acordo com o levantamento intitulado “O jornalismo de um lado só”, publicado pela própria Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ, 2013), em que, muitas vezes, o jornalismo produz um embate ideológico nocivo produzido pelas mídias de grande alcance (Tradicionais e/ou Mainstream) contra pessoas marginalizadas e/ou invisibilizadas (Moretzsohn, 2013). Apontando como um dos principais efeitos o ato de “ignorar o outro lado”

especialistas julgaram o episódio alertando a extrema irresponsabilidade da mídia e da atuação policial na época que não souberam lidar com casos de violência contra mulher e, sequencialmente, não conseguiram conduzir um debate sobre feminicídio.

³¹ A metodologia mãe desta pesquisa, a Teoria Fundamentada Construtivista, originada por Charmaz (2009) utiliza a corrente teórica do interacionismo simbólico, abordagem esta que considera importante a influência e a interação social nas relações humanas, possibilitando a compreensão sobre o indivíduo na sociedade.

e “distorcer” pautas de gênero, a discussão racial e, naturalmente, “fugir da competente prática jornalística” (Moretzsohn, 2013, s.p.).

O estudo de Nayara Nascimento de Sousa (2022), por exemplo, indica que mesmo tendo mais jornalistas mulheres na redação ainda é muito difícil pautar temas femininos [acrescentaríamos também demandas sobre raça]. A discussão sobre o jornalismo ter sempre as mesmas narrativas não pode ser justificada pela ausência de vozes plurais de quem o produz, implica dizer aquilo que a autora constitui como “entrave, na medida em que gênero é tratado como tema proibido, estranho ao ambiente de trabalho e sem legitimidade no jornalismo” (Nayara nascimento, 2022, p. 9). Sem perder de vista a essencialidade do jornalismo para a sociedade, não seria possível ignorar essa realidade; tendo em vista que a mesma é enviesada, discutido neste capítulo.

Como distúrbio social, a grande mídia sempre replicou, ideologicamente, o poder simbólico e corroborou com discursos excludentes. A crítica de Muniz Sodré (2023, p. 105) denuncia o posicionamento da mídia hegemônica e os modelos segregacionistas sustentados pelas fases da imprensa:

Por exemplo, a imprensa: em sua fase artesanal, era parte ativa do sistema escravagista, divulgando a compra e venda de cativos, notícias de fugas e informações de autoexílio às capturas. Depois, da indiferença à escravidão, passou a acolher de modo titubeante o movimento abolicionista. Já na fase industrial, em plena república, pautou-se pela defesa da imigração europeia, implementando uma inconfessa política editorial de apagamento da cidadania negra tanto em suas páginas publicadas como no processo de produção jornalístico. Intelectuais coletivos das classes dirigentes, logotécnicos da reflexividade social desejada, os meios de comunicação configuravam verdadeiras usinas de negação representacional do(a) negro(a).

Outro ponto importante é o papel do(a) jornalista diante dessas estruturas de segregação, exclusão e discriminação que ao afirmar-se, hierarquicamente, na sociedade através do poder simbólico da mídia, o jornalista acaba por reforçar os discursos racistas e sexistas que o cercam. Nesse quesito, Travancas (2011, p. 97 e 106) reitera que “o jornalista não é mais o herói que está lutando em uma batalha por seus ideais políticos e sociais. [...] o ser jornalista contamina os demais papeis, ainda que de forma diferenciada” pelo simples fato de atuar nessas “fronteiras simbólicas”. No mais, Dennis Oliveira (2023) também vê os contextos midiáticos como potencializadores do racismo e sexismo em que os caracteriza como “estratégias narrativas midiáticas” as diferentes “formas simbólicas” que invisibilizam e marginalizam certos grupos (negros e mulheres) dentro dos meios de Comunicação de massa, em que diz:

O disciplinamento de corpos voltado a uma produção rigidamente hierarquizada possibilita enxergar as normatividades brancas e masculinas de forma mais nítida, razão pela qual a invisibilidade de corpos negros nos produtos midiáticos ter sido a

principal tônica dos estudos que enfocam mídia e racismo. [...] Embora ainda a presença de negras e negros nos espaços midiáticos é pequena, em alguns casos, residual; não há como negar que este cenário tem mudado (ainda que lentamente) tanto em função da pressão dos movimentos sociais negros como também pelas mudanças das estratégias de poder do capital (Dennis Oliveira, 2023, p. 3 e 5).

Numa perspectiva crítica, Ricardo Alexino Ferreira (2004, p. 22) reverbera que: “ora a imprensa avança na discussão, outras vezes fica num discurso superficial e inócuo” podendo, assim, desconsiderar as semioses sobre gênero e raça na composição da mídia. Como disputa retórica, Deuze e Witschge (2016, p. 13) ressaltam que “a aceleração de mais ou menos novos gêneros, formatos, produtos e serviços jornalísticos hoje apontam para o fato que a ideologia ocupacional do jornalismo permite que muitos “jornalismos” diferentes possam florescer”.

Na tentativa de criar certo distanciamento com o poder simbólico assegurado pela Grande Mídia e toda narrativa em torno dela, configura-se, portanto, a postura desses novos “jornalismos” para que as categorias jornalísticas não sejam enviesadas. Para isso, Furtado (2024, p. 21) alerta como “[...] a interseccionalidade de raça e gênero pode suscitar novas ideias, pois se observarmos a tendência em abordar as categorias de poder isoladamente leva à contínua marginalização das pessoas situadas no entrecruzamento dessas vias de poder”.

Por esse motivo, novos arranjos no jornalismo e novas vertentes jornalísticas se iniciam pelo ato de transformar a sociedade, bem como reconfigurar o interdiscurso da mídia. Para reforçar tal pensamento, Figaro (2018, p. 585) destaca algumas alternativas na Comunicação, sobretudo, no Jornalismo, sendo, pois: a) a comunicação popular e comunitária: rádios, jornais de bairro, televisão comunitária, fanzines, etc.; e b) o jornalismo independente: jornalismo feminista, imprensa negra e/ou mídia negra, em que “praticam um jornalismo preocupado com a cobertura sobre os direitos humanos, as questões de gênero, à política, à raça, etc.” em que até a mídia tradicional passou a repensar como ferramenta que possibilite uma possível inclusão dentro dos portais de notícias.

Implica dizermos, no entanto, que mesmo diante do surgimento de novos cenários jornalísticos, principalmente dentro da Grande Mídia (*Mainstream*), é notório que a formação da identidade e as políticas de pertencimento nesses espaços sociais são ideologicamente reforçados diante da formação na imprensa brasileira, seja pela perpetuação da violência de gênero ou pela complexa desigualdade de raça. Mesmo que as mudanças sejam significativas dentro do mercado de trabalho, compreendemos como o poder da mídia opera, ao qual suscitamos anteriormente como “agente transformador”, mas também como agente articulador.

Com profunda diligência, torna-se claro o que Kabengele Munanga (2020, p. 14) quis dizer ao afirmar que “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do

que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos, raciais e, atualmente, os debates sobre gênero” e por essa razão que se faz necessário compreender o condicionamento da mídia e o espelho racial e de gênero sustentados pela formação da imprensa.

3.1.1 O retrato racial e de gênero na imprensa brasileira: alguns apontamentos

Nas últimas décadas, pesquisas em largas escalas dedicaram-se a compreender o perfil do jornalista na mídia. Nutrindo-se a partir dos interesses hegemônicos, tornou-se necessário apreender a identidade profissional de quem povoa o jornalismo e os contrapontos em torno da formação do jornalista e seu papel na sociedade. De acordo com Veiga (2010), quando se pensa no gênero do jornalismo podemos afirmar que o padrão comportamental do campo é potencialmente masculino, heteronormativo, branco e, quase sempre, excludente. Ao contrário do que se poderia imaginar, emerge o fato de que as mulheres predominam no jornalismo e, com maior intensidade, nas redações jornalísticas em termos quantitativos, mas continuam como minoria em cargos de liderança (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023; Figaro, 2018; Herscovitz, 2010; Travancas, 2011).

Para além do substantivo feminino, a imprensa brasileira também é predominantemente formada por jornalistas mulheres (Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 2021; Perfil do Jornalista Brasileiro – UFSC, 2021). Essa não é uma característica apenas do Brasil, isso porque alguns estudos já haviam revelado, no começo do século XXI, um crescimento significativo de mulheres no mercado de trabalho jornalístico (Fidalgo, 2004; Chambers *et al*, 2004). Fidalgo (2004), por exemplo, dedicou-se a analisar o perfil socioprofissional dos jornalistas portugueses e reconheceu uma tendência de maior “feminização” no campo jornalístico na Europa e ao redor do mundo e, para além disso, verificou-se que a profissão é formada por jovens mulheres.

Por entender a complexidade da categoria de gênero no jornalismo, Chambers *et al* (2004, p. 10) atentam-se de que as “jornalistas mulheres apresentam um paradoxo e que sua presença como profissionais de notícias é agora comum, mas elas continuam a ser marcadas como “outras” ou como “diferentes” de seus colegas homens”. Sem considerar propriamente o impacto da desigualdade racial no jornalismo, Chambers *et al* (2004) apontam que as estruturas da mídia são irregulares e assimétricas. Por sua vez, as categorias de “gênero” e “raça”, quando interseccionalizadas dentro da mídia, realçam as distinções entre ser “jornalista mulher”, “jornalista negro” e “jornalista negra”, provando que o ser jornalista negra na mídia já a

classifica como “diferente” o dobro de vezes, tanto pelas opressões de gênero quanto pela discriminação da raça.

Nesse contexto que o cenário brasileiro registra algumas discrepâncias em relação aos aspectos de gênero e, principalmente, de raça no que corresponde o perfil do jornalista de redação. Como apontado no “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” (2021, p. 8), “a análise dos resultados por região geográfica do Brasil indica essa sub-representação da população negra nas redações jornalísticas”. Mais uma vez, profissionais negras (mulheres), assim como profissionais negros (homens), são minorias na redação e no jornalismo em si, mesmo quando estudos constatarem uma presença majoritária de mulheres – brancas – na mídia (Marques; Barros; Silva, 2023; Lima; Barros; Nicoletti, 2023).

Ao destacar as condições da mulher negra na Comunicação e o preconceito racial, o relatório também indica que a Região Sul tem bem menos profissionais negros (entre homens e mulheres) ocupando espaço na mídia brasileira em comparação a Região Nordeste – refletindo, assim, [...] na distribuição da população negra pelo País” (Perfil Racial da Imprensa, 2021, p. 8). Vejamos na figura a seguir que a autodeclaração étnico-racial, representada pelos fatores “cor/raça”, revela um percentual de profissionais negros (pretos e pardos) bem inferior quando comparado com os profissionais brancos:

Figura 12 – Perfil do Jornalista de Redação no Brasil: cor/raça

PERFIL DO JORNALISTA DE REDAÇÃO						
COR/RAÇA	REGIÃO					TOTAL
	CO	N	NE	S	SE	
	%	%	%	%	%	%
BRANCA	74,47	71,43	59,52	93,05	77,35	77,60
NEGROS	21,28	25,00	38,89	5,35	20,35	20,10
PARDA	17,02	21,43	23,81	3,74	12,92	13,20
PRETA	4,26	3,57	15,08	1,60	7,43	6,90
AMARELA	4,26	3,57	1,59	1,60	1,95	2,10
INDÍGENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,20
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Base: 1.000 entrevistas
 Fonte: Perfil Racial - fase 2 - Pesquisa com amostra probabilística para definição das proporções de cor/raça nas redações brasileiras.

Fonte: Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 2021.

Se pensarmos que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo – tendo, portanto, o maior índice de pessoas negras fora da África (Dulce Pereira, 2022) – e que as mulheres são maioria na população brasileira (IBGE, 2022) – podemos associar tamanha irregularidade na inclusão de profissionais negras dentro do mercado de trabalho jornalístico à marginalização permanente dos(as) negros(as) na sociedade brasileira. Séculos e mais séculos

de escravidão danificaram a representação racial e influenciaram a mídia de massa (bell hooks, 2019a). Quando jornalistas negras se tornam o “restante” na composição da mídia, percebe-se que a misoginia e o racismo explicam a ausência destas profissionais dentro desses “sistemas educacionais supremacistas brancos e dessa mídia de massa racista” (bell hooks, 2019a, p. 29).

Na obra “O negro no mundo dos brancos”, Fernandes (1972, p. 15) reconhece que o(a) negro(a) vive sob o domínio e o controle do sistema branco hegemônico a começar “com a ideia corrente que a sociedade foi montada para esse branco” e, mais do que isso, que o “negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual””, destacando como principal crítica “o seu fracasso” no mercado de trabalho. Mulheres negras são vistas como “incapazes ou inaptas e a discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados” (Perfil Racial da Imprensa, 2021, p. 6).

Num estudo sobre o preconceito de gênero e raça no jornalismo, Moura *et al* (2022, p. 8) sugerem que “existe também um pré-conceito de que as mulheres negras não possuem qualificação necessária para exercer determinados cargos” e, para além desse julgamento, acredita-se que “a maioria dos empregados e detentores de poder nas relações de trabalho são brancos e possuem círculos sociais com pessoas brancas, isso coopera para a baixa inserção das profissionais negras nas corporações”. Não por acaso, Antonieta de Barros, jornalista negra e sujeita de estudo desta pesquisa – reconhece que jornalistas negros(as) não estão na mesma posição que os colegas brancos, destacando que as mulheres negras são minorias no jornalismo e, muitas vezes, não estão dentro do mercado por não conhecer as pessoas certas, isto é, brancas:

Não vejo outros **negros** na mesma **posição** que **brancos** no **jornalismo** e percebo um teto de vidro que impede a **ascensão** desse(a) **profissional**, tem mais **homens negros** do que **mulheres negras** e pouquíssimas **mulheres negras de pele retinta**. [...] o que acontece... uma coisa que eu aprendi lendo sobre **jornalismo e vivenciando**, né? É que você só entrava, eu acho que ainda rola muito isso, através das **redes de relações** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Respondendo à pergunta de Nicoletti, Kikuti e Mick (2023), em que questionam “a precariedade tem gênero no jornalismo?”, sim, e acrescentaríamos mais: a precariedade no jornalismo não apenas tem gênero (feminino) como raça (negra – pretos/as e pardos/as), sendo, portanto, uma noção política apoiada nas discriminações estruturais. Ao falar sobre discriminação estrutural ou como nos referirmos cotidianamente “discriminação institucional”, Pereira (2023, p. 11) considera que “a categoria trabalho é um ótimo indicador para compreender as mudanças estruturais do jornalismo” e, como já discutimos anteriormente, essa

interseccionalização entre gênero, raça, classe, sexualidade, etc. acentuam as opressões contra mulheres negras na divisão sexual do trabalho (Marques; Barros; Silva, 2023).

Nesse percurso, Moliani, Zacariotti e Nava (2023, p. 145) afirmam que “o mercado de trabalho para jornalistas negras, portanto, se torna desafiador. [...] passou a ser mais difícil a inserção no mercado formal de trabalho”. Outra característica diante dessa precarização em torno da mulher negra na Comunicação se faz nos estudos sobre a identidade do jornalista na mídia e seus aprofundamentos em relação a condição racial, certa vez que “alguns respondentes apontaram que o questionário da pesquisa sobre a identidade no jornalismo precisava considerar mais questões específicas sobre como a classe, gênero, orientação sexual e raça afetam o trabalho de jornalistas, levando em conta as suas próprias experiências” (Perfil do Jornalista Brasileiro – UFSC, 2021).

Num esforço de entender o cenário do jornalismo no Brasil, a partir do Relatório sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro (UFSC, 2021), Samuel Pantoja Lima *et al* (2023, p. 21) destacaram alguns achados sobre a identidade social do jornalista na mídia brasileira, tais como:

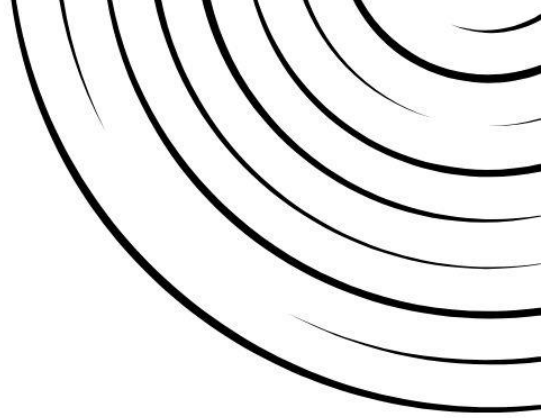
- a) Mulheres são maioria no jornalismo: a profissão continua majoritariamente feminina;
- b) Contradição nos indicativos de raça dentro do mercado de trabalho: jornalistas negros e negras (pretos/as e pardos/as) cresceu 30%, mas continuam minorias na mídia;
- c) Profissão jovem: presença de jornalistas entre 23 e 30 anos (24,1%) e 31 e 40 anos (30,3%);
- d) Salários estagnados: a renda média de quase 60% dos jornalistas é inferior a R\$ a 5,5 mil por mês;
- e) Atuação profissional: a atividade indica menor presença de jornalistas atuando fora da mídia;
- f) Precarização do trabalho: redução de vínculos de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a precariedade dos freelancers, Pessoas Jurídica (PJ) e Microempreendedor Individual (MEI);
- g) Saúde mental e condições de trabalho: denegação do jornalismo que ocasionam estresse, assédios e constrangimentos na profissão;
- h) Espectro político: aumento significativo na autoidentificação ideológica do jornalista com a esquerda e centro-esquerda.

Observarmos que a presença do gênero se relaciona com estudos anteriores em que as mulheres predominam no jornalismo, mesmo sabendo que são majoritariamente mulheres brancas (Nicoletti; Kikuti; Mick, 2023; Figaro, 2018). Em relação a condição racial, o relatório

identificou uma contradição dentro do mercado de trabalho em que profissionais negros (entre homens e mulheres) cresceram numericamente 30%, mas continuam como minorias na mídia brasileira. Ainda de acordo com Samuel Pantoja Lima *et al* (2023), o relatório dedicou-se a entender outras características do jornalista, para além da identidade de gênero e a pequena pontuação sobre a categoria de raça, bem como: 1) Faixa etária; 2) Salários; 3) Atuação profissional dentro e fora da mídia; 4) Precarização do trabalho; 5) Saúde mental; e 6) Posição política dos jornalistas na mídia brasileira.

Apesar do relatório debater sobre a instabilidade da profissão e as temáticas que o cercam, faz-se necessário compreender a identidade social enquanto o “ser jornalista” e o jornalismo enquanto forma de “estar no mundo”. Dando importância ao conceito de identidade e o papel do jornalista na sociedade, Travancas (2011, p. 101) estabelece uma negociação identitária em que “o papel profissional para este grupo ocupa um lugar de destaque em suas trajetórias. [...] de modo que pertencer a uma camada significa partilhar com outras pessoas possibilidades idênticas”, por isso que é inevitável categorizar as jornalistas negras, sujeitas de estudo desta dissertação, e descrever suas funções na profissão.

A terceira parte vai agrupar o capítulo de interpretação analítica e apontamentos finais. O capítulo seguinte é o de análise e discussão dos dados, pretendemos apresentar o Perfil Biográfico das jornalistas negras e debater acerca dos principais achados. Adiantamos dizer que o próximo capítulo discorrerá alguns temas complexos diante da experiência pessoal e profissional das sujeitas de estudo por meio das seguintes seções: a) A estética negra nos espaços midiáticos (Goffman, 1977; 1979); b) As opressões cruzadas no mercado de trabalho enquanto mulher negra; c) Subversão aos estereótipos de gênero e raça na mídia brasileira.



Parte III – Eco

(Sobre a análise, os dados, o florescer da reflexão)



*Na Língua Bantu: Parte
III – MAKUTU*

(continuidade e transformação)

PARTE III – ECO

A terceira parte da dissertação, intitulada “Eco” (Makutu, na língua Bantu), simboliza a continuidade e a transformação dos dados a partir das discussões apresentadas nas partes anteriores. Aqui, o foco recai sobre a análise e interpretação dos achados, promovendo o florescimento da reflexão teórica e empírica. Essa parte compreende os dois últimos capítulos da dissertação, voltados à análise e interpretação dos dados e às considerações finais da pesquisa.

O título “Eco” reflete, simbolicamente, a questão das experiências das jornalistas negras, as discussões e descobertas realizadas ao longo da dissertação. O termo pode remeter as estruturas da sociedade e suas interações com indivíduos e grupos, aqui o conceito conecta-se às partes “Raiz” e “Voz”. A raiz das experiências de mulheres negras no jornalismo e a voz que emerge dessas experiências para transformar o campo da Comunicação.

Nesta parte, agrupamos os dois últimos capítulos da dissertação, sendo, portanto, o **capítulo 4**, intitulado “Reminiscências e disparidades de gênero-raça no jornalismo: discutindo os dados”, organizado em diferentes seções e subtópicos, a fim de guiar a apresentação dos achados e fundamentar as interpretações. O **capítulo final**, a título de conclusão, volta-se para os apontamentos finais da pesquisa e abre espaço para que outras pessoas interessadas no tema deem continuidade às reflexões, reforçando o caráter dialógico do cenário estudado. No mais, propõe uma teorização baseada na Teoria Fundamentada Construtivista de Charmaz (2009), oferecendo novas possibilidades de compreender o fenômeno investigado.

4 REMINISCÊNCIAS E DISPARIDADES DE GÊNERO-RAÇA NO JORNALISMO: DISCUTINDO OS DADOS

*Quem somos, afinal?
Uma mistura do que fomos e do que nos foi imposto.*

(Zadie Smith, escritora britânica-jamaicana)

*Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeita,
impor minha existência numa sociedade que insiste em
negá-la.
[...] como negra, não quero mais ser objeto de estudo e,
sim, o sujeito da pesquisa.*

(Djamila Ribeiro, escritora e ativista negra)

Neste capítulo, resgatamos a seguinte proposta: acolher os relatos subjetivamente narrados por jornalistas negras e nos atentarmos moralmente que, neste espaço de discussão e transformação identitária, mulheres negras não são objetos, mas sujeitas de estudo, como bem colocado ao longo desta pesquisa. Por esse caminho que Patricia Hill Collins (2020, p. 164 e 155) define que a “[...] subjetividade das mulheres negras no centro da análise [...] pode validar suas próprias autodefinições” e que, por vezes, ao nos depararmos com realidades e percepções historicamente negligenciadas através da “importância de quem ouve” podemos, enquanto pesquisadores, provocar inerentes memórias e teorizar um passado que se entrelaça com o presente e o futuro de quem está narrando³².

Na concepção de bell hooks (2019), este fenômeno pode ser conceituado como *autorrecuperação*, sendo, portanto, “o ato de se tornar sujeito” através do “esforço do(a) dominado(a) para desenvolver consciência dos mecanismos de exploração e opressão, formando uma consciência crítica que favoreça a criação de resistências” (Pinheiro; Paula, 2019, p. 145). Ao dizer isso, entende-se que a construção do sujeito, como bem argumenta Bosi (1994), está enraizada na “percepção, consciência e memória” ao qual fundamentam a própria identidade (social e racial).

Procuramos, no entanto, organizar e reconstruir as experiências das jornalistas negras nos espaços midiáticos, visando interpretar os fenômenos que as cercam. Nesse contexto,

³² Vale ressaltar que ainda na Introdução desta pesquisa optamos em citar autores(as) negros(as) pelo nome completo, estabelecendo nome e sobrenome para o “racismo não dar o nome que quiser” (Luiza de Bairros (1953-2016)).

retomamos o objetivo geral desta dissertação: compreender como jornalistas negras se percebem no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, a partir dos desafios enfrentados diante do contexto de gênero e raça. Além disso, dedicamo-nos à discussão dos dados obtidos junto às sujeitas de estudo, a partir de: 1) experiências e/ou percepções; 2) desafios e/ou enfrentamentos; e 3) estratégias e/ou iniciativas; como salientado no capítulo de Introdução.

Devemos considerar que, ao apresentar os resultados de caráter crítico-social que as envolvem, observamos que a “dor”, narrada pelas jornalistas negras, se manifesta de forma evidente em seus relatos. Um bom exemplo pode ser encontrado nos subtópicos da seção (4.1), intitulado “O jornalismo enquanto forma de estar no mundo: Quem somos? Onde estamos?” que apresenta a vida dessas jornalistas e o contexto multicultural em que elas estão inseridas. Acrescenta-se ainda que, ao tomarem posse da própria história, as jornalistas vivenciaram novos fatos e descobertas, dando origem a uma nova compreensão teórica.

Ressaltamos que o método principal adotado foi a Teoria Fundamentada Construtivista, a partir das concepções teóricas de Charmaz (2009). Considerando que o propósito da Teoria Fundamentada Construtivista é explicar o fenômeno estudado e observar os contextos sociais que, por algum motivo, precisam despertar sentidos e significados para determinados grupos, a pesquisa busca entender a realidade em que as jornalistas negras estão inseridas. Por esse motivo, o objetivo deste capítulo é promover uma percepção crítica do cenário estudado, considerando implicações sociais, culturais e profissionais que nem sempre recebem a atenção que merecem.

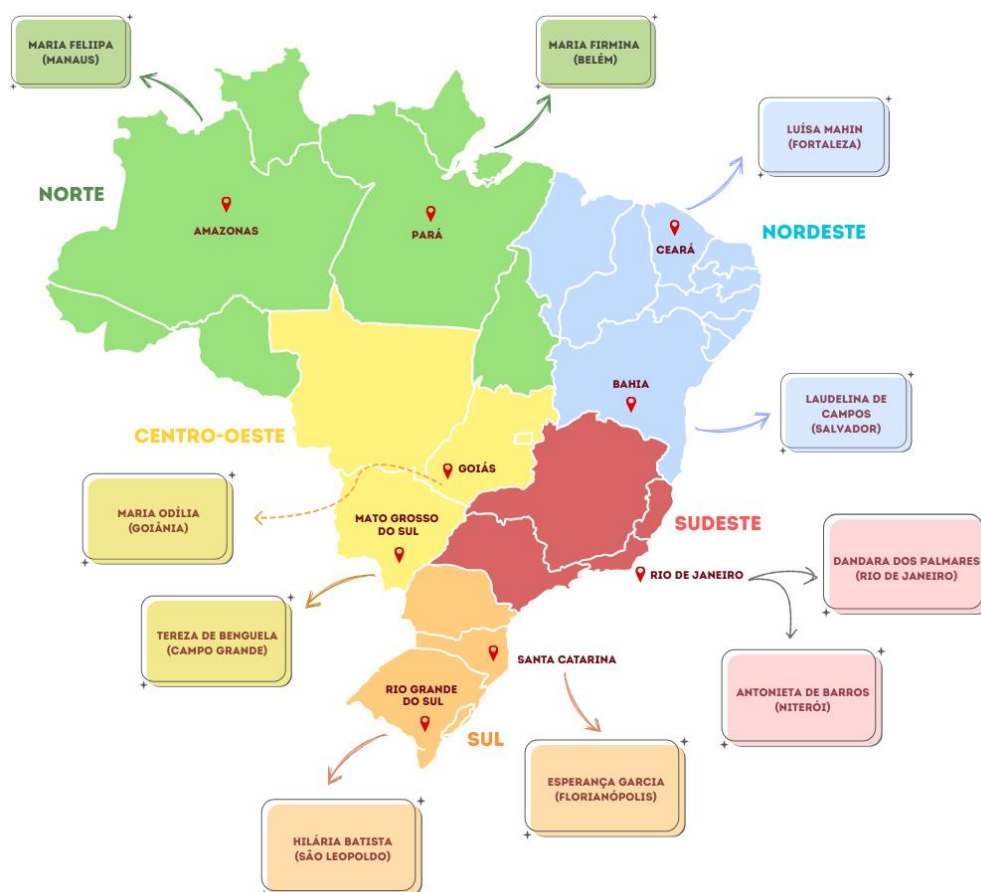
Por sua vez, os temas recorrentes que trabalharemos no decorrer deste capítulo situam-se a partir de: gênero/sexo, raça/racismo, classe, sexualidade, xenofobia, lesbofobia entre outros. Sem perder de vista a natureza desta pesquisa, buscamos também chamar atenção para uma parte da população que não é atravessada por essas barreiras sociais; vejamos que é preciso exercer uma função de entendimento a partir do outro. Tomando como referência as contribuições de Patricia Hill Collins (2015, p. 2), é necessário ter percepção crítica de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas”.

Em torno deste círculo de desigualdade e sua influência nas várias camadas da sociedade, evidencia-se como as intersecções, a partir das dimensões que abrangem gênero, raça e classe, não atuam isoladamente. Isto significa que as diferentes opressões se cruzam causando discriminação e exclusão em qualquer esfera da vida social (profissional/institucional,

educacional/acadêmica e cultural/midiática); bem como no mercado de trabalho jornalístico que se apresenta como defensor dos direitos sociais e, em muitos momentos, produz desigualdades e estereótipos (Kimberlé Crenshaw, 1991; Biroli e Miguel, 2015).

Antes de apresentar os principais achados e interpretar os resultados, optou-se por descrever o perfil das jornalistas negras participantes, incluindo a localização geográfica de cada uma, faixa etária, nível de escolaridade e trajetória acadêmica. Essa descrição nos permite compreender melhor quem são as sujeitas de estudo, apresentando-as adequadamente, a começar pela figura 13:

Figura 13 – Distribuição das jornalistas negras por Região do Brasil



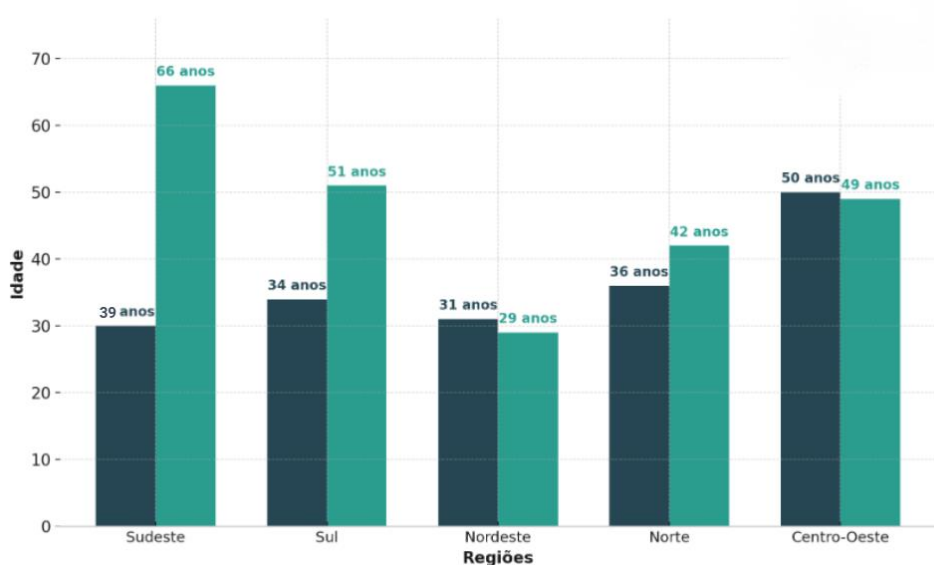
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Conforme apresentado na figura 13, o recorte desta pesquisa incluiu duas jornalistas negras por região: Sudeste, Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, sublinhamos no capítulo metodológico alguns critérios definidos para participar efetivamente desta dissertação, como: 1) limite mínimo de cinco anos ou mais; e 2) atuação nos espaços midiáticos tradicionais (rádio, TV, assessoria, digital, etc.). Na figura 13, destacamos no mapa apenas as cidades/regiões das sujeitas participantes. Observa-se que apenas duas jornalistas, da Região

Sudeste, são do mesmo estado, sendo do Rio de Janeiro. Isso ocorreu porque, no momento da seleção das participantes, as duas atenderam aos critérios propostos desde o início, enquanto outras três jornalistas, interessadas em participar da pesquisa, ainda não possuíam cinco anos de experiência.

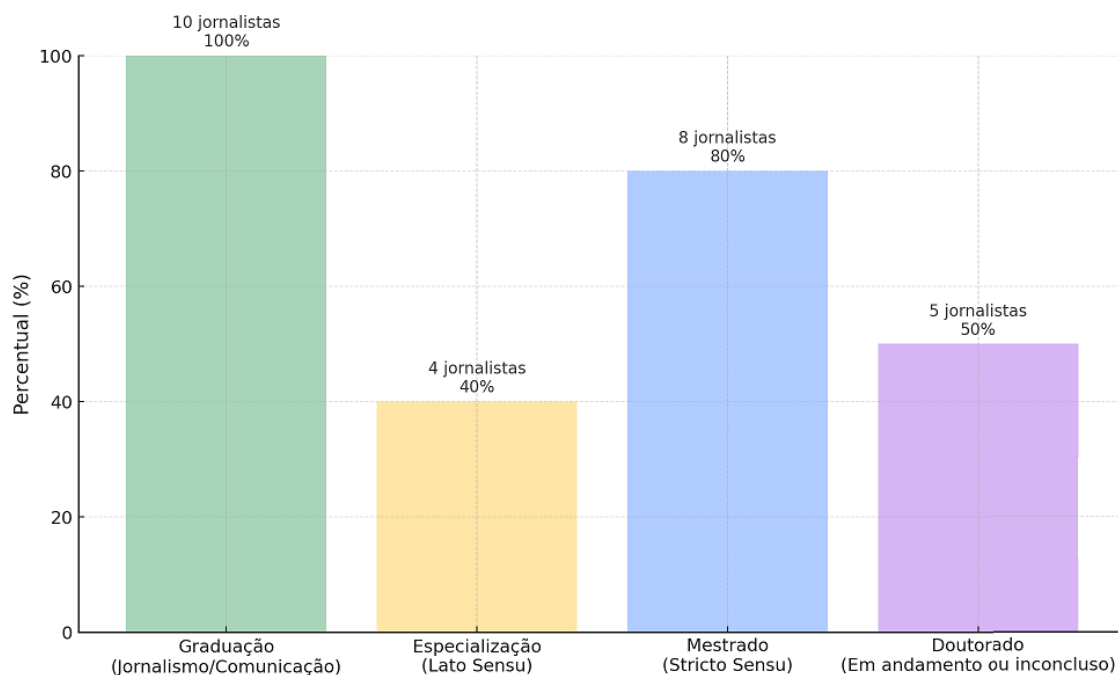
Em relação à faixa etária das jornalistas, quatro participantes estão acima dos 30 anos, sendo que a mais jovem está prestes a completar essa idade. Duas jornalistas estão entre 42 e 49 anos, enquanto duas têm entre 50 e 51 anos. A participante com a maior idade possui 66 anos. Nesse contexto, discutiremos mais adiante como o etarismo se manifesta na vida dessas mulheres, não apenas por serem consideradas “velhas demais” para a profissão, mas também por existirem relatos de que são “jovem demais” para ocupar determinados cargos dentro da empresa. O gráfico 1 exemplifica o perfil etário:

Gráfico 1 – Perfil Etário das Jornalistas Negras Participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Outro aspecto relevante é o nível de escolaridade das jornalistas. Todas possuem diploma de graduação em Comunicação Social e, conforme os relatos, muitas optaram por prosseguir nos estudos com o objetivo de ascensão social. O gráfico 2 ilustra a distribuição das participantes entre graduação, especialização, mestrado e doutorado:

Gráfico 2 – Nível de Escolaridade das Jornalistas Negras Participantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Além disso, observamos que nove das 10 jornalistas são formadas em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo e apenas uma jornalista, Maria Odília (Centro-Oeste), é formada em Comunicação Social com Habilitação em Rádio e TV. Soma-se a isso o fato de que quatro jornalistas decidiram fazer especialização *lato sensu*, ou seja, voltados para atuação profissional. Outras optaram por fazer mestrado e doutorado direto, mas sempre auxiliando os estudos com o mercado de trabalho. Já em relação ao mestrado (*stricto sensu*), quatro jornalistas preferiram cursar outras áreas, para além da Comunicação ou Jornalismo, como: História Comparada; Ciências Sociais e Direito Constitucional.

Registra-se que cinco jornalistas optaram por cursar o doutorado, sendo quatro delas em Comunicação, buscando permanecer na área de atuação e melhores condições salariais. Apenas Laudelina de Campos, a mais jovem do grupo, cursa doutorado em outra área, Estudos de Gênero fora do Brasil. No mais, a jornalista Antonieta de Barros (Sudeste) resolveu interromper a conclusão do Programa de Pós-Graduação (nível de doutorado) por motivos pessoais. O Quadro 2 permite visualizar de forma mais clara a formação acadêmica das participantes, ressaltando que todas continuaram trabalhando paralelamente aos estudos:

Quadro 2 – Formação acadêmica das jornalistas negras participantes

JORNALISTAS (Codinomes)	GRADUAÇÃO (Bacharelado)	ESPECIALIZAÇÃO (Lato Sensu)	MESTRADO (Stricto Sensu)	DOCTORADO (Stricto Sensu)
----------------------------	----------------------------	--------------------------------	-----------------------------	------------------------------

Antonieta de Barros	Jornalismo	-	História Comparada	Comunicação (inconcluso)
Dandara dos Palmares	Jornalismo	História latino-americana em Ciências Políticas	Comunicação e Cultura	Comunicação (em andamento)
Esperança Garcia	Jornalismo	-	-	-
Hilária Batista	Jornalismo	-	Ciências Sociais	Ciências da Comunicação (em andamento)
Laudelina de Campos	Jornalismo	-	Novas Tecnologias Jornalísticas	Estudos de Gênero (em andamento)
Luísa Mahin	Jornalismo	-	Comunicação	Comunicação (em andamento)
Maria Felipa	Jornalismo e Direito	Marketing	Direito Constitucional	-
Maria Firmina	Jornalismo	-	Ciências Sociais	-
Maria Odília	Comunicação (Rádio e TV)	Assessoria de Comunicação	-	-
Tereza de Benguela	Jornalismo	Midialogia	Ciências da Informação	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Percebe-se, no quadro acima, que apenas uma jornalista, Esperança Garcia (Sul), possui formação na área e não optou por dar continuidade à sua formação acadêmica e profissional. No momento da entrevista, ela revelou que sempre priorizou a permanência no mercado de trabalho e que, ao tentar cursar outra graduação, ao qual revelou ser Letras, decidiu não prosseguir. Quanto às jornalistas Maria Odília e Tereza de Benguela, ambas da Região Centro-Oeste, revelaram conciliar por um tempo o mercado de trabalho jornalístico com a ofício de ser professora de jornalismo em universidades particulares.

Podemos considerar que todas essas descrições são importantes para o que vamos debater nas seções seguintes. Sobretudo, reiteramos a importância do limite de cinco anos ou mais como critério de participação na pesquisa. A seguir, detalhamos o tempo de atuação de cada uma das jornalistas e as funções que desempenham no jornalismo:

Quadro 3 – Tempo de carreira e cargos das jornalistas participantes

JORNALISTAS	CARREIRA	CARGO
Antonieta de Barros	27 anos	Repórter
Dandara dos Palmares	17 anos	Assessoria/Especialista
Esperança Garcia	26 anos	Repórter
Hilária Batista	10 anos	Editora de Jornal
Laudelina de Campos	9 anos	Assessoria de Comunicação
Luísa Mahin	6 anos	Assessoria de Comunicação
Maria Felipa de Oliveira	22 anos	Analista p/ Assessoria de Com.
Maria Firmina dos Reis	16 anos	Assessoria de Imprensa/Prod.

Maria Odília Teixeira	21 anos	Chefe de Reportagem
Tereza de Benguela	15 anos	Diretora de Jornal

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Observa-se no quadro acima que quatro jornalistas já passam dos 20 anos de carreira no jornalismo e três delas têm entre 15 e 17 anos na profissão. A jornalista que tem menos tempo na profissão, coincidentemente não é a mais jovem do grupo de jornalistas negras, isso porque Laudelina diz ter começado a atuar no mercado de trabalho jornalístico, já de carteira assinada, ainda no início do curso de jornalismo. Já Luísa, revela ter sofrido bastante para conseguir uma oportunidade no mercado e, principalmente, para manter-se nele. Acrescenta-se o fato de que todas elas revelaram precisar muito do emprego e, por esse motivo, suportam todos os tipos de exclusão, sabotagem e humilhação entre os colegas.

Entre os temas que permeiam a localização geográfica, perfil etário, nível de escolaridade, tempo de carreira e cargos das sujeitas participantes dentro dos espaços midiáticos, soma-se ainda todas as interações sociais e o espaço político-cultural que determinam como vai ser a experiência de cada jornalista negra descrita até o momento (Goffman, 1981a; 2002). De forma breve, Charmaz (2009, p. 11) define as descrições que antecedem a interpretação dos dados e, sequencialmente, dos resultados em “descrições inquestionáveis e narrativas reveladoras”. Ao adotar o método da Teoria Fundamentada Construtivista para dar suporte ao cenário estudado, neste caso das jornalistas negras no Brasil, observamos a importância de como as pessoas recordam e reinterpretam as próprias experiências.

Retomando ao passado, o(a) narrador(a) apresenta uma certa vulnerabilidade diante de temas que retratam a narrativa de forma singular. Isto significa que a narrativa, ou seja, o ato de narrar sobre algo ou relatar algum acontecimento seja na vida pessoal ou profissional, resgata memórias ativas das participantes. Esse processo de retornar ao passado para entender o presente e, possivelmente, construir um novo futuro diante das limitações de quem narra, é essencial na TF Construtivista; pois constrói significados e oferece sentido as experiências sociais.

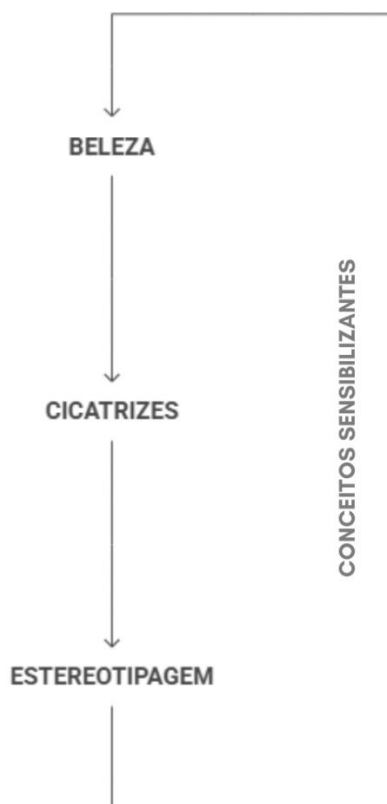
Ao utilizarmos a memória dentro da Teoria Fundamentada Construtivista, compreendemos os fenômenos sociais e captamos as percepções, emoções e interpretações subjetivas das jornalistas negras. A memória pode ser classificada como individual ou coletiva (Halbwachs, 2006). As memórias individuais estão atribuídas a forma como organizamos nossas impressões sobre as coisas (cenário, contexto e incertezas) e sobre as pessoas (relações, vivência e coletividade). Em contraste, as memórias coletivas compõem-se através de um

conjunto (grupos e comunidades) e formam identidades sobre aquilo que construímos enquanto indivíduos.

Na verdade, as memórias podem levar o indivíduo a retomar um passado, muitas vezes, doloroso e que representa muito bem o presente momento em que vivem e todas as situações que enfrentaram/enfrentam/enfrentarão. Assim, a memória se entrelaça entre passado, presente e futuro, como no caso dos dados obtidos. A partir disso, identificamos três categorias emergentes, sendo, portanto, temas ou conceitos sensibilizantes que surgiram no momento da análise dos dados, construídas a partir da narrativa das participantes e do processo de atribuir experiência e significado diante dos relatos (Charmaz, 2009).

Outro aspecto a considerar dentro da TF Construtivista, originada por Charmaz (2009) e já contextualizada no capítulo metodológico desta dissertação, são as etapas necessárias para alcançar essas categorias e, por sua vez, os processos de codificações (inicial e focalizadas junto aos memorandos) que validam a interpretação até a teorização final. A autora define essas categorias emergentes como “conceitos sensibilizantes”, sendo os padrões recorrentes nas falas e as relações que sensibilizam os significados do que é dito. Nesse contexto que as próximas seções se concentram em aprofundar melhor as seguintes categorias encontradas: a) Categoria “Beleza”; b) Categoria “Cicatrizes” e; c) Categoria “Estereotipagem” que fundamentam com precisão a compreensão do fenômeno investigado (jornalistas negras na mídia brasileira) e serve de base para uma possível construção teórica em torno deles.

No capítulo metodológico desta dissertação, ressaltamos a importância dos elementos visuais, ou seja, a composição de diagramas e gráficos permitindo, assim, organizar melhor os achados e, a partir disso, visualizar o percurso da pesquisa até a decodificação final do fenômeno. Por esse motivo, salientamos que este capítulo se utiliza de muitas representações visuais com ilustrações e esquemas que o torna compreensível. A figura 14 ilustra a densidade analítica dos conceitos sensibilizantes e, respectivamente, a ordem de sua análise:

Figura 14 – Densidade Analítica dos conceitos sensibilizantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Para alcançarmos essas três categorias, identificamos as ações, os sentimentos e, muitas vezes, o que a sujeita participante queria dizer com determinada construção de frase. Certamente, por meio de uma análise cuidadosa e formulada através das semelhanças e diferenças entre cada fala/narrativa e as constantes comparações diante dos fatores sociais, culturais e históricos (como por exemplo, o ambiente familiar e o período da infância) das experiências de cada jornalista. Observamos ainda que os relatos são quase um tom de desabafo diante das memórias que lhes afligem e, por isso, o tratamento utilizado partem dos mesmos pressupostos, sendo: a) o preconceito racial; e b) as limitações geográficas em “ser negra na profissão”.

Ao retornarmos as memórias das jornalistas, percebemos que a questão identitária está muito ligada as feridas escondidas nas artimanhas do passado que não cicatrizaram e que, de certa forma, foram repassadas à profissional negra que trabalha com a comunicação e precisa constantemente lidar com autoimagem, autoaceitação e autodefinição. Para Bosi (1994, p. 55), “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Da mesma forma, Halbwachs (2006, p.

82) denomina essas reminiscências como “memória viva” em que, “é da própria lembrança em torno dela, que vemos de alguma forma raiar seu significado histórico”.

Diante dessa abordagem, categorizamos os temas emergentes a partir das narrativas das jornalistas. Como mencionado anteriormente, condicionamos as categorias emergentes (conceitos sensibilizantes) em: “beleza”; “cicatrices” e “estereotipagem”, como ilustrado na figura 15:

Figura 15 – Categorização dos temas emergentes a partir das narrativas das jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Cada categoria carrega uma densidade analítica que serve de conceito sensitivo, isto é, se relaciona no contexto da pesquisa. Quando consideramos, ainda no capítulo metodológico, que a TF Construtivista utiliza como metáfora a “engrenagem” pretendíamos, de alguma forma, explicar como os fenômenos vivos (experiências reais das jornalistas) são peças que se conectam resultando em padrões emergentes e conceitos sensibilizantes. Como afirmamos anteriormente, as categorias surgem como um movimento contínuo dentro do recorte da pesquisa e, além disso, produzem significados a partir do cenário que está sendo estudado.

Essas palavras-chave representam a essência do fenômeno e sua ligação com os relatos individuais de cada participante, por isso que a categoria “beleza” relaciona-se com a questão da aparência, ressaltada, repetidas vezes, pelas jornalistas no decorrer das entrevistas. Em relação a categoria “cicatrices” retrata as dores causadas pela discriminação, exclusão e

violência simbólica ao longo da profissão (racismo, sexismo, etarismo, lesbofobia, xenofobia, etc.) e; por fim, a categoria “estereotipagem” indica a reprodução de imagens fixas atribuídas à mulher negra.

Ao traçarmos essas conexões a partir de cada relato, estamos diante das subjetividades junto às memórias de cada jornalista e o imaginário social que as condicionam. Nesse viés, mulheres negras são frequentemente julgadas pela aparência (“beleza”), discriminadas a partir de qualquer interação social (“cicatrices”) e reduzidas a estereótipos (“estereotipagem”). Outros tópicos evidentes são a interdição, dominação e estagnação dessas mulheres aos olhos de uma sociedade racista, sexista e misógina (Kimberlé Crenshaw, 1991; 2002; Lélia Gonzalez, 2020; bell hooks, 2023).

No mais, as seções seguintes partem de um trabalho interpretativo diante das categorias emergentes (conceitos sensibilizantes). Escrever sobre as experiências das jornalistas negras em contextos multifacetados do jornalismo brasileiro e, por ora, os padrões de dominação que as cercam, pode garantir uma compreensão aprofundada e, por vezes, analítica do fenômeno social investigado. A estrutura deste capítulo está organizada em subtópicos que dialogam com os resultados e a literatura, articulando, assim, uma interpretação crítica dos dados.

Assim, no primeiro caso, apresentamos a vida das jornalistas negras de maneira mais narrativa com aspectos relevantes e momentos marcantes que tivemos ao longo da entrevista, ao qual intitulamos: “O jornalismo enquanto forma de estar no mundo: Quem somos? Onde estamos?”. Consideramos importante trabalhar as categorias emergentes (conceitos sensibilizantes) na ordem de sua densidade analítica, por isso que delineamo-nos primeiro o tratamento da categoria “beleza” e, respectivamente, serão discutidas as categorias “cicatrices” e “estereotipagem” nos subtópicos seguintes.

4.1 O jornalismo enquanto forma de estar no mundo: Quem somos? Onde estamos?

Valendo-se das palavras do escritor e jornalista brasileiro Luiz Gama (2000), ao recitar: “Quem sou eu? O que sou e como penso? Se negro sou, [...] pouco importa”, observamos que o(a) negro(a) sempre questionou sua própria existência ou sua condição no mundo e, por isso mesmo, o sentimento de pertencimento é hostil. Como ato de intervenção, o autor utilizou-se de sátiras contra as instituições e certos grupos sociais para denunciar o tratamento desigual contra os(as) negros(as) na sociedade e, em certo momento do poema, rejeita a negatividade em torno do corpo negro. Além do mais, defendeu a representação dos negros em todas as esferas sociopolíticas, inclusive no jornalismo.

Quando dirigimos as mesmas perguntas para as jornalistas negras, sujeitas de estudo desta pesquisa, notamos dois pontos em comum com o poema do autor: 1) a incompletude diante de si e da própria identidade negra; e 2) a falsa sensação de pertencimento no mundo. Passa-se, então, a refletir sobre o nosso-ser-no-mundo e questionar o jornalismo enquanto forma de estar nele, seja diretamente dentro das próprias instituições enquanto profissionais ou como vítimas do racismo midiático. A jornalista negra Luísa Mahin descreve o sentimento de não pertencer ao ambiente de trabalho que, naquela realidade, era majoritariamente feminino e feminista e, assim como Luís Gama (2000), questiona-se sobre quem é na sociedade racista:

Um dia na sala de **trabalho**, nessa organização jornalística que se dizia **feminista**, duramente o meu intervalo no horário de almoço eu estava assistindo uma entrevista com a **Djamila Ribeiro**. Achava tão provocativo e instigante, até que recebo uma **companheira de trabalho** na sala – uma **mulher branca, muito branca** por sinal – e aí ela começou a dizer assim: “tu assistindo essa **Djamila Ribeiro**? Vocês são tão sectaristas”. Aí eu: “**Vocês? Por que não nós? Não somos todas feministas juntas? Quem somos nós? Quem são as outras?**” O **racismo** também está **presente** aqui no **ambiente** que se diz **feminista** (Luísa Mahin, 31 anos, Nordeste, Entrevista 2024).

No terreno destas discussões, é preciso questionar o jornalismo enquanto forma de estar no mundo. Pede-se um propósito de existência e uma abordagem antirracista, mas mais do que isso pedimos, enquanto mulheres negras, um olhar minuciosamente atento ao estado das coisas (na sociedade e no mercado de trabalho). Não é de se estranhar que o mesmo jornalismo que está em constante transformação, principalmente no cenário digital, e que aspira frente as desigualdades podem perpetuar discursos autoritários e, de todo modo, silenciar uma parcela da população. Sob o ponto de vista da jornalista Antonieta de Barros é preciso reparar a vida, as pessoas e o que elas oferecem, em que diz:

O **jornalismo** vem mudando ao longo dos anos. [...] As **pessoas existem, têm vida, voz, histórico**, não são o que são porque são, muitas vezes **estão**. **Questionar este "estar"** é uma **condição** indispensável do **profissional** que reportará os atravessamentos para aquele **estado de coisa** que não é único (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024)

A forma como as jornalistas negras são representadas no jornalismo brasileiro, aliás, na própria mídia brasileira, já demonstra o seu não-lugar na sociedade (Augé, 2024; Silveira, 2016). Reconheçamos os esforços de Márcia Lima, Flávia Rios e Danilo França (2013) ancorados nessa temática em que salientam para o fato de que o “lugar da mulher” e o “lugar do negro”, quando entrelaçados, ou seja, a partir da estrutura interseccional entre gênero e raça, são vistos dentro do mercado de trabalho como o grupo mais desfavorecido e com ocupações de menor prestígio devido as estratificações sociais que as posicionam.

Essa segmentação da mulher negra dentro do mercado de trabalho também é assistida por Cida Bento (1995, p. 482), a autora assinala o fato de que esse “lugar da mulher negra no

trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos e também por longos anos de subalternização” e que “a imprensa ao dar visibilidade a tais desigualdades tende a reforçar uma visão que insiste em atribuir as desvantagens experimentadas pela população negra e do mesmo modo pela mulher negra a baixa escolaridade ou ao despreparo profissional”.

É até curioso assimilar essas atribuições, pois no contexto em que investigamos, quatro jornalistas estão cursando o doutorado; uma interrompeu essa formação. Oito jornalistas têm o título de mestre. Quatro jornalistas acumulam algumas especializações *lato sensu*, sendo três delas na área da Comunicação. Apenas uma das jornalistas tem formação única em jornalismo (ver quadro 2). Então, não. Não podemos aceitar essa falsa ambivalência de baixa escolaridade e despreparo para o mercado quando o cenário nos mostra o contrário. Sob tantos aspectos, ao discutir sobre a condição da mulher negra no mercado de trabalho, Beatriz Nascimento (2021) relaciona essa falta de oportunidade e acesso ao emprego formal ao sentimento de não pertencimento do negro(a) na sociedade por consequência do racismo estrutural:

Ser negra(o) é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade à qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. [...] Não por acaso, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços. [...] o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais (domésticas, babás, etc.), ou então trabalhando como operária industrial (Beatriz Nascimento, 2021, p. 49, 57, 60).

Já vimos no decorrer desta dissertação como a mídia brasileira, muitas vezes, emanhar-se de fatores históricos, com causa e efeito, para justificar alguns padrões de comportamento. Na perspectiva de Silverstone (2002, p. 21), “a mídia e suas constituições da experiência são terrenos-chave para a definição de identidades”, assim sendo, compreendemos como os rótulos emergem e recaem sobre os sujeitos. É nesse sentido que ao voltarmos na literatura de Kabengele Munanga (2023), sustentamos a ideia do autor em reconhecer a relação da mídia em prol da democracia, mas, apesar disso, conspirar a favor da desigualdade racial e de gênero. Para não deixar de citar Kabengele Munanga (2023, p. 103): “basta observar”.

Quando o assunto é o reposicionamento de profissionais negras na mídia, observamos que, até mesmo, a inserção em diferentes regiões do país revela aspectos significativos. Isso porque, a condição geográfica, considerando o acesso a oportunidades de emprego e a ascensão profissional, já nos diz muito sobre como as jornalistas negras ocupam esses lugares dentro da mídia brasileira. De modo intuitivo, Lélia Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 113) destacam que a distribuição geográfica e as práticas racistas também influenciam o modo como a mídia se

posiciona perante seus colaboradores (jornalistas, editores, produtores etc.), visto que “[...] essa negativa do negro começa a ser transmitida pelos meios de Comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares”.

Sob este ângulo, Furtado (2024, p. 21) reforça que o campo da Comunicação, em destaque do jornalismo, “silencia, especialmente, a raça como categoria analítica” e subestima as condições de gênero em todas as suas composições desde as representações midiáticas à inserção no mercado de trabalho. Em linhas gerais, notamos que das dez jornalistas negras, quatro atuam como Assessora de Comunicação e/ou Assessora de Imprensa; uma jornalista ressaltou trabalhar como Analista de Comunicação e enfatizou a diferença da sua função em relação as Assessorias, em que administra os serviços prestados pelo veículo de Comunicação (ver quadro 3).

Dando continuidade, duas jornalistas são Repórteres de jornais (TV e Digital) e uma jornalista trabalha como editora do jornal. Além disso, podemos considerar que apenas duas jornalistas participam de tomadas de decisões dentro da linha editorial, sendo uma delas Diretora de Redação e outra Chefe de Reportagem. Embora sejam todas mulheres negras (pretas, pardas e afro-indígena) frente a profissão, observamos no decorrer das entrevistas que algumas jornalistas tiveram dificuldade em entrar no mercado de trabalho atuando como jornalista ou em permanecer nele e, pior do que isso, em não conseguir promoção profissional ou atingir um bom nível salarial.

No momento das entrevistas, que ocorreram individualmente e em dias diferentes, todas as jornalistas disseram experienciar algum tipo de opressão enquanto jornalista (gênero) e negra (raça). Uma parte substancial disseram ser invisibilizadas na profissão e apresentaram descasos no trabalho a partir do lugar de origem, salientando a falta de representatividade, reconhecimento e pertencimento. Onde relatam:

Como te falei, não existe **peessoas** na empresa com a **minha cor** e isso para mim é uma **dor**. [...] É muito **raro**. Eu moro no Estado de **Goiás**, no meio do país, e ainda tem poucas em **cargos de liderança** que tenha a mesma **cor de pele** que eu (Maria Odília Teixeira, 49 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024)³³.

Eu sou uma **mulher afro-indígena**, sabe? Eu não consigo me **reconhecer** somente vinda desse sequestro da África e nem apenas filho do território **Amazônico**, por isso eu gostaria muito de ser retratada como **afro-indígena** e é uma possibilidade política de **demarcar a existência** de pessoas como eu. Antes de entrar na faculdade eu era só eu, filha de uma família ribeirinha e de uma família **amazonas** que não tinha ninguém com nível superior. Então durante muito tempo [por falta de oportunidade] trabalhei no **terceiro setor do jornalismo**, sabe? Trabalhei em Sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Assessorias de imprensa, etc. e sei que o **mercado tradicional** é extremamente **branco** e extremamente **hegemônico**. Eu **sofri** muito dentro desse sistema e aqui em **Belém** é preciso ter inteligência emocional para fluir

³³ Entrevista realizado no dia 19 de agosto de 2024, via Google -Meet.

dentro dessas **contradições racistas e misóginas** (Maria Firmina dos Reis, 36 anos, Norte, Entrevista 2024)³⁴.

A gente tem esse grande **problema da invisibilidade** da população **negra** aqui no **Amazonas**, então era algo que você não se via representado, né? No **jornalismo local** não tinha, mesmo o **Amazonas** tendo essa forte pegada **indígena**, né? Sabe o que eles faziam para dizer que tinha representante **indígenas** com a cara do estado? Eles colocavam mulheres brancas com o cabelo bem liso para representar **mulheres indígenas** e a gente sabe que não é exatamente isso. Em torno de uns dois anos para cá que tem, mas assim pessoas de **pele escura** você ainda não vê. É meninas negras de pele clara e mais mulheres do que homens (Maria Felipa de Oliveira, 42 anos, Norte, Entrevista 2024)³⁵.

Os excertos acima evidenciam situações e contextos que, embora sejam vivenciados em regiões diferentes do Brasil, se entrecruzam. De maneira abrangente, Le Breton (2018, p. 30) vai nos dizer que “às vezes, nossa existência nos pesa. [...] Embora nossas condições de vida sejam, decerto, melhores do que as de nossos ancestrais, o indivíduo nunca encontra seu lugar no mundo, sente-se diferente e afetado pelos movimentos à sua volta” e que é preciso encontrar nosso lugar no mundo. Da representação de mulheres negras na mídia ao sentimento de pertença, urge a necessidade de desenvolver a autorrecuperação (bell hooks, 2023; Lola Okolosie, 2014).

Vejamos ainda que a jornalista Maria Odília (Centro-Oeste) menciona diretamente a palavra “dor” como atributo de inexistência diante de pessoas como ela na profissão. Isso nos faz refletir sobre como a palavra foi utilizada nitidamente e, em determinadas situações, ficou subentendida na tentativa de evocar o que vem de dentro. No contexto vivenciado por jornalistas engras, a palavra “dor” não é apenas de forma literal ou figurativa. É uma condição, um peso emocional e uma angústia por parte de quem narra. Retomando o propósito deste capítulo e, até mesmo, do capítulo 3 desta dissertação, se faz importante refletir sobre como os discursos são produzidos, especialmente com a participação ativa da mídia e/ou jornalismo.

No pensamento de bell hooks (2019b, p. 124 e 226), “a produção do discurso sobre raça que questione a branquitude seria uma mudança de rumos bem legal. [...] precisamos aprender a ver”. Por essa lente, Costa *et al* (2022, p. 50-51) reconceitualizam e buscam “entender como o jornalismo constrói sentidos, conta suas histórias e influencia a imaginação”. Os autores ainda insistem em reafirmar que “as narrativas enquanto interpretações do mundo, constituem recortes significativos, afinal elas configuram o lugar das escolhas, das inclusões e das exclusões”.

³⁴ Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2024, via Google-Meet.

³⁵ Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2024, via Google-Meet.

Apesar das contradições, o jornalismo colabora para compreensão da nossa identidade e é uma prática que narra a história do presente. Incute-se aqui a ideia de entendê-lo enquanto forma de ser e estar no mundo, pois desempenha um papel importante para as transformações do cotidiano. Assim como Moura *et al* (2022, p. 7) salientaram, é preciso perceber as mudanças e alçar novas possibilidades para “ascender a lugares ainda não alcançados e que têm sido (e devem continuar sendo) frequentes na luta contra a discriminação racial e de gênero”. Na realidade, emana-se o fato de que o dominado tem voz e emerge daí a reconfiguração do gênero e a subjetividade da raça (Dantas, 2010; Spivak, 2010). Por isso, não esqueçamos nunca em não aceitar que falem em nosso nome.

4.1.1 *Se a gente não tiver em grupo, a gente não consegue sobreviver: Antonieta de Barros*

Começamos apresentando a jornalista Antonieta de Barros³⁶ que se autodeclara mulher preta. Nasceu no município de Niterói, situado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Cresceu acreditando que a educação, sobretudo, a busca pelo conhecimento, era a melhor forma para conquistar a própria liberdade. Ainda na infância, sentiu na pele o peso do gênero e, principalmente, da raça quando deduziu “*não ser bonita o suficiente*” e que precisava “*primar pelo conhecimento e pelo autoconhecimento*”. Procurava no gosto pela literatura as respostas para as injustiças sofridas dentro de casa e na rua, ao qual nos diz: “*meu pai é nordestino, ele falava assim, bastante machista e patriarcal: “você é mulher e sendo mulher tem que estudar e ter uma profissão, porque homem vai embora, mas educação e cultura não!”*”

O pai reforçava a ideia de que “*mulher tinha que trabalhar para não se submeter a um homem e não ficar emburrecida como dona de casa, como minha mãe. Isso é pouco ele nos amava, pai tem dessas coisas (risos)*”. Aos 13 anos de idade, Antonieta começou a estudar datilografia, enquanto o irmão fazia natação, dizia que os pais “*não queriam mulher-macho dentro de casa*”. Além disso, reconheceu o esforço da própria mãe quando começou a trabalhar fora de casa para pagar as suas aulas de francês. Com o tempo, passou a ministrar aulas de datilografia para ganhar seu próprio dinheiro ao qual fazia parte de uma rede de datilógrafos, em sua grande maioria feminina, que abrangia diferentes bairros do Rio de Janeiro, como: Laranjeiras, Glória, Flamengo, Catete, etc.

Ao completar 20 anos de idade, começou a fazer parte da militância negra na tentativa de se fortalecer nos espaços sociais e ao longo do tempo percebeu que “*a militância também*

³⁶ Enfatizamos, novamente, que todas as jornalistas desta pesquisa estão utilizando codinomes de personalidades históricas.

era como se sustentava dentro da redação comercial, por ser a única mulher negra". Já adulta, questionou-se sobre as barreiras que iria enfrentar enquanto mulher preta e foi através dos estudos que entendeu seu lugar no mundo e a busca pelo conhecimento foi o ponto de partida para compreender as desigualdades raciais e as opressões de gênero. Em 1985, formou-se em jornalismo. No mesmo ano começou a estagiar no Jornal do Commercio³⁷, com Sede na Cidade do Rio de Janeiro, sendo, portanto, um dos jornais mais antigos da América Latina, fundado em 1827, ao qual encerrou suas atividades no ano de 2016.

No mesmo jornal, Antonieta foi instruída pelo então diretor-chefe Antonio Calegari (*in memoriam*), considerado uma "lenda do jornalismo brasileiro" (Messias, 2024). No período em que esteve no Jornal do Commercio, trabalhou como diagramadora, secretária de redação, fechou a primeira capa, atividade bastante disputada entre os jornalistas por ser considerada a "vitrine do jornal", e firmou-se como repórter na Coluna de Direito e Justiça. À medida que os anos passavam, apresentando-se como uma das poucas pessoas negras na redação, mais uma vez sentiu o peso do gênero e da raça e identificou ser deixada de lado por estar "envelhecendo" na profissão, sendo demitida por "não agregar mais a equipe". Depois da demissão no Jornal do Commercio, Antonieta ficou *"quinze anos trabalhando em Revistas como freelancer em sites, como: São Paulo, Brasília, Jornais negros e essa é minha história"*.

Entre 2016 e 2018, concluiu o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao qual desenvolveu uma dissertação sobre um grupo de militância negra de base acadêmica, fundado na época da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Em 2022, entrou no doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mas resolveu sair dois anos depois por não se encaixar aquela *"fábrica de fazer maluco"*. Atualmente, aos 66 anos, depois de tantos anos sofrendo racismo, sexismo, misoginia e etarismo, Antonieta reconhece que o jornalismo foi crucial em sua vida à procura da liberdade pessoal e financeira, mas acrescenta ter priorizado a saúde mental.

Nas palavras da Jornalista: *"o negro na comunicação sofre de um tudo, é muito racismo, diria que o tempo todo, muitas brincadeiras misóginas, racializadas. Em geral as pessoas não pensam nisso, se a gente não tiver em grupo, nós negros e negras, a gente não consegue sobreviver. Mulher preta, ativista, periférica e, com bastante esforço, também é jornalista,*

³⁷ Ressaltamos que algumas jornalistas optaram por não identificar a instituição/organização jornalística ao qual trabalharam/trabalham, mas Antonieta sinalizou a necessidade de não preservar o nome oficial do Jornal do Commercio por ser parte da sua história. Além disso, o periódico encerrou suas atividades em 2016 e como a própria jornalista o define: "deixou história para contar".

considera ser o tipo de pessoa que carrega o mundo no peito. Sabe sobre o que fala, como fala e por quem fala, entende a importância do jornalismo como um ambiente informativo e estruturado, mas também como um local de dor e um *“sistema branco que invisibiliza a pessoa humana, que não se permite ver outros lados, outras histórias, outros modos de contar, de ser”*.

4.1.2 Quem decide quem eu vou ser ou não, sou eu: Dandara dos Palmares

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, a jornalista Dandara dos Palmares também se autodeclara mulher preta e reconhece alguns privilégios (poucos) em comparação as suas irmãs de cor. Filha de militar, confessa ter passado por diferentes cidades e regiões do Brasil. Assim como a jornalista Antonieta, Dandara menciona que *“lá em casa sempre teve esse discurso muito forte da educação ser um agente transformador, sempre estudei em escola pública, mas meus pais sempre participavam da minha formação”*. Ela assume que sua trajetória acadêmica e profissional se deve a influência dos pais nos estudos e a importância que se dava em casa para se obter conhecimento e cultura, como bem explica: *“eu fiz curso de inglês, a gente viajava... eles me fortaleceram culturalmente e me ofereceram tranquilidade para estudar”*.

Por estar inserida nesses espaços, ao qual não é muito comum ver corpos pretos serem incluídos, como: acesso à educação de qualidade, proximidade com diferentes culturas e idiomas e algumas redes de contato, fez com que não se *“entendesse necessariamente como uma pessoa negra na época”*, mesmo identificando certas opressões e admitindo ter aprendido muito sobre consciência racial e as relações de gênero dentro de casa. Dandara ressalta em sua fala: *“fui criada em um ambiente que entendia desde sempre que eu era uma mulher negra, no sentido de que meus pais falavam para mim que para uma mulher era tudo mais difícil e para uma mulher negra ainda mais”*.

A jornalista reflete que o fato de se engajar em determinados contextos, tendo a oportunidade de conhecer outros lugares e vivenciar outras culturas não foram suficientes para a proteger de ataques racistas e sexistas no período de formação e, principalmente, no mercado de trabalho. O período mais conturbado em sua vida *“não foi o período da creche, não foi o período da escola, foi a universidade que foi muito hostil”*. Ao longo da entrevista, denunciou diversas vezes o racismo no sistema educacional brasileiro e a falta de formação racial para os docentes universitários, uma vez que *“durante a universidade teve um episódio específico que ficou muito marcado na minha mente, um professor falou para mim que eu deveria procurar outra profissão porque eu não servia para ser jornalista”*.

Em sua leitura sobre a sociedade racista ao qual vivemos, admite existir certo incômodo de alguns coletivos por ser negra e ao mesmo tempo uma intelectual viajada. Dandara percebia a diferença de tratamento que o irmão recebia na rua por usufruir de oportunidades destinadas apenas para o corpo branco (educação, cultura e lazer) em que, muitas vezes, foi chamado de macaco e o tempo todo desacreditado por contar as experiências da família.

Salienta ter sofrido muito racismo, sexismo e outras opressões que julgou não ser necessário mencionar. Em certos momentos pontuava ser uma mulher comprometida com os valores negros, mas percebia que *“tinham incômodos que aconteciam e não sabia, por exemplo, nomear. Tipo, eu sempre gostei de Bossa Nova, sempre gostei de ler, sou muito viajada por conta do trabalho do meu pai, então eu tive acesso a muitas coisas que muitas das pessoas ali não tinham”*. Observa-se que o impedimento para a ascensão do(a) negro(a) na sociedade brasileira começa quando este mesmo corpo passa a ter oportunidades que para um coletivo social é extremamente inviável.

Diante de tantas contestações, formou-se em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2008, fez um intercâmbio de seis meses na Universidad de Bueno Aires (UBA), na Argentina, ao qual estudou História Latino-americana e Ciências Políticas. Entre os anos de 2019 e 2025, desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre influenciadoras digitais negras no Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM-UFRJ). Desde 2021 é doutoranda em Comunicação e Cultura também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Isso mostra a dedicação de Dandara pelo fortalecimento da educação e da cultura que vem carregando desde os ensinamentos de infância.

Em 2007, com apenas 22 anos de idade, começou a trabalhar na área da Comunicação e não parou mais. Passou a fazer parte de uma das maiores empresas de Comunicação do país, o Grupo Globo³⁸, exercendo atividades como repórter, assessora de imprensa e ocupando outros espaços. No presente momento, aos 39 anos é especialista em Comunicação em uma empresa que não vamos mencionar por decisão da própria jornalista. Em seu depoimento, ela afirma: *“eu respondo as pessoas que falavam que eu não conseguiria fazer algo que eu queria fazer, fazendo! Quem decide o que vou ser ou não, sou eu”*.

³⁸ Por não ser mais seu emprego atual, Dandara deixou mencionar apenas o “Grupo Globo”, mas não vamos identificar o exato jornal ao qual a jornalista fazia parte da equipe.

4.1.3 “*you nem é preta, you é clarinha*”, o limbo do pardo, afinal de contas, sou indígena? Sou negra? O que sou: *Esperança Garcia*

A narrativa de Esperança Garcia reúne não apenas um vazio existencial, mas um vácuo social (Charmaz, 2009), um sentimento movido único e exclusivamente pela ausência (de ser, de possuir, de pertencer). Nascida na região Norte do Brasil, especificamente na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, a jornalista se autodeclara como uma mulher parda, ou seja, uma pessoa negra (IBGE, 2022). Apesar disso, passou anos acreditando que por ser “local”, definição utilizada para se referir a qualquer pessoa de uma determinada região com culturas e costumes diferentes do “padrão do Brasil”, e ser constantemente chamada de “clarinha” por alguns ou “escurinha” por outros, não aparentava ser, antes de qualquer coisa, gente.

Formou-se em jornalismo porque entendia que a escrita poderia falar por ela ou sobre pessoas como ela. Apesar de gostar muito de escrever e se debruçar sobre a escrita, abandonou a segunda graduação, o curso de Letras, para se dedicar ainda mais na profissão jornalista. Para ela, ser jornalista ajudava na compreensão sobre si mesma. Em 1998, entrou no mercado de trabalho jornalístico e cumpre este ofício até hoje. Trabalhou como editora-executiva, editora-chefe, pauteira, coordenadora de produção, mas diz ter sobrevivido mesmo como repórter. Com o tempo passou a desacreditar de si mesma pela forma como era tratada por parte da família paterna, mas também pelos colegas de trabalho.

Por ter sido criada por uma família interracial, Esperança revela que seu pai era “*branco e loiro tendo parte da sua família materna advindos de países como Itália e Portugal e tinha o caso da família dele não aceitar a gente, eu e minha mãe, isso porque ela era negra com ascendência indígena*”. Ela explica que a mãe sofreu muita discriminação dentro da família do pai e acrescenta dizendo: “*até hoje minha mãe se diminui e não esquece o que viveu, não superou*”.

Neta de escravizados, a jornalista foi atravessada por diversas violências. O bisavô materno sofreu todos os tipos de crueldade por conta da escravização de pessoas negras e, em um período mais recente na história conhecido como o “Ciclo da Borracha”, o avô paterno foi um escravizado indígena do Seringal no Acre. Ela afirma chamar atenção o fato de que mesmo tendo ascendência indígena também por parte de pai, ainda não foi suficiente para não sofrer discriminação dentro do próprio seio familiar. Isso pode ocorrer porque as pessoas mascaram o envolvimento de diferentes grupos étnicos e persistem na perpetuação ilusória da chamada “superioridade” da raça branca e europeia.

Durante sua formação identitária, Esperança relata que foi marcada como o “*limbo da sociedade*”. Ao refletir sobre isso, a jornalista diz ter vivenciado, reiteradamente, momentos de descrédito diante da própria vivência, ao qual nos revela certos acontecimentos: “*tava na casa da minha tia e ela é casada com um cara muito rígido e preconceituoso, a gente tava conversando sobre a questão racial e que eu sabia o que era passar por aquilo e ele falou assim: “mas como? Você nem é preta, você é clarinha”*”. Isso explica muito a razão pela qual a miscigenação nasceu da negação, pois se reconhecer no corpo de uma mulher parda é enfrentar o apagamento histórico e os dilemas étnico-raciais trazidos num só corpo.

Pensando nas diferenças em torno da categoria “pardo”, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) assinalou a nomenclatura para descrever as pessoas que se identificam com a miscigenação das raças, bem como a mistura da cor/raça branca, preta e/ou indígena. Além disso, o termo passou a ser incluído como parte da população negra a partir do Censo de 1950, incorporando a classificação e autoidentificação racial na produção dos Censos ao qual influencia o debate acerca da ascendência afro-brasileira e indígena até os dias de hoje (Portal G1, 2025).

Na concepção da jornalista, se entender como uma mulher parda é sofrer todos os dias um conflito interno entre o “quem sou” e “por que sou”. Em dado momento, ela compartilha uma lembrança específica: “*eu vi recentemente uma reportagem da BBC que diz “nem preto e nem branco, pardo!”*” Ao lembrar da reportagem, afirma ainda que já escutou absurdos como: “*“que sorte que você se parece mais com o seu pai”*. Não é fácil para mim que tem a pele mais clara, mas não sofro como uma retinta”.

Na busca por oportunidade na vida, muda-se de vez para o Sul do Brasil abandonando aquilo que ela chamou de “*falso lar*” e deixando de lado uma série de conflitos familiares que não queria mais enfrentar, mas percebeu que ser negra e “local” seriam seus principais embates de agora em diante numa região do país, majoritariamente, branca. “*O tratamento era diferenciado*”, afirma. O chefe de redação passou a ignorar sua presença no ambiente de trabalho porque “*a cota do Norte e Nordeste já estava preenchida*”. Durante esses anos morando longe, julgou ser o “problema” e tinha convicção de ter sua identidade apagada pouco a pouco por aqueles que diziam “denunciar as desigualdades sociais”, sim, os colegas jornalistas.

Aos 51 anos, é bem provável que Esperança Garcia passou a acreditar na ideia que ser parda é ser indiferente. Foi reduzida sob o olhar dos outros e, dito isto, chegou à conclusão que não foi acolhida por nenhum dos dois lados: tinha a pele bastante clara para ser negra e, por outro lado, era “escurinha” demais para ser branca. Nesse impasse, reconhece os privilégios da

pele clara, mas diz ter sofrido tanto racismo, xenofobia, sexismo que descreve da seguinte maneira: *“ainda não tinha entendido quem eu era, sabe? Com o medo que me cabe, será que hoje eu sei?”*.

4.1.4 Nós somos negros e pronto, acabou: Hilária Batista de Almeida

É possível dizer que nem todas as pessoas negras têm consciência de que são negras, pelo menos não da mesma forma. Como argumentamos nos capítulos teóricos desta dissertação, ser negro(a) é uma experiência visceral e envolve a construção de identidade do sujeito; ainda que seja dentro de um contexto subjetivo, social ou histórico. O fato de demonstrar desconforto diante do óbvio já faz ser o que é, como bem argumenta Neusa Santos Souza (2021), “ser negro(a) é um verdadeiro torna-se negro” e emerge da busca por sobrevivência, do modo de ver o mundo, de pensar sobre ele e a partir dele e de se estabelecer como indivíduo.

Quando refletimos sobre isso, passamos a entender melhor o posicionamento de mulheres como Hilária Batista. Uma mulher jovem, mãe e jornalista, à qual se autodeclara como *“uma pessoa preta e politicamente me considero uma pessoa negra”*. Filha de uma mãe trabalhadora doméstica e de um pai servente de obra, nascida e criada num reduto de negros que lhe fortaleceram como a pessoa que diz ser hoje. Quanto à localização geográfica, nasceu no município de Novo Hamburgo, situado no estado do Rio Grande do Sul, tendo como “distribuição de cor/raça a maioria da população branca (90,42%), seguida por negros, considerados pretos e pardos, que representam 9,28% (WRI Brasil, 2023, p. 13).

Atualmente mora em São Leopoldo, também localizado no estado do Rio Grande do Sul, sendo município vizinho à sua cidade natal. Formado em sua grande maioria por pessoas brancas (78,5%), 15,2% parda e 6% preta (Censo IBGE, 2022). Ela descreve o seguinte cenário: *“se você pesquisar, vai ver que Novo Hamburgo e São Leopoldo são consideradas, nesse termo, berço da colonização alemã no Brasil”*. Fato este que nos ajuda a compreender a razão pela qual acredita que a consciência racial é o primeiro passo para uma vida minimamente justa, pois implica em reconhecer as desigualdades e os efeitos da discriminação racial.

Neta de uma avó quilombola e inserida nesse contexto social, Hilária acrescenta dizendo: *“eu nasci num reduto negro. [...] Após a abolição, as pessoas negras, os libertos, foram viver em áreas periféricas nessas cidades, então, nessas duas cidades se formaram redutos negros muito fechados”*. A jornalista contribui com a seguinte observação: *“a gente convivia em guetos, então não tinha essa coisa, assim, de se entender como negro porque todo mundo ali era preto”*. Sendo considerado um sinônimo da resistência negra, os redutos de

negros, fortemente conhecido como quilombos, surgem como um refúgio da discriminação e exclusão social (Santos; Dutra, 2007).

Tomando conhecimento do mundo, Hilária convivia com vizinhos que se identificavam como pretos, a escola do bairro só tinha crianças pretas e o ambiente era inteiramente constituído por pessoas negras. Ao sair desse convívio para, enfim, começar uma formação escolar avançada percebeu que ser negra não se limitava apenas a cor da pele; envolvia outras dimensões sociais, bem como: as barreiras sociais (acesso à educação de qualidade, mercado de trabalho, garantia de direitos, saúde de qualidade); inclusão e visibilidade (entender que existe enquanto ser pensante) e; sustentar a identidade racial (aparência, cultura, tradições).

A partir disso, começou a se perceber num mundo que nem mesmo queria lhe ver. Assim como a história de Dandara, Hilária considera a formação acadêmica o período mais traumático em sua vida. Foi nesse espaço que sentiu, pela primeira vez, estar *“deslocada, ser a única, a diferente”*. E ressalta dizendo: *“dentro da graduação foi muito traumático, porque eu era de uma família pobre que não morava na capital, morava na região metropolitana, então muitas das coisas que meus colegas tiveram acesso eu ainda não tinha”*. Reconhece a dificuldade que foi conseguir se formar em jornalismo, pois sentia-se atrasada demais para o mundo.

Sem acesso as mudanças tecnológicas, percebeu desde muito cedo que não conseguia acompanhar a turma e participar ativamente dos trabalhos em grupo. Revisitando as memórias da família, Hilária nos relata que algumas pessoas no mundo desconhecem o sentido das coisas e outras não tem tempo nem de entender as próprias limitações porque estão ocupadas demais tentando sobreviver a escassez, ao qual reforça: *“minha família é muito humilde, quando eu falo “muito humilde” é muito humilde mesmo. Minha mãe teve oito filhos, então assim, para ter uma ideia... fui a primeira a entrar na faculdade, a gente não tinha condições de nada”*.

Aos 34 anos de idade, é mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutoranda em Comunicação pela mesma instituição. Seu primeiro emprego foi no Grupo Editorial Sinos, sendo referência de mídia no Rio Grande do Sul ao qual nos diz que aprendeu muitas coisas sobre jornalismo, cotidiano e, excepcionalmente, sobre pessoas. Foi através da persistência na educação e na busca por melhoria de vida que compreendeu como pessoas brancas são vistas como um sujeito individual e acreditam na própria superioridade, enquanto o negro é percebido como uma ideia de inferioridade a partir da desumanização coletiva. Mantém seu argumento dizendo: *“brancos se veem com ser individual e nós somos uma coletividade”*.

Relata sofrer racismo por não a reconhecerem como jornalista por conta da cor da pele, mesmo assim fortalece seu argumento a partir das descobertas e, hoje, entende que ausência do discurso racial na família foi um mecanismo de defesa dos pais diante dos filhos. Para ela, uma família composta por pai e mãe que exerciam trabalhos braçais na intenção de alimentar oito crianças já era uma preocupação constante e enfatiza que: *“esse discurso racial nunca teve na minha casa, nunca fomos de falar sobre raça na minha casa. Somos pretos e pronto, acabou! Era essa nossa realidade, entendeu? “Nós somos negros e ponto, é isso que vocês precisam saber””*.

Repetidas vezes, durante a entrevista, fala sobre o tema maternidade. Talvez seja na intenção de proteger o filho da mesma forma que sua mãe tentou a proteger, mas percebe-se na fala de Hilária um incômodo maior. Aquele que não consegue atribuir um nome, pois além de enfrentar todos os dias o peso da raça e do gênero enquanto profissional negra na área da Comunicação ainda existe o medo de *“não poder falar sobre a maternidade dentro da redação para não se reduzir apenas a “isso””*.

Aprende-se no jornalismo que a notícia jornalística é contada através dos fatos (os acontecimentos), mas entendemos que a mesma notícia é construída a partir de uma narrativa. Ser mãe e jornalista é para uma mulher negra um desafio que ultrapassa certos limites. Até que ponto pode compartilhar com os colegas de trabalho as experiências enquanto mãe e/ou mulher negra? Até que ponto pode criar pautas que falam sobre outras mulheres negras para não parecer “parcial demais”?

Se prestarmos atenção nos detalhes de como divide suas questões, entendemos a razão de se afirmar tanto: *“eu sou jornalista, mãe e negra, mas não falo com meu filho dentro do meu trabalho porque acho muito fácil me reduzirem a “mãe”, sabe?”*. Ou, como ela mesma diz: *“acho que a forma como eu faço jornalismo é diferente. Eu como mulher preta, trabalhadora, mãe [...] o meu fazer jornalístico é diferente. O meu olhar é outro, eu trago para dentro da redação a minha realidade”*.

Podemos definir Hilária de tantas formas, uma delas é a certeza no dizer: *“eu sou negra, pronto. Acabou!”*; *“eu sou mãe”*; *“eu sou jornalista”*. Há firmeza no olhar, na voz, na argumentação, mesmo que as vezes se enxergue apenas como uma criança que veio de um reduto de negros e precisou *“ser duas vezes melhor para conseguir o básico da vida”*.

4.1.5 Somos marginalizadas, por isso temos que resistir: Laudelina de Campos

O que mais existe no mundo são histórias negras atravessadas pela dor. Dor que se inscreve nos corpos, nas palavras, nos silêncios e que dá profundidade à narrativa. Compreendê-

las é também um gesto de escuta e reconhecimento, significa romper, consideravelmente, a uma ordem que insiste em controlar e reduzir mulheres como Laudelina. Ter clareza a partir do relato que incomoda é entender como uma pluralidade de vozes silenciadas suplicam por existência. No capítulo 2 desta dissertação, por exemplo, sublinhamos um trecho de Laudelina em que declara: “[...] *a minha vivência não é tranquila, não tô falando aqui de flores, de viagens e de conquistas maravilhosas. Não é isso, é de dor e de problemas na comunidade onde vivo, das pessoas que estão ao meu redor*”.

No excerto acima, a jornalista descreve uma dor herdada. Sendo aquela que algumas pessoas negras em algum momento da vida vão passar a sentir, visto que nem todas elas despertam essa consciência racial. Assim como a jornalista Esperança Garcia, Laudelina de Campos também é fruto de uma família interracial e relata a mesma experiência de racismo no ambiente familiar. Filha de uma mãe branca com pai preto, ela se autodeclara como uma mulher preta que sempre conviveu com racismo dentro da família. Ao revisitar sua memória, Laudelina comenta: “*eu sempre fui uma criança negra. Parece óbvio, mas quero dizer que meu corpo nunca foi lido de forma agradável em determinados espaços*”.

Além disso, diz ser “*filha da Bahia*”, nascida e criada em Salvador, mas leva no peito a angústia de pertencer a um lugar que, diante de tudo, a encara sob uma ótica preconceituosa. A partir de sua experiência, afirma: “*em Salvador, a cidade mais negra fora da África e toda essa historinha, mesmo assim sofro racismo todos os dias*”. Ela explica que sempre percebeu como “*o olhar é diferente*”, seja qual for o lugar. E acrescenta: “[...] *qualquer ambiente que eu chegue já sou lida como uma mulher preta. já é algo da minha vida*”. Não por acaso, enfatizamos sobre o fato de histórias negras se entrelaçarem a partir do sofrimento. Isso nos mostra como a relação com o passado e o receio de ter a identidade perdida podem criar marcas em mulheres negras.

Ao discutir sobre isso, ela denuncia que a sociedade a percebe apenas como uma “*pessoa negra*” da forma mais pejorativa possível, ou seja, baseada em estereótipos racistas e comportamentos negativos que a inferiorizam. Consideramos a importância deste relato, pois muitas meninas negras desencadeiam problemas com a própria aparência por conta desse “*olhar diferenciado*” que recai sobre pessoas negras e que revela como o racismo está naturalizado nas práticas cotidianas e, até mesmo, nos espaços institucionais. Em cada frase dita, entendemos melhor alguns receios e hesitações por parte da jornalista em relação aos racismos sofridos tanto dentro de casa quanto em outros contextos (Universidade, restaurantes, lojas, bancos, etc.).

É possível afirmar que, das 10 jornalistas que participam desta pesquisa, seis relataram ter sofrido racismo durante a graduação em Jornalismo, identificando esse período como o mais traumático e conturbado em suas trajetórias enquanto futuras jornalistas. No caso de Laudelina, observamos que o *“ambiente foi muito confortável porque o curso de jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) era formado predominantemente por estudantes negros, apesar de não ter um professor negro, eram todos brancos, héteros e a maioria homens”*. O ponto crucial que a jornalista relata, de fato, sofrer racismo na academia e a negação da sua autoridade intelectual foi a partir da Pós-Graduação em Novas Tecnologias Jornalísticas em Madri, na Espanha.

Foi nesse momento em que diz ter percebido que não importa para onde vai ou com que vai, ela sempre será apenas uma mulher negra, jovem demais para algumas atribuições e sendo aquela pessoa do grupo que *“consegue suportar mais a dor”, “que já está acostumada”* e que *“sabe como é a vida”*, sendo, sobretudo, estereótipos racistas e misóginos que condicionam mulheres negras às violências disfarçadas. Ao se referir sobre o mestrado no exterior, Laudelina comenta sobre os desafios enfrentados: *“eu fiz fora do Brasil e foi um período que fiquei sozinha em outro país, com outro idioma. Eu tinha 22 anos quando fui e era, assim, tudo muito solitário, muito triste e eu não tinha para quem recorrer”*.

Além disso, ela ressalta a seguinte problematização em torno do corpo negro: *“em Madri, não sofri o racismo que o jogador Vini Júnior sofre constantemente. Mas posso afirmar que sofri o racismo institucional, né? Ou estrutural? Assim, as minhas entregas eram consideradas como menores”*. Nesse momento da entrevista, Laudelina diz ter sofrido muito com o diretor geral do Programa de Pós-Graduação que a diminuía intelectualmente, a jornalista replica alguns questionamentos direcionados a ela: *“ele dizia: “será que você tem capacidade mesmo de fazer isso? Essa sua entrega tá muito acima, não acredito que você tem capacidade de entregar isso””*.

Dessa forma, passamos a perceber outras práticas discriminatórias diante do corpo negro, especificamente de profissionais negras, que são rejeitadas pela área da Comunicação; seja nos cursos de jornalismo, mestrado e doutorado e, de fato, da própria mídia institucionalizada. Não é apenas sobre imagem, é também sobre a produção intelectual, a participação ativa nas tomadas de decisões. É sobre estar e permanecer em lugares que foi feito para corpos brancos. À medida que avançamos na entrevista, observamos outros relatos que reforça essa dor silenciosa, agora no mercado de trabalho jornalístico. O primeiro emprego de Laudelina foi na cidade de Salvador, ainda cursando jornalismo, ao qual trabalhava com a

editoria de política na região e foi através dessas coberturas que observou como as empresas de Comunicação do país ganham em cima da dor negra.

Qualquer que seja o ambiente, ela expõe: *“é muito pesado e difícil viver no Brasil que é um país racista, a Bahia também com todo contexto colonial de exploração de mão de obra, vejo que somos maioria mulheres, maioria negros e a gente ainda precisa implorar para estar nesses espaços”*. Apesar de passar grande parte desacreditada de si mesma, Laudelina continua buscando o conhecimento até para se entender nesse mundo que a rejeita de tantas formas. Atualmente é doutoranda em Estudos de Gênero na Espanha e diz que apesar de ter sofrido racismo ainda na barriga da mãe, ela continua buscando força nos seus ancestrais e na maneira de encarar o mundo.

Aos 29 anos de idade, Laudelina reforça um grito de esperança diante de experiências marcadas pela exclusão, a invisibilidade, o silenciamento. Reconhecemos a persistência da jornalista em falar sobre um assunto que dói em tantas camadas, assim como o conto de Conceição Evaristo (2016), intitulado “a gente combinamos de não morrer”, compreendemos na fala de Laudelina que existe um pacto de sobrevivência e, mais do que isso, uma profunda resistência à violência, ao apagamento e à precariedade presente na vida dos(as) negros(as). Afinal, *“temos que resistir”*!

4.1.6 É uma luta solitária, de nós para nós: Luísa Mahin

Depois de tentar dar nome aos conflitos internos que a afetavam, Luísa passou a refletir sobre a causa de seu sofrimento. Foi quase um descortínio perceber que a culpa de nunca se sentir suficiente, no trabalho ou nos círculos sociais, não era sua, mas resultado das múltiplas discriminações que sofria e não conseguia compreender. Acredita ter vivido muitas experiências dolorosas por não saber identificar essas violências, por isso buscou repostas nos livros de autoras negras e feministas e, assim, reconheceu a identidade que tanto lhe faltava. Na perspectiva decolonial, essas vivências são compreendidas como “opressões cruzadas” ou “opressões interseccionais”, sendo, portanto, o cruzamento de diferentes formas de violência (racismo, sexismo, classismo, lesbofobia, preconceito linguístico, etc.).

No decorrer da entrevista, há diversos momentos em que diz ter se curvado diante das violências ao não compreender suas próprias dores. São recorrentes os momentos em que parecia se contorcer angustiada ao lembrar de determinadas situações e a única coisa que conseguia expor era sua dificuldade em nomear, a que se referiu repetidas vezes: *“eu não sabia nomear o que estava vivendo”*; *“eu não nomeava e não conseguia pertencer a mim mesma”*; *“eu passava pelas violências, mas não sabia nomear”*; *“eu fico lembrando e me sinto*

angustiada por não ter percebido antes”. Até quando finalmente diz: “a minha vida mudou completamente quando passei a nomear as coisas que sofria”.

No início, era mais fácil atribuir o sofrimento a fatores externos, mas logo percebeu que o fato de se autodeclarar parda, reconhecer-se politicamente como negra e ser uma mulher lésbica tornava sua experiência no mercado de trabalho jornalístico bastante complicada. Em determinado momento, ela relata: *“a minha primeira experiência profissional foi muito violenta. Sofri muito racismo, classismo e também sofri lesbofobia. Foi terrível!”*. Partindo desse relato, a jornalista passou a se sentir mais à vontade para falar sobre si e começou a revisitar episódios do passado que provavelmente a fizeram baixar a cabeça por tanto tempo.

Nascida no município de Fortaleza, localizado no estado do Ceará, cresceu em uma família pobre que a única alternativa de mudança era ascender nos estudos e buscar uma profissão que trouxesse qualquer tipo de retorno financeiro. Mudou-se para a cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, para cursar Jornalismo na universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi então que percebeu ser tratada como diferente: era uma mulher negra e pobre. A jornalista descreve algumas percepções que passou a sentir de imediato ao chegar no ambiente acadêmico: *“eu me sentia diferente, sei lá. Era só uma sensação mesmo. [...] Muita coisa atravessa a história de mulheres negras. Eu não queria ser a melhor, mas foi resultado do racismo e classismo”*.

Ao ser questionada quando passou a se sentir diferente, Luísa responde: *“quando eu me senti diferente? Nasci numa casa muito pobre, numa família muito pobre e numa região muito pobre. Eu precisava estudar para romper com esse ciclo de carência e pobreza, foi a partir daí”*. Por tudo isso, encontramos na fala de Luísa uma espécie de ressentimento e uma certa vulnerabilidade com as circunstâncias da vida, sendo essa sensação de não encontrar lugar na profissão e não se sentir pertencente. O que nos chama atenção, em parte, é a forma como ela narra esse “despreparo emocional”: *“eu achava que era despreparo. Eu não sabia explicar, achava que sofria por questões muito específicas. Sabe quando foi que senti a porrada? Foi quando eu comecei a trazer uma visão política, de pertencimento mesmo, no local que trabalhava”*.

Na próxima subseção, vamos nos debruçar sobre essa questão do pertencimento. Ao qual percebemos que as histórias das jornalistas negras se entrelaçam não apenas por serem mulheres negras, mas sobretudo pelo modo como as estruturas dominantes as leva a se enxergarem como diferentes. Retornando à discussão anterior, a jornalista chegou a dizer que sofreu assédio moral de uma chefe mulher e constrangimentos em público por ser lésbica e, mencionou angustiada, ter sofrido assédio sexual por parte dos homens que admitiam esse tom

de fetiche. É evidente as múltiplas discriminações sofridas no ambiente de trabalho, mas mesmo assim ela ainda ressalta: *“eu não sou uma mulher negra retinta, então, consegui acessar a certos espaços. Mas sempre com violências, imagina só se eu fosse?!”*.

Considerando os relatos obtidos, como podemos nos aprofundar em histórias marcadas por tantas opressões? O filósofo negro Frantz Fanon (2022), analisa as opressões contra grupos de pessoas negras a partir dessa exclusão e objetificação na mídia e na cultura. É quase como uma realidade invertida em que pessoas negras se sujeitam a estar em ambientes desagradáveis e culturalmente alienado para manter-se em vida. Diríamos que a única forma de nos debruçar sobre esses tipos de comportamento contra grupos de mulheres negras é com responsabilidade social e, antes disso, ter uma escuta ativa para temas tão sensíveis.

Ao longo deste capítulo haverá mais situações como estas e outras que, como Luísa nos relata, é uma *“luta diária”*. É preciso identificar as opressões, mesmo sendo um trabalho árduo e buscar se apropriar de pautas que abrange as experiências dos negros na sociedade e o impacto dessas violências em ambientes que ditam ser “democráticos”, como a própria constituição do que vem ser a mídia. No mais, Luísa descreve que foi a busca por conhecimento que a salvou de agravantes psicológicos. Aos 31 anos de idade é mestre em Comunicação e também doutoranda em Comunicação, porque acredita no funcionamento da sociedade.

Mesmo se sentindo pessoalmente atacada, apenas por ser jornalista negra, ela diz: *“tento fazer de tudo isso como minha luta diária, nesse momento é como consigo fazer essa defesa e enfrentamento”*. Ser negra, pobre e casada com outra mulher é o estopim para o mercado de trabalho e atravessa um local de descontentamento para determinados coletivos sociais. É como se fosse uma ofensa pessoas como Luísa, com todas as suas bandeiras de luta, entrarem nesses lugares e, ainda mais, permanecer nesses espaços. Ela conclui destacando que *“se essas pautas não existissem, não iria caber. Se a gente não cabe, a gente se retira. É uma luta solitária, de nós para nós!”*.

4.1.7 Na trajetória da população negra, em diáspora, é preciso abrir caminhos. Nos deixe entrar: Maria Felipa de Oliveira

A única forma de sentir que pertencemos a algo ou algum lugar é reconhecendo quem somos na sociedade e tudo o que nos forma enquanto sujeito (dores, memórias e resistências). Essa consciência sobre nós mesmos nem sempre nasce das nossas experiências diretas, porque o corpo negro é, muitas vezes, reproduzido a partir de discursos, instituições e práticas que o transformam em uma categoria “universal” e, diante de tudo, ainda é reduzido ao nada. O conceito de “autorrecuperação”, originado por bell hooks (2019), nos ajuda a pensar como

mulheres negras demoram a se perceber enquanto sujeitas pensantes diante das marcas do passado e do desenvolvimento da cura emocional.

O resgate da autoestima vem da consciência crítica sobre onde nos colocaram durante todo esse tempo, digamos que é uma reconexão árdua com a própria identidade (negra). Quando iniciamos a entrevista com a jornalista Maria Felipa (codinome que lhe cabe tão bem, por estabelecer-se nesse sistema que insiste em invisibilizar os esforços de mulheres pretas e pobres), percebemos uma mágoa através do olhar; um sentimento de não pertencer, mas ao mesmo tempo de buscar se afirmar nesse mundo. Mais uma vez, a base teórica e os processos empíricos caminham lado a lado, pois não tinha como não atrelarmos esse sentimento ao conceito de “autorrecuperação”, teorizado por bell hooks (2019), e, até mesmo, ao conceito de “pertencimento” também trabalhado por hooks (2022).

A formulação descrita pela autora evidencia como o ato de amor próprio e reconstrução da subjetividade negra contra o racismo, sexismo e classismo pode, de alguma forma, rejeitar a narrativa dominante que oprime mulheres negras em todas as esferas da sociedade, bem como no jornalismo, causando sofrimento psicológico e social. Em outras palavras, é a capacidade de reconhecer as dores impostas pelas opressões e, mesmo assim, assumir sua própria existência levando em consideração a cura para as feridas emocionais.

Nesse contexto que nos dedicamos a entender as experiências pessoais da jornalista relacionadas ao seu percurso no mercado de trabalho enquanto profissional negra. Nascida e criada no município de Manaus, situado no estado do Amazonas, e autodeclarada mulher preta, Maria Felipa revela sua mais profunda sensação de pertencimento, sendo, portanto, a própria ancestralidade: *“eu sou de uma comunidade quilombola, eu **pertenço** ao Quilombo. [...] eu sou de religião de Matriz Africana, sou do Tambor de mina. Então, pessoas do meu terreiro e da minha casa são essa rede de apoio que eu possuo”*. Na concepção de bell hooks (2022), o conceito de pertencimento é como uma cultura de lugar e significa esse senso de comunidade, resgate da memória e, principalmente, a reivindicação dos valores ancestrais.

Essa sensação de identificação e conexão, mencionada por Maria Felipa, evidencia uma visão de mundo distinta entre a experiência dentro do ambiente familiar quando assimilada aos fatores externos que a condicionam, como: a) a integração com a escola e amigos; b) as referências culturais e sociais; e, c) o papel da mídia e da tecnologia na sua vida. É importante destacar que ao adentrar ao chamado “mundo social”, ou seja, outros tipos de convivências e/ou outros cenários sociais/raciais, Maria Felipa passou a se perceber como “diferente”. Assim como outras jornalistas, sujeitas participantes desta pesquisa, relataram essa ausência de pertencimento em determinados contextos.

Tendo isso em vista, a jornalista traz algumas observações: *“eu sempre estive numa comunidade negra e para mim não foi exatamente uma questão de racismo eu ter me descoberto uma pessoa negra. [...], mas depois a gente nota muito cedo que na escola já tem ali uma certa exclusão dos próprios coleguinhas”*. Cabe aqui um ponto de reflexão: por qual razão a maioria das jornalistas, sujeitas de pesquisa, manifestaram durante a entrevista sentir-se *“diferente”* em determinados ambientes apenas por ser negra; seja no período da infância, no ambiente acadêmico e, posteriormente, no mercado de trabalho? Conforme relata a entrevistada: *“a gente vê que tem certas barreiras”*.

Apesar da impossibilidade de responder objetivamente esta pergunta, visando afastar interpretações especulativas; podemos apenas observar que quando uma pessoa negra se percebe à margem não é uma condição dada a priori. Compreende-se que esse mecanismo social de intimidação, exclusão e marginalização contra o corpo negro é sustentado pelos sistemas estruturais (colonialismo, racismo, estratificação social, a influência da mídia, etc.). Observa-se que, ao não nos reconhecermos como parte do mundo, tampouco acreditamos na possibilidade de ocupar certos lugares. Na realidade, essa questão pode ser entendida como um processo de apagamento de pessoas negras e, por isso, a necessidade de compreendermos a questão do pertencimento.

Se pudéssemos definir Maria Felipa em apenas uma palavra, diríamos que é *afro-amazônida*, tal como declarou. Sendo uma pessoa que se reconhece através da raça, do território e da cultura, mas que acredita ser punida cotidianamente apenas por ser mulher, negra e local que, segundo ela, teve a infelicidade de se apaixonar por uma profissão elitista e sistematicamente desvalorizada, como o jornalismo. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e graduada em Direito, identificou desde o primeiro momento que o curso de jornalismo era elitista demais. Torna-se pertinente destacar que Maria Firmina, jornalista negra que será apresentada na próxima subseção (4.1.8), sendo também uma jornalista negra do Norte do Brasil, igualmente apontou para a mesma discussão: o fato do curso de jornalismo ser de caráter elitista e pouco inclusivo para a comunidade negra que deseja cursá-lo.

Ao discutir sobre como foi o ambiente acadêmico, Maria Felipa revela: *“a gente tinha algumas pessoas negras por lá, mas não era a maioria. A maioria realmente eram pessoas brancas e na época, inclusive, era tido como um curso de elite aqui em Manaus”*. Olhando para trás, a jornalista acrescenta o fato de ter escolhido fazer mestrado em Direito Constitucional e não na área da Comunicação, levando em consideração o ambiente hostil do mercado de trabalho jornalístico e uma possível mudança de carreira que, até os dias de hoje, não ocorreu.

Considera o mercado de trabalho, para mulheres negras, um espaço violento que massacra, mesmo gostando muito da importância social do jornalismo para com a sociedade, em que diz: *“eu consigo ter uma dimensão, realmente, desse compromisso social do jornalismo. [...], mas faço tratamento e tomo remédios em decorrência das coisas que vivo na profissão. No mercado de trabalho daqui [Manaus] é quase inexistente a presença de pessoas negras”*.

Esta condição desencadeou diversos transtornos, um deles foi a ausência de oportunidades e, mais tarde, a condição do “não-ser”. No contexto filosófico, o “não-ser” pode ser interpretado como algo negativo e diferente e, em muitos contextos, pode referir-se como o “não-belo”. Um exemplo utilizado pela jornalista foi as diversas tentativas de alguns colegas de profissão [brancos] de desvincular a sua imagem dos jornais regionais pela qual trabalhou. Diante desse cenário, diz sofrer de problemas psicológicos por ser alvo de injúrias raciais no jornalismo, refletindo sobre os assédios morais e sexuais sofridos, a perseguição com a aparência e, estritamente, com o cabelo nos espaços midiáticos: *“teve algumas situações no meu trabalho que me levaram a um adoecimento grave. [...] cheguei a responder um processo administrativo disciplinar, isso me marcou muito e me levou a crises de ansiedade generalizada, crises de pânico, depressão”*.

Foi através dessa ausência do “ser” que buscou se conhecer nos livros de escritores negros, ao qual cita autores da Comunicação como Muniz Sodré. Além disso, traz como centro de discussão a questão do corpo padrão esteticamente imposto para jornalistas que atuam na área. A partir disso, lamenta dizer que *“dependendo desse corpo que se coloca, você vai ter mais desafios ainda e o meu corpo não é aquele padrão que eles costumam colocar lá usualmente”*. Ela volta a falar sobre os transtornos psicológicos que foi adquirindo ao longo dos anos como jornalista, bem como: desgaste emocional, fobias sociais, ansiedade e depressão por conta dos repetitivos assédios, síndrome do impostor e esgotamento profissional.

No decorrer da entrevista, a jornalista também lamenta não poder citar todas as ocasiões que sofreu discriminação e abuso de autoridade pois tinha medo de acabar “falando demais” e se prejudicar no ambiente de trabalho. E se entristece ao acrescentar: *“eu me mantenho nesse serviço porque eu sou quem sustenta a minha casa sozinha e tenho uma mãe idosa e deficiente que depende de mim, então eu me mantive lá e criei toda uma estratégia de sobrevivência”*. Ela destaca que o que de fato lhe ajudou a manter-se no mercado jornalístico foi alguns projetos secundários de produção de conteúdo sobre o tema, ao qual relata: *“trabalhei em alguns projetos audiovisuais sobre educação negra, corpo negro e consciência racial em Manaus”*.

Tornou-se necessário reivindicar o direito da fala, pois sabe que ser negra está muito além da cor da pele. Está na condição do “não-ser” e, mais precisamente, da falta de

pertencimento. Recordemos que todo apagamento histórico da população negra não pertence a um passado tão distante assim e, a partir disso, a jornalista revela alguns contornos já existentes: *“na trajetória da população negra, em diáspora, é preciso abrir caminhos. Nos deixe entrar! Você precisa ir molhando o chão, para que o caminho de quem vem atrás tenha um pouco menos de dificuldade”*.

4.1.8 *“Se eu parar para chorar o ontem e o amanhã, eu morro hoje. Vivo, sigo”*: Maria Firmina dos Reis

Em algum lugar no mundo sempre haverá quem viva à sua maneira, afirmando-se como *“possibilidade política de existência”* ou como uma *“sobrevivente de territórios marginalizados”*. Foi na Região Metropolitana de Belém, em um distrito periférico da capital paraense, que Maria Firmina, sujeita de estudo desta pesquisa, nasceu, cresceu e compreendeu que *“tudo que veio na vida foram coisas que jamais imaginou viver”*. Antes de apresentar às vivências da sujeita participante, é necessário destacar alguns pontos percebidos pela sujeita-pesquisadora, enquanto mulher negra e ouvinte, desde os momentos que antecederam a entrevista até o instante de sua realização. Vale sublinhar que passaram-se alguns meses até que a jornalista aceitasse, de fato, ceder a entrevista. A primeira tentativa não deu certo; na segunda, ela nos explicou que talvez não se encaixasse como *“perfil ideal”* para esta pesquisa.

Acontece que Maria Firmina não foi a única jornalista que considerou não ser suficientemente *“importante”* ou não possuir características que pudessem, de algum modo, contribuir para o desenvolvimento desta dissertação. A seguir, será possível perceber que a jornalista Tereza de Benguela (apresentada no subtópico 4.1.10) também reage da mesma forma, como quem considerasse não ter *“perfil”* necessário para integrar a esta pesquisa. Quanto a Maria Firmina, observamos que ela permaneceu com a câmera desligada durante toda a entrevista. Essa foi a forma que encontrou para se sentir segura diante do que iria expor e, principalmente, de não se sentir envergonhada ao demonstrar seus sentimentos, enquanto profissional negra numa área tão excludente como a Comunicação que, sempre foram silenciados.

Na análise existencial que fez sobre si, ela explica o motivo pela qual se autodeclara uma mulher afro-indígena: *“gostaria muito de ser retratada como afro-indígena. [...] eu não consigo me reconhecer somente vinda desse sequestro da África e nem apenas filha do território Amazônico”*. No contexto em que se encontra esta pesquisa, é necessário dar sentido as políticas de identidade em que as jornalistas sintam-se mais à vontade para se afirmar e/ou reafirmar, é uma condição que ultrapassa as escolhas pessoais. Reflete uma combinação

significativa de experiências culturais, étnicas e históricas; por esse motivo que optamos por retratá-la como deseja.

Fruto de uma família economicamente humilde, a mãe era auxiliar de farmácia e o padrasto trabalhava como pedreiro, ela percebeu que a única forma de conquistar seu lugar no mundo seria através dos estudos. Ao relatar sobre o período da infância e adolescência, afirma que os pais, reiteradamente, ressaltavam a importância dos estudos para que pudesse garantir um trabalho com notável retorno financeiro. Foi a partir desses ensinamentos que decidiu cursar a faculdade, tornando-se a primeira pessoa da família a ter um diploma de ensino superior. Nessas circunstâncias, Maria Firmina não compreendia que não bastava apenas formar-se em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA); precisava também ter acesso as oportunidades.

Alguns obstáculos foram mencionados pela jornalista, o primeiro era a realidade socioeconômica e racial que ditava a forma como as pessoas a enxergavam ainda no período da faculdade. Conforme salientado pela jornalista Maria Felipa (subtópico 4.1.7), o curso de jornalismo para a Região Norte do país sempre foi *“elitista demais”* e extremamente excludente. Ao refletir sobre isso, Maria Firmina sublinha: *“eu sentia desníveis desde quando entrei na universidade. [...] quando eu entro no curso de jornalismo ainda na primeira semana eu falei “meu Deus, que lugar é esse?”. Foi um estranhamento total, porque não conseguia me sentir à vontade com aquelas pessoas”*.

Ela relata que os colegas de turma e, muitas vezes, os próprios professores do curso, advindos de uma realidade muito distante da que estava acostumada, tratavam todas as pessoas consideradas “diferentes” com certo desprezo. Nos dias de hoje, Maria Firmina avalia o contexto acadêmico em que estava inserida a partir do conceito de *“síndrome da negra única”*, sendo, portanto, um fenômeno de isolamento e falsa inclusão de uma única pessoa negra em ambientes de trabalho ou acadêmicos. Como nos afirma a própria jornalista em determinado momento da entrevista: *“muitas vezes, eu sentia que eles faziam questão que eu me sentisse assim. Hoje entendo que isso era racismo, as conversas e piadas. Enfim, é difícil resumir porque parece pequeno demais hoje”* e acrescenta dizendo que *“não me sentia bem com aquelas pessoas da comunicação e trilhei, por muito tempo, um caminho transversal. Não me sentia parte daquele núcleo”*.

Diante de incisivos problemas, ela define o curso de Comunicação com Habilitação em Jornalismo na UFPA como *“antigo e elitista”* e sempre com uma *“sensação de que não me queriam ali”* e complementa dizendo: *“o curso de comunicação social na UFPA é o mais antigo e por muito tempo ele foi o único, daí veio o choque de ver o perfil das pessoas. Eu*

enxergava os estudos como um campo de liberdade ou uma quebra de ciclo familiar, mas foi bastante difícil". Na visão da jornalista, esses comportamentos a afastaram de início do emprego tradicional e durante muitos anos trabalhou no terceiro setor do jornalismo (Comunitário, Organizações Não-Governamentais e Sindicatos ou Associações de Classe).

Em 2008, começou a trabalhar no Sindicato dos Petroleiros do Pará, Maranhão e Amapá. Passou anos tentando se encontrar na profissão jornalista, trabalhou em mídias tradicionais e vivenciou, novamente, a mesma opressão na época da Universidade. Na tentativa de fugir do desconforto que era estar na sua pele, buscou se conectar com a arte e passou a considerar jornalismo e cultura como uma possibilidade. A jornalista argumenta sobre o seguinte ponto: *"atuo de maneira multimídia, gosto de considerar que tudo que faço sai do jornalismo. Eu realmente trabalho nas multilinguagens e multimeios envolvendo a comunicação e a cultura"* e contextualiza dizendo que *"o momento que eu me senti uma mulher negra foi quando decidi parar de apenas alcançar metas, de apenas ter salário, de apenas trabalhar e pensar "vou ajudar mãe, vou ajudar toda a minha família e todos os meus ancestrais" ... não!"*.

Através dessa linguagem artística que percebeu a potência que carrega no peito, como enfatiza ao longo da entrevista. Em um país que não valoriza nenhum dos dois ofícios, Maria Firmina encontrou na produção cultural e na junção com o jornalismo a força da resistência. Está ciente que o jornalismo é elitista, mas sabe do valor que tem. Luta pelo terceiro setor, na tentativa de representar no outro aquilo que vivenciou desde a infância: a escassez. Esse foi um dos motivos para fazer mestrado em Ciências Sociais e ver perspectiva no ontem, no hoje e no futuro. Mulher negra e periférica e uma *"pessoa formada por todas essas lutas e atropelos"*, mas que encara a vida com generosidade.

Nas palavras de Maria Firmina: *"se eu parar para chorar, eu morro hoje. Vivo, sigo! [...] Eu tenho a opção de adoecer e sucumbir, mas eu sou uma pessoa movida a paixão. Acredito que é preciso ir colocando mais gente negra nas oportunidades da vida, criando essa estética afro-culturista. O futuro é hoje!"*.

4.1.9 As pessoas da nossa cor sabem como é, a vida nos empodera: Maria Odília Teixeira (Centro-Oeste)

Durante uma conferência na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a pensadora negra e ativista estadunidense Angela Davis proferiu a seguinte frase: "quando a mulher negra se movimenta,

toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Palestra, 2017)³⁹. A frase rodou o mundo e provocou um debate profundo e multifacetado sobre o papel das mulheres negras na estrutura social, ressaltando a interseccionalidade como ferramenta de empoderamento tanto individual quanto coletivo. Observa-se um desgaste do termo “empoderamento” pelo uso excessivo e a possível saturação na mídia e publicidade voltada ao público feminino, mas muitas mulheres negras ainda utilizam-se da palavra como afirmação política.

Antes de contarmos a história de Maria Odília, cabe ressaltar que, ao longo da entrevista, a jornalista mencionou o orgulho manifestado pela família, pelos amigos e até por pessoas que não a conheciam, por ocupar determinados lugares sendo uma mulher negra. Ela também enfatizou a importância dos estudos em sua vida, aspecto que se repete na fala de outras sujeitas participantes desta pesquisa, e como a profissão jornalista lhe revelou outras possibilidades de mundo. Por isso, repetidas vezes, Maria recorre às palavras “empoderamento” e “empodera” como expressões que reforçam seu sentimento de pertencimento à profissão.

Nasceu no estado do Tocantins e aos três anos de idade mudou-se para o município de Goiânia, localizado no estado de Goiás, onde vive até os dias de hoje. Filha de mãe analfabeta e pai com diploma de nível superior, a jornalista novamente resalta a importância dos estudos para tornar-se *“alguém na vida”*. Ela reflete sobre o contexto familiar e problematiza a questão racial como entrave na busca por ascensão: *“eu venho de uma família bem diferenciada. A minha família paterna toda tem curso superior, apesar de sermos todos negros. Já a minha família materna é formada por pessoas pardas e com pouca ascensão”*.

Ao discorrer sobre o ambiente familiar, a jornalista reitera que mesmo pai e mãe sendo pessoas negras e, circunstancialmente, ter passado por coisas parecidas na vida; o que os separavam era a ausência de oportunidade dado aos dois: *“eu tinha dois laços familiares. Uma família que tinha estudo e outra que não tinha e isso foi uma coisa bem marcante. A minha mãe, por exemplo, é analfabeta e meu pai era funcionário público federal”*. Não é incomum ver histórias de pessoas negras que tiveram o mínimo de oportunidade na vida, por outro lado desafia as estruturas da opressão (bell hooks, 2023).

Esse recorte da realidade nos apresenta uma combinação de fatores históricos, sociais e econômicos que motivam outras gerações de pessoas negras a continuar buscando seu lugar no mundo, como salientado pela jornalista: *“meu pai nasceu em 1936, para você ter noção uma*

³⁹ Conferência intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 25 de julho de 2017. A palestra celebrou o Dia Internacional da Mulher negra Latino-Americana e Caribenha e o Julho das Pretas, sendo, portanto, um mês de conscientização do protagonismo negro na sociedade.

pessoa negra estar formada nessa época. Olha o peso que isso tem. Eu tive uma família paterna que me explicou que não importa a cor que você tenha, tem que lutar para conseguir". Ao nos deparar com a profundidade do relato de Maria Odília sobre a família, é evidente a forma como a jornalista acredita na vida da mesma forma que seus familiares acreditaram em si.

Outro ponto a ser levantado é que a jornalista relatou sentir-se responsável pela família e que não era uma opção não ter uma profissão e/ou construir carreira nela, pois via nos olhos da mãe o reflexo da desigualdade de oportunidades. Formada em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV, Maria Odília é a única jornalista, presente nesta pesquisa, que não tem formação direta em jornalismo; aos 49 anos se autodeclara uma mulher preta e reitera afirmando ter *"21 anos de profissão"*. Ao revisitar o início da profissão como jornalista, ela diz: *"me dediquei cinco ou seis anos na reportagem e o restante eu fiquei na produção. [...] precisei me impor dentro do jornalismo para alcançar resultados, o que é difícil. Eu sempre falo que não importa aquilo que falam de mim, importa aquilo que eu sei de mim"*.

Trabalhou como repórter em TV e rádios e, atualmente, ocupa o cargo de chefe de reportagem. Sabe que ser negra representa um percalço no jornalismo e, muitas vezes, percebe ser a única negra no ambiente de trabalho, mas busca na própria identidade o vínculo com seus ancestrais. O que nos chama atenção na fala de Maria Odília é que ela enxerga o jornalismo com uma extensão de si mesma e de outras pessoas negras, talvez seja por isso que a felicidade de outros colegas seja tão evidente. Quanto à condição de sentir-se o peso de ser a negra única no ambiente de trabalho, observamos que não se trata de um fenômeno isolado.

No decorrer deste capítulo, abordaremos profundamente essa sensação de isolamento e desigualdade, apontada por outras jornalistas como um problema recorrente na profissão. Nesse contexto, Maria Odília diz enfrentar algumas barreiras e pontua: *"a empresa que trabalho, por exemplo, não tem negros. Hoje, o espaço que ocupo sou a única. Eu sou a chefe de reportagem, mas eu sou "a negra"*. Maria Odília é confiante no que faz, ao qual afirma: *"eu sou muito bem resolvida com essa questão racial e sou muito boa no que faço"*. [...] *quando as pessoas chegam lá e me veem também, acham interessante. As pessoas da nossa cor sabem como é, a vida nos empodera!*".

Nossa maior motivação para a construção desta subseção foi justamente a fala de Maria Odília, na qual ela questiona *"quem somos?"* e, mais precisamente, *"como estamos?"*, chamando atenção para a realidade das jornalistas negras inseridas em diferentes contextos do jornalismo. No desenvolvimento desta subseção, tentamos, de alguma forma, ecoar sentindo ao corpo que fala. Repetimos novamente, não são apenas jornalistas como recorte de pesquisa, são mulheres negras que se debruçaram em contar sobre suas vivências e retornaram às pautas que,

até hoje, lhes incomodam. Ao construir esta subseção, trabalhamos com alguns temas: raça/racismo, gênero, classe, sexualidade, pertencimento e diferenças.

Por esse mesmo motivo que ao ser questionada sobre como se enxergava na profissão, Maria Odília revela o seguinte: *“eu tenho tanto amor pela minha profissão, é meu lugar no mundo. Mesmo com a cor que eu tenho ou com o gênero que carrego, estar onde estou é virtude. Por isso, questiono sempre que posso: onde nós estamos? E como estamos?”*. Apresentar essas jornalistas, de forma respeitosa e preservando a identidade de cada uma delas, é um equilíbrio entre o anonimato e a representatividade. Mesmo assim, é inegável pensar que elas continuam sendo minorias na mídia tradicional e isso revela o motivo da autoafirmação de muitas delas. Não seria diferente com a jornalista Maria Odília que afirma ser mãe, jornalista, chefe de reportagem, esposa, filha e, principalmente, mulher negra. Sabe quem é e luta todos os dias para continuar sendo como é.

4.1.10 A gente sabe o que a gente é e o que a gente representa: Tereza de Benguela

Como explicar o racismo a partir do que não é dito, da consciência que nos atravessa e da bagagem que delimita quem somos? Quando se projeta que mulheres negras estejam sempre dispostas a falar sobre determinadas categoriais sociais (gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, etc.), podemos desconsiderar diversos fatores emocionais e, até mesmo, alguns conflitos internos que as impedem de manifestar-se acerca da temática. Tereza de Benguela, por exemplo, diz ser uma mulher reservada, cautelosa e ciente sobre como os outros a enxergam. Nas palavras dela: *“não é preciso verbalizar para saber que ele [racismo] existe, eu vivo isso! E evito falar sobre racismo, porque fica parecendo “mimimi” que é o termo que usam demais”*.

Essa deslegitimação em torno das subjetividades negras, citada por Tereza, nos mostra como a negação do problema, isto é, do racismo; podem causar sentimentos de repulsa e indignação por quem o vive. Na realidade, o ato de ridicularizar ou minimizar pautas negras faz com que a própria pessoa negra sinta desconforto com o tema. A consequência disso tudo é uma mulher negra que diante da sujeita-pesquisadora, autora desta dissertação, fica pedindo desculpas constantemente no ato da entrevista por achar que não está agregando com a pesquisa; quando na verdade sente o racismo na pele todos os dias, suplica por compreensão e escancara a realidade.

A jornalista argumenta que *“[...] as diferenças vão sendo apontadas e você vai descobrindo quem você é a partir do olho do outro”*. Além disso, ressalta: *“não é que você, sendo uma pessoa negra, se sinta totalmente diferente, mas as pessoas vão te apontando a*

diferença”. Diz ter sido ensinada para lidar com o racismo, a misoginia e outros padrões de opressão, mas não a discutir sobre esses assuntos. Após uma série de análises, durante a entrevista, Tereza pontua que a consciência racial foi uma descoberta bastante subjetiva. Nascida e criada no município de Campo Grande, localizado no estado do Mato Grosso do Sul, se autodeclarou como uma mulher preta já na fase adulta. Isso se deve ao fato de se reconhecer como uma pessoa negra, mas não concordar com o registro de nascimento que a declara como parda.

Apesar de salientar que é um ser inacabado, pois está em constante transformação, Tereza relata estar participando de grupos de discussões e tendo indicações de leituras sobre os conceitos de raça e racismo, a partir de uma perspectiva epistemológica, mesmo tendo certa complexidade em torno da temática. E mais uma vez, revela se sentir diferente por ser negra e, assim como já evidenciado por Laudelina (subtópico 4.5.1), percebe como *“o olhar do outro é diferente”*. Vejamos que as experiências das jornalistas negras, sujeitas de estudo desta pesquisa, vão se misturando. Apenas nesta seção de apresentação do perfil das sujeitas participantes, conseguimos perceber relatos tão profundos e que, em algum momento, tecem o diálogo proposto.

Este esforço em falar sobre a identidade racial, mesmo não se sentindo totalmente segura já nos mostra a forma como reinterpreta a própria existência. Ao resgatar as memórias de infância, Tereza relata que foi através da aparência que compreendeu, pela primeira vez, o que significava ser negra: era diferente porque era negra, e era negra porque era percebida como diferente. A começar pelo cabelo, pelo simples fato de trazer afirmação política. A jornalista reflete sobre esse período dizendo: *“uma lembrança é do curso de informática, um menino não queria fazer dupla comigo, eu devia ter uns 14 anos e fiquei pensando se tinha a ver com minha aparência”*. E ilustra com mais um exemplo: *“outra coisa, eu sempre sentia que as meninas falavam sobre o meu cabelo, mesmo não interagindo com elas”*.

Ainda neste capítulo de análise e discussão dos dados, vamos abordar uma seção sobre a aparência, identificada nos relatos das jornalistas, e discutiremos a respeito da categoria “beleza”, incluindo a relação com o cabelo. Trataremos, mais adiante, uma visão crítica que envolve a pressão estética a partir dos marcadores raciais. Dando continuidade à narrativa de Tereza, observamos outros debates e agora envolvendo a inserção do negro na TV e a percepção que as pessoas passam a ter ao vê-lo nestes espaços.

Formada em jornalismo com especialização em midialogia, ressalta sobre sua trajetória profissional ao qual trabalhou como repórter de jornal impresso, produção de pauta para televisão e rádio e assessoria de imprensa. Depois de cursar o mestrado em Ciência da

Informação, começou a trabalhar como diretora de jornalismo e passou a ser professora universitária. Soma-se a isso, o fato de fazer trabalhos paralelos, como realizar palestras na área da Comunicação e ministrar cursos para empresas jornalísticas no país. Ao discorrer sobre sua profissão enquanto jornalista, ela retoma a discussão sobre a aparência e alega: *“eu nunca me senti excluída, mas eu sabia que a era diferente, né? [...] minha aparência não é a de uma professora universitária e jornalista. Eu nunca pensei, por exemplo, em ser apresentadora de TV”*.

Não é preciso ir longe para perceber que a sua imagem, ou seja, sua aparência foi um fator determinante para atuar nos bastidores da TV. Ela explica como a estética negra é estigmatizada na área da Comunicação e acrescenta: *“sempre gostei de escrever nos bastidores. Talvez pela minha característica de ser uma pessoa mais tímida mesmo, não sei como definir bem”*. Numa sociedade como a nossa, é possível identificar no discurso da jornalista o receio em sair de casa de “qualquer jeito”, porque sendo negra é preciso estar duas vezes mais apresentável que uma pessoa branca. Quando fala sobre essa realidade, Tereza corrobora com o seguinte ponto de vista: *“as pessoas têm uma visão deturpada sobre o negro, principalmente na TV. Preto não sai de casa desarrumado, é questão de sobrevivência”*.

Depois de algumas tentativas de construção de frase, ela sustenta a ideia dizendo: [...] *Eu sei que o problema é a aparência, por isso que sempre usei meu cabelo preso e sempre estou bem vestida dentro das minhas condições”*. Assim como ocorre em muitas famílias negras, pelo menos das representadas nos relatos das jornalistas, sujeitas de estudo desta pesquisa, a temática racial raramente é abordada dentro de casa; pois falar sobre raça e racismo significaria reconhecer a opressão vivida cotidianamente. Dentro desse panorama, Tereza pontua sobre essa ausência de conversa sobre raça, assim como Hilária Batista (tópico 4.1.4), em que diz: *“em casa a gente nunca conversou sobre racismo, mas a gente conversa sobre cotidiano que é de racismo, sabe? [...] Então, assim, são coisas do nosso cotidiano que não é sobre “vamos discutir racismo”, mas a gente sabe quem a gente é e o que a gente representa”*.

Procurando resgatar o ensinamento adquirido sobre raça, racismo e o que mais lhe atinge que é a aparência, Tereza revela: *“eu estava esses dias na casa dos meus pais e meu pai chegou do mercado e tava falando que ele tava de casaco com capuz e começou a garoar e ele falou: “eu não vou por esse capuz, porque se eu colocar o capuz vão achar que eu vou assaltar alguém” e ele veio na chuva”*. Deve-se dizer que são essas pequenas formas de encarar o cotidiano que uma família negra passa a ter mais compreensão de como o racismo a atravessa, isso porque não adianta apenas gritar diante da situação.

Para Tereza: *“a gente não comenta coisas assim: “precisamos ter uma estratégia”, mas a gente é ensinado a ser negro(a)”*. Talvez seja por isso que sabe que não precisa dizer o óbvio, embora saliente que às vezes seja necessário, pois sendo negra entende que *“[...] as pessoas não se sensibilizam com a morte de gente preta, ninguém se importa”*. É preciso enxergar as limitações e perceber que, às vezes, *“só às vezes escolher o silêncio pode ser também uma forma de resistência”*.

4.2 O não-lugar de jornalistas negras na mídia brasileira: fragmentos de gênero-raça a partir da “beleza”

Como sustentação empírica, optamos por fazer uma apropriação crítica do conceito de “não-lugar”, proposto por Augé (2024), utilizando-o de forma simbólica. Na concepção do autor, o termo se refere aos espaços de supermodernidade, caracterizados por excessos de tempo, espaço e individualidade, e se insere no campo da antropologia. Essa perspectiva permite dialogar com as diferentes facetas da experiência humana, considerando tanto o “lugar” do sujeito na sociedade quanto a aplicação simbólica do lugar-sem-lugar. Esse deslocamento teórico nos ajuda a pensar na posição de jornalistas negras na mídia brasileira, visto que é uma proposta de observação e tem como estratégia inspirar o fenômeno.

O trabalho analítico inicia-se ao utilizarmos a proposta do autor como ferramenta interpretativa. Nesse contexto, o conceito de “lugar” surge para compreender os espaços antropológicos, sendo, portanto: o sujeito, a sensação de identidade e, sobretudo, as relações sociais. Por outro lado, o “não-lugar” se relaciona à supermodernidade, caracterizando-se pela circulação de pessoas sem a criação de vínculos com outros indivíduos e, até mesmo, a construção de memórias afetivas a partir do que consideramos na estrutura social. Em vez de tentar aproximar ou saturar as ideias do autor com os nossos achados, observamos que essa ausência de reconhecimento, o silenciamento de jornalistas negras e o espaço transitório dos profissionais negros na mídia em não conseguir permanecer na profissão torna-se, por algum motivo, coerente com as excessividades descritas por Augé (2024).

Podemos perceber que na teoria do “não-lugar” os sujeitos existem, mas não são reconhecidos. Ao ressignificarmos o conceito, procuramos explicar as excessividades da seguinte forma: 1) excesso de tempo: a presença de jornalistas negras na mídia é tratada como circunstancial e temporária (ver tópico 4.4); 2) Excesso de espaço: a jornalista negra não tem garantia de permanência ou reconhecimento⁴⁰; e, por último; 3) Excesso de individualidade: de

⁴⁰ No relato de Antonieta de Barros, a jornalista salienta que nunca presenciou colegas negros se aposentarem na profissão. Já em relação aos colegas brancos, não só se aposentavam como subiam de cargos com frequência.

forma simbólica, tomamos como base o anonimato da identidade negra que, por sua vez, também é marcado por estereótipos racistas que impedem o reconhecimento profissional dessas mulheres negras.

Quando atribuímos esse apagamento social, principalmente no mercado de trabalho, junto aos estereótipos e a ausência de pertencimento; entendemos que, antes de qualquer coisa, as jornalistas não são entendidas como sujeitas, isto significa que a imagem corporal (representação estética do corpo percebida pelos outros) não é legitimada na representação midiática. De forma objetiva, a identidade negra está travada na complexidade em torno da estética na mídia. A estética é a primeira barreira simbólica que marca o “não-lugar” para profissionais negras na mídia, isso porque a aparência é um filtro social presente na hegemonia e, desse modo, atua a partir dos critérios de inclusão ou exclusão a depender das expectativas sobre cabelo, corpo e estilo.

Ainda neste capítulo, especificamente no subtópico 4.1.7, refletimos sobre dois conceitos filosóficos em torno dessa negação existencial de pessoas negras na sociedade, sendo: o “não-belo” e o “não-ser” que abordam os efeitos coloniais nos corpos negros (Frantz Fanon, 2022; Kabengele Munanga, 2023). Essa negação também pode ser percebida a partir do lugar do negro na sociedade, partindo do conceito de “não-lugar” (Augé, 2024). A partir de uma categoria teórico-política de exclusão simbólica, o “não-” expressa dimensões dessa ausência que nega a própria humanidade (“não-ser”), ou que marca essa negação quando não se possui um padrão estético branco dominante, imposta por meio da violência estética e simbólica (“não-belo”) e sustenta essa lógica de exclusão criada por relações de poder ao qual apaga a identidade do indivíduo marginalizado/invisibilizado (“não-lugar”).

Essa apropriação teórica do conceito de “não-lugar” não foi elaborada exclusivamente para esta pesquisa, a pesquisadora e intelectual negra Isildinha Baptista Nogueira (1998) já utilizava a formulação teórica para compreensão do negro na sociedade. Como argumenta a autora (1998, p. 35), “o conceito de “não-lugar” nos ajuda a pensar a condição social do escravo, cuja identidade não correspondia a um lugar de sujeito, no corpo social, mas um lugar de “peça” ou “objeto””. Para o sistema simbólico, o indivíduo negro(a) faz parte dessa incompletude e é caracterizado às margens da sociedade como o “não-todo”, ou seja, materializa-se a partir da negação em todas as esferas sociais; para além do “belo”, do “ser” e do “lugar”. De modo geral, configura-se a partir da diluição total dos corpos negros e da sua vivência enquanto indivíduo.

É por meio desta que Isildinha Nogueira (1998, p. 90) formula a seguinte provocação: “o que somos nós, os negros?”. Essa pergunta evidencia como a imagem do corpo negro é construída na sociedade e, sobretudo, como as estruturas sociais percebem a identidade negra.

Para muitos autores(as), o(a) negro(a) se enxerga a partir do olhar do outro, isso significa que uma vida inteira de humilhação e exclusão simbólica leva o(a) negro(a) a perceber-se como inferior, feio e, psicologicamente, em busca de um ideal branco (Neusa Santos Souza, 2021; Frantz Fanon, 2022; Kabengele Munanga, 2023; bell hooks, 2023; Cida Bento, 2022).

Como bem salienta Isildinha Nogueira (1998, p. 92), “entre o que o olhar do outro reflete para o sujeito negro e a imagem que o negro tem de seu próprio corpo negro, há, na verdade, uma coincidência”. Sob a mesma perspectiva analítica, Bibi Bakare-Yusuf (2003, p. 1) afirma que “precisamos de uma estrutura que nos possibilite examinar o que significa ser o que somos, e que ao mesmo tempo nos encoraja a perceber o que queremos nos tornar”. Por essa razão que discutir a identidade negra e a estética imposta pela mídia é fundamental para compreender como as jornalistas negras se percebem diante dessa temática.

Observa-se ainda que muitas delas carregam essa visão sobre a aparência desde a infância e por meio das relações familiares, o que pode ter contribuído para a negação da própria imagem no exercício da profissão:

A questão de **gênero** é muito forte por conta desse **patriarcalismo**. Agora, a **raça** para mim sempre foi pior. Porque o meu irmão era de pele clara chamado de ‘bebê Johnson’ e eu era a ‘fubica’. Explicando melhor, **fubica** para a minha família era carro velho... aquela **negra** cheia de caroço. Depois que descobri que tinha problemas na **pele** por questão de **saúde** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Sou de uma **família interracial**. Minha **mãe** é **branca** e meu **pai** é **negro**. Sempre convivi com **racismo** dentro da minha **família** de ouvir coisas..., sabe? A minha mãe chegou a me contar que quando estava **grávida** de mim as pessoas da **família** dela falavam que a **barriga** dela era **suja** porque tinha um **bebê preto**, entendeu? Então, assim, eu nasci já sofrendo **racismo**. [...] sempre tive consciência que meu **corpo** não seria lido de forma agradável em determinados espaços (Laudelina de Campos, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024).

Os relatos mostram como a questão da aparência é vivenciada desde a infância. Em alguns casos, as famílias restringem-se a atribuir apelidos, vistos como inocentes, como ocorreu com Antonieta; em outros, as atitudes chegam a ser profundamente agressivas, como na narrativa de Laudelina. Para fundamentar a discussão, Angela Gilliam e Onika Gilliam (1995, p. 536) afirmam que “frases como “barriga suja” e “barriga limpa” referiam-se à condição do útero da mulher grávida no sentido de que o filho futuro aparentasse ser mais negro ou branco”.

Nas relações cotidianas, observa-se que jornalistas negras ouvem com frequência algo relacionado a sua aparência. A figura 16 foi elaborada com o objetivo de organizar as palavras mais recorrentes mencionadas pelas jornalistas diante da categoria “beleza”:

Figura 16 – Nuvem de palavras mais recorrentes na categoria “beleza”, a partir dos relatos das jornalistas



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Cada palavra significa um estranhamento a estética negra, classificando-as como percepções sobre si no mercado de trabalho. No pensamento crítico de bell hooks (2019, p. 2012), “a estética é mais do que uma filosofia ou teoria da arte e da beleza; é uma maneira de habitar o espaço, um lugar específico, uma maneira de olhar e se tornar. A estética não é orgânica”. Pode-se argumentar que o mercado de trabalho jornalístico determina uma espécie de asfixia social a partir da deturpação da beleza negra, por essa razão que muitas jornalistas deste estudo dizem ter sofrido muito com as imposições estéticas no ambiente de trabalho desde a vestimenta à relação com o próprio cabelo.

Para embasar as consequências, Goldenberg (2006, p. 119) afirma que “a cultura da beleza e aparência física, a partir de determinadas práticas, transforma o corpo “natural” em um corpo distintivo”. Essa combinação de exclusão e inferiorização provoca nas jornalistas disforia com a própria aparência, chegando a mudar completamente os modos de se vestir, amarrar o próprio cabelo e até se comportar em público:

No **jornalismo**, percebi que exigiam um **padrão de beleza** que eu não tinha. No início, eu tinha o **cabelo alisado** ainda e andava toda **mirradinha** com blusas polo justamente por ser um **ambiente machista**. Eu ficava com medo de usar qualquer tipo de **roupa** que fosse mais **feminina**. Eu me **masculinizei** durante muito tempo ainda (Dandara dos Palmares, 39 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

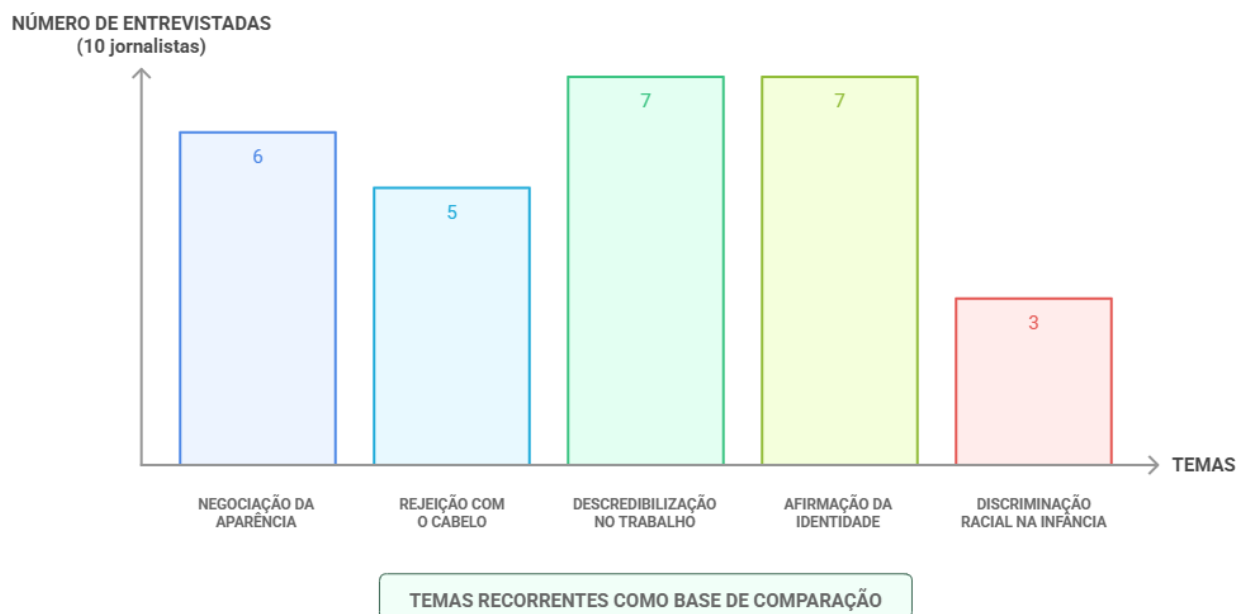
Na minha época para ser **secretária**, a gente via **anúncios** que pediam “**boa aparência**” e lembro que fui responder o **anúncio** e eles me responderam: “você não é exatamente o que a gente imaginava, mas você tem uma boa datilografia (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

De forma intensa, esse “padrão de beleza” e “boa aparência” exigido no mercado de trabalho é uma afirmativa explícita de que o corpo negro é repudiado em determinados ambientes. Na mídia, a questão pode ser observada de uma forma ainda mais crítica; isso porque o papel da mídia ultrapassa o exercício de agente fiscalizador perante a sociedade. Um exemplo disso está no controle estético em torno da beleza e as infundáveis definições de padrões que reprovam a estética negra. Vejamos que nos excertos das jornalistas tanto Dandara quanto Antonieta refletem sobre como a questão da aparência era constantemente exigida nos espaços midiáticos ao qual trabalharam.

Na tese de doutorado de Paula (2010, p. 137 e 139), a autora explica como “as mídias são instrumentos centrais no olhar que as negritudes podem dirigir para os próprios corpos. [...] E, geralmente quando se reflete sobre o discurso da boa aparência, a questão do cabelo faz-se crítica”. Do mesmo modo, Oliveira, Teixeira e Nielsson (2025, p. 16-17) explicam como a “boa aparência” são pressões institucionais que reforçam a ideologia de branqueamento social ou embranquecimento racial. Para os autores, em alguns momentos, o(a) sujeito(a) negro(a) não só vai acreditar naquilo que escuta a respeito de si, como vai tentar igualar-se para fazer parte do “todo” para não parecer “sujo”, “imundo” ou “diferente”:

A imposição de uma boa aparência está agregada, indiscutivelmente, à política de branqueamento, responsável pela idealização do branco como um padrão de beleza, e a boa aparência, notadamente, relacionada à higiene e limpeza, baliza estas negações aos corpos negros. [...] Os trabalhos imagéticos disseminam o enquadramento do feminino negro na estética do não desejável, e os meios de comunicação reforçam a representação negativa dos estereótipos já consolidados em torno deste segmento.

Considerando essa variação excludente, buscamos comparar e distribuir os temas centrais a partir das narrativas de cada jornalista dentro da categoria “beleza”. Para identificar a palavra-chave “beleza” na construção dos conceitos sensibilizantes, analisamos algumas afirmações das jornalistas sobre sua própria aparência. A figura 17 apresenta os temas recorrentes, bem como a distribuição numérica de cada jornalista em relação a cada tema:

Figura 17 – Distribuição comparativa dos temas centrais nas narrativas das entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Observa-se na figura acima que seis jornalistas relataram negociar a própria aparência para permanecer no exercício de suas funções, especialmente diante de mudanças estéticas impostas pela linha editorial do veículo. Além disso, a rejeição explícita com o cabelo aparece na fala de cinco jornalistas, mas identificamos que todas as jornalistas salientaram ter tido algum tipo de problemática com o próprio cabelo; seja no período da infância ou adolescência ou já na fase adulta enquanto profissional negra na área da Comunicação. Outro fator determinante salientado foi a descrédibilização no trabalho por ser negra, sete jornalistas relataram ter sofrido algum tipo de deslegitimação diante do ofício com frases como: “não sabia que podia ter gente negra trabalhando no jornalismo”, “não acredito que você seja jornalista com essa cor e aparência” e, até mesmo, “mas você sabe escrever?”.

Como afirmação de identidade no exercício da profissão, sete jornalistas relataram ser preciso se afirmar como negra para conseguir ser respeitada como tal. Isso parte de algumas problemáticas já mencionadas ao longo desta dissertação, como por exemplo: “você nem é negra, você é clarinha”, “sua sorte é que você não se parece com sua mãe (negra retina)” e outras frases proferidas por familiares, colegas de trabalho ou por fontes de reportagem. Além disso, três jornalistas disseram ter sofrido racismo na infância de forma escancarada e isso contribuiu para o processo de não-aceitação da própria imagem e baixa autoestima.

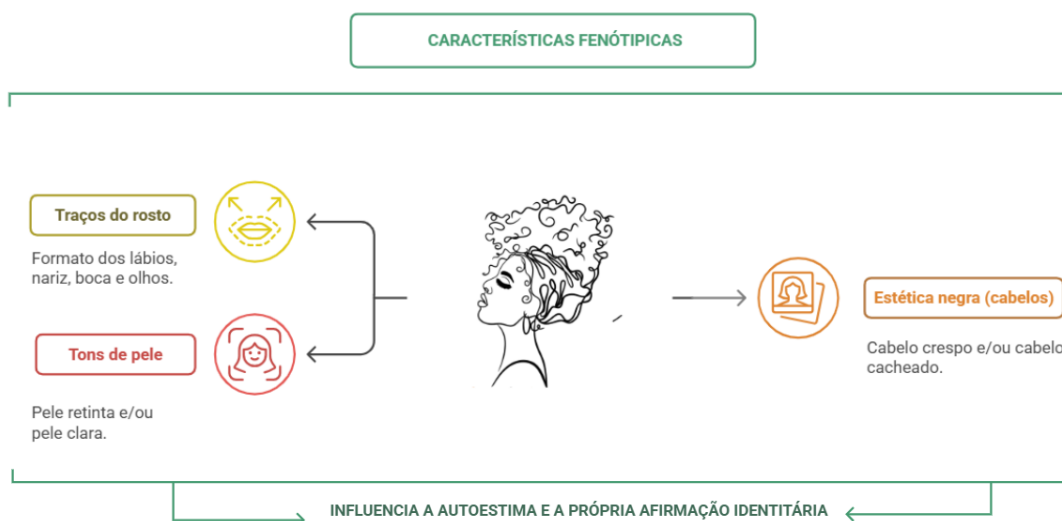
No entendimento de Nilma Lino Gomes (2005, p. 42 e 46), a identidade negra pode ser vista como empecilho de afirmação social quando o assunto é ascensão no mercado de trabalho. Faz-se importante, no entanto, buscar na identidade um processo de reivindicação:

Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. [...] A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

Outro aspecto importante é que algumas jornalistas se afirmam no mercado de trabalho a partir da identidade negra e reconhecem a presença de beleza na negritude, mas ainda são desmoralizadas e descredibilizadas. Muitas relatam se sentir bonitas e atraentes como são, mesmo carregando o peso simbólico de serem consideradas “exóticas”, e ainda assim serem vistas como inferiores. Na narrativa de Hilária Batista, observa-se a seguinte constatação: “sempre gostei muito de me arrumar e as pessoas sempre me descredibilizavam. Eu me acho uma mulher bonita e jovem (34 anos, Sul, Entrevista 2024).

O controle diante da imagem de mulheres negras pode ser rompido com a descoberta de si (Barros, 2005). Não é um exercício fácil de adequação/aceitação, mas faz parte da estratégia decolonial do corpo marginalizado/invisibilizado (Lélia Gonzalez, 2020; Beatriz Nascimento, 2022). Para algumas jornalistas negras, os traços fenotípicos influenciam a autoestima e a própria afirmação identitária. A figura 18 avalia as características fenotípicas, citadas pelas jornalistas negras, que mais provocam “gatilho” dentro do ambiente de trabalho:

Figura 18 – Traços fenotípicos mais atingidos pelo racismo, conforme relato das jornalistas



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na elaboração da figura acima, optamos por colocar todas as características mencionadas pelas jornalistas que já foram motivos de piadas, apelidos e discriminação. Atribuímos certa importância ao citar que os traços do rosto (formato dos lábios, boca e olhos) e os tons da pele negra (pele retinta e/ou pele clara) são alvos de falas racistas, como evidenciam as jornalistas ao dizer: “tem a questão racial mesmo, fenotípica, dos meus traços e da minha região. [...] demorei muito para me entender como uma mulher bonita ou uma profissional bonita, sei lá!” (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024) e “depois fui percebendo que era pelas minhas características, não era por quem eu era. Era porque sou a mulher afro-indígena (Maria Firmina, 36 anos, Norte, Entrevista 2024).

Apesar de tais circunstâncias, observamos que a relação das jornalistas com o cabelo é onde a mídia impõe severamente o padrão estético. Sendo um exercício racista de interferência na identidade do outro, isso pode ser evidenciado nas palavras da jornalista Tereza de Benguela:

Eu nunca pensei em ser apresentadora de TV, [...] eu não tinha essa vontade do vídeo. Hoje entendendo que a minha **aparência** não é de uma **professora universitária e jornalista**. Não é porque não tem **jornalistas negros** e agora apareceu... mentira, temos aí a **Zileide Silva** [jornalista negra da TV Globo] que está há anos. Ela também é **padrãozinho**, né? Aquele **cabelo crespo** bem curtinho e bem **discreto** e, é por isso, que na TV eu sinto essa **diferença**. Pois é necessário ter um **padrão** para o vídeo, em comparação as rotinas dentro da redação (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

As evidências nas palavras “padrãozinho” e “cabelo crespo” já salientam os paradigmas das jornalistas enquanto profissional negra na Comunicação/Jornalismo. Como apontam Oliveira, Teixeira e Nielsson (2025, p. 19), “para as mulheres negras há uma régua ainda mais severa no padrão estético, que é racista e guarda todos os resquícios da colonialidade, como os traços finos e cabelos lisos”. Diante dessa realidade, o subtópico a seguir busca analisar o cabelo como local de conflito dentro do mercado de trabalho jornalístico em torno das narrativas e incidências das jornalistas negras.

4.2.1 O cabelo como local de conflito: narrativas e incidências

No contexto das relações coloniais, o cabelo sempre foi o “local-chave” para marcadores de hierarquia social (Quintão, 2013). Retornando ao cenário atual, Nilma Lino Gomes (2005, p. 46) problematiza a exclusão associada ao cabelo, evidenciada pelos estigmas de inferioridade, ao questionar: “quem já não ouviu na sua experiência de vida frases, piadinhas, apelidos voltados para as pessoas negras, que associam a sua aparência física, ou seja, cor da pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de inferioridade?”. A relação com o cabelo

representa a nossa forma de estar no mundo. Não é apenas uma convenção estética que define o que é “belo” ou “aceitável”; carrega, ainda, várias dimensões identitárias, políticas e sociais.

E mesmo quando se trata de questões estéticas, qual seria a verdadeira razão para que as estruturas sociais e institucionais de alto poder simbólico, como o Estado ou a mídia, imponham tantas mudanças e perpetuem discriminações contra pessoas negras, carregados de etnicidade, que estão simplesmente sendo quem são a partir de suas origens? Partimos dessa reflexão sobre o cabelo como parte da identidade negra, sendo, uma das esferas mais íntimas do corpo, pois expressa diferentes formas de existir e estar no mundo. Frente a essas percepções, Nilma Lino Gomes (2002, p. 41) insiste na ideia de o cabelo ser um marcador visível, visto que ele faz parte do “corpo e fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. [...] o corpo é também simbólico”.

Os discursos sobre beleza corroboram para a existência de padrões estéticos antinegros e revelam um conflito identitário que pode se manifestar desde a infância. Nas entrevistas realizadas, observamos como a relação com o cabelo reflete problemas com a própria aparência. Além disso, muitas meninas negras se tornam mulheres incapazes de sentir-se segura com a imagem que lhes é atribuída. Vejamos esses efeitos nos trechos das jornalistas Antonieta e Tereza:

Eu não tinha **cabelo** anelado, eu não era **linda, bonita...** eu era **pretinha e engraçadinha**. **Bonita** era a filha do vizinho que era de **pele retinta**, mas com o **cabelo liso** por conta do histórico familiar que tinham origem indígena, né? Então desde sempre aprendi que eu era “**engraçadinha**”. [...] Com 8 anos de idade minha mãe **alisava meu cabelo** e ficava **feridas** e depois comecei a me rebelar e deixava ele **Black Power**. Depois, mocinha eu voltei a **alisar** e fazia aquelas coisas que a gente faz para poder **ser aceita** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Minha mãe sempre me **penteou** muito, acho que toda **menina negra** tem uma história sobre o **cabelo** que é preso assim [puxa o cabelo para trás]. Acho que são essas **experiências** que as outras crianças [brancas] não vão ter, né? [...] Na infância, por exemplo, eu percebia que o **problema** era minha **aparência**. As meninas falavam do meu **cabelo**, sabe? Era assim! (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro-oeste, Entrevista 2024)

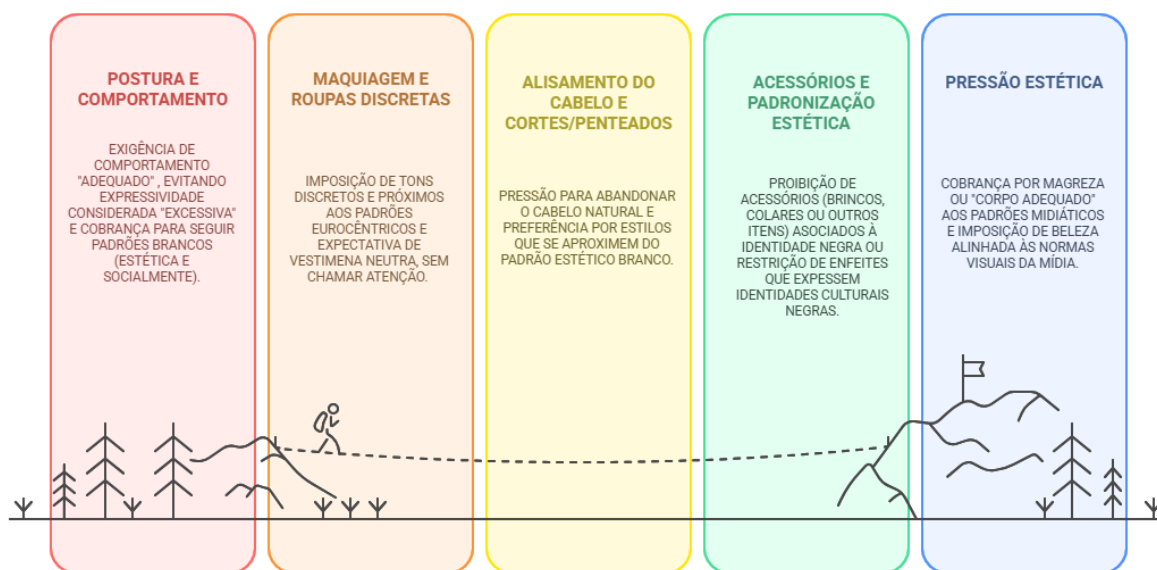
Na fala de Antonieta, emergem algumas marcas que estimulam reflexão, como: a) a convicção de não ser “bonita”, mas apenas “engraçadinha”; b) o entendimento de que a vizinha negra retinta, de origem indígena, possuir o “cabelo liso” a tornava “bonita”; c) as feridas no couro cabeludo causadas por conta dos constantes alisamentos no cabelo desde os oito anos de idade; d) a adoção do cabelo *Black Power* como forma de transgressão e, por último, e) o retorno ao alisamento do cabelo para sentir-se aceita. Na perspectiva de Paula (2010, p. 143), a maneira como as mulheres negras se percebem, diante de circunstâncias que lhes causam dor e feridas

emocionais, é cercado pelo “sentimento de pertencer a um grupo socialmente valorizado (brancos)”.

As duas jornalistas relatam exemplos em que suas mães foram responsáveis por cuidar da aparência delas, mesmo que isso implicasse dor e sofrimento, como uma forma de prepará-las para o mundo racista. Novamente, Nilma Lino Gomes (2002, p. 43) entra em cena para explicar a realidade descrita pelas jornalistas: “as experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. [...] As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo”. Essa perspectiva do que é belo no mundo capitalista se fundamenta em uma ótica racista e patriarcal, que impõe padrões de beleza eurocêntricos aos corpos negros, transformando-se em pressão estética e instrumento para o controle da aparência.

É no mercado de trabalho, sobretudo na mídia, que essas tentativas de controle da aparência se manifestam com mais frequência. Um exemplo disso está na narrativa da jornalista Maria Felipa, ao qual admite: *“trabalhei numa TV local durante uns quatro ou cinco meses e recebi algumas “sugestões” para alisar meu cabelo, sabe? Meu cabelo tá preso agora [no momento da entrevista], mas ele é cacheado e teve esse tipo de insinuação”* (Maria Felipa, 42 anos, Norte, Entrevista 2024). No mais, outras jornalistas relataram ter, sim, um certo tipo de “controle de imagem” e negociações com a própria aparência para permanecer no emprego e, possivelmente, subir cargos. A figura 19 sintetiza parte dos relatos das jornalistas:

Figura 19 – Na corda bamba da aparência: controle da imagem de jornalistas negras na mídia



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A figura acima ilustra uma das diversas violências sofridas por jornalistas negras na mídia, ao qual distribuímos de acordo com a ordem descrita pelas sujeitas participantes no exercício de suas funções no mercado de trabalho jornalístico. Na primeira situação, quatro jornalistas relataram ter recebido ordens para mudança de comportamento por parte de seus superiores, ao qual mencionam terem sido chamadas atenção para manter um “comportamento adequado” ou para “falar baixo” no ambiente de trabalho; referido aqui como “postura e comportamento”. No segundo exemplo, duas jornalistas disseram ter sofrido imposições quanto às vestimentas (roupas, calçados) e ao uso de maquiagem; ao qual denominamos de “maquiagem e roupas discretas”.

Em relação à condição “alisamento do cabelo e cortes/penteados”, duas jornalistas relataram ter recebido insinuações para alisar o cabelo, enquanto outras duas mencionaram ter sido alvo de piadas entre os colegas por adotarem cortes/penteados considerados “afros” demais. A jornalista Antonieta de Barros revelou ter sido repreendida por utilizar acessórios (brincos, colares e bottons) associados à identidade negra, em que definimos como “acessórios e padronização estética”. Como último ponto, algumas participantes indicaram que as mulheres (brancas e negras) eram orientadas a manter um “corpo adequado”; ao qual rotulamos de “pressão estética”.

Como propõe Mizrahi (2015, p. 31), “a centralidade que a aparência, a beleza e as estratégias de autoapresentação possuem para o sucesso das interações sociais conduzidas no Brasil urbano pode ser acessada por meio de uma discussão em torno do seu “silencioso” racismo”. Evidencia-se, por assim dizer, que aparência e beleza são fundamentais para a ascensão social dessas jornalistas. A normalização de certos padrões e o controle da identidade, voltado especialmente para jornalistas mulheres e/ou negras, não se restringindo apenas à raça, mas também ao sexo/gênero; permitem que os meios de Comunicação reforcem discursos baseados em estereótipos (“estereotipagem”), deixando marcas (“cicatrizes”) nessas profissionais e, de certa forma, dificultando sua autoidentificação, isto é, a afirmação de sua própria identidade e o sentimento de pertencimento às estruturas sociais (bell hooks, 2019; Kabengele Munanga, 2023).

Nessa linha de pensamento, Paula (2010, p. 133 e 136) discorre sobre os discursos midiáticos que contribuem para a marginalização identitária de pessoas negras. De todo modo, a autora explica como a mídia impõe características estéticas, culturais e sociais para “representar” o corpo negro e complementa afirmando que “os discursos das mídias apresentam às negritudes amplas formas de identificação e estilização de seus corpos, partindo de matrizes hegemônicas. [...] Não existe uma estética preestabelecida para os corpos das negritudes como

também não há uma textura/tipo único de cabelo”. Ao mesmo tempo que existe uma tentativa de adequação ao sistema hegemônico, há também uma falsa sensação de aceitação da imagem de pessoas negras na mídia.

Essa inclusão performática pode gerar um complexo de inferioridade, fazendo com que pessoas negras demorem a se perceber e a descolonizar o olhar sobre o próprio corpo. Apesar disso, quando as jornalistas negras passam a compreender quem são a partir de uma perspectiva política da beleza negra, iniciam um processo psicológico, cultural e político de adaptação emocional à própria imagem, como nos relata a jornalista Maria Odília:

Eu passei por um **período de transição**, eu **alisava o cabelo**. Aí tem uns seis anos que falei: “cansei disso, quero ser eu mesma”. Para mim isso é importante, percebi quando vi meu **crachá do trabalho** que já não me identifico mais. Quando entrei na empresa fizeram esse **crachá** e não sou mais eu. Eu era **mais nova** e com **cabelo alisado** (Maria Odília, 49 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

Como reflexão, Kabengele Munanga (2020, p. 76) analisa criticamente: “se existe um complexo de inferioridade do negro, ele é consequência de um duplo processo”, ao qual traduz: a difícil tarefa de autoaceitação e o extinto de sobrevivência. No caso da jornalista Laudelina, mesmo aceitando as imposições estéticas da mídia, como o alisamento do cabelo, para permanecer no mercado de trabalho jornalístico, ela ainda enfrenta barreiras apenas por ser negra na profissão:

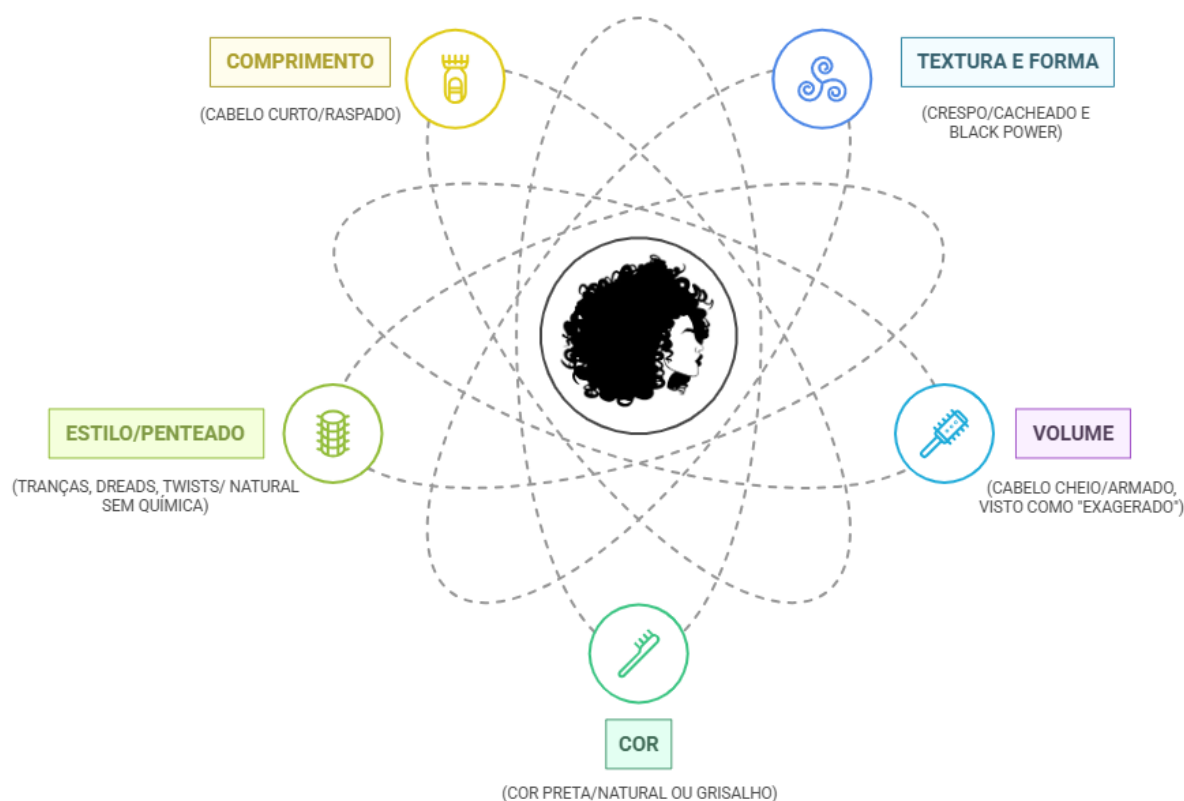
É muito importante pontuar que quando a gente fala de **colorismo**, né? O tom da **pele** e os **traços** que nos pertence, isso influencia muito. Por exemplo, se eu **alisar** o meu **cabelo** ainda sou lida como uma **mulher preta**. [...] Eu precisava estar o tempo todo atenta com isso para poder **sobreviver** e me manter na minha **profissão** (Laudelina de Campo, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024)

Sendo a Comunicação, enquanto prática profissional, um conjunto de estratégias e meios para construção jornalística que circula a informação através das notícias e impacta a opinião pública, a imagem profissional surge como parte de sua credibilidade e do componente simbólico do jornalismo. Por essas razões, a “beleza”, enquanto categoria, reforça ideais hegemônicos nas interações sociais. Essa questão de poder e representação pode ser observada, inicialmente, a partir do cabelo, já que é por meio dele que jornalistas negros(as) são apresentados como instrumento de Comunicação não verbal. Além disso, o cabelo de pessoas negras é uma afirmação cultural que, na maioria das vezes, é vista de forma negativa nos meios de Comunicação.

No desenvolvimento das entrevistas, constatamos que o cabelo se apresenta como fator determinante e que condiciona a percepção do que é considerado “belo” ou “não-belo” pelas

entrevistadas. Outros aspectos importantes a ser considerado é o tamanho do nariz, lábios e características subjetivas das profissionais negras, como os valores, crenças, contexto familiar e experiências de vida. Todas as jornalistas abordaram o tema do cabelo, inclusive aquelas com cabelos ondulados ou naturalmente lisos, ressaltando que a textura, volume, comprimento e cor funcionam como marcadores importantes no jornalismo, influenciando tanto a percepção do profissional quanto os padrões impostos. A figura 20 explica como as jornalistas são colocadas nesses espaços a partir da estética do cabelo:

Figura 20 – O cabelo como marcador estético-político no jornalismo



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Todas as cinco características citadas na figura acima, relacionadas ao cabelo como marcador estético-político no jornalismo, foram salientadas pelas jornalistas. Nesse contexto, a textura e a forma do cabelo foram os aspectos mais mencionados pelas entrevistadas, que relataram como cabelo crespos, cacheados e até estilos como *Black Power* podem ser motivo de piadas consideradas inofensivas. No ponto de vista de Kia Lilly Caldwell (2003, p. 18), “essas implicações raciais da textura do cabelo assumem um significado adicional para as mulheres negras, dado o papel central atribuído ao cabelo nas construções racializadas de feminilidade e beleza feminina”.

Com efeito, essas implicações podem gerar traumas, uma vez que o cabelo pode desenhar o formato do rosto de um indivíduo, assim como sua ausência. O volume do cabelo atua como uma moldura do rosto, o que pode suscitar reflexões sobre a própria aparência. A partir disso, surgem questões relacionadas à violência da adequação, como a necessidade de amarrar o cabelo para parecer mais arrumada e outras questões que pode parecer superficiais. Nas palavras da jornalista Dandara, observamos que as “questões com o cabelo” é uma “questão do negro”:

Porque eu tive **questões com o cabelo**, mas como a minha **família preta** também tinha **questões** e fui entendendo muito **tempo depois** que aquilo era uma tentativa de **adequação**. Acho que essa questão verbal foi a primeira vez que eu entendi essa **questão do negro** como algo que poderia ser usado como **violência** (Dandara dos Palmares, 39 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Os debates sobre o cabelo ainda persistem na internet, especialmente porque a plataforma de imagem da empresa Google passou a ser alvo de intensas denúncias por parte de ativistas e militantes negros (as), devido às pré-visualizações que apareciam no topo dos resultados ao pesquisar o conceito de “cabelo ruim” e “cabelo bom”. Ao permitir que usuários da plataforma acessassem exemplos de cabelos considerados “ruins” ou “bons”, ilustrado com pessoas negras e brancas, a plataforma acaba por reproduzir racismo contra pessoas negras e reforçar estereótipos negativos. No desenvolvimento desta dissertação, constatou-se que a situação ainda permanece. Ao pesquisar o termo “cabelo ruim”, surgem imagens de pessoas negras, assim como enunciados de “cabelo duro”, “cabelo cacheado curto” e “cabelo ressecado”⁴¹.

Reiterando o ponto de vista de Kia Lilly Caldwell (2003, p. 20) sobre as implicações raciais, “no Brasil, o conceito de cabelo ruim é associado a indivíduos que têm ascendência negra ou africana. Ter cabelo “bom” ou “ruim” também é usado como um meio de atribuir indivíduos que têm origens raciais questionáveis ou ambíguas à categoria racial “Branca” ou “Negra””. Por isso entendemos que o ato de assumir o cabelo ou qualquer parte do corpo negro que é rejeitado pelas instituições de alto poder simbólico, como a mídia, é uma forma de desafiar as práticas discursivas e estabelecer um potencial político diante do próprio corpo contra às margens que insistem em atribuir pessoas negras.

O uso de diferentes autoras negras na discussão desse subtópico é de suma importância para compreensão das políticas do corpo e faz-se necessário para afirmação da identidade negra.

⁴¹ Disponível em: <<https://lnk.dev/u6foi>>. Acesso em: 20 de Set. 2025.

A figura 21 coloca o cabelo como centro de análise da categoria “beleza” e o discute como elemento de afirmação política:

Figura 21 – O cabelo como elemento de afirmação da identidade de jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No que se refere à figura acima, observa-se como as jornalistas negras buscaram em algum momento da vida se desviar dos padrões estéticos exigidos pelo mercado de trabalho. Algumas jornalistas relataram romper com o padrão eurocêntrico do cabelo liso e enfrentar a transição capilar; outras salientaram que o processo de aceitação com a própria imagem contribuiu para o fortalecimento da autoestima no exercício profissional. Por fim, a jornalista Tereza de Benguela ressaltou que, quanto mais jornalistas negras se libertam do ideal branco, maior é a visibilidade da diversidade estética no jornalismo. Na interpretação analítica de Nilma Lino Gomes (2019, p. 23), o cabelo se destaca como “ícone identitário a partir desse processo de tensão, desde a recriação de penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro no Novo Mundo, até os impactos do branqueamento”.

Apesar disso, as jornalistas reconhecem a dor causada tanto por colegas de trabalho quanto pelas fontes, ou seja, informantes no jornalismo. Novamente, a “dor” se manifesta diretamente nas categorias “beleza”, “cicatrices” e “estereotipagem”. As profissionais relataram

sentir dor física e psicológica diante dos temas, mas admitem estar passando por uma espécie de cura emocional que não as colocam no lugar de vítimas. Mais uma vez, Kia Lilly Caldwell (2003, p. 24) nos mostra que não é apenas coincidência quando os escritos teóricos assumem esse lugar analítico com o campo empírico, afirmando que “ao reconhecer a dor e a vitimização vivenciadas por mulheres afro-brasileiras no reino da beleza, também é importante explorar como as mulheres tentam desafiar valores estéticos antinegros”.

A próxima seção vai discutir a categoria “cicatrices” que também marca as dores vivenciadas por jornalistas negras na mídia. Elencamos diferentes formas de discriminações a partir desse corpo que se apresenta no mercado de trabalho jornalístico. Além disso, dialogaremos sobre as opressões interseccionais e como a invisibilização e exclusão são percebidas pelas profissionais negras.

4.3 O corpo é descartável? etarismo, xenofobia, lesbofobia e outras “cicatrices”

Diante de todos esses temas, o debate sobre o corpo, enquanto categoria útil, é legitimado pelas vivências sociais e, por isso, carrega estigmas profundos. Outro deslocamento importante é que, assim como as categorias de gênero e raça, os conceitos de corporeidade retratam identidades, experiências e memórias em contraposição à ótica da dominação simbólica. Ao associarmos o corpo à categoria “cicatrices”, descritas por jornalistas negras, compreendemos sua centralidade como marco teórico que demanda novos repertórios. Alguns grupos de pessoas são considerados pela massificação estatal apenas como “corpos”, desprovidos de subjetividade e pertencimento, isto é, são vidas substituíveis e descartáveis dentro das políticas de controle e exclusão simbólica.

A relevância social desses problemas pode ser percebida a partir da “não existência”, essa condição apresenta riscos aos indivíduos marginalizados. Ampliando essa percepção através da filosofia pós-estruturalista de Butler (2019), observa-se que a autora argumenta como as experiências de vulnerabilidade e violações de direitos básicos, como o simples fato de estar no mundo, são transformadas em “vidas precárias” e fortalece os “corpos julgados”. Esse caráter discursivo evidencia o problema que permanece diante dos corpos negros, uma vez que eles são representados de forma estereotipadas na mídia e em outros contextos sociais com grande potencial de dominação e exclusão.

Dentro desse paradigma de não-existência, Solnit (2017, p. 92) sustenta que “há tantas formas de não existência feminina”, sob o argumento de ser impossível mensurar os obstáculos enfrentados pelo sexo/gênero feminino. Por outro lado, Jurema Werneck (2010, p. 10) salienta que, quando acrescentamos as problemáticas de gênero e raça à definição de existência e

coexistência no mundo, “as mulheres negras passam a não existir” em uma sociedade que reprime as individualidades e subjetividades do corpo. O peso das opressões interseccionais, apontadas pela autora, também ganha destaque no mercado de trabalho, sendo, portanto, um espaço que nutre preconceitos.

No decorrer das entrevistas, as jornalistas negras relataram sofrer diversos tipos de discriminação no ambiente de trabalho, ao qual já citamos algumas vezes. No entanto, são nos discursos organizacionais, ou seja, nos comportamentos dos colegas de profissão e na linha editorial da empresa em que atuam, que elas passam a perceber-se como alvos de críticas disfarçadas de racismo, sexismo e outras formas de opressão que resultam em estigmas. A figura 22 agrupa as palavras mais recorrentes entre as jornalistas que sustentam a categoria “cicatrizes”:

Figura 22 – Nuvem de palavras mais recorrentes a partir da categoria “Cicatrizes”



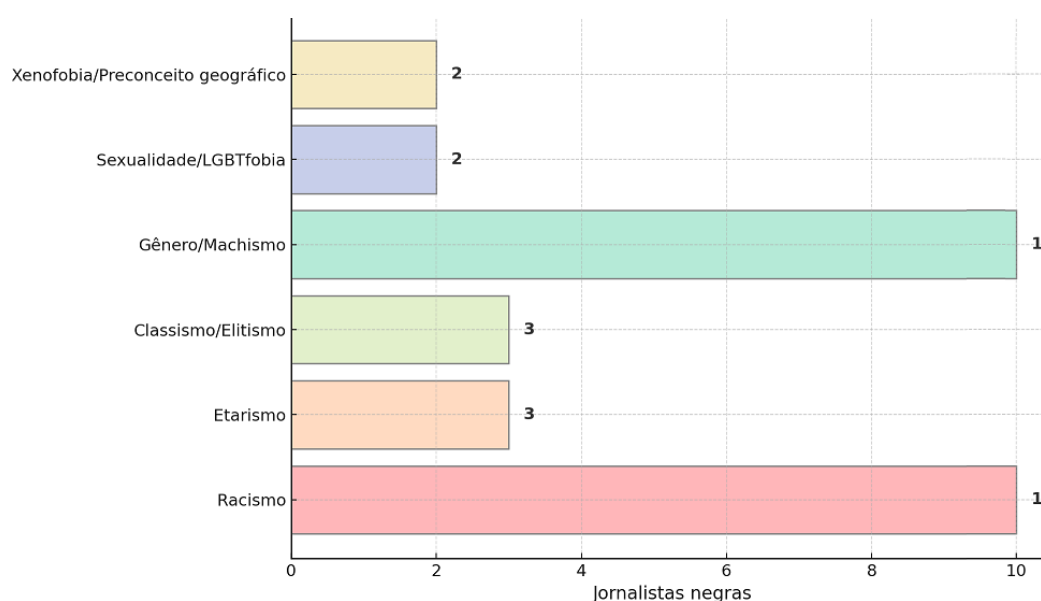
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O grupo de palavras indica a forte presença de temas como “jornalismo”, “racismo”, “sexismo”, “etarismo”, “sexualidade”, “xenofobia” e outras expressões correlacionadas com o conteúdo destacado. Durante as entrevistas, observamos que muitas jornalistas não conseguiam nomear as opressões que vivenciam no mercado de trabalho, recorrendo a termos equivalentes, como “preconceito de idade” ou “velha demais”, para se referirem ao conceito de “etarismo” e situações semelhantes.

Nas discussões apresentadas por Vieira e Cepellos (2022, p. 159), “os discursos organizacionais e de gênero/raça são literalmente escritos nos corpos das mulheres de maneiras que muitas vezes restringem suas identidades profissionais”. A raiz desse problema está nas estruturas de desigualdades que desafiam a condição de mulheres negras e trabalhadoras, provocando desgaste emocional e uma sobrecarga física e psicológica diante dessas intersecções (Biroli; Miguel, 2015). Conforme argumenta Angela Davis (2016, p. 127), à medida que o racismo cria raízes nas organizações hegemônicas, mais instável fica a situação das mulheres negras no cenário profissional”, sendo expostas a inúmeras condutas preconceituosas.

Vejamos, a seguir, os preconceitos mais recorrentes sinalizado nas falas das jornalistas e distribuídos individualmente:

Figura 23 – Preconceitos mais recorrentes entre as jornalistas (n: 10)



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O padrão de preconceitos institucionalizados se manifesta por meio das opressões de “Gênero/Machismo” e “Racismo”, visto que todas as jornalistas relataram ter sofrido algum tipo de violência simbólica diante desses marcadores sociais. Para além das dimensões de gênero e raça, três entrevistadas relataram experiências de abuso vinculadas à idade, sendo: duas profissionais acima de 40 anos que foram consideradas “velhas demais” para a profissão, enquanto uma jornalista de 29 anos foi considerada pelos colegas ser “jovem demais” para ocupar determinados cargos. Esses relatos indicam que a questão etária no jornalismo não se

restringe apenas às mulheres mais velhas, mas ultrapassa alguns critérios de idade presentes na profissão.

Em termos quantitativos, outras três jornalistas caracterizaram o mercado de trabalho jornalístico como “classista” e “elitista”, naturalizando, assim, as opressões das classes mais desfavorecidas. Nesse processo de discussão sobre diferentes formas de violência, duas jornalistas relataram ter passado por situações constrangedoras e humilhantes por conta da própria sexualidade. Além disso, mais duas entrevistadas narraram experiências de xenofobia e preconceito linguístico (insinuações relacionadas ao sotaque), embora apenas uma jornalista contextualizou o cenário. Diante dos desafios, todas as jornalistas, sem exceção, declararam sentir-se sobrecarregadas na profissão por algum motivo concreto.

Essa noção de interseccionalidade das opressões, ou seja, de que não ocorrem isoladamente, também pode ser observada na extrema desvalorização das profissionais negras no mercado de trabalho que, como salientam Biroli e Miguel (2015, p. 50), “não se resumem a uma única raiz comum de desigualdade”. Quanto à sobrecarga da mulher negra, Rabelo e Santos (2022, p. 263) enfatizam tratar-se de “outro aspecto invisibilizado que, como desdobramento desta sobrecarga, prática difusão do estereótipo da mulher negra como forte por natureza”. Nesse contexto, os subtópicos seguintes são apresentados a partir da análise e interpretação das “cicatrizes”; categoria que representa as marcas físicas, emocionais e simbólicas deixadas pelas diferentes formas de opressão na narrativa das participantes.

4.3.1 Etarismo e invisibilidade do corpo negro feminino no mercado de trabalho

O preconceito etário pode ser compreendido a partir do conceito de “corpo sócio-hierarquizado”, segundo Vieira e Cepellos (2022). As autoras explicam que o corpo, do ponto de vista sociológico, é marcado por atribuições sociais, simbólicas e políticas que determinam sua posição hierárquica. Nesse sentido, a idade torna-se um critério relevante na valorização ou desvalorização social dos indivíduos. Dependendo do corpo que se materializa, pessoas mais velhas podem ser percebidas como menos “úteis” ou, até mesmo, invisíveis, reproduzindo estereótipos físicos e cognitivos. Por outro lado, indivíduos mais jovens, muitas vezes pertencentes a grupos já marginalizados, podem ser subestimados e desqualificados em espaços de poder e reconhecimento.

Dessa forma, o corpo hierarquizado pela idade, levando em consideração uma soma de outros problemas, evidencia como as relações sociais estruturam e reforçam as desigualdades. As disparidades geracionais também se interseccionam com gênero e raça, isso porque o envelhecimento de mulheres, sobretudo negras, é percebido de forma diferente quando se trata

de homens, principalmente no mercado de trabalho, educação e/ou formação acadêmica e participação sociopolítica. Se trouxermos novamente a discussão sobre a categoria “beleza”, podemos observar que o sexo masculino é considerado “sedutor” e “charmoso”, enquanto as mulheres mais velhas tendem a ser associadas ao “desleixo” e aos “sinais de envelhecimento”.

As pessoas mais jovens, a depender dos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade que classificam esse indivíduo, podem sofrer um tipo de “etarismo reverso”, sendo frequentemente considerados inexperientes e incapazes de articular demandas em certos espaços sociais. O preconceito costuma renegar suas potencialidades e minimizar suas competências enquanto sujeito jovem (Goldani, 2010). O conceito de “etarismo” é discutido por diversos autores nas Ciências Humanas e foi cunhado pelo médico estadunidense Niel-Butler, com o objetivo de descrever o preconceito e a discriminação baseados na idade. Para o autor (1969, p. 243-244), o preconceito de idade apresenta dupla discriminação, afetando tanto jovens quanto idosos:

O preconceito de idade descreve a experiência subjetiva implícita na noção popular da diferença de gerações. O preconceito dos de meia-idade contra os velhos neste caso, e contra os jovens em outros, é um sério problema nacional. [...] O preconceito de idade também é visto em outros grupos. Os jovens podem não confiar em ninguém com mais de 30 anos; mas aqueles com mais de 30 anos podem não confiar em ninguém mais jovem.

A definição apoia-se também em outras nomenclaturas, “Idadismo” e “ageísmo”, termos que se referem ao tratamento desigual com pessoas de qualquer idade (jovem ou idosa). Na concepção de autoras mais atuais que discutem o tema, como Miranda e Ituassu (2024, p. 137), “o etarismo sempre foi negligenciado como fonte de discriminação e diferentemente de outros preconceitos, o etarismo pode atingir qualquer pessoa, [...] o sujeito passa a ser estigmatizado”. Essa negligência em torno do conceito pode dificultar o impacto que ele causa no apagamento desses corpos, embora seja identificado nos diversos contextos sociais e no mercado de trabalho. No entendimento da jornalista Maria Felipa, profissionais mais velhas são desvalorizadas no jornalismo:

Eu percebi, escutando histórias de **jornalistas mais velhas** e não apenas de **jornalistas negras**, essa questão da **desvalorização da profissão** conforme você vai **envelhecendo**, essa questão do **etarismo**. Percebi essa **precarização** dentro da **profissão** ainda como graduanda e quando entro [no mercado de trabalho] vejo que ainda tem essa **questão de gênero** e do **etarismo**, né? (Maria Felipa, 42 anos, Norte, Entrevista 2024).

Essa precarização no mercado de trabalho tem mais força quando um grupo já é discriminado, bem como a atuação de mulheres negras em qualquer exercício profissional. Esse raciocínio também é incorporado por Goldani (2010, p. 422) que argumenta como “a discriminação por idade no mercado de trabalho é mal conhecida, mas os resultados disponíveis indicam claramente a sua presença, mesmo dentro de um grupo já discriminado”. Como ênfase, a autora salienta que o preconceito etário também “ocorre nas famílias, nos órgãos governamentais, no sistema de saúde, nos mercados de trabalho assalariado e em toda a mídia e a prática revela certa estereotipagem” (Goldani, 2010, p. 413).

Segundo o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), a comunidade de jornalistas negros(as) concentra-se, majoritariamente, na faixa etária entre 26 e 60 anos de idade. Em termos etários, essa proporção se mostra relativamente equilibrada em comparação aos profissionais brancos. No entanto, os dados do relatório revelam que “há mais negros, proporcionalmente, como empregados assalariados (70,3%), do que brancos (64,3%), e, nessa mesma categoria, há mais brancos, proporcionalmente, como empregados/donos de negócio (23,7%) do que negros (16,15%)”. Além disso, outros resultados indicam que grande parte dos profissionais negros no jornalismo não consegue se aposentar exercendo a profissão.

O relato da jornalista Antonieta revela que profissionais negros(as) enfrentam dificuldades em se aposentar na profissão, já que costumam ser demitidos antes de alcançar o benefício previdenciário:

Não conheço **jornalistas negros(as)** que tenham se **aposentado** como **jornalista**, ou seja, um patamar indo da sua função. Porque, assim, sempre foi mandado embora antes. Quando você vai fazer uma análise mais estatística, você tem isso a dispor. [...] Fui percebendo que os **jornalistas aposentados**, tanto **homens** quanto **mulheres** que se **aposentavam** como **jornalistas**, eram quase todos **brancos** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Com o intuito de fundamentar essa prática, Goldani (2010, p. 420) sugere que “ser velha, feminina, pobre e negra são características que corroboram para o preconceito etário, especialmente na mídia e na sociedade brasileira”. O entrelaçamento dessas categorias de opressão, como gênero, raça e a condição etária, faz parte da lógica capitalista que marginaliza corpos em ambientes de alto poder simbólico e com grande influência social. Outro desafio associado ao tema é que a profissional negra fica desempregada e precisa buscar trabalhos temporários para conseguir sobreviver, como reforça a jornalista Antonieta: “*depois eles mandaram “os velhos” irem embora, fiquei fazendo uns freelancers*”.

Na prática jornalística, a estigmatização de profissionais negros(as), assim como os preconceitos, estereótipos e a discriminação, representa a realidade enfrentada pelos jornalistas negros(as) na profissão. A hierarquização baseada na raça e na idade é um fator que determina a desvalorização profissional, principalmente no caso de mulheres negras no mercado de trabalho. Essa normalização do racismo, do sexismo, e nesse contexto, do marcador etário pode resultar no afastamento forçado de negros(os) no trabalho. Na interpretação de Miranda e Ituassu (224, p. 138), “é possível identificar como os desafios das mulheres em relação ao etarismo abordam esferas a mais, como igualdade, aspectos da vida pessoal, equilíbrio entre trabalho e família e aparência física”.

É importante considerar que os conceitos sensibilizantes (“beleza; “cicatrizes” e “estereotipagem”), especificados nesta análise, se entrelaçam e fundamentam-se nos depoimentos das jornalistas negras. A multiplicidade de ““-ismos”, no Brasil, exige manter em mente a complexidade de intersecções”, indicando que racismo, sexismo, etarismo e outras formas de discriminação são “processos de transmissão intergeracional” (Santos; Silva, 2024, p. 66). A possibilidade de ascensão e reconhecimento no jornalismo é conferida a pessoas brancas, heterossexuais e cisgênero.

No caso das mulheres negras, elas sofrem descridibilização na profissão, seja por desqualificação acadêmica ou pela ideia hegemônica de que seus corpos não podem ascender nesses espaços, estando destinados apenas à dominação. Nas palavras de Laudelina, jornalista mais jovem desta pesquisa, ela precisa provar sua competência para ocupar determinados espaços, mesmo sendo doutoranda na área da Comunicação:

Eu sou uma **mulher jovem** e isso também **desqualifica** quem eu sou. Sou uma **mulher jovem e negra**, então, as pessoas acham que não tenho **experiência** ou que **não sou capaz**. [...] recentemente, inclusive, no trabalho anterior que eu estava... eu vi isso. Entrei para substituir uma pessoa que estaria se **aposentando** e era uma **mulher branca**, daí você imagina... uma **pessoa branca** que está se **aposentando** na **profissão** e que ficou cerca de trinta anos naquela função. Uma cara **branca**, de **classe média e idosa** e, de repente, você é uma **mulher negra**, com vinte e poucos anos, com mestrado e doutorado em andamento e tem que se afirmar para as pessoas dizendo: “olha, eu consigo fazer meu trabalho apesar da minha pouca idade e apesar de ser uma **pessoa preta**”, sabe? O tempo todo ter que **provar** isso (Laudelina de Campos, 29 anos nordeste, Entrevista 2024).

Numa sociedade racista e patriarcalista, “essa forma de discriminação pode se manifestar de várias maneiras e afetar indivíduos em diferentes estágios de suas carreiras. [...] Assim como o racismo e o sexismo, o etarismo envolve preconceitos, estereótipos e discriminação, mas é direcionado especificamente para grupos de diferentes faixas etárias” (Pereira e Santos, 2024, p. 32). A concentração de poder político e simbólico na mídia leva

jornalistas negras a internalizar a culpa pela ausência de longevidade e ascensão profissional no mercado jornalístico. Esses fatores refletem a dor vivida por essas profissionais, presente em diversos sentidos: na tristeza de não se sentir suficiente, na falta de oportunidades e nas portas fechadas, como ressalta a jornalista Antonieta:

Tem horas que fico **triste**, né? Eu acho que se por um lado a **militância** me fortaleceu muito. Por outro, ela **fechou** muitas **portas**. Acho que tive um teto de vidro que me impossibilitou muito de ter uma **ascensão profissional**. Sendo **negra**, não se tem uma **longevidade** dentro das **redações** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

No debate teórico, essa condição social é frequentemente apresentada como um “problema mundial crescente”, capaz de desencadear outras dimensões no corpo-político, ou seja, nas relações sociais que determinam poder, controle e marginalização (Hanashiro; Pereira, 2020). Nos subtópicos seguintes, serão apresentadas outras formas de discriminação e opressão simbólica dentro do jornalismo, dando continuidade às análises deste capítulo.

4.3.2 Racismo e xenofobia na prática jornalística: “a cota do Norte e Nordeste”

Na elaboração discursiva de Faustino e Oliveira (2021), a noção de xenofobia não se baseia apenas à raça e à etnicidade, mas possui uma conotação pejorativa em relação ao estrangeiro, ao diferente e/ou estranho. Os autores atribuem o termo a partir do “conceito localizado”, isto é, enraizado na experiência dos indivíduos e enfatizam a importância do fenômeno por meio das relações sociais que se estabelecem. Ainda conforme Faustino e Oliveira (2021), o “conceito localizado” integra o território e as implicações sociais e raciais que nele se interagem. Nesse contexto, as dimensões raciais e geográficas se intersectam, reproduzindo estereótipos locais em que os indivíduos são automaticamente percebidos como inferiores por pertencerem a determinados lugares.

Como problematização, Faustino e Oliveira (2021, p. 194) indagam: “como conceitualizar a relação entre xenofobia e racismo?”. Em resposta, os autores apresentam um termo que associa os preconceitos de raça e regionalismo, sendo, portanto, o “xeno-racismo”, que, de maneira mais direta, definem como “novo racismo”. Sob esse ângulo, Vieira (2022, p. 8 e 10) contextualiza a xenofobia, considerando também sua intersecção com a raça, como “um preconceito que quando praticado pode desencadear diversos tipos de violências, [...] contra quem nasceu em um lugar diferente do seu (de outra cidade, de outra região, de outra cultura, etc.), geralmente associado ao racismo”.

No depoimento da jornalista Esperança Garcia, ela relata que seus colegas de trabalho no mercado jornalístico a tratavam com indiferença por ser nortista e por ter buscado ascensão profissional no Sul do país. A jornalista afirma ter sido diminuída na profissão e ter enfrentado experiências cruéis relacionadas às opressões de gênero, raça e xenofobia:

Quando fui trabalhar em outro **jornal**, senti que o **preconceito** comigo era por ser de **Porto Velho**. Sentia muito isso, mas soube dar uma mudada. Eu não pensava nisso como penso hoje, né? Mas já me sentia daquela forma, sabia quem eu era e como me viam. Achava péssimo isso das pessoas que chegavam de fora e eram **discriminados** ali. Me **diminuíam** por eu ser de lá [do Norte do país], por não ter estudado fora para fazer faculdade. [...] Lembro de um dia que falaram assim: “você são o **peessoal lá de cima**” e eu falei “de cima de onde, gente? Eu não moro em árvore, vocês não podem dizer que moro em cima”. Eu prestava atenção que tudo era diferente comigo, ali tinha muita questão de **gênero** e de **raça**, mas a **xenofobia** foi **cruel** comigo (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024).

A fala da jornalista, afirmando: “sabia quem eu era e como me viam”; revela sua compreensão de que a intersecção entre gênero, raça e territorialidade configura a desumanização de mulheres negras. Esperança acrescenta que percebia como o tratamento com ela era diferente e como era descredibilizada no exercício da profissão por ser negra e oriunda de outra região. Em diversos momentos, ela exemplifica situações xenofóbicas vivenciadas no ambiente de trabalho e comenta que chegou a ser apelidada de “cota do Norte e Nordeste” pelos colegas de redação. Conforme exposto no trecho a seguir:

Um dia chegou um email de um **jornalista** que era de **Manaus** e ele falou: “a **cota do Norte e Nordeste** já tá preenchida”. [...] Outras vez fui gravar uma pauta e lá encontrei um colega que era do **Pará**, daí a assessora do lugar que trabalho falou assim: “olha, é engraçado. Eu tenho uma amiga formada na UFSC que não consegue emprego. Você chegou lá do **Norte**, eu não sabia que lá tem faculdade e já tá **empregada**”. Eu não soube nem o que responder, demorou a processar o que eu ouvi (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024).

A caracterização de mulheres negra oriundas de outras regiões, fora do eixo Sul-Sudeste do Brasil, reforça estereótipos de inferiorização de povos excluídos dessa noção de “cultura nacional”. A palavra “cota” é empregada de forma pejorativa e, nesse sentido, o rótulo de “cota do Norte e Nordeste” sugere que essas pessoas são vistas como exóticas e, ao ocuparem determinados espaços, estariam ali por um “favor” e não por competência. Em muitos casos, essa deslegitimação associa o Norte e Nordeste ao atraso e à pobreza, desqualificando não apenas o trabalho realizado, mas também estigmatizando a identidade dessas pessoas.

Tais insinuações se fundamentam e se materializam por meio da mídia e das representações culturais, tendo em vista que a maior parte dos rádios e jornais está vinculada a emissoras de TV concentradas em São Paulo e Rio de Janeiro ou a grandes conglomerados de

mídia da Região Sul, ambos reconhecidos nacionalmente. Quando questionada sobre como atuar e se afirmar no mercado jornalístico enquanto mulher negra e nortista, a jornalista responde:

Eu aprendi que a gente tem que **se conhecer** primeiro, né? Se conhecer para poder **se impor** nesses **lugares** e agir de forma mais assertiva. Sabe ser colocar, se **valorizar** e ocupar seu **lugar**. Da questão de ser **mulher**, ser **negra**, ser do **Norte** e estar vivendo no **Sul**... eu acho que a gente deve **impor respeito**. Dizer para o outro: “olha, daqui tu não passa!”. **Respeita** meu **sotaque**, **respeita** o que **falo**. Não se calar e não aceitar o ato de **racismo** do outro (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024).

Apesar das múltiplas formas de controle e das diferentes formas de discriminação e violência sofridas por jornalistas negras no jornalismo, observa-se que elas buscam afirmar-se no ambiente de trabalho como sujeitas detentoras de direitos e impor respeito enquanto profissionais negras. No trecho citado, Esperança Garcia relata que seu sotaque e a forma como pronunciava as palavras era motivo de piadas e, mesmo diante de tanto dor, ela aprendeu a lidar com essas situações de “maneira assertiva”. Com o objetivo de abarcar a categoria “cicatrices” nos casos de xenofobia no mercado jornalístico, Bento (2024, p. 28) analisa criticamente como a população parda, especialmente da Região Norte, ao migrar para outros estados, sofre humilhação a partir da sua cultura e é “associada ao racismo fenotípico, gerando xenofobia no mercado de trabalho brasileiro”.

É importante considerar que diferentes formas de preconceito também se associam ao racismo fenotípico, interrompendo o direito de existir de determinados grupos já marginalizados. A próxima subseção abordará sobre a desvalorização profissional no jornalismo a partir da perspectiva da lesbofobia.

4.3.3 Lesbofobia e negação da legitimidade: intersecções e memórias de dor

Nesse contato direto com as narrativas de duas jornalistas negras sobre casos de lesbofobia no mercado de trabalho, observa-se a presença de dois fatores que contribuem para compreender o fenômeno como tendência de investigação: 1) o receio das próprias profissionais em falar sobre o tema, tendo em vista que apenas uma delas aceitou abordá-lo; enquanto a outra preferiu mudar de assunto; 2) a escassez de estudos sobre lésbicas no ambiente de trabalho, diferentemente de outras formas de opressão discutidas nesta dissertação (Caproni Neto, Bicalho, 2017). No campo jornalístico, as assimetrias de gênero e sexualidade marginalizam mulheres negras cotidianamente, retratando-as como corpos disponíveis, atrelado à hiperssexualização e erotização.

Para abarcar esse debate político, que envolve disputas de controle e negação da legitimidade, apoiamo-nos inicialmente no levantamento de Caproni Neto e Bicalho (2017, p. 250), notando que “os estudos sobre lésbicas no ambiente de trabalho são escassos, a maioria das pesquisas brasileiras que envolvem homossexualidade, trabalho e organizações se dedicam aos homossexuais masculinos”. Isto significa que o tema, dentro do cenário proposto, é pouco abordado ou retratado de forma limitada, restringindo-se às dimensões de sexo/gênero e sexualidade, enquanto o racismo institucional é desconsiderado.

A identidade lesbiana rejeita as normas de gênero e as expectativas sociais; por esse motivo, abrange uma dimensão social que gera tensão tanto na experiência individual (autoimagem) quanto na relação com o corpo social (pertencimento a grupos). A complexidade dessa identidade estigmatizada é ainda acompanhada de estereótipos sobre a feminilidade e as políticas de visibilidade. Considerando tal problemática, mulheres negras são marginalizadas, invisibilizadas e estigmatizadas, no sentido mais amplo da violência simbólica, tendo sua legitimidade negada por meio de experiências de dor e sofrimento no mercado de trabalho.

Como observado por Caproni Neto e Bicalho (2017, p. 250), “a experiência de mulheres lésbicas seria diferente pelas especificidades associadas ao machismo e ao heterossexismo, bem como devido aos estereótipos que são construídos em torno delas”. Um segundo componente de experiências negativas vivenciadas por mulheres lésbicas no mercado de trabalho relaciona-se ao cruzamento de raça e classe, como salienta a jornalista Luísa Mahin:

A minha primeira **experiência profissional** foi muito **violenta**. Sofri muito **racismo**, **classismo** e também sofri **lesbofobia**. As **opressões interseccionais** são muito **pesadas**, a gente sempre é atravessada por essas **opressões** de formas diferentes. A **lesbofobia** pegou muito pesado comigo nessa primeira experiência, foi **terrível**. [...] Por incrível que pareça, a minha vida era menos **desconfortável** quando eu não nomeava e não conseguia pertencer a mim mesma e me autodeclarar enquanto **mulher negra**, **mulher lésbica** e **mulher periférica** (Luísa Mahin, 31 anos, nordeste, Entrevista 2024).

As opressões interseccionais, mencionada pela jornalista, se manifestam através do desconforto de ser mulher negra, periférica e de assumir a própria sexualidade em estruturas sociais que naturalizam as dominações simbólicas e recriminam a diversidade sexual dos indivíduos. Em outras palavras, ser lésbica e negra no mercado de trabalho, especialmente na mídia brasileira, provoca consequências práticas como exclusão social e marginalização profissional. Além disso, essas mulheres são frequentemente percebidas como “desumanas”, “sujas” e “depravadas”, bem como objetificadas sexualmente.

Nos arranjos teóricos que compreende a análise crítica da lesbofobia na sociedade heterossexual, Wittig (2022, p. 11 e 53) interpreta que o mercado de trabalho “não oprime apenas lésbicas, ele oprime diferentes/outros, oprime todas as mulheres (negras, amarelas e brancas) que estão na posição de serem dominadas. [...] porque o sujeito lésbico está além das categorias do sexo, compreende termos políticos e ideológicos”. Os padrões de autoridade, quase que paralelamente, são intensificados pelos distintos estigmas e por seus traços identitários (Venturi; Bokani, 2011). Quando as opressões se cruzam, torna-se difícil identificar a violência sofrida, fazendo com que a experiência seja mais confusa para quem a vivencia.

No mais, “lésbicas negras são inseridas de forma subordinada à hegemonia do homem branco, burguês e heterossexual que, no exercício de seu poder, cria uma imagem social que afeta diretamente as conformações do mercado de trabalho” (Santos Luz, 2011, p. 128). A realidade de jornalistas negras e lésbicas na profissão é marcada por impasses e armadilhas, devido às imagens distorcidas que seus colegas passam a ter delas e, nesse contexto, encontram-se em total desespero diante da ausência de pertencimento. A jornalista Luísa Mahin situa o contexto como uma “experiência violenta” e relata uma situação que ocorreu com ela e sua esposa:

No início era muito **confuso**, porque eu não sabia se era uma **crítica** ao **meu trabalho** ou era o **meu lado pessoal**. Depois fui entender que era **político** e era **racismo**. Vou trazer uma situação que me atravessou e eu tenho conseguido enfrentar depois de muito tempo, foi uma **experiência violenta**. O que aconteceu foi que eu fui cobrir um evento e comecei a ser **maltratada** por minha **chefe**, ela não facilitava meu trabalho e me tratava de forma **ríspida**. No final desse evento, ela me viu com a minha **esposa** e ficou extremamente **incomodada**. **Era lesbofobia?** Até hoje não sei, essa história me **magoa** demais. Eu só tinha vontade de **chorar**. Quem tem **poder** e fica **acima** de nós, é difícil **reagir**. A gente tem que **pagar conta** e tem que **bancar a profissão**, não é simples (Luísa Mahin, 31 anos, nordeste, Entrevista 2024).

Trata-se de uma verdadeira condição política de existência, na qual a falta de reconhecimento se mistura com a necessidade de “bancar a profissão”. No pensamento crítico de Audre Lorde (2019), escritora negra e ativista interseccional, as narrativas do sangue negro se conectam e sustentam-se na dor de existir no mundo. Para Lorde (2019), a existência negra carrega um peso indescritível, o mais doloroso possível, desamparando mulheres negras e lésbicas:

Essa dor é antiga, essa indiferença, esse desprezo. Não admitimos sentir, porque, se o fizéssemos, teríamos de admitir a falta, e também a dor da falta, tão persistente e debilitante. [...] Por que ser julgada? Quando o mundo avançou contra mim com cara de reprovação? Mulheres negras são temperadas no fogo da sobrevivência e estão cansadas; mulheres negras e lésbicas já não aguentam mais o desemprego e os ataques de ódio baseados em gênero (Audre Lorde, 2019, p. 211 e 214).

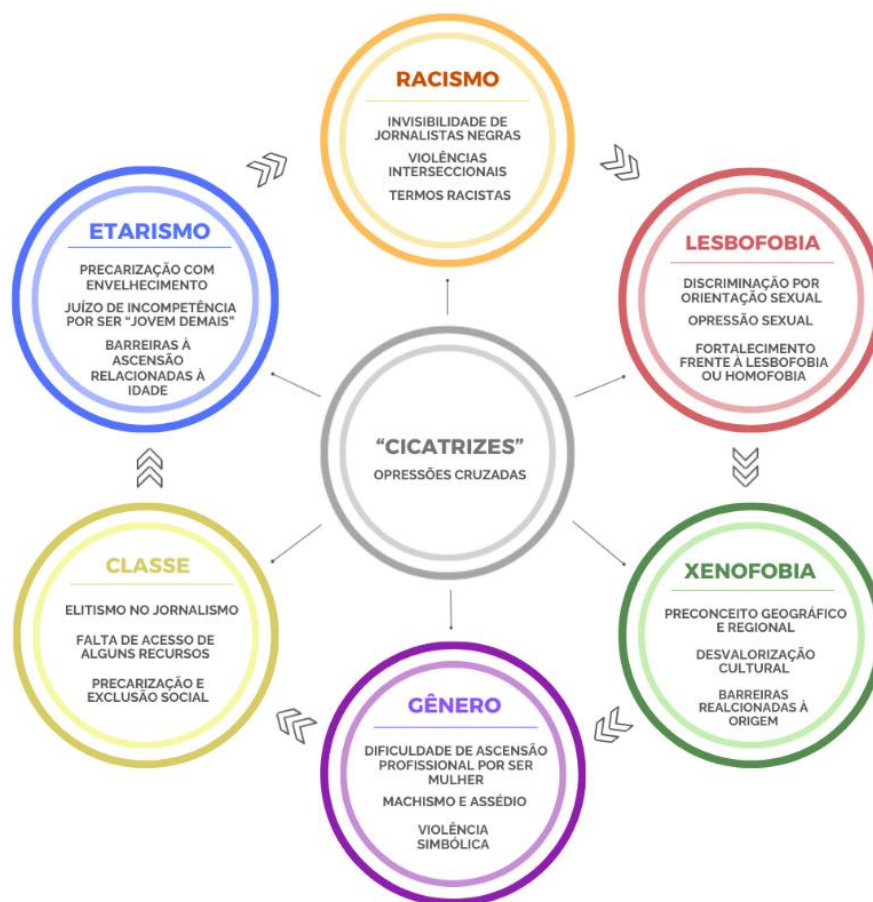
As palavras de Audre Lorde (2019) evidenciam múltiplas formas de violência, fundamentadas no sofrimento existencial de mulheres negras e lésbicas diante do peso simbólico e social, destacando os fatores de gênero, raça e sexualidade como elementos de luta política. No jornalismo, é preciso admitir existência para além das opressões interseccionais e estabelecer novas possibilidades, mesmo curando-se de outras cicatrizes.

4.3.4 Outras cicatrizes: múltiplas violências nos espaços midiáticos

Ao debater diferentes formas de opressão no mercado jornalístico, entendidas como uma articulação ideológica que exclui pessoas negras e como um conjunto de práticas que estabelece divisões raciais no trabalho; compreendemos que racismo e sexismo se intersectam em todas as formas de violência discutidas neste capítulo. Um dos caminhos considerados na transformação dos dados empíricos em categorias emergentes e, posteriormente, em conceitos sensibilizantes (“beleza”, “cicatrizes” e “estereotipagem”) foi a análise das evidências relacionadas à condição racial e de gênero na Comunicação e no Jornalismo, tomando como base o recorte geográfico, a faixa etária e a sexualidade.

Do ponto de vista teórico, a interseccionalidade é aplicada para compreender as desigualdades a partir de uma análise crítica, que mostra como categorias sociais e formas de opressão não operam isoladamente, mas se combinam nas experiências dos indivíduos em diferentes contextos de pesquisa (Kimberlé Crenshaw, 2002). Nesta dissertação, buscamos compreender os dados e identificar, nas experiências das jornalistas negras, as categorias sociais mais recorrentes (Charmaz, 2009). Na categoria “cicatrizes”, nos propusemos a colocar as opressões cruzadas no centro, conectando-os aos aspectos de gênero, raça, classe, idade, sexualidade, origem, mostrando que diferentes violências simbólicas e preconceitos se combinam. A figura 24 exemplifica nossa discussão:

Figura 24 – Mapa interseccional das “cicatrices”: as opressões que marcam as experiências de Jornalistas Negras

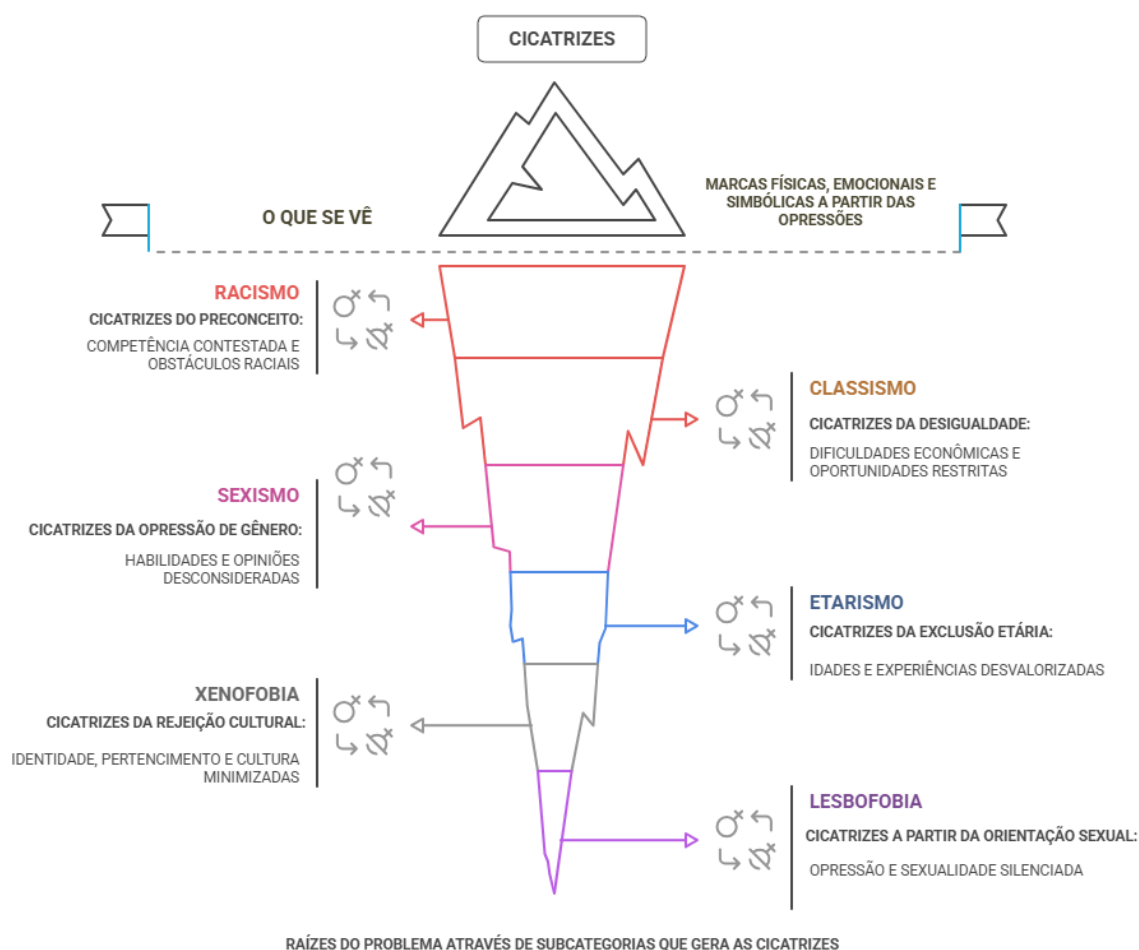


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nesse ponto, a análise considerou as intersecções presentes nos relatos, relacionando-os ao contexto da mídia brasileira e às categorias emergentes padronizadas. Em todos esses temas, as jornalistas relataram sofrer cotidianamente opressões no espectro de gênero-raça. Embora a figura 24 apresente quatro categorias sociais adicionais, além de gênero e raça, como: etarismo, xenofobia, lesbofobia e classe; optamos por não aprofundar a análise no marcador social de “classe”. Isso porque, ao longo das entrevistas, as jornalistas não detalhavam essa categoria como faziam com as demais, mencionando-a apenas de forma geral, como um “ambiente elitista” e comentando sobre a luta de permanecer nesses espaços sendo da periferia.

Em última análise, o que buscamos analisar por meio da categoria “cicatrices”? A figura 25 ilustra, de forma dinâmica, essas cicatrizes para além do visível, identificando marcas físicas, emocionais e simbólicas causadas pelas opressões:

Figura 25 – O que se vê e o que está por trás das “cicatrices”: etarismo, xenofobia, lesbofobia e outras violências



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quando nos referimos às “cicatrices do preconceito”, enxergamos como resultado do racismo na profissão, propondo interpretar as competências questionadas e as barreiras raciais enfrentadas pelas jornalistas negras. Em relação às “cicatrices da opressão de gênero”, destacadas na figura como “sexismo”, o objetivo foi evidenciar o silenciamento de profissionais apenas por serem mulheres negras. Quanto às “cicatrices da rejeição cultural”, buscou-se ressaltar a identidade e a cultura como aspectos de desumanização da profissional. No que diz respeito às “cicatrices da exclusão etária”, procurou-se aprofundar a compreensão sobre como a idade e experiência são desvalorizadas no mercado de trabalho, dependendo do corpo que se apresenta.

No desenvolvimento de “cicatrices a partir da orientação sexual”, debruçamo-nos sobre a identidade sexual invisibilizada de uma das jornalistas, considerando que outra preferiu não abordar o tema. Por último, destacamos a “cicatrices da desigualdade”, procurando evidenciar as barreiras econômicas e as oportunidades restritas às jornalistas vindas de contextos

periféricos. Essa categoria de depoimentos sobre a classe não detalhado pelas jornalistas, mas elas fizeram questão de mencionar o jornalismo como um espaço segregador e elitista, ressaltando a necessidade de permanecer nele.

Como no caso da jornalista Maria Firmina (36 anos, Região Norte) que afirma: *“eu não sabia diferenciar as opressões, porque era negra e da periferia. Associava a qualquer outra coisa. O jornalismo é extremamente elitista”*. Ou quando a jornalista Luísa Mahin (31 anos, Nordeste) relata: *“eu fazia o possível para estar nesses lugares para ascender na vida”*. Percebe-se que ambas não abordam diretamente a condição de classe, mas mencionam elementos que se conectam e contribuem para a reflexão do cenário.

4.4 Muito além do estereótipo: a realidade de jornalistas negras na mídia

Colocando-se como exemplo, Dussel (2012) compreende a questão do sujeito a partir de um deslocamento da filosofia eurocêntrica para uma perspectiva periférica, centrada nos sujeitos oprimidos. Para o autor, perguntas como “quem pode ser considerado sujeito?” e “como a subjetividade é reconhecida ou negada?” redirecionam a crítica filosófica para uma perspectiva decolonial ética. O sujeito, nesse sentido, se apresenta ao mundo como um ator político, e a filosofia deve emergir da realidade dos marginalizados, configurando o que Dussel (2012) chama de “filosofia da libertação. Aplicando essa perspectiva à análise das jornalistas negras, entendemos que a sua existência na mídia brasileira, historicamente excludente, deve ser considerada como central para a produção de novos conhecimentos acerca dos aspectos de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros.

Nesse contexto, a categoria “estereotipagem” possibilita compreender não apenas como as profissionais negras são inseridas nos espaços jornalísticos, mas também como percebem a si mesmas no exercício da profissão, revelando as interações entre subjetividade, opressão e violências simbólicas. Para o sujeito negro, permanece marcado o consenso social que associa determinados traços, comportamentos e papéis sociais a conotações negativas, que alguns autores definem como “estereótipos” (Muniz Sodré, 2023; Beatriz Nascimento, 2022; Neusa Santos Souza, 2021). Ao mesmo tempo, observa-se um esforço contínuo das estruturas de dominação em representar de forma distorcida as experiências individuais e coletivas de grupos historicamente marginalizados, incluindo mulheres, pessoas negras (homens e mulheres, povos originários, comunidades periféricas, LGBRTQIAPN+ e todos aqueles que se situam fora da normal dominante.

Nas palavras de Zanella, Fiuza e Costa (2015, p. 239), o “conceito de estereótipo como construção social está fortemente arraigada na consciência, constituinte do mundo simbólico e

que escapa ao controle da razão” e, conseqüentemente, os estereótipos “sustentam a desigualdade e a relação de poder hierárquica entre os gêneros e raças, reafirmando os valores sociais e constituindo espaços privilegiados em uma certa formação identitária”. Sob a ótica da filosofia analítica, a realidade das jornalistas negras vai muito além do estereótipo, em que, de fato, a elas são atribuídas funções injustas, antiéticas ou até imorais, mas a situação se torna ainda mais grave quando essas profissionais enfrentam preconceitos, discriminação, desumanização e opressão estrutural, evidenciando a institucionalização da violência simbólica.

Para reforçar, Zanello; Fiuza; Costa (2015, p. 239) sugerem que “o sofrimento e o funcionamento narcísico do sujeito são mediados e constituídos por valores de gênero e raça” e, no contexto sociopolítico desta pesquisa, a autoestima e autoimagem das jornalistas negras são fortemente influenciadas pelas visões negativas e limitadoras do Outro. Ou seja, a maneira como essas profissionais se percebem na profissão reflete a forma como já são vistas pelo mercado jornalístico, podendo resultar em episódios de racismo, sexismo, sabotagens e reprodução do patriarcalismo. Os trechos das entrevistas de Antonieta e Tereza evidenciam esse fato:

Era muito **racismo**, o tempo todo. Tinha muitas **brincadeiras misóginas, racializadas** e tal. Quando eu cheguei na **redação**, durante muitos anos fui secretária para **sobreviver**. Então quando eu chego na **redação** como me vestia na época, né? **Vestido e turbante**, isso em 1985. Então, era **turbante, cabelo de trança**... e eles já me viam **diferente**, sabe? Às vezes acontecia do **material** que eu mandava para levar para a gráfica e não chegava até a gráfica e de repente o **material sumia**. Acontecia isso quando eu era secretária, eu fazia uns negócios e sumia... [...] o cara vinha e me dava o maior **esporro** dizendo que ia atrasar o avião, isso porque os **jornais** depois de um determinado horário iam para ser distribuído no Brasil. Com isso, a página atrasava e a minha impressão atrasava, porque a minha página do **jornal** não tava lá. O pessoal da faxina ou o office boy me ajudavam a procurar e achava o material dentro da gaveta de alguém, então assim, era **boicote** o tempo todo. Ser **negra na redação** é isso, olhar para você e já fazer uma leitura de que não é para você está ali. O nosso **mercado** é muito complexo e também não alivia o fato de você ter uma **chefe mulher**, né? Eu tive na **reportagem**, cheguei a presenciar a chefe de reportagem que personificava o **patriarcado** (Antonieta de Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

Ainda tem muito **machismo** na **redação**, sabe? Eu já percebi isso, vejo essa **questão de gênero**. Quando eu estava na chefia e precisava contratar uma pessoa e a discussão era: “fulana acabou de **casar** e ela vai querer ter **filhos**, logo ela vai pedir licença. Então não contrata fulana (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

O que se pode afirmar é que os conceitos sensibilizantes propostos nesta pesquisa, a partir das categorias emergentes de “beleza”, “cicatrizes” e “estereotipagem”, se interligam e formam um mosaico de experiências conflituosas nos espaços midiáticos. Na narrativa de

Antonieta (66 anos, Sudeste), destacam-se palavras-chave que orientam nossa análise, como “brincadeiras racializadas”, “sobrevivência”, “boicote”, “diferente”, permitindo compreender que as categorias sociais de gênero, raça, classe e outras não existem isoladamente, mas se intersectam em torno do que chamamos de “questões”, ou seja, problemáticas sociais e políticas.

Na perspectiva de Rago (2013), os episódios vividos são um caminho, uma forma de entender a existências de pessoas marginalizadas na sociedade e, sobretudo, um desejo de memorizar experiências, libertar-se das amarras do passado e redesenhar o futuro. É nesse sentido que Alinia (2015, p. 2334 e 2340) reflete sobre a função do pensamento feminista negro nesses contextos sociais que “expõe a maneira como a dominação é organizada e opera em vários domínios de poder, [...] pois aborda questões-chave na sociedade humana”. Algo semelhante ocorre na comparação entre profissionais negras e brancas no jornalismo, na qual a matriz de dominação daquele espaço julga os valores de competência e, novamente, reproduz estereótipos sobre o corpo negro:

É o tempo todo as pessoas **comparando** se você tem tanta **competência** quanto aquela pessoa, sabe? Se você tá pronta o suficiente quanto aquela pessoa e era visível esse tipo de comparação, porque existe todos os **estereótipos** possíveis de você ser uma **mulher negra, jovem** e ser comparada com uma **mulher branca** (Laudelina de Campo, 29 anos, Nordeste, Entrevista 2024)

O movimento das jornalistas negras, sujeitas de estudo, ao narrar episódios de racismo, sexismo e misoginia como padrões de comportamento no jornalismo, enfatiza que os estereótipos estão enraizados nos corpos negros no mercado de trabalho. No entanto, são as violências simbólicas que reforçam a perpetuação dessas situações, como mencionado anteriormente. Conforme relata a jornalista Maria Felipa, outra ocorrência recorrente nos setores administrativos do jornalismo é a falta de apoio diante de denúncias de cunho racial, o que provoca problemas psicológicos e faz com que muitas profissionais se sintam desprotegidas, percebendo a profissão apenas como uma necessidade financeira:

A **questão racial** é um teto de vidro, né? Você tem dificuldade para **ascender na carreira**, também tem a questão de gênero. Tem muito **assédio moral** também, teve algumas situações que tentaram reverter pois estavam me **assediando moralmente** e tinha essa questão de **fundo racial** também. A **diretora na época** tentou reverter isso como se eu tivesse criando algum tipo de **problema no setor** e cheguei a responder um **processo administrativo disciplinar**, isso me marcou muito e me levou a ter **crises de ansiedade generalizada, crises de pânico, de depressão**. Eu me mantenho nesse serviço porque sou eu quem **sustenta** a minha casa sozinha e tenho uma **mãe idosa** que depende de mim, então me mantenho lá (Maria Felipa, 42 anos, Norte, Entrevista 2024).

Na atualidade brasileira, o mercado de trabalho, em todas as suas esferas, está marcado por situações que afetam a saúde mental dos profissionais, gerando problemas psicológicos decorrentes das condições que enfrentam. Quando a jornalista Maria Felipa relata que esse episódio foi particularmente marcante, resultando em crises de ansiedade, pânico e depressão, observa-se que a questão racial e de gênero, junto a outros fatores já mencionados, contribui para intensificar a complexidade da problemática. Nesse sentido que Figaro (2018, p. 582 e 586) reconhece que “a mulher jornalista sofre a discriminação e a dominação no trabalho, tal qual a maioria das mulheres no mundo. Mas são as mulheres negras que têm menos oportunidade no jornalismo e as piores experiências no mercado de trabalho”, acrescentando que, “para manter o emprego, sabe-se que se deve aceitar a submissão e a dominação”.

4.4.1 *“Tá, mas cadê a repórter?”: a dúvida como forma de violência simbólica*

Dissemos anteriormente que a violência simbólica, juntamente com situações explícitas de estereotipagem sobre o corpo negro, é determinante para condicionar o sujeito(a) negro(a). Nesse sentido, também podemos destacar que a dúvida ou desconfiança baseada na aparência física, em relação a qualquer pessoa que se apresenta como profissional, neste caso, as jornalistas, mesmo integrando um veículo de Comunicação, já evidenciam que o racismo não depende de insultos diretos. O simples dato de se duvidar da capacidade ou da função de alguém em razão do corpo que se apresenta já constitui uma forma de racismo. De forma crítica e reflexiva, Rosane Borges (2025, [n.p.]) explica certos acontecimentos, pois “uma vez que mulheres negras foram aprisionadas em lugares que as alijaram da coisa pública, são subtraídas o tempo todo”

A radicalização que reduz mulheres negras ao nada, mesmo quando elas se afirmam como “jornalistas” ou ocupam qualquer profissão cujo imaginário social privilegia determinados corpos, nos leva entender o pensamento de Figaro (2018, p. 576) sobre a importância da interseccionalidade para compreender as margens, visto que “permite entrelaçar os diferentes aspectos da exploração e da discriminação, mostrando suas sobreposições e, mais ainda, permite recolocar os movimentos de mulheres no cenário político”. Esse tipo de reflexão se manifesta nas falas das jornalistas desta pesquisa, ao relatarem o desmerecimento que vivenciaram enquanto repórteres negras, especialmente ao realizar entrevistas com fontes majoritariamente brancas:

Eu agendava uma **entrevista** e chegava para realizar a **entrevista**, me apresentava para a secretária do local e quando eu chegava para falar com **entrevistado** ele falava: “**tá, mas cadê a repórter?**” e eu respondia dizendo ser eu a **repórter** e ele dizia: “eu

não sabia que podia [ter repórter negra]” [...] Como já escutei do tipo: “ué, mas o que você fez para chegar onde chegou?”, no início eu dava umas **respostas** bem **abusadas**, né? Aí depois, só respondia que tinha feito faculdade de jornalismo e consegui um estágio e, a partir dele, tinha trabalhado e mostrado serviço. Já chegaram a me perguntar se eu **sabia escrever** nomes direito, foi esse o nível (Antonieta Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

No caso da jornalista Hilária Batista, a situação de racismo e as dúvidas sobre ser jornalista ocorriam cotidianamente, inclusive a caminho do trabalho:

O **problema** era quando eu pegava táxi, não tinha Uber ainda, para ir para o meu **emprego**. Lá no meu serviço é um prédio gigante e quando a gente parou com o carro, o taxista me perguntou: “**ah, tu trabalha aí?**”. Eu dizia que “sim”, ele me perguntava: “**o que tu faz aí?**” e eu respondia dizendo que era **repórter** e ele disse assim para mim: “**repórter de verdade?**”. Eu disse: “**olha, que eu saiba não existe repórter de mentira**”. Já aconteceu várias vezes das pessoas me questionarem se eu era **estagiária**, eu já sendo formada há muito tempo. Perguntavam como eu tinha conseguido meu emprego ali, se eu já conhecia alguém dali de dentro. As **pessoas duvidavam** muito. Sendo bem sincera, achavam que eu tinha **dormido com alguém** para conseguir algum cargo, né? (Hilária Batista, 34 anos, Sul, Entrevista 2024)

Conforme argumenta Cida bento (216, p. 169), “negros das mesmas condições que brancos não costumam ter as mesmas oportunidades, os mesmos tratamentos”. O desmerecimento profissional não ocorre apenas pela dúvida sutil relacionada à aparência, mas também pela maneira como a profissional é tratada no ambiente de trabalho. Muitas jornalistas relataram ser a “única profissional negra” e, por esse motivo, são isoladas e subestimadas. O trecho a seguir mostra como colegas de trabalho deslegitimam mulheres, expressando um espanto disfarçado de encantamento quando a jornalista confirma, de fato, sua competência profissional:

Profissionalmente, já ouvi frases como: “**nossa gente, ela é negra e escreve bem**” ou “**ela é negra e é inteligente**”. Na empresa que trabalho, por exemplo, não tem **negros**. Hoje, sou a **única**. Eu sou a **chefe de reportagem**, mas sou “**a negra**”. [...] Nunca esqueci do dia que meu chefe, não vou citar nomes, falou assim: “**você é pretinha, mas você é boa**” (Maria Odília, 49 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

Para Tressie Cottom (2016), o ato de pessoas negras relatarem suas experiências vividas e, no momento narrativo, conseguirmos, enquanto pesquisadores(as), relacioná-las com outras falas e exemplos, já mostra como os relatos de identidades negras se entrecruzam porque machucam. É uma dor compartilhadas, mesmo que essas pessoas não se conheçam, carregam consigo a marca de pertencer a grupos desprivilegiados. Podemos observar a interpretação da autora no trecho da jornalista Antonieta de Barros, que se refere também como “a única mulher negra” no ambiente de trabalho, evidenciando o motivo de tristeza e sofrimento:

Às vezes, você ter **conhecimento** é uma **barreira** e uma **arma** apontado para você, mas é essencial. É difícil? É. Dá **tristeza**? Dá. Então, assim, dói? **Dói**, mas dá um orgulho [a entrevistada chora emocionada ao lembrar] Aí eu vou para **militância**

negra também que eu o que me sustentava dentro de uma **redação comercial**, porque eu era a **única mulher negra ali** (Antonieta Barros, 66 anos, Sudeste, Entrevista 2024).

A situação é mais frequente do que se imagina, pois outras jornalistas negras ressaltaram ser a “única negra” no jornalismo. A título de exemplo, a jornalista Luisa Mahin (31 anos, Nordeste) salienta: *“tive que me compreender, porque estava naquele espaço e sofria muito o que outras mulheres não sofriam. Até que percebi que eu era a única mulher negra daquele lugar”*. Outra consideração relevante, que se conecta com as discussões sobre aparência e etarismo nesta pesquisa, é a descridibilização de jornalistas negras que estão envelhecendo na profissão. Nas palavras da jornalista Esperança Garcia, “a imagem conta muito”:

Teve muitas situações de **menosprezo**, todos os absurdos sofri aqui [Santa Catarina]. Fontes sem noção que **desacreditam que sou jornalista**, sabe? Eu chegava numa entrevista e não esperavam que eu era a **repórter**. Outra coisa, tem um ano que tô deixando meus **cabelos brancos**, imagina chegar lá desse jeito. Não sei como vai ser, porque eu sentia muito na cara do entrevistado que imagina receber uma pessoa diferente. A **imagem** conta, a **imagem da jornalista** conta muito (Esperança Garcia, 51 anos, Sul, Entrevista 2024)

Sob essas circunstâncias, Cida Bento (2016) alega que o grupo racial negro é deslegitimado em qualquer esfera da sociedade, sendo, portanto, julgados através do corpo que se apresenta. Além disso, a autora discute como pessoas negras trabalhadoras são constantemente submetidas a provações e, nesse raciocínio, as realidades se conectam por conta dos tratamentos desiguais. Acrescenta-se que, no mercado de trabalho, ainda é comum que pessoas negras sejam reduzidas a apelidos, questão que será discutida no subtópico a seguir.

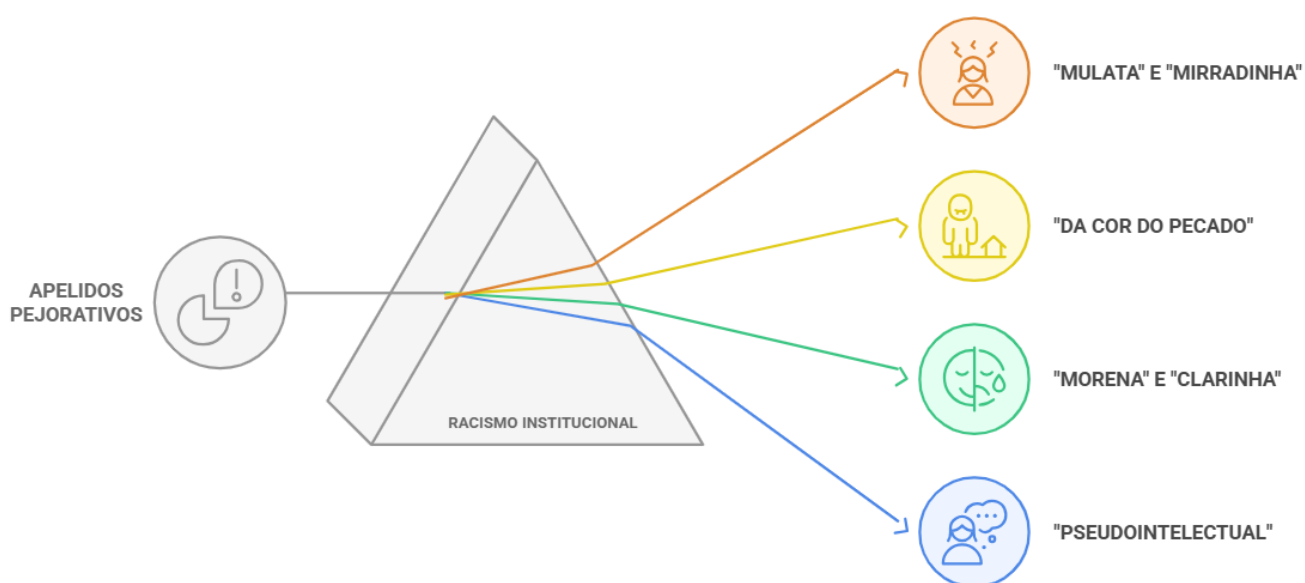
4.4.2 Quando o estereótipo deslegitima: apelidos que apagam corpos negros

Como amarração teórica, recorreremos ao conceito de “olhar social”, formulado por Bourdieu (2020), entendido como a maneira pela qual os sujeitos sociais interpretam, julgam e classificam a realidade de outros sujeitos. Esse olhar não é neutro e carrega valores sociais que recaem, especialmente, sobre corpos situados em posições de subalternidade. Nesse sentido, os “apelidos pejorativos” também são compreendidos como uma forma de violência simbólica, isto é, um “olhar social verbalizado” que busca produzir estigmas e reforçar estereótipos. Dessa forma, Bourdieu (2020) introduz a noção de “corpo-percebido”, para se referir ao corpo que é alvo de julgamentos e rótulos, sendo marcado e definido a partir do olhar do outro.

Nesses arranjos, Bourdieu (2020, p. 111) associa esse comportamento à dominação masculina, afirmando que ele “constitui as mulheres como objeto simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito coloca-las em permanente estado de insegurança

corporal, ou melhor, de dependência simbólica”. No caso das jornalistas negras, os apelidos pejorativos geram situações de constrangimentos e diante dos colegas e, nesse contexto, funcionam como uma forma de hipersexualização misógina dirigida a mulheres negras, sendo instrumentos de violência dentro do racismo institucional. É possível destacar alguns desses apelidos, de cunho sexual e, em alguns casos, que sugerem inferiorização intelectual. A figura 26 apresenta esses apelidos direcionados às jornalistas negras:

Figura 26 – Apelidos pejorativos direcionados às jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Observa-se, na figura acima, que os apelidos pejorativos se constituem no âmbito do racismo institucional e, conforme os relatos das jornalistas, transformam-se em estigmas dentro do mercado de trabalho. O depoimento da jornalista Luísa Mahin (31 anos, Nordeste) evidencia os efeitos sofridos por mulheres negras em relação ao olhar social: *“cheguei a ouvir essa expressão: “da cor do pecado” e já fui tratada de forma hipersexualizada diversas vezes”*. Da mesma forma, a jornalista Tereza de Benguela relata como o mercado de trabalho trata mulheres negras como objeto sexual:

No **mercado de trabalho** já aconteceu várias vezes de a pessoa não chamar seu nome e falar alguma coisa nesse sentido, sabe? Tipo: “a **mulata** não sei o quê” ou “**morena** não sei o quê”. E eu sempre falava: “olha, pode me chamar pelo meu **nome**, eu tenho **nome**! Quando eu comecei a **trabalhar na redação**, ela era majoritariamente de **homens velhos**. Lembro que tinha eu e uma outra colega de **mulheres**, mas o resto eram todos **homens**. Então tinha muita essa coisa de achar que pode falar certas coisas,

sabe? De maneira geral, os **homens** veem muito a **mulher negra** como um **objeto sexual**, né? De olhar pra gente e se achar no direito de comentar seu **corpo** ou alguma coisa assim, me incomodava muito esse negócio de “**da cor do pecado**”. **Pecado** de quem, né? Isso é o mínimo que tô falando aqui, mas tem outras coisas **piores**. Nas **redações** tem muito essa **questão da sexualização**. Eles fazem isso, né? A loira é burra, a **negra é quente** (Tereza de Benguela, 50 anos, Centro-Oeste, Entrevista 2024).

Buscando compreender a situação descrita, fundamentamo-nos, mais uma vez, no argumento de Bourdieu (2020, p. 114) apontando que “[...] diante das brincadeiras sexuais, as mulheres muitas vezes não têm outra escolha senão a de se excluir, ou de participar, pelo menos passivamente, para tentar se integrar, expondo-se, então, a não poder protestar se forem vítimas de sexismo ou de assédio sexual”. No mais, argumentamos que a inferiorização intelectual também integra os apelidos pejorativos dirigidos às jornalistas negras. Nesse sentido, a jornalista Dandara dos Palmares relata que foi necessário afirmar sua intelectualidade, enquanto profissional negra, para se posicionar no jornalismo:

As pessoas me **apelidavam** de “**pseudointelectual**” e aquilo me incomodava, eu não sabia o porquê. Depois de muitos anos que entendi que aquele “**pseudo**” era de maneira **pejorativa**. Daí que comecei a abraçar a minha **intelectualidade**, mas eu vivia nessa **situação de incômodo**. Acho que isso resume muito sobre **ser negra no jornalismo**, sabe? (Dandara dos Palmares, 39 anos, Sudeste, Entrevista 2024)

Observa-se, na fala de Dandara, como o uso do termo “pseudointelectual” opera como estratégia para desqualificar a atuação da jornalista em seu ambiente de trabalho. Esse relato dialoga com a afirmação da jornalista Maria Odília no subtópico 4.4.1 (“*Tá, mas cadê a repórter?*”: a dúvida como forma de violência simbólica), quando ela recorda ter ouvido de colegas expressões como “*ela é negra, mas é inteligente*”. Tal construção revela a persistência de um imaginário em que a negritude é associada, de maneira estigmatizante, à limitação intelectual. Por esse motivo que ao longo desta seção, buscamos analisar a categoria “estereotipagem” relacionada às jornalistas negras.

Observamos que todas as categorias emergentes, isto é, os conceitos sensibilizantes, apresentam uma análise interpretativa que fundamenta os dados obtidos. Procuramos elucidar o significado desses dados e sua contribuição empírica para o desenvolvimento da discussão geral. Com base nisso, adotamos uma interpretação crítica, integrando conceitos de diferentes áreas de forma interdisciplinar, a fim de sustentar as implicações emergentes até a teorização final.

4.5 Da análise à teoria: propondo a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo

No estudo de Chadarevian (2011) sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho, o autor propõe-se a quantificar e ranquear tais desigualdades por meio de um índice de hierarquização racial, no qual as variáveis ocupacionais oscilam entre grupos de brancos e não brancos, tanto no mercado de trabalho quanto na elite econômica. Estudos de caráter quantitativo como este são fundamentais para embasar pesquisas qualitativas, como a presente dissertação, pois fornecem um coeficiente lógico para compreender as desigualdades ocupacionais e destacar a forma como a justiça distributiva deve atuar nesses espaços. Além disso, como enfatiza Chadarevian (2011, p. 283), “os cientistas sociais são unânimes em constatar a existência de desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil”.

Nesse caminho, a teoria de Goffman (1981a) sobre os estigmas em indivíduos desprivilegiados como marcas sociais, serve para fundamentar os achados desta pesquisa. Ao longo da análise e interpretação dos dados, identificamos três conceitos sensibilizantes, que denominamos de categorias emergentes a partir da “beleza”, “cicatrizes” e “estereotipagem”. Esses elementos reforçam a proposta de Goffman (1981a; 2002) sobre a “manipulação de imagens deterioradas”, como o próprio autor argumenta.

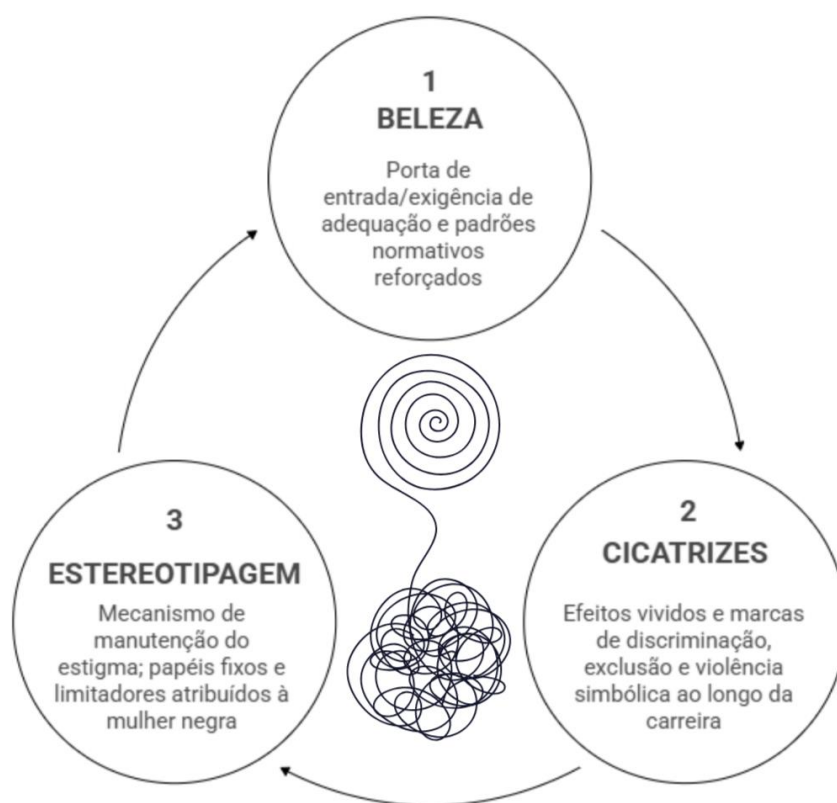
Ao combinarmos os conceitos de “Estigma”, a partir de Goffman (1981a); “Interseccionalidade”, para compreender o fenômeno observado, sob a ótica de Kimberlé Crenshaw (1991; 2002), Patricia Hill Collins (2015) e Lélia Gonzalez (2020); e “Mídia e Raça no Brasil”, com base nos estudos de Sueli Carneiro (1995; 2023), Rosane Borges (2015; 2019), Nilma Lino Gomes (2002; 2019), entre outras autoras; é possível demonstrar como os resultados respondem à seguinte pergunta de pesquisa: “como as jornalistas negras se veem no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, considerando os desafios enfrentados diante do contexto de gênero e raça”.

Para abrir esta discussão, agrupamos as categorias emergentes a partir das narrativas das sujeitas de estudo, que indicam, potencialmente, fatores determinantes das disparidades de gênero e raça no mercado jornalístico. Observamos, ainda, a ocorrência de outras formas de violência simbólica, como etarismo, xenofobia e lesbofobia, o que permite compreender melhor o contexto em que as jornalistas estão inseridas. Essa organização dos conceitos sensibilizantes facilita na identificação das diferentes opressões no jornalismo e possibilita fundamentar o diálogo entre os resultados encontrados e a literatura existente nas diversas frentes temáticas.

Nesse sentido analítico, optamos por elaborar uma espiral da estigmatização interseccional, na qual apresentamos as categorias emergentes em movimento contínuo, cujos

efeitos se retroalimentam, formando uma dinâmica complexa em que múltiplas dimensões sociais, como gênero, raça, classe e outras opressões, se cruzam e se articulam. Ainda de acordo com Goffman (1981a), o estigma é ligado as expectativas de poder, sendo assim, surge da interação social entre os sujeitos. Por esse motivo, todo e qualquer processo que desvie do padrão social dominante passa ser visto, inerentemente, como negativo. A figura 27 evidencia esse comportamento:

Figura 27 – Espiral da estigmatização interseccional: categorias em movimento contínuo



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Interessa-nos, com a figura acima, ilustrar como os conceitos sensibilizantes, categorizados nesta pesquisa, compõe um espiral cujo ponto central é o estigma. Na concepção teórica de Goffman (1981a), o estigma é uma marca social que descredibiliza um indivíduo por causa de algum atributo, ou seja, uma característica notável de uma pessoa percebida (ser-percebido)⁴² pelos outros como algo negativo. Essas denominações atribuídas a determinados

⁴² Assim como salienta Bourdieu (2020) sobre o conceito de “ser-percebido” através do “olhar social” em que o indivíduo é visto, julgado e deslegitimado através de outros olhares. Outro aspecto relevante é que os conceitos

grupos emergem das interações sociais (Bourdieu, 2020; Dussel, 2012). Nesse sentido, compreendemos o fenômeno social que envolve jornalistas negras a partir de dois tipos de interação: 1) reações externas: expressas em julgamentos e comentários maldosos de colegas de trabalho relacionados à aparência e à construção de estereótipos; e 2) reforço de estigmas: manifestações de preconceitos e críticas que reiteram papéis de dominação atribuídos às mulheres negras.

Goffman (1981a), posiciona-se no sentido de que, na sociedade e, neste caso no contexto histórico racista, os preconceitos são socialmente construídos em torno do corpo negro e se estabelecem por meio de três elementos: 1) estigma: marcado como uma característica social negativa que desvia os padrões dominantes e visa à exclusão de certos grupos; 2) atributos: características percebidas pelos outros, como cor da pele, olhos, textura do cabelo, idade, nodo de falar ou traços étnicos; e 3) estereótipos: generalizações sobre um grupo, ou seja, interpretações sociais que avaliam o(a) sujeito(a). De forma objetiva, “um estigma é, então, um tipo de relação entre atributo e estereótipo (Goffman, 1981a, p. 7).

Em diálogo com as ideias do autor, fundamentamos a análise identificando dois estigmas presentes nos nossos dados sobre as jornalistas negra, sendo: 1) estigma da aparência (“beleza”): abrange pressões estéticas relacionadas à norma branca hegemônica, incluindo experiências desde a infância, como rejeição, críticas e insultos, no qual se observa a partir da interseccionalidade, tendo em vista que essas opressões se cruzam com raça, gênero, idade e outros fatores; e 2) estigmas profissionais (“cicatrices” e “estereotipagem”): barreiras no ambiente de trabalho que afetam a carreira e o reconhecimento no jornalismo, cujo impacto também é intensificado pela interseccionalidade na mídia.

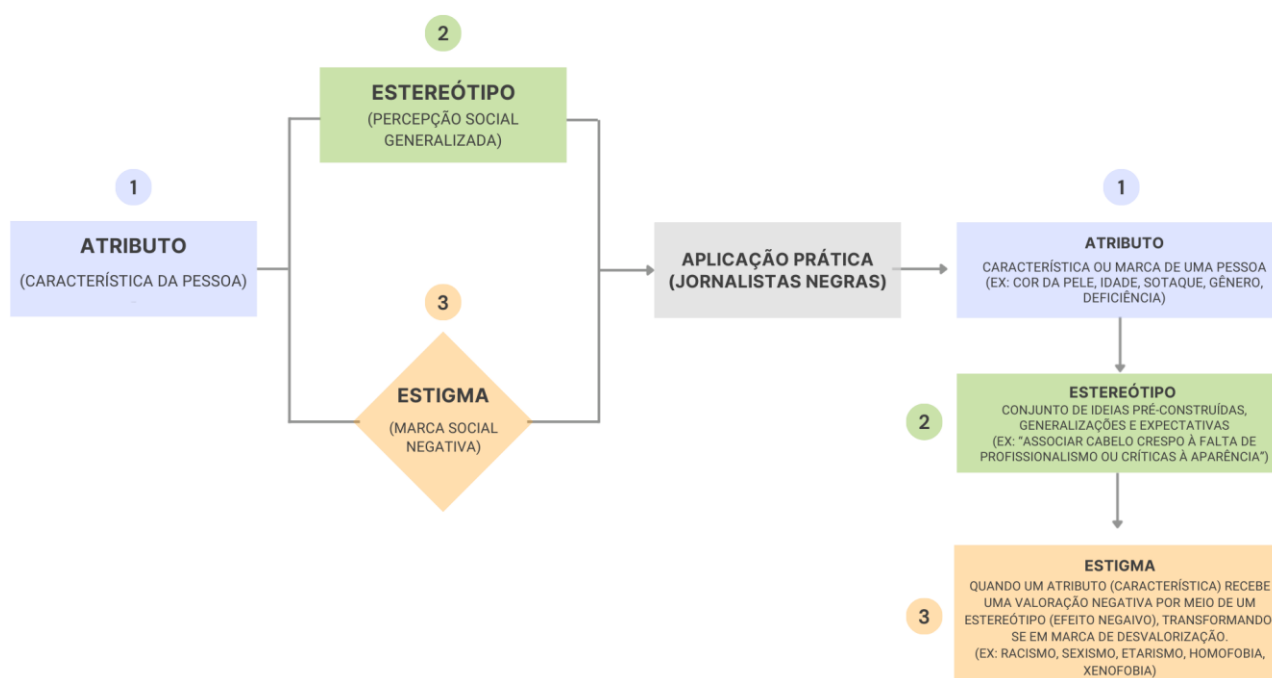
É importante afirmar que essas abordagens teóricas, a partir dos estudos de Goffman (1981a; 2002), explicam como múltiplos marcadores sociais interagem para produzir estigmas complexos. Ao analisar o cenário estudado sob a perspectiva da estigmatização do sujeito, isto é, como as jornalistas são marcadas negativamente por características específicas, como os problemas relacionados à “beleza”, à criação de “cicatrices” e ao processo de “estereotipagem”, que impactam oportunidades, reconhecimento e autoestima das jornalistas negras. Nesse contexto, a interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1991), discute

utilizados para fundamentar nossos achados, de alguma forma, se conectam; seja no campo da sociologia, filosofia ou antropologia. Por esse motivo, a repetição deles se faz necessária. Além disso, optamos por não apresentar todos os conceitos que sustentam nossos achados de uma única vez, observamos no decorrer da análise a necessidade de apresentá-los por partes e ir reconhecendo o que os dados querem falar no momento certo.

sobre como a desvalorização, exclusão e preconceito se cruzam, gerando formas específicas de opressão às profissionais negras no jornalismo.

Na aplicação prática sobre as jornalistas negras, sob as perspectivas dos estigmas com base em Goffman (1981a) e nas políticas de interseccionalidade desta pesquisa (Kimberlé Crenshaw, 1991), apresentamos um esquema visual que ilustra como atributos, estereótipos e estigmas se aplicam ao fenômeno de investigado. A partir desse esquema, é possível aprofundar a compreensão do cotidiano dessas profissionais:

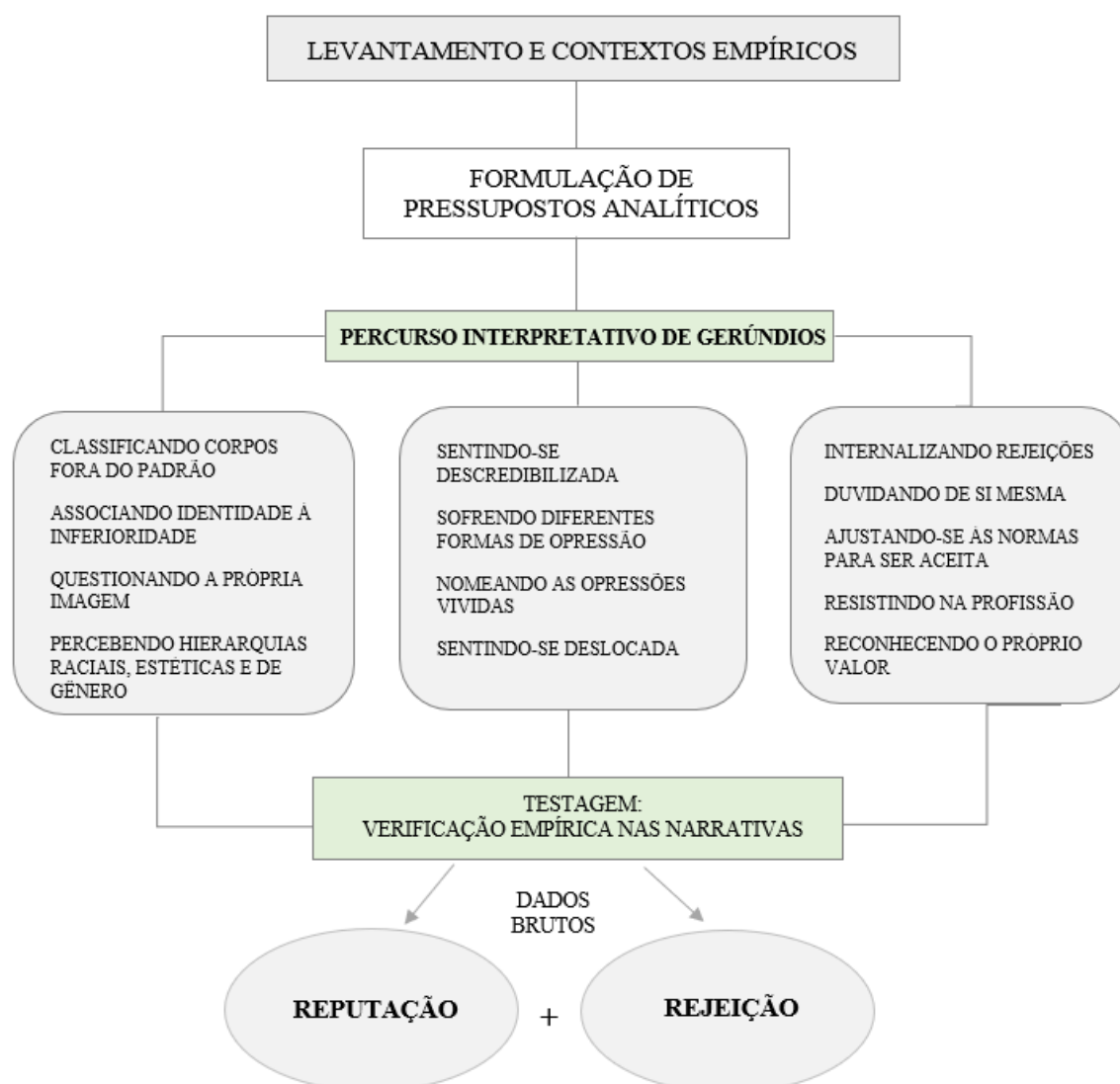
Figura 28 – Esquema visual dos conceitos de Goffman (1981), mostrando a relação entre atributo, estereótipo e estigma no contexto das jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das concepções teóricas de Goffman (1981), 2025.

Para compreender nossa proposta de teorização final, recorreremos às concepções da Teoria Fundamentada de Charmaz (2009), aprofundando-nos no conceito de estigma em Goffman (1981a), já discutido anteriormente. A partir disso, realizamos um levantamento dos pressupostos analíticos dos dados por meio do agrupamento teórico com base nos gerúndios, recurso metodológico indicado por Charmaz (2009) para interpretar os dados e sua dimensão ligado ao cotidiano das jornalistas. Após diferentes etapas de testagem empírica das narrativas, chegamos ao esquema representado na figura 29, que sintetiza o percurso interpretativo desde os dados brutos até a construção analítica final:

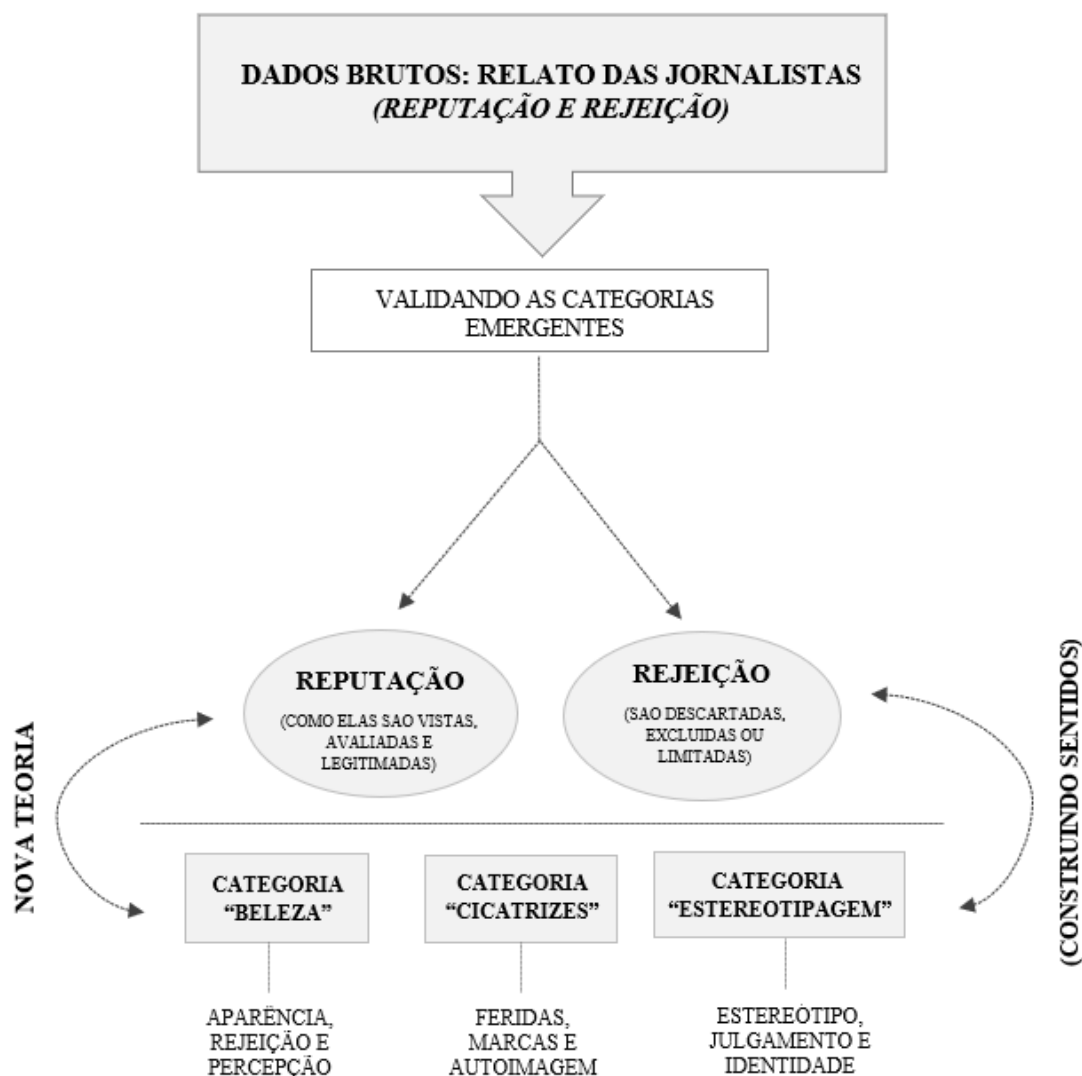
Figura 29 – Agrupamento teórico a partir dos gerúndios no cotidiano das jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na testagem empírica, identificamos, ao longo do percurso interpretativo, narrativas que situavam as sujeitas participantes entre a “reputação” e “rejeição”. A reputação corresponde à dimensão pública da estigmatização, ou seja, a forma como elas são vistas, avaliadas e deslegitimadas, conforme discutido anteriormente. Já a rejeição aparece como consequência direta desse processo, revelando como as jornalistas negras são descartadas, excluídas ou limitadas no exercício da profissão. Na figura 30, relacionamos os dados brutos às categorias emergentes, com o objetivo de construir uma nova teoria e gerar novos sentidos interpretativos:

Figura 30 – Processo analítico dos dados brutos à teoria: reputação e rejeição na estigmatização de jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O processo analítico dos dados brutos permitiu realizar um refinamento teórico, etapa final da Teoria Fundamentada Construtivista, que identificasse problemáticas recorrentes e sustentasse nossa proposta a partir das narrativas de jornalistas negras na mídia. A figura 31 ilustra todo o percurso até aqui, mostrando como a teorização final se conecta com as opressões interseccionais, os conceitos sensibilizantes e os cenários delimitados.

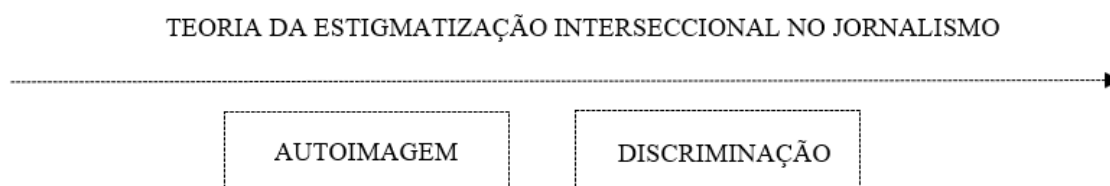
Figura 31 – Refinamento teórico teorização construída a partir das narrativas de jornalistas negras



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Esses cenários são: 1) Mídia: dupla exigência de performance por ser mulher negra e estereótipos narrativos; 2) Experiências profissionais: desvalorização profissional e violência simbólica; 3) interações sociais: reações externas e reforço de estigmas; e 4) autoimagem: identidade e pertencimento e autopercepção e autoestima. Outro ponto identificado foi que as sujeitas participantes experienciaram diversos tipos de violência, incluindo sabotagem, humilhação e exclusão, enquanto atuavam como jornalistas. Além disso, relataram abertamente a sensação de ser desacreditada na profissão e de dor e tristeza diante dessas situações.

Cada categoria emergente revelou a forma como as jornalistas negras se percebem no exercício da profissão. Na categoria “beleza”, observou-se que as participantes relataram experiências relacionadas à própria imagem. Já a categoria “cicatrices” evidencia diferentes formas de opressão, sendo que a denominação da categoria já expressa o sentimento de ser jornalista negra no contexto jornalístico. Por fim, na categoria “estereotipagem” nota-se que os estereótipos direcionados aos corpos negros contribuem para que as jornalistas se percebem negativamente dentro da mídia, uma percepção reforçada pelos colegas de trabalho, seja em razão da idade, do local de origem ou da sexualidade. A figura 32 reforça nossa proposta teórica:

Figura 32 – Teorização geral das categorias emergentes

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Podemos teorizar a forma como as jornalistas negras se enxergam na profissão a partir da proposta teórica da estigmatização interseccional no jornalismo, sendo, portanto, a marginalização em relação a própria identidade em que os estereótipos envoltos nos aspectos de gênero e raça marcam e recriminam a existência do corpo negro feminino em ambientes, majoritariamente, brancos, ao qual pode ser caracterizado como os estigmas dos condenados (ver capítulo 2 e 3). Não obstante, é possível identificar certa re(existências) por parte das jornalistas negras a partir do posicionamento e enfrentamento diante das discriminações, visto que a própria realidade escancara a sub-representação na Comunicação brasileira.

5 APONTAMENTOS PARA O FUTURO: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

*[...] regenerada ao pronunciar essas palavras,
perfeitas para a minha alma de mulher negra,
só me resta recomeçar.*

(Françoise Ega)

Enfatiza-se, por fim, a importância de analisarmos a construção de gênero, raça e, sobretudo, identidade nos espaços midiáticos. Uma vez que a desigualdade racial e de gênero se encontra, de fato, institucionalizada nos meios de Comunicação, torna-se primordial abranger a inserção de jornalistas negras como centro de análise (Kimberlé Crenshaw, 1991; Chadarevian, 2011; Patricia Hill Collins, 2020). Nesse sentido, as considerações finais evidenciam o peso do gênero e da raça nos espaços midiáticos, bem como o reforço da estigmatização no corpo negro feminino. Observa-se, ainda, que as jornalistas são frequentemente percebidas no mercado de trabalho através de estereótipos, sendo alvo de diversas violências simbólicas que vão além do gênero e da raça, como etarismo, xenofobia, lesbofobia e, em alguns contextos, classismo.

Essas violências desencadeiam diferentes formas de opressão interseccional, como sabotagem, humilhação, exclusão e silenciamento, apenas por serem negras e atuarem na profissão. Além disso, compreendemos que, ao narrar o cotidiano jornalístico, essas mulheres encaram a realidade através da palavra “dor”. Durante as entrevistas e na fase de análise dos dados, observou-se que muitas falavam abertamente em sentir “dor física e emocional” ao tocar em determinados assuntos. Nesse ponto, observamos também que algumas jornalistas relatavam sentir reações involuntárias no corpo, como arrepios, ao mencionar as situações de violências. Outras comparavam a entrevista a uma “sessão de terapia”, por nunca encontrarem alguém que realmente as escutasse.

Houve, inclusive, um momento em que uma jornalista relatou sentir dor de cabeça ao revisitar acontecimentos do passado. A jornalista Antonieta de Barros foi a única a chorar durante a entrevista, mas as demais também demonstraram profunda tristeza diante das violências vivenciadas dentro da prática jornalística. Cabe acrescentar que algumas sujeitas participantes mencionaram realizar estratégias pessoais, como participar do Movimento Negro Unificado ou de Sindicatos, na busca por romper paradigmas e conquistar reconhecimento no mercado de trabalho, especialmente quando compreendemos a mídia como espaço de representação e de fomento à debates público e à opinião pública.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo, construída a partir do arcabouço metodológico da Teoria Fundamentada Construtivista (2009). A teoria busca compreender como jornalistas negras experienciam e negociam múltiplas formas de opressão em seu cotidiano, com ênfase na estigmatização do corpo negro, especialmente na mídia. Ela articula os achados sobre estigmas sociais, interseccionalidade de gênero, raça, classe e outras categorias, e o papel do jornalismo como espaço de representação que, muitas vezes, invisibiliza pessoas marginalizadas.

Compreende-se, ainda, que essa proposta teórica ressalta as experiências de profissionais negras e como elas são atravessadas simultaneamente por gênero, raça e outras categorias sociais, produzindo estigmatizações específicas. A teoria possibilita compreender o fenômeno de forma interdisciplinar, articulando conhecimentos da área da Comunicação, antropologia, sociologia e filosofia. Assim, a Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo oferece um instrumento analítico para pensar a presença de mulheres negras nos espaços midiáticos e a urgência da produção científica que dialogue com as opressões interseccionais.

No campo dos estudos em Comunicação, esta pesquisa desencadeou reflexões que viabilizam a produção de significados acerca da temática no exercício da profissão, entre elas: a) a retomada da memória para compreender o presente e pensar no futuro; b) a percepção de si enquanto mulher negra no cotidiano profissional; e c) a consciência diante dos obstáculos enfrentados na profissão. A Teoria da Estigmatização Interseccional no Jornalismo, proposta nesta pesquisa, pode servir como instrumento analítico em estudos futuros, permitindo compreender o fenômeno das mulheres negras na mídia, identificar as opressões interseccionais e analisar como outras mulheres negras se percebem e se posicionam nesses espaços.

Com isso, observa-se alguns apontamentos para futuras pesquisas a partir desta proposta de teoria, como: 1) estudos comparativos entre jornalistas negras; 2) análises interseccionais mais amplas; 3) estratégias de resistências dessas profissionais; 4) pesquisas de recepção que ajudam a compreender como o público percebe a presença de jornalistas negras; 5) Mapeamento das pioneiras no jornalismo brasileiro; e uma infinidade de outras aplicações que surgiram durante o desenvolvimento desta dissertação, sempre mantendo mulheres negras no centro da análise.

EPÍGRAFES

- ACIOLI, Socorro. **Oração para desaparecer**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- EGA, Françoise. **Cartas a uma negra**. São Paulo: Todavia, 2021.
- EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.
- NGOMANE, Mungi. **Ubuntu todos os dias: eu sou porque nós somos**. 1 ed. São Paulo: BestSeller, 2022.
- RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SMITH, Zadie. **Dentes brancos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.
- TUTU, Desmond. **Deus não é cristão e outras provocações**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.
- ZHANG, Jenny Tinghui. **As quatro vidas de Daiyu**. Tradução: Lígia Azevedo. Porto Alegre: Tag Livros, 2024.

REFERÊNCIAS

- ACESSO CIDADES. Diagnóstico de acessibilidade e mobilidade com enfoque de classe, raça e gênero de Novo Hamburgo. Brasília: WRI Brasil, 2023. 118 p. Disponível em: <<https://www.redus.org.br/acesso-cidades/biblioteca/pasta/cb33c5cb-55a1-461c-ae47-e5c85dcb85bc>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Você é escravo intelectual de qual corrente**. Instagram, 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C1VhObypTmh/>>. Acesso: 14 fev. 2024.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs). **Mídia, Representação e Democracia**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.
- ALINIA, Minoo. On Black feminist thought: Thinking oppression and resistance through intersectional paradigm. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 13, p. 2334-2340, 2015.
- ALVES, Michely da Silva; BUENO, Thaísa Cristina. A passos lentos: pesquisas sobre jornalistas negras e/ou jornalistas mulheres na mídia em teses e dissertações do Brasil (2015-2023). **Intexto**, n. 56, 2024.
- ALVES, Raoni. “Violência que atravessa as pessoas pretas”, diz mulher que gravou casal imitando macaco em roda de samba no Rio. **Portal de Notícias G1**, Rio de Janeiro, 21 de jul. de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/21/violencia->

que-atraversa-as-pessoas-pretas-diz-mulher-que-gravou-casal-imitando-macaco-em-roda-de-samba-no-rio.ghml>. Acesso: 23 de set. 2024.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.

ANDRADE, Danubia. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 691-713, 2016.

ANG-LYGATE, Magdalene. Trazar los espacios de la deslocalización. De la teorización de la diáspora. In: JABARDO, Mercedes (Org.). **Feminismos negros: Una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 291-314.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. de 2023. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 12 ed. São Paulo: Papirus Editora, 2024.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista estudos feministas**, v. 2, p. 203-216, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. 1 ed. Lisboa: edições 70, 2006.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BANAJI, Shakuntala. Racismo e orientalismo: o papel da mídia. CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**, Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Revista Contracampo**, n. 12, p. 51-62, 2005.

BARROS, Daniela Dias. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2: p. 547-554, maio-ago. 2005.

BARROS, Paulo Esber; BARRETO, Robenilson Moura. Corpo negro e pornografia. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018.

BASSI, Ingrid Gomes; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Agência Amazônia Legal: jornalismo plural, independente e por um outro desenvolvimento local. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1332-1346, 2025.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, n. 15, p. 13-28, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENTO, Carlete da Silva. "**Você nem parece nordestina**": **colonialidade do poder e xenofobia contra os nordestinos no mercado de trabalho brasileiro**. 2024. 34 f. Monografia (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.

BENTO, Cida. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 479-488, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

BENTO, Cida. Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Cida. (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNADINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BERNADINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTIS, Alex (Orgs). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**, v. 15, n. 37, p. 121-127, 2008.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et alii, p. 178-203, 2012.

BORGES, Rosane. Agora é que são elas: pode a subalterna falar-escrever? **Portal Geledés**, 08 nov. 2015. Artigo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/agora-e-que-sao-elas-pode-a-subalterna-falar-escrever/>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BORGES, Rosane. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**, Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BORGES, Rosane. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fopir, 2020, p. 40-46. E-book. Disponível em: <<https://fopir.org.br/wp->

content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de “a influência do jornalismo e os jogos olímpicos”**. 1 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, v. 10, n. 3, p. 288-296, 2005.

BRITO, Bruno de Castro. **Colunismo e Representatividade: Reflexões sobre a Presença Negra em O POVO e Diário do Nordeste**. No prelo.

BRITO, Luciana da Cruz; MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Diáspora negra. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTIS, Alex (Orgs). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Porto Alegre, 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CADENAS, Nelson Varón. O pai do “Quarto Poder”. **Portal da Imprensa: jornalismo e comunicação na web**, 2 fev. 2009. Disponível em: <<https://portalimprensa.com.br/noticias/opinioao/358/o+pai+do+quarto+poder>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CALDWELL, Kia Lilly. "Look at her hair": The body politics of Black womanhood in Brazil. **Transforming Anthropology**, v. 11, n. 2, p. 18-29, 2003.

CAPRONI NETO, Henrique Luiz; BICALHO, Renata de Almeida. Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em Juiz de Fora. **Holos**, v. 4, p. 249-265, 2017.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 25, p. 317-328, 2018.

CARLA VILHENA CRITICA Maju Coutinho nas redes sociais e reacende debate sobre racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2019. Disponível em: <<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2019/10/29/carla-vilhena-critica-maju-coutinho-nas-redes-e-reacende-debate-sobre-racismo/>>. Acesso em: 16 mai. 2025.

CARMO, Daniel Bilac Pianchão; CORRÊA, Laura Guimarães. Olhar corpos e produzir imagens: a prática opositora de duas mulheres negras em 2020. **E-Compós**, Brasília/DF, v. 26, n.1, p. 1-17, jan./dez, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Gênero raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASSIRER, Ernst. **El Problema del Conocimiento en la Filosofía y en la Ciencia Modernas**. 5 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CHADAREVIAN, Pedro C. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 283-304, 2011.

CHAMBERS, Deborah; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. **Women and journalism**. 1 ed. England: Routledge, 2004.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CHUN TIE, Ylona; BIRKS, Melanie; FRANCIS, Karen. Grounded theory research: A design framework for novice researchers. **SAGE open medicine**, v. 7, p. 1-8, 2019.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **Federação Nacional dos Jornalistas**, 2014. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

COÊLHO, Jesilene Corrêa e Silva Ferrão. **A cor da Mídia: Análise da visibilidade dos telejornalistas negros em São Luís/MA e produção de podcast acerca da temática**. 2023. 144 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação-Mestrado-Profissional/PPGCOMPro) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol.31, n.1, p. 99-127, janeiro/abril, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOGUEL (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 139-170, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Alda Cristina; NUNES, Paulo; COSTA, Vânia Maria Torres. Narrar a partir da Amazônia: nosso ser e estar nas narrativas do mundo. In: COSTA, Alda Cristina; NUNES, Paulo; COSTA, Vânia Maria Torres (org.). **Narr'Amazônia: modos de ser e estar no mundo**. Belém: Folheando, 2022. p. 35-54. Disponível em: <https://stricto.unama.br/sites/stricto.unama.br/files/documentos/2022/04/narramazonia_-_miolo_compressed.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

COTTOM, Tressie McMillan. Black cyberfeminism: Intersectionality, Institutions and Digital Sociology. In: DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan. (Orgs). **Digital Sociologies**. Bristol: Policy Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**. v. 43, n.6, Jul./1991, pp. 1241-1299.

CRUZ, Márcia Maria; LOPES, Edilene. Jornalistas negros: como a experiência da negritude pauta a atuação nas redações em Minas Gerais. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). **Vozes negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**, Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. **Descolonizar o feminismo. Brasília: Editora do IFB**, p. 32-51, 2019.

DANTAS, Daiany Ferreira. Sujeito mulher: diáspora e performatividade na reinvenção da representação. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 11, n. 27, 2010. p. 36-47.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016..

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, dez. 2003.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 165-181, 2018.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, p. 06-21, 2016.

DIJK, Teun Adrianus Van. **Racismo e discurso na América Latina**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

DOMINGUES, Mario Henrique. A Natureza das Coisas. **Belas Infiéis**, v. 9, n. 2, p. 115-117, 2020.

DORLIN, Elsa. De l'usage épistémologique et politique des catégories de «sexe» et de «race» dans les études sur le genre 1. **Cahiers du genre**, n. 2, p. 83-105, 2005.

DU BOIS, William Edward Burghardt. The Conservation of Races. In: EZE, Emmanuel Chukwudi (Ed.). **African Philosophy: An Anthology**. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 1998. p. 269-272.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **The Souls of Black Folk**. New York: New American Library, 1969.

DU BOIS, William Edward Burghardt. The study of the negro problems. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, XI, 1898, Pensilvânia. *Anais...* Pensilvânia, 1898, p. 13-27.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge.; Barros, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicações**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Portugal: Presença, 1977.

EMICIDA. **Principia**. Rio de Janeiro: Sony Music Brasil, 2019, Spotify. Disponível em: <<https://open.spotify.com/intl-pt/track/1XSdNkxhjKa89AGjySyE4>>. Acesso em: 13 de set. de 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: revista interdisciplinar da mobilidade humana**, v. 29, n. 63, p. 193-210, 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 1 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (DIFEL), 1972.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala de gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa. In: CARRANÇA, Flávio; DA SILVA BORGES, Rosane (org.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. 1ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2004. p. 19-27.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação**. 2001. Tese (Doutorado) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001202570>>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FIDALGO, Joaquim. Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. **Comunicação e Sociedade**, v. 5, p. 63-74, 2004.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 570-591, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. A marcha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Feminismos negros. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex (Orgs). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (orgs.) **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2001a.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, p. 39-60, 2001b.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 61-88, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Lucianna. Que decolonialidade é essa nos estudos comunicacionais? questões raciais na práxis decolonial no campo da comunicação (2014-2023). In: Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 33., 2024, **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024, p. 1-27. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/que-decolonialidade-e-essa-nos-estudos-comunicacionais-questoes-raciais-na-praxi?lang=pt-br>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

GAGNÉ, Karen M. Sobre a obsolescência das disciplinas: Frantz Fanon e Sylvy Winter propõem um novo modo de ser humano. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, p. 44-65, 2018.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas e outros poemas**. Edição preparada por Lúcia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Poetas do Brasil).

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onika. Negociando a subjetividade da mulata no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 525-543, 1995.

GLARE, P.G.W. **Oxford Latin Dictionary**. Oxonia: OUP Oxford, 1982. Disponível em: <<https://omnika.org/library/oxford-latin-dictionary-p-g-w-glare-1982#page/1>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GLASER, Barney G; STRAUSS, Anselm L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. 1 ed. New Jersey: Aldine, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981a.

GOFFMAN, Erving. **Formas of Talk**. 1 ed. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 1981b.

GOFFMAN, Erving. **Gender advertisements**. 1 ed. Cambridge: Havard University Press, 1979.

GOFFMAN, Erving. The arrangement between the sexes. **Theory and society**, v. 4, n. 3, p. 301-331, 1977.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do "preconceito etário" no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111 p. 411-434, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Arquivos em movimento**, v. 2, n. 2, p. 115-123, 2006.

GOMES, Mayra Rodrigues. **O poder no jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretária de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, p. 40-51, 2002.

GOMES, Wilson. Jornalismo e Esfera Civil: O interesse público como princípio moral no jornalismo. **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM, p. 28-51, 2003.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7, 2018, online. *Anais eletrônicos [...]*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf>>. Acesso em: 16 de set. de 2024.

GONÇALVES, T. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. **Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura**, n. 5/6, Lisboa, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, p. 87-106, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GORDON, Lewis R. Antropologia filosófica, raça e a economia política da provação de direito. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e cultura**, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; PEREIRA, Marie Françoise Marguerite Winandy Martins. O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de “saneamento” de trabalhadores mais velhos. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 188-206, 2020.

HARDING, Sandra. **The science question in feminist**. 1 ed. United States of America: Open University Press, 1986.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Visões sobre a profissão no século 21. **Observatório da imprensa**, 2010. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/visoes-sobre-a-profissao-no-seculo-21/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Teoria da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

HOOK, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora VMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KABUENGE, Nathan Nguangu. Análise compreensiva da narrativa jornalística: apontamentos metodológicos. In: COSTA, Alda Cristina; NUNES, Paulo; COSTA, Vânia Maria Torres (org.). **Narr´Amazônia: modos de ser e estar no mundo**. Belém: Folheando, 2022. p. 118-143. Disponível em: <https://stricto.unama.br/sites/stricto.unama.br/files/documentos/2022/04/narramazonia_-_miolo_compressed.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2025.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. 4 ed. Münster: Unrast Verlag, 2016.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 1, n. 1, p. 20-25, 2014.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. **Technologies of gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1987, pp. 206-242.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LEITE, Francisco. Teorizar com a Grounded Theory: um caminho metodológico para as pesquisas em comunicação. **MATRIZES**, v. 17, n. 1, p. 165-192, 2023.

LEMOES, Rosália de Oliveira. Por um brasil para chamar de meu. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 18, p. 339-370, 2016.

LIMA, Márcia. Desigualdades. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTIS, Alex (Orgs). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê mulheres negras**. p. 53-80, 2013.

LIMA, Samuel Pantoja; BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara. O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades. In: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 15-23. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LIMA, Samuel Pantoja; FERREIRA, Vinícius Augusto Bressan. Perfil dos jornalistas na mídia (2021): mudanças e permanências. In: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 122-138. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOPES, Fernanda Lima. Ser jornalista no Brasil. **São Paulo: Paulus**, 2013.

LORDE, Audre. **Irma outsider: ensaios e conferências**. 1 ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019.

LUCRECIO. **Sobre a natureza das coisas: De rerum natura**. Tradução: Rodrigo Tadeu Gonçalves. Belo Horizonte, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

LUQUE, Hugo. Minoria negra no jornalismo brasileiro expõe racismo como herança preservada. **Jornal da USP**, São Paulo, 06 mar. de 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/minoria-negra-no-jornalismo-brasileiro-expoe-racismo-como-heranca-preservada/>>. Acesso em: 14 de set. de 2024.

LYOTARD, Jean François. **Postmodern condition: a report on Knowledge**. 10 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 14, n. 28, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MALDONADO-TORRES; Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Ana Flávia; BARROS, Janaina Visibeli; SILVA, Naiana Rodrigues da; COSTA, Rafael Rodrigues da. O perfil de jovens jornalistas no Brasil: entre a precarização e a identificação profissional. *In*: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 103-120. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARTINS, Jéssica. A importância do jornalismo na sociedade. **Instituto Brasileiro de Ensino Desenvolvimento e Pesquisa**, Brasília, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.idp.edu.br/blog/ecom/o-impacto-do-jornalismo-na-sociedade/>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MATOS, Thaís. Trabalhadores pretos ganham 40,2% menos do que brancos por hora trabalhada. **Portal de Notícias G1**, Rio de Janeiro, 15 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/15/trabalhadores-pretos-ganham-40percent-menos-do-que-brancos-por-hora-trabalhada.ghtml>>. Acesso em: 11 de set. de 2024.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Teoria da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MESSIAS, Manuel. Morre Calegari, uma lenda do jornalismo brasileiro. **Blog do Messias**, 8 mar. de 2024. Disponível em: <<https://blogdomessias.com.br/geral/2024/03/08/morre-calegari-uma-lenda-do-jornalismo-brasileiro/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. 1-18, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista venezolana de estudios de la mujer**, v. 14, n. 33, p. 37-54, 2009.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **Masp Afterall**, v. 8, p. 1-12, 2020.

MIRANDA, Sofia Bartelega Ferreira; ITUASSU, Cristiana Trindade. Etarismo e o mundo do trabalho: um estudo sobre aposentados. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n. E69, p. 134-148, 2024.

MIZRAHI, Mylene. Cabelos ambíguos beleza, poder de compra e “raça” no Brasil urbano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, p. 31-45, 2015.

MOLIANI, João Augusto; ZACARIOTTI, Marluce Evangelista Carvalho; NAVA, Mariane. O jornalista fora da mídia e o risco de estar fora do jornalismo. In: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 139-154. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTIPÓ, Criselli Maria; IJUIM, Jorge Kanehide. Estar no e com o mundo: contribuições de Freire para um jornalismo transformador. **Revista Extraprensa**, v. 15, n. 1, p. 30-44, 2021.

MORETZSOHN< Sylvia Debossan. O ‘jornalismo’ de um lado só. **Federação nacional dos Jornalistas (FENAJ)**, 22 nov. de 2013. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/o-jornalismo-de-um-lado-so/>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MORIN, Edgar. **Método 3: o conhecimento do conhecimento**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina: 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOURA, Flávia de Almeida; FERREIRA JUNIOR, José; COELHO, Jesilene Corrêa e Silva. Mulheres negras no telejornalismo brasileiro: visibilidade em meio ao preconceito de raça e gênero. **Comunicologia: Revista Eletrônica de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília (UCB)**, v. 15, n. 1, 2022. p. 1-16.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Apontamentos para o estudo da narrativa. **Comunicação & Educação**, n. 23, p. 49-56, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Silvia. Na Record tem grupos de jornalistas usando WhatsApp para praticar racismo contra colegas negros. **Portal Mundo Negro**, São Paulo, 09 março de 2020. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/na-record-tem-grupos-de-jornalistas-usando-whatsapp-para-praticar-racismo-contra-colegas-negros/>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NEGRO, pardo ou preto: quando usar cada termo? entenda a definição e os debates. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 4 de jun. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2025/06/04/negro-pardo-ou-preto-quando-usar-cada-termo-entenda-a-definicao-e-os-debates.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NGOENHA, Severino E. E CASTIANO, José P. **Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana Educação e Cultura Política**. Editora Educar: CEMEC/UP, 2011.

NICOLETTI, Janara; FIGARO, Roseli. Trabalho precário como fonte de adoecimento mental e sofrimento ético. *In*: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 40-59. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NICOLETTI, Janara; KIKUTI, Andressa; MICK, Jacques. A precariedade tem gênero? condições de trabalho, saúde e violências das jornalistas brasileiras. *In*: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 61-82. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NIEL-BUTLER, Robert. Age-ism: Another form of bigotry. *The gerontologist*, v. 9, n. 4, p. 243-246, 1969.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

NONATO, Cláudia; SANTIAGO, Abinoam. Mais acesso, poucas oportunidades: o perfil de jornalistas negros e negras após uma década de pesquisas sobre o mundo do trabalho. *In*: BARROS, Janaina Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1 ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2023. p. 83-102. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/2024/11/14/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-publicada-obra-com-interpretacoes-dos-dados/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NORONHA, Danielle Parfentieff. Representações das diferenças: discursos sobre gênero e raça na imprensa hegemônica brasileira. *In*: **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

NORRIS, Pippa. Watchdog Journalism. *In*: BOVENS, Mark; GOODIN, Robert E; SCHILLEMANS, Thomas (Org.). **The Oxford Handbook of Public Accountability**. 1 ed. England: OUP Oxford, 2014.

OKOLOSIE, Lola. Beyond ‘talking’ and ‘owning’ intersectionality. *Feminist Review*, v. 108, n. 1, p. 90-96, 2014

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo e sociedade midiaticizada: apontamentos conceituais. *In*: Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 32., 2023, **Anais [...]**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2023, p. 1-14. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003225719.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

OLIVEIRA, Micheli Pilau de; TEIXEIRA, Nathalia das Neves; NIELSSON, Joice Graciele. O padrão estético tido como o “ideal” e as violências de gênero e raça a partir da expectativa da beleza feminina. **Prisma jurídico**, v. 24, e24114, p. 1-21, 2025.

OLIVEIRA, Ohana Boy. Contribuições para descolonização do pensamento na Comunicação. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 16, n. 27, p. 221-241, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PASSADO de atritos: Lula foi alvo de manipulação no JN após debate em 1989. **Portal UOL**, Rio de Janeiro, 25 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/25/de-volta-a-globo-lula-ja-foi-alvo-de-manipulacao-em-debate-de-89.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PAULA, Rogéria Costa. “**Não quero ser branca não. Só quero um cabelo bom, cabelo bonito!**”: performances de corpos/cabelos de adolescentes negras em práticas informais de letramento. 2010. 313 f. Tese (Doutorado em Multiculturalismo e Educação Bilíngue) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2010.

PEDROSO, Rosa Nívea. O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da Tese de Doutorado em Periodística de Tobias Peucer. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 61-72, 2004.

PEREIRA, Agatha Nunes; SANTOS, Thomaz José Portugal. Etarismo: a influência no mercado de trabalho. **2º Seminário de Ensino e Extensão Área Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, área II**, v. 3, n. 01, p. 32-35, 2024.

PEREIRA, Dayane Caroline; KATO, Mayara Yukari. Discurso sobre a mulher: manipulação na mídia jornalística. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E CIÊNCIAS HUMANAS, XII SEPECH., 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018, p. 263-276.

PEREIRA, Dulce Maria. A face negra do Brasil multicultural. **Fundação Cultural**, 2022, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000073.pdf#:~:text=O%20Brasil%20tem%20a%20maior,negra%20maior%20que%20a%20brasileira.>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PEREIRA, Fábio Henrique. O mundo dos jornalistas: aspectos teóricos e metodológicos. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 2, p. 217-235, 2009.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO. **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, 2021. Disponível em: < <https://perfildojornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em->

2021/#:~:text=O%20estudo%20constata%20novamente%20que,levantamento%20de%20nov e%20anos%20antes.>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA. **Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas**, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PINHEIRO, Miliane Carvalho; PAULA, Yara Bruna Vitorino. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 2, 2019.

PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PRANDINI, Paola. **A cor na voz: identidade étnico-racial, educomunicação e histórias de vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. O que ela tem na cabeça? Um estudo sobre o cabelo como performance identitária. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RABELO, Dóris Firmino; SANTOS, Naylana Rute da Paixão. Racismo e envelhecimento: invisibilidades, desigualdades e questões de gênero. In: Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos (Brasil). **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1**. 1 ed. Brasília, CFP, 2022.

RAGO, Luiza Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. 1 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

RESENDE, Sarah Mota. Globo afasta Willian Waack após acusação de racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2017/11/william-waack-e-acusado-de-racismo-apos-video-vazado-na-internet.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

RIBEIRO, Renato. 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho. **Portal Geledés**, São Paulo, 21 mar. de 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-86-de-mulheres-negras-relatam-racismo-no-trabalho/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMIwvWV2piliQMVKRqtBh1h3x4LEAAYASA AEgIDffD_BwE>. Acesso em: 15 out. de 2024.

SANTOS LUZ, Robenilton. A intersecção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias. In: VENTURI, Gustavo; BOKANI, Vilma. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Cledineia Carvalho; SILVA, Deysiene Cruz. MULHERES NEGRAS VELHAS: escrevivências e oralituras. **RENOVE-Revista Científica Campus XIX-UNEB**, v. 3, n. 5, p. 62-70, 2024.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. A revolução das Notícias que ninguém nomeou. **Media & Jornalismo**, v. 20, n. 37, p. 19-37, 2020.

SCHUDSON, Michael. **Why democracies need an unlovable press**. 1 ed. California: Polity, 2008.

SILVA, Dayana K. Melo da; AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 10, n. 1, 2023.

SILVEIRA, Aline. Lugar do negro é onde ele quiser? experiências de não lugar do negro nas universidades e as cotas na UFRGS. **Salão de Extensão (17.: 2016: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos**. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2016.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? anotações para uma sociologia política transnacional negra. In: BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

STRAUSS, Anselm.; CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2008.

SODRÉ, Muniz. A abominação do outro. HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Teoria da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOUSA, Nayara Nascimento. **Entraves para a produção jornalística com perspectiva de gênero a partir da feminização o jornalismo no Brasil**. 2022. 201 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado em Comunicação – PPGCOM CCSST (Campus Imperatriz)) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Vol. II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2014.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

TRUTH, Sojourner. E eu não sou uma mulher. **Portal Geledés**, São Paulo, 08 de jan. de 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 14 out. de 2024.

TUCHMAN, Gaye. Media, gênero, nichos. **Revista Media & Jornalismo**, v. 15, n. 8, p. 15-24, 2009.

VASSOLER, Wylam. A representação da mulher negra na propaganda. **Portal Geledés**, São Paulo, 4 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-representacao-da-mulher-negra-na-propaganda/>>. Acesso em: 21 set. 2024.

VEIGA, Márcia. **Masculinidade, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 250, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

VELOSO, Nívea Caixeta; BATISTA, Gustavo Araújo. Identidade e diferença: uma abordagem no contexto social. **Cadernos da FUCAMP**, v. 16, n. 25, 2017.

VENTURI, Gustavo; BOKANI, Vilma. Foco na homofobia: a coleta e análise dos dados. In: VENTURI, Gustavo; BOKANI, Vilma. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, Patrícia Solange Tavares. **Xenofobia no Brasil: revisão de literatura e relato de experiência**. 2022. 47 f. Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

VIEIRA, Renata Assis; CEPellos, Vanessa Martines. Mulheres Executivas e seus corpos: as marcas do envelhecer. **Organizações & Sociedade**, v. 29, p. 154-80, 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VOLPATO, Leonardo. Globo é condenada a pagar R\$ 50 mil a Veruska Donato por imposição de padrões estéticos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 abr. 2024. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2024/04/globo-e-condenada-a-pagar-r-50-mil-a-veruska-donato-por-imposicao-de-padroes-esteticos.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

WALKER, Alice. **The Temple of My Familiar**. 1 ed. Boston: Harcourt, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. 8 ed. México: Siglo XXI, 2012.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument. **CR: The new centennial review**, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 238-246, 2015.

ZIZZA, Sofia. Desigualdades nos estudos em comunicação marginalizam os países do sul global. **Jornal da USP**, São Paulo, 2 de abr. de 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/diversidade/desigualdades-nos-estudos-da-comunicacao-marginalizam-os-paises-do-sul-global/>>. Acesso em: 12 out. de 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO-BASE (ENTREVISTAS)

Perguntas de identificação
<ul style="list-style-type: none"> - Nome, autodeclaração, idade, cidade, formação acadêmica e instituição de ensino. - Em quais cargos você já trabalhou? - O que você faz atualmente (profissionalmente)?
Retomando o passado (focar no passado a partir das nuances da formação acadêmica, primeiro emprego, a primeira vez que se sentiu negra, etc.)
<ul style="list-style-type: none"> - Conte sobre como foi o período da sua formação acadêmica (andamento). - Qual foi o seu primeiro emprego? / Após a formação acadêmica você teve dificuldades para entrar no mercado de trabalho voltado para a comunicação? - Você lembra a primeira vez que se sentiu negra?
Ser mulher negra na comunicação (entender os desafios da identidade racial no mercado de trabalho)
<ul style="list-style-type: none"> - Quando você percebeu que seria ou é uma questão? - Ser mulher negra foi uma questão na sua profissão? - Você já passou por alguma situação diante da sua identidade racial no mercado de trabalho? Conta para a gente. - Quais os principais desafios na vida profissional por conta da sua identidade racial? - Você poderia descrever as lições mais importantes que aprendeu a vivenciar no mercado de trabalho e na própria vida, sendo mulher negra?
Perspectivas para o futuro (retornar aos tópicos anterior e, sutilmente, encerrar a entrevista)
<ul style="list-style-type: none"> - De que maneira sua experiência como jornalista e mulher negra na comunicação afetou o modo como você é hoje? - O debate racial ajuda ou atrapalha? - Como será o futuro/ como você se vê no futuro?

APÊNDICE B – LISTA GERAL DAS JORNALISTAS

JORNALISTA/ CODINOME	IDADE	REGIÃO	ÉTNICO- RACIAL	CARRERA	CARGO	ENTREVISTA
ANTONIETA DE BARROS	66 ANOS	SUDESTE	PRETA	27 ANOS	REPÓRTER	05/04/24
DANDARA DOS PALMARES	39 ANOS	SUDESTE	PRETA	17 ANOS	ASSESSORIA/ ESPECIALISTA EM COMUNICAÇÃO	23/08/24
ESPERANÇA GARCIA	51 ANOS	SUL	PARDA	26 ANOS	REPÓRTER	16/08/24
HILÁRIA BATISTA DE ALMEIDA	34 ANOS	SUL	PRETA	10 ANOS	EDITORA DE JORNAL	15/07/24
LAUDELINA DE CAMPOS	29 ANOS	NORDESTE	PRETA	9 ANOS	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA	11/07/24
LUÍSA MAHIN	31 ANOS	NORDESTE	PARDA	6 ANOS	ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO	02/10/24
MARIA FELIPA DE OLIVEIRA	42 ANOS	NORTE	PRETA	22 ANOS	ANALISTA P/ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	25/06/24
MARIA FIRMINA DOS REIS	36 ANOS	NORTE	AFRO- INDÍGENA	16 ANOS	ASSESSORIA DE IMPRENSA/PROD. CULTURAL	15/08/24
MARIA ODÍLIA TEIXEIRA	49 ANOS	CENTRO- OESTE	PRETA	21 ANOS	CHEFE DE REPORTAGEM	19/08/24
TEREZA DE BENGUELA	50 ANOS	CENTRO- OESTE	PRETA	15 ANOS	ASSESSORIA DE IMPRENSA / DIRETORA	21/06/24

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTOS

Prezada participante, nós, Michely da Silva Alves e Thaisa Bueno, respectivamente discente e docente/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, estamos desenvolvendo a dissertação de mestrado: **A DOR TAMBÉM TEM NOME DE MULHER: UM OLHAR SOBRE IDENTIDADE, DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS DAS JORNALISTAS NEGRAS NO BRASIL** – sob título provisório. Nesta pesquisa buscamos compreender como jornalistas negras se veem no mercado de trabalho em diferentes regiões do país, a partir dos desafios enfrentados diante do contexto de gênero e raça na profissão. Dessa forma, partimos da seguinte problemática: “como é ser jornalista negra no Brasil?”. A partir disso, a proposta principal desta pesquisa de dissertação está segmentada através dos aspectos de gênero, raça e a questão identitária das jornalistas negras que atuaram e/ou continuam atuando na profissão, sob a ótica de três conjunturas específicas: (1) experiências e/ou percepções; (2) desafios e/ou enfrentamentos; (3) estratégias e/ou iniciativas. Por ser uma pesquisa a nível nacional, objetivamos selecionar dez sujeitas de estudo, representando duas jornalistas negras de cada região do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Para esta pesquisa adotaremos o seguinte procedimento: primeiramente, a estratégia Bola de Neve (*Snowball*) para mapear e formar uma “teia de referência” que nos auxilie a entrar em contato com cada jornalista negra que aceite participar. Em seguida, caso a jornalista deseje prosseguir na pesquisa, passaremos para a Entrevista Semiestruturada, que será conduzida através da ferramenta Google-Meet, com o apoio de um “roteiro-base” que abranja questões acerca do tema – por meio das seguintes categorias: “perguntas de identificação”, “retomando o passado”, “ser mulher negra na comunicação” e “perspectivas para o futuro” – vivenciadas pelas jornalistas no exercício da profissão. Nesse sentido, buscaremos, durante as entrevistas, respeitar o tempo de cada participante e, sobretudo, sinalizar temas com tópicos sensíveis (raça, racismo, gênero, assédios, etc.), na busca por um ambiente acolhedor e confortável. Na mesma medida, no momento de cada entrevista pediremos a autorização para gravação de áudio, a fim de decupar o material e, sequencialmente, analisar os dados obtidos. Outro fator importante é que para cada entrevista, registraremos com um *print* de tela a participação da sujeita de estudo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo ou despesa, nem receberá qualquer vantagem financeira. A sua participação é voluntária e se desejar manifestar qualquer pedido referente a participação, estaremos à disposição. Vale salientar que esta pesquisa está sendo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo esta pesquisadora, Michely Alves, contemplada como “bolsista – modalidade mestrado”. Qualquer dúvida pode ser retirada diretamente com a pesquisadora pelo email: michely.silva@discente.ufma.br ou contato (WhatsApp) – (99) 991663743. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, uma que será utilizada pelas pesquisadoras como anexo na versão final da pesquisa de dissertação e a outra será fornecida a você.

**APÊNDICE D – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA
“BELEZA”**

Entrevistada	Códigos Focais Aplicados	Temas Emergentes nas Falas
Antonieta de Barros	Negociação da aparência Racialização da infância Colorismo Violência simbólica Espaço profissional Identidade racial	Rejeição estética desde a infância; Dor familiar; Busca por aceitação; Resistência por meio do conhecimento.
Tereza Benguela	Negociação da aparência Racialização da infância Violência simbólica Espaço profissional	Questionamento sobre a aparência; Padrão estético na mídia; Exclusão sutil na infância.
Maria Felipa	Negociação da aparência Espaço profissional	Pressão para modificar o cabelo no ambiente de trabalho.
Laudelina de Campos	Negociação da aparência Colorismo Violência simbólica Espaço profissional Identidade racial	Consciência das opressões interseccionais; Racismo no ambiente familiar; Alerta constante no trabalho.
Hilária Batista	Violência simbólica Espaço profissional	Descrédibilização por ser negra e vaidosa; Preconceito disfarçado.
Esperança Garcia	Racialização da infância Violência simbólica Resistência estética	Reapropriação estética como enfrentamento; Infância marcada por insultos.
Maria Firmina	Violência simbólica Espaço profissional Identidade racial	Dor emocional internalizada; Consciência das opressões interseccionais.
Maria Odília	Negociação da aparência Resistência estética	Rejeição do alisamento no cabelo; Busca por autenticidade.
Dandara dos Palmares	Negociação da aparência Colorismo Espaço profissional Identidade racial	Masculinização por proteção; Descobrimento tardio da identidade negra; Desigualdade salarial.
Luísa Mahin	Colorismo Violência simbólica Identidade racial	Reconhecimento do “quase privilégio” fenotípico; Construção da identidade como parda dentro da negritude

**APÊNDICE E – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA
“CICATRIZES”**

Entrevistada	Preconceitos Identificados/Codificação Focalizada	Temas Emergentes
Antonieta de Barros	Etarismo, Racismo, Classismo	Descarte da velhice; Invisibilidade de jornalistas negros(as) mais velhos; Teto de vidro na profissão.
Maria Felipa	Etarismo, Racismo, Gênero	Precarização com envelhecimentos; Dificuldade de ascensão profissional.
Laudelina de Campos	Racismo, Etarismo, Gênero	Juízo de incompetência por ser “jovem demais” na profissão; Não pertencer aos padrões brancos para “substituir” alguém.
Esperança Garcia	Xenofobia, Racismo, Gênero	Preconceito geográfico; Exclusão simbólica; Desvalorização cultural e educacional; Reação e resistência as violências simbólicas.
Maria Firmina	Racismo, Classismo, Xenofobia (implícita)	Dificuldade em identificar as opressões cruzadas; Elitismo no jornalismo.
Dandara dos Palmares	Racismo, Machismo, Homofobia (subentendida)	Tomada da consciência política.
Luísa Mahin	Racismo, Lesbofobia, Classismo, Machismo	Violências interseccionais; Dificuldade em identificar as opressões cruzadas; Fortalecimento identitário.

**APÊNDICE F – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO FOCALIZADA NA CATEGORIA
“ESTEREOTIPAGEM”**

Entrevistada	Violências Sofridas/Codificação Focalizada	Categorias Emergentes
Antonieta de Barros	Racismo Institucional; Deslegitimação como repórter; Misoginia; Assédios; Exclusão e Isolamento.	Estigmatização profissional; Negra única; Boicote; Assédio moral e sexual. Assédio Institucional.
Tereza de Benguela	Apelidos pejorativos (“mulata”, “cor do pecado”); Objetificação sexual; Machismo; Exclusão e Isolamento.	Hiperssexualização; Violência simbólica; Desigualdade racial.
Maria Felipa	Assédio sexual de fontes; Assédio moral de chefia; Adoecimento mental; Invisibilização na carreira.	Assédio Institucional; Adoecimento mental; Violência de gênero.
Laudelina de Campos	Racismo familiar; Estereótipos raciais; Pressão psicológica; Comparação extrema.	Racismo Intergeracional Desigualdade racial; Adoecimento mental.
Hilária Batista	Deslegitimação como repórter; Maternidade como problema; Assédio; Invisibilidade nas redações.	Estigmatização profissional; Estigmatização da maternidade; Assédio Institucional.
Esperança Garcia	Assédio sexual; Tentativa de agressão; Descrédibilização de pautas; Exclusão e Isolamento.	Violência simbólica e física; Racismo epistêmico; Estigmatização profissional.
Maria Firmina	Racismo Institucional; Assédio moral; Apagamento da identidade afro-indígena.	Identidade marginalizada; Colonialidade nas relações de poder; Assédio Institucional.
Maria Odília	Racismo Institucional; Assédio sexual; Isolamento institucional; Desprezo da maternidade.	Racismo epistêmico; Assédio institucional; Negra única.
Dandara dos Palmares	Apelido pejorativo (“pseudointelectual”); Exclusão no jornalismo esportivo; Medo de errar; Insinuações sexuais.	Violência epistêmica; Assédio Institucional; Imposição de excelência; Estigmatização profissional.

Luísa	Apelidos pejorativos (“cor do pecado”; Descoberta identitária; Assédio Moral; Exclusão; Hiperssexualização.	Violência interseccional; Ausência de pertencimento; Racismo Institucional
--------------	---	--

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO

INFORMAÇÕES GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM UFMA-Imperatriz)
Linha 2: Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Tema: Jornalistas negras: Entrevistadora: Michely Alves (mestranda)
Link com o documento: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1C4Fabh1Hyau0cevMYr0mddM5WwroeEb1